
Revista

do Instituto

Histórico

e Geográfico

do Rio Grande

do Norte



R.IHGRGN

Vols. LXXV – LXXVI

Anos: 1983-1984

NATAL-RN

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE
A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL DO ESTADO

RUA DA CONCEIÇÃO, 622 — (DDD 084) - FONE: 221-1228
NATAL — Rio Grande do Norte — BRASIL

—————**DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES**—————

Anos - biênio - 1983-1985

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich

1º Vice-Presidente: Profº. Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo

2º Vice-Presidente: Escritor Manoel Rodrigues de Melo

1º Secretário: Dr. Mariano Coelho

2º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira

Secretário-Adjunto: Dr. Hélio Dantas

Orador: Historiador Luís da Câmara Cascudo

Vice-Orador: Alvamar Furtado de Mendonça

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela de Albuquerque

Tesoureiro-Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo

Dir. da Biblioteca, Museu e Arquivo: Escritor João Carlos de Vasconcelos

Diretor-Adjunto: Escritor Gumercindo Saraiva

—————**COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO**—————

Dr. José Tavares da Silva

Profº. Vicente de Almeida

Profº. Cláudio Augusto Pinto Galvão

—————**COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA**—————

Drs. Luís da Câmara Cascudo

Tarcísio da Natividade Medeiros

Otto de Brito Guerra.

EXPLICANDO...

Publica-se mais uma Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Esta referente aos anos de 1983 e 1984 - Volumes LXXV e LXXVI.

E em fazendo este preambular e breve registro, à guisa de explicação, trazemos ao leitor não apenas vários enfoques de História e Geografia, regionais e do Brasil, como, de igual modo, alguns aspectos da vida e da obra de ilustres e saudosos consócios que já foram libertados pela lei da morte, no dizer do grande vate lusitano, cujas homenagens póstumas temos o dever indeclinável de tributar, considerando a existência fecunda e humilde de cada um, exemplos marcantes para o presente e o porvir.

Evidentemente - çovenhamos - para que esta Revista pudesse ser editada, cabe-nos, aqui e agora, evidenciar a ajuda imprescindível da PETROBRÁS que, atendendo ao nosso apelo, arcou com as despesas necessárias para a sua publicação.

Por isso, neste ensejo, manifestamos o nosso melhor agradecimento aos que dirigem a PETROBRÁS. Com o apoio recebido, tornou-se viável a impressão desta Revista, dignificando e projetando, sem dúvida, a Cultura tradicional, polo centralizador do progresso de qualquer nação.

Que os estudiosos, leitores assíduos dos assuntos inerentes à pesquisa e às tradições populares, encontrem nesta publicação os temas de seu interesse.

E se assim ocorrer - confiamos - o nosso esforço, mais uma vez, será recompensado, à frente dos destinos da Casa da Memória do Rio Grande do Norte.

Afinal, sobreleva a convicção maior de que jamais faltará o auxílio de quantos valorizam as iniciativas da inteligência e, dessa forma, prestigiam a mais antiga instituição cultural do Estado, editando os próximos números desta Revista, periódico que é fonte perene e indiscutível da melhor pesquisa histórica do Estado, com repercussão nacional.

Natal, 29 de março de 1989
(87º da fundação do IHG-RN)
ENÉLIO LIMA PETROVICH
— Presidente —

A MENSAGEM DO SÓCIO BENEMÉRITO

Saúdo os 82 anos do venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

E numa festa de conagraçamento e júbilo, posse de velhos amigos e figuras da elite cultural do País, com saudação do querido Nilo Pereira, sinto-me presente à romaria lírica e histórica de hoje, vivendo o timbre sentimental do lá menor dos meus 85 anos.

As recordações enchem a memória e a vida não abandonou a convivência dos desaparecidos que permanecem entre nós.

Que se repita sempre: o patrimônio do Instituto é a esperança que temos em sua constância, promovendo solenidades, valorizando a História, participando de suas emoções eternas.

Na verdade, Enélio Lima Petrovich, meu presidente, com zelo, inteligência e obstinação, vem dirigindo a velha e tradicional Casa da Memória Norte-rio-grandense, na certeza de que a História haverá sempre de servir de alicerce maior para o engrandecimento e a valorização da cultura, na perenidade do tempo.

Alegra-me, pois, neste ensejo, ressaltar o trabalho fecundo que desenvolve o Instituto, vivendo intensamente o instante festivo e jubiloso.

Natal, 29 de março de 1984.
LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

O MAIS VALIOSO ACERVO DE MANUSCRITOS HISTÓRICOS DO ESTADO

Olavo de Medeiros Filho
(Sócio Efetivo)

Ao ser fundado o nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1902, para o mesmo foi encaminhada grande parte da documentação em poder de órgãos públicos e entidades as mais diversas. Tal documentação compõe o acervo de manuscritos daquele Instituto Histórico, cobrindo os períodos da nossa História Colonial, Imperial e Republicana.

O precioso acervo de manuscritos ocupa cerca de 25 metros de prateleiras, achando-se devidamente guardado em pastas. Tal documentação pesaria, talvez, uma tonelada e meia!

No tocante ao período colonial, aquele Instituto possui documentação oriunda dos Poderes Civil, Militar e Eclesiástico daquela época. Encontraremos os originais das concessões de Datas e Sesmarias, praticadas pelos governos da Capitania do Rio Grande. Os documentos do Almojarifado Real (desde 1728). As Ordens Reais referentes à Capitania (a partir de 1655). Documentos relativos à Fazenda Real. Também a documentação que diz respeito à cobrança dos dízimos reais, nas diversas ribeiras da capitania (desde 1702). A vetusta documentação do Senado da Câmara do Natal, de que dispõe o Instituto, contém manuscritos datados de 1709.

Prestações de contas da Provedoria Real (1699). Livros de Contratos (1709). Correspondências diversas do governo da capitania (1700). Processos de devassas (1718). Vereações da Câmara do Natal (1714). Também assentamentos de praças que compunham o Regimento da Capitania (1702). Aforamentos de terrenos na Capital (1765). Fês-de-ofício dos participantes da Campanha do Açú (1707), relacionadas com o pessoal dos Terços dos Paulistas. Testamentos (1767). Matrículas do Regimento da Capitania (1682). Livro de cargas de escravos (1747). Documentação proveniente da Alfândega do Natal (1678).

No tocante à vida religiosa, existem no Instituto Histórico documentos relacionados com batizados, casamentos e óbitos ocorridos na capitania, a partir de 1727. Registros da Folha Eclesiástica (1770). Visitas de Bispos (1744). Documentação vinculada à reforma procedida na nossa Matriz, em 1782, na qual se faz referência ao fato de que o prédio da mesma Matriz apresentava as dimensões de uma capela de engenho. E muita coisa mais, à espera dos pesquisadores interessados.

Do período do Império, a documentação é ainda mais abundante: atas das sessões do Conselho da Província (1832); e da Câmara Municipal do Natal (1853). Além daquelas ocorridas na Assembléia Legislativa. Atas de eleições havidas na Província. Décima dos prédios da capital.

Compromissos de Irmandades Religiosas. Correspondência do Sr. Bispo Diocesano à nossa Assembléia Legislativa (1862). Mensagens de Presidentes da província, projetos de Leis, Leis, Requerimentos, Resoluções e muitos outros documentos da época.

Mapas estatísticos da população da Província. Portarias e Decretos do Império (1822) Posturas Municipais (1828). Documentação relacionada com a Força Policial (1838).

Com relação no período republicano, cresce ainda mais a documentação arquivada no Instituto Histórico, proveniente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assuntos tais como eleições, vida legislativa provincial e municipal, educação, criação de freguesias, etc, tudo isso acha-se generosamente incluído na documentação do nosso Instituto Histórico.

Infelizmente, tal acervo preciosíssimo, através do qual poderemos estudar documentalmente a nossa História regional, carece de um tratamento especializado visando a sua preservação, assim como de um metucioso trabalho de catalogação documental. O Instituto Histórico não dispõe de verbas, nem de mão-de-obra capacitada

para tal mister.

Esperamos que as diversas instituições voltadas para a nossa Cultura, os governos Federal, Estadual e Municipal tomem o máximo interesse pelo destino daquele valioso acervo, ora sujeito aos efeitos deletérios do tempo. Salvemos o nosso precioso e insubstituível patrimônio, que, em conjunto, retrata mais de três séculos da História do Rio Grande do Norte!

AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS DO RIO GRANDE DO NORTE: 1889 - 1930*

ITAMAR DE SOUZA
(Sócio Efetivo)

Durante este período (1889-1930), a classe trabalhadora norte-rio-grandense era bastante reduzida. Para se ter uma idéia basta lembrar que, de acordo com o Censo Demográfico de 1920, o Rio Grande do Norte possuía 197 estabelecimentos industriais e 2.146 operários. Na sua grande maioria, eles trabalhavam nas salinas de Macau, Areia Branca e Canguaretama; nas ferrovias Great Western e Estrada de Ferro Central; nos portos de Natal e de outras cidades marítimas; na indústria de alimentos e de bebidas, assim como no setor gráfico. Estes eram os principais pontos de concentração dos operários potiguares neste período. Foram destes setores que emergiram as principais organizações operárias. Vale salientar que não temos informações seguras atestando a existência de organização entre os trabalhadores ligados diretamente à agricultura potiguar.

Os tipos de organização, os conflitos ideológicos e as atitudes políticas assumidas aqui refletiam o que se passava com os trabalhadores a nível nacional.

As primeiras entidades da classe trabalhadora no Rio Grande do Norte surgiram nas cidades litorâneas, onde sempre foi mais fácil o contato com as idéias que circulam nos centros populacionais mais desenvolvidos do País.

1. Sociedade União Beneficente dos Artistas de Canguaretama

Por ordem cronológica, a primeira associação operária do Rio Grande do Norte foi a Sociedade União Beneficente dos Artistas, fundada no dia 2 de fevereiro de 1873, na rua Sertãozinho, da então Vila de Canguaretama, pelo Sr. Euthério Ribeiro Guimarães. Por causa da sua importância histórica, transcrevemos abaixo a ata de instalação e a primeira diretoria:

“Ata de Instalação”

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e setenta e três nesta Vila de Canguaretama achando-se reunidos quarenta sócios para o fim de instalarem uma sociedade que os mesmos resolveram fundar em garantia de seu futuro e bem-estar presente, sob a presidência do diretor interino cidadão Euthério Ribeiro Guimarães.

Diretoria Eleita

Diretor - Euthério Ribeiro Guimarães; Vice - Maximino da Trindade Moura; Secretário - João Valério de Souza; Tesoureiro - Félix Pereira Simas; 1º Procurador - Geraldino Gomes da Trindade; 2º Procurador - José Damázio Ricarte de Oliveira; 3º Procurador - Joaquim José d'Oliveira; 4º Procurador - Francisco Batista da Cruz; 5º Procurador - Sinézio José Pereira”. (1)

Ao terminar a sessão de instalação, Euthério Ribeiro Guimarães fez aos seus companheiros o seguinte apelo: “Sejamos unidos e ponderantes porque só assim venceremos”. (2)

A Sociedade dos Artistas mantinha sede própria, uma escola, uma banda de música e uma capela para o seu patrono São José. Além disso, elegeu um representante para a Câmara Municipal, o pedreiro Geraldino Gomes da Trindade. Esta sociedade operária sobreviveu por cerca de duas décadas.

Em conformidade com os seus estatutos, a Sociedade dos Artistas de Cangua-

retama tinha por finalidade congregar os operários e protegê-los na doença ou na indigência mediante fundos sociais, empréstimos ou hipotecas. Ela estendia esta proteção aos parentes, filhos e esposas dos associados. Nota-se, pela sua finalidade que esta agremiação operária era de natureza mutualista, característica tão comum às entidades operárias daquela época, em todo o Brasil. (3). Em pleno regime escravocrata, a Sociedade dos Artistas surgiu como o sinal dos novos tempos que vieram com a Abolição da escravidão e a Proclamação da República.

2. Associações em Macau

Em 1880, o Sr. Francisco Honório Canuto da Silveira, pai do Mons. Honório, organizou uma **associação operária** juntamente com Fagundes de Menezes e Pedro Felipe de Menezes. A irregularidade no pagamento do soldo dos marítimos motivou o surgimento desta associação. Depois, por volta de 1891/92, três marítimos fundaram uma agremiação operária denominada **Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal**. Por causa da repressão existente naquela época, a referida organização não podia chamar-se sociedade operária. O nome operário era proibido. Em fevereiro de 1892, esta Sociedade realizou uma greve para combater arbitrariedades dos patrões.

3. Centro Operário Luiz da França - Natal

Fundado em Natal em 17 de agosto de 1890, por iniciativa de Augusto Wanderley, Joaquim Ignácio Rodrigues Pessoa e Joaquim Waldivino F. da Costa, os quais formaram a Diretoria Provisória. Na data supra-citada, por volta das 6 horas da tarde, muitos representantes da classe operária se reuniram no edifício da escola pública primária, à rua Visconde do Rio Grande, para constituir o Centro Operário Luiz da França. Dirigiram a reunião os Srs. Manoel do Nascimento Ferreira, substituindo Augusto Wanderley, e os cidadãos Joaquim Ignácio Rodrigues Pessoa e Joaquim Waldivino Fabrício da Costa como 1º e 2º secretários respectivamente.

Após o discurso de Benvenuto Praxedes de Oliveira, orador oficial, e de outros, a sessão foi encerrada com calorosos vivas ao Generalíssimo Deodoro da Fonseca, ao Governador do Estado. Dr. Xavier da Silveira, e à classe operária. (5).

4. Associação em Areia Branca

Não sabemos exatamente o seu nome. Entretanto, a greve deflagrada pelos trabalhadores do porto, 1898, permite-nos deduzir a existência de uma organização operária naquela cidade salineira. (6)

5. Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense - Natal

Em Natal, esta associação é provavelmente a primeira a ser fundada no séc. XX. No dia 28 de fevereiro de 1904, cento e seis artistas e operários reuniram-se, ao meio dia, no teatrinho da Boemia Potiguar, na Praça do Mercado, e fundaram a Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense.

A primeira diretoria foi formada pelos seus principais idealizadores: Presidente - Augusto César Leite; 1º Secretário - Aristóteles Costa; 2º Secretário - José Alcino; Orador - Eduardo dos Anjos; Vice Orador - José Façanaro; Tesoureiro - Bartholomeu Moreira; Procuradores - João Pereira e João Xavier da Rocha. (7). Esta agremiação operária, ainda hoje existente, funciona em prédio próprio, na Av. Rio Branco, comprado por Augusto Leite e reformado por João Carlos de Souza. Esta entidade presta aos seus associados um imenso trabalho promocional e assistencialista. Além disso, inspirou a formação de várias outras organizações na Capital e no interior potiguar.

Em 1915, a Liga fundou a Escola Noturna "José Augusto" em homenagem ao

Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, político e educador potiguar. Além desta escola, mantinha uma biblioteca, fundada em 1929, a Previdente Operária e publicava o jornal "**Primeiro de Maio**", cujo nº 6 circulou em maio de 1926.

Segundo o historiador da República, Edgard Carone, no Brasil "as ligas, em princípio raras, começam a aparecer a partir de 1870, para também posteriormente adquirirem maior importância". (80)

No contexto da sociedade potiguar, as ligas operárias funcionaram mais como sociedades assistenciais e conservadoras. A Liga Artístico-Operária Norte-riograndense sempre combateu as idéias anarquistas e socialistas que veiculavam naquela época. Em 1926, ao comentar o 22º aniversário da instalação da referida Liga, afirmou um jornalista: "longe de abraçar idéias rubras, cuida da educação perfeita dos seus aliados". (9)

6. CENTRO OPERÁRIO NATALENSE

Nasceu de uma dissidência com a Liga Artístico-Operária Norte-riograndense. Convidados pelo alfaiate Luís Antônio Manso, vários sócios da Liga resolveram fundar o Centro Operário Natalense no dia 2 de abril de 1911, cujo primeiro presidente foi o Sr. Eduardo dos Anjos.

De 1912 a 13, foi presidente do Centro o Sr. Josué Nunes Monteiro, até 30 de abril. Ariston Tavares, que governou esta agremiação no período de 1913 a 14, conseguiu estabelecer a harmonia entre o Centro Operário Natalense e a Liga Artístico-Operária Norte-riograndense. Além disso, ele criou a Escola Noturna "Augusto Leite" (1914) para instruir os associados e seus filhos.

Todavia, o grande presidente do Centro Operário foi o tipógrafo João Estevam Gomes da Silva, que administrou-o de 1915 a 1919. Dotou a Escola Noturna de curso secundário e aula de música; conseguiu da Prefeitura Municipal subvenção anual de 600\$000 para manter a escola; pôs em circulação o jornalzinho "O Operário"; reorganizou a Previdente Operária; reconstruiu a sede social do Centro Operário na rua 13 de Maio (hoje, rua Princesa Izabel). Por fim, visando ao fortalecimento da classe trabalhadora, promoveu o intercâmbio do Centro Operário com suas congêneres da Paraíba.

Em julho de 1922, o Centro Operário Natalense começou a editar o jornal "O LABOR".

Do ponto de vista ideológico, esta entidade operária era mais aberta ao debate das idéias, colocando-se, às vezes, em sintonia com a esquerda do Rio de Janeiro. Para comprovar, vejamos a homenagem que ela prestou a Lenin, por ocasião do transcurso do seu segundo aniversário de morte: "Domingo, dia 24, atendendo a uma circulação que lhe foi enviada pelo operário do Rio, o Centro Operário Natalense prestou condigna homenagem à memória de Lenin pela passagem no dia 21, do segundo aniversário da morte do inolvidável socialista. Ocupando a tribuna, o Sr. Evaristo de Souza, discursou referindo-se ao ideal de confraternização e aos trabalhos educativos do saudoso extinto". (10)

DE 1919 A 30

Analisando a relação das associações operárias do Rio Grande do Norte, notamos que a maioria surgiu no período de 1919 a 1930. Por que isto aconteceu assim? Somos da opinião de que esta explosão resultou das repercussões da Revolução Russa de 1917. A partir de então, desenvolveu-se na Europa e no Brasil um trabalho com uma dupla finalidade: por um lado, reprimir a classe trabalhadora ligada às organizações anarquistas e socialistas e, por outro lado, agrupá-la em associações de orientação conservadora. Segundo o militante Everardo Dias, "uma palavra de ordem geral viera de fora, partida de Londres e Paris, e se espalhava por toda a América do Sul:

“O bolchevismo - eis o perigo!” Criou-se um novo vocábulo para designar os militantes: “indesejáveis” (undesirables)” (11)

Por outro lado, a adesão do Brasil ao Tratado de Versalhes, assinado em 1919, determinou uma maior flexibilidade das autoridades brasileiras para aceitar várias reivindicações da classe trabalhadora. Assim, o projeto de criação do Departamento Nacional do Trabalho, apresentado na Câmara Federal pelo Deputado Maurício de Lacerda, foi aprovado em 1918 e, em 1923, foi transformado em Conselho Nacional do Trabalho em decorrência das orientações emanadas do Tratado de Versalhes.

Segundo Edgard Carone, “a Conferência da Paz, em 1919, institui 10 pontos de legislação fundamentais: 8 horas por dia e 48 por semana; auxílio às mulheres em gestação; proibição do trabalho noturno de mulheres; benefício recíproco para operários; proibição de trabalho de mulheres e crianças na indústria metalúrgica; serviço de saúde. O único ponto aplicado no Brasil é a regulamentação das 8 horas, feita pelo Governo de São Paulo...”. Mesmo assim, apenas o conhecimento destes pontos motivou as lideranças de diversos setores da classe trabalhadora a fundarem as suas associações, ora de orientação esquerdista, ora de tendência direitista.

Outro fator que pode ser invocado para explicar a proliferação de associações no período de 1919 a 30 é a crescente interferência da Igreja Católica. Desde o início do século atual que a Igreja Católica, inspirada na **Reserum Novarum**, iniciou a organização dos operários católicos. Verdade é que, em 1907, foi fundado, em São Paulo, o Centro Operário Católico Metropolitano. Conforme observou adequadamente o Professor Aziz Simão, “do antigo associacionismo operário também merece registro o chamado **circulismo católico**, embora se tenha iniciado com o estrito movimento mutualista confessional. A partir de 1917, porém, começou a orientar-se no sentido agir nas relações de produção, como harmonizador dos interesses de empregadores e empregados, e solicitante de leis trabalhistas, mesmo apoiando algum conflito coletivo de trabalho”. (12). Em São Paulo, as organizações de operários católicos sempre se posicionaram contra os anarquistas e socialistas. Para exemplificar, é suficiente citar a posição que os operários católicos assumiram por ocasião da greve geral que os anarquistas deflagraram, em Santos, em outubro de 1919. Segundo Dulles, o Centro Operário Católico hipotecou apoio incondicional “a todas as classes conservadoras na atual emergência” e declarava-se “ao lado do governo para a repressão ao anarquismo”. (13)

A mesma orientação existia nos Círculos de Operários Católicos de Natal e de interior potiguar, fundados aqui por Dom Antônio dos Santos Cabral. Numa homenagem que lhe foi prestada em julho de 1919, ele indicou a posição ideológica dos Círculos. Referindo-se ao “operariado norte-rio-grandense, afirmou V.Excia. ser ele o operariado cristão, vinculado ao verdadeiro socialismo de doutrinas tão diversas do falso socialismo, ou anarquismo que procura convulsionar o mundo”. (14)

Vale salientar que esta posição dos Círculos Operários Católicos, combatendo anarquistas, comunistas e socialistas, prolongou-se até os dias atuais.

Em setembro de 1928, um jornalista dava a seguinte visão da classe trabalhadora potiguar: “É consolador o movimento operário que se desenrola neste Estado. As 39 corporações que aliam o elemento trabalhador, sem distinção de classe ou nacionalidade, vivem empenhadas em ampará-lo em todos os pontos de vista, tornando sólido o futuro da numerosa família que, sem pátria, é a chave do suntuoso templo do trabalho de todas as nações...” (15)

1 — A República, 2 de fevereiro de 1927

2 — A Imprensa, 16 de janeiro de 1927.

3 — O sociólogo José Albertino Rodrigues dividiu o movimento sindical brasileiro em cinco fases: 1ª) Período mutualista, antes de 1888; 2ª) Período de resistência,

1888-1919; 3^a) Período de ajustamento, 1919-1934; 4^a) Período de controle, 1934-1945; 5^a) Período competitivo, 1945-1964. - *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p.6

4 - Conforme entrevista que mantivemos com o Sr. João de Aquino, historiador e museólogo residente em Macau, no dia 23 de agosto de 1986, quando estivemos na sua casa.

5 - *A República* - 21 de agosto de 1890, p.2

6 - Medeiros, Luiz Fausto de - *Minhas Memórias de Areia Branca*, Mossoró, Coleção Mossoroense. Série C - LXVI, 1978, pp.61-62.

7 - *A República*, 29 de fevereiro de 1904

8 - Carone, Edgard - *A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)*, São Paulo, Difel, 1975, 3^a Edição, p.199

9 - *A República*, 28 de fevereiro de 1926, p.2

10 - *A República* - 27 de janeiro de 1926, p.1

11 - Dias, Everardo - *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1977, p.93

12 - Simão, Aziz - *Sindicato e Estado*, São Paulo, Dominus Editora, 1966, pp.170-171

13 - Dulles, John W.F - *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, p.101. (1900-1935), Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1977, 2^a

14 - *A República*, 28 de julho de 1919

15 - *A República*, 25 de setembro de 1928

**ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS DO RIO GRANDE DO NORTE
(DO INÍCIO ATÉ 1930)**

Nome da Associação	Data da Fundação
1. Sociedade União Beneficente dos Artistas - Canguaretama.....	1873
2. Associação Operária - Macau.....	1880
3. Centro Operário Luiz da França - Natal.....	1890
4. Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal - Macau.....	1891-92
5. Associação Operária - Areia Branca.....	-----
6. Sociedade dos Artistas "16 de Julho" Natal*.....	-----
7. Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense - Natal	1904
8. Associação Beneficente dos Guardas da Alfândega - Natal.....	1908
9. Centro Operário Natalense.....	1911
10. Centro Artístico Novacruzense.....	1919
11. Centro Artístico-Operário Assuense.....	1919
12. Liga Artístico-Operário São José - Macaíba.....	1919
13. União dos Artistas - Mossoró.....	1919
14. Círculo de Operários Católicos São José - Natal.....	1919
15. Associação dos Operários de Macau.....	1920
16. Associação dos Professores do Rio Grande do Norte.....	1920
17. União dos Sapateiros - Natal.....	1920
18. Centro Artístico-Operário Tourense.....	1921
19. Liga Operária de Mossoró.....	1921
20. Centro dos Chauffeurs - Natal.....	1923
21. Sociedade de Estivadores Potengy - Natal.....	1923
22. Centro Operário de Goianinha.....	1924
23. Centro Artístico-Operário Lagense.....	1924
24. União dos auxiliares do Comércio - Natal.....	1925
25. Liga Operária de Martins.....	1927
26. União Beneficente Operária de Assú.....	1927
27. Centro dos Carteiros do Rio Grande do Norte-Natal.....	1927
28. Beneficente Operária de Mossoró.....	1927
29. Sociedade Beneficente Operária da Repartição de Serviços Urbanos-Natal....	1927
30. Centro Artístico-Operário de Pedro Velho.....	1927
31. Liga Artístico-Operária Lagense.....	1927
32. União Beneficente dos Motoristas do Rio Grande do Norte - Natal.....	1928
33. União Trabalhista - Natal.....	1929
34. Centro Operário de Extremoz.....	1930
35. Associação Operária de Canguaretama.....	-----
36. União Gráfica - Natal.....	-----
37. Liga Protetora dos Alfaiates - Natal.....	-----
38. Liga Protetora dos Sapateiros - Natal.....	-----
39. Sindicato Geral dos Trabalhadores - Natal.....	-----
40. Sociedade Beneficente dos Operários do Saneamento - Natal.....	-----
41. Sindicato Profissional Beneficente dos Empregados Públicos - Natal.....	-----
42. União Caixeiral de Lages.....	-----

* Esta Sociedade converteu-se em "Coração Livre Popular", em abril de 1900 - A República, 22 de janeiro de 1901, p.2.

Este trabalho é um capítulo do livro - A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930), que será publicado em 1989, comemorativo do Centenário da Proclamação da República.

UM ESTUDO INÉDITO DE CÂMARA CASCUDO

(I)

Eduardo Bezerra Neto
(do Instituto do Ceará)

Na década de 60 o historiador Fernando Câmara encontrava-se dedicado ao levantamento genealógico do ramo cearense da família, à qual estava ligado pelo lado paterno.

Os Câmara do Ceará têm como ascendente comum Miguel Alves de Melo Câmara, que se fixou em Quixeramobim e ali morreu em 2 de fevereiro de 1867. Deixou três filhos: José Bonifácio, Ana Joaquina e Florinda Cândida. O primeiro faleceu solteiro, na juventude; as duas filhas casaram e deixaram descendência.

De Miguel Alves de Melo Câmara tem-se notícia de que era natural da Província do Rio Grande do Norte e do seu inventário consta ter sido proprietário de terras na sua província natal. Impossível, porém, identificar os nomes dos seus pais e a freguesia onde nasceu. Tendo casado em segundas núpcias com uma viúva, em Quixeramobim, do assentamento paroquial constam apenas os nomes da primeira mulher e do primeiro marido dos nubentes.

Essa circunstância levou Fernando Câmara ao mestre Câmara Cascudo. Assim, graças ao intermédio do insigne historiador cearense Raimundo Girão, na época Secretário de Cultura do Ceará, Câmara Cascudo remeteu ao amigo um trabalho seu intitulado "Câmaras".

Tratava-se de um texto datilografado, enriquecido com diversas anotações manuscritas às margens, contendo acréscimos que seguramente seriam incorporados ao texto a ser publicado.

Tive em mãos o escrito original do mestre Câmara Cascudo e dele tirei cópia datilografada, a qual incorporou as notas manuscritas, com indicação dessa particularidade no novo texto decorrente.

É esse o texto que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte publica em sua Revista.

A meticulosidade do historiador Raimundo Girão é a garantia de que os originais foram devolvidos ao autor. No entanto, para surpresa dos cearenses e creio que agora também para os rio-grandenses do norte, o trabalho do mestre Câmara Cascudo permaneceu desconhecido do público, todos esses anos.

A idéia de publicação do inédito é creditada ao historiador Olavo de Medeiros Filho, que para isso contou com o decisivo apoio do Presidente Enélio Lima Petrovich.

Cabe aqui uma observação oportuna. Manuel Raposo da Câmara, o patriarca açoreano da família, teve um filho e duas netas casados no Ceará na segunda metade do século XVIII. De uma dessas netas descendo eu, por parte de pai e de mãe. Esta circunstância me fez familiar dos registros paroquiais cearenses onde os nomes das duas primeiras gerações de Câmaras, dos Açores e do Rio Grande do Norte, ainda constam.

Posteriormente à pesquisa nos arquivos da atual Diocese de Limoeiro, onde foi valiosa a contribuição do próprio Bispo Diocesano, Dom Pompeu Bessa, através do historiador Olavo de Medeiros Filho me foi possível pesquisar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Pessoalmente, Olavo de Medeiros Filho localizou registros valiosos sobre os Câmaras norte-rio-grandenses.

Todo esse acervo reunido permite, hoje, suprir lacunas do texto original do mestre Câmara Cascudo e introduzir algumas correções. Em respeito ao tão estimado autor e tendo em vista não ampliar por demais o espaço ocupado pelo estudo, publica-se, nesta oportunidade, o texto que foi copiado do original, incorporando as notas manuscritas já mencionadas.

“CÂMARAS”

Luis da Câmara Cascudo
(Sócio Benemérito)

A família Raposo da Câmara foi fundada no Rio Grande do Norte pelo português Manuel Raposo da Câmara, morgado na Ilha de São Miguel, nos Açores, onde possuía vinhedos e olivais. Pertencia à primeira aristocracia e disto prova frei Gaspar Frutuoso, em sua sonolenta e conspícua “Saudades da Terra. História Genealógica de Sam Miguel” (Tip. do Amigo do Povo, Ponta Delgada, 1876). Fr. Gaspar, que morreu em 1591, foi um sizado cronista dos Raposos antes de sua ligação aos Câmaras.

Quando chegou a Natal o fidalgo Manuel Raposo da Câmara? Deveria o ter feito em princípios do século XVIII. Em julho de 1718 o fidalgo ilhéu já pertencia ao grave Senado da Câmara de Natal. Af se condensava a nata dos sangues-azuis da Capitania.

Sei que adquiriu terras foreiras. Em 1719 encontro um registro de carta de doação de chãos concedidos ao tenente Manuel Raposo “na Ribeira desta Cidade”, pagando o Foro anual de 160 réis. Em outubro de 1724 o sargento-mór Joam de Souza Nunes requer “huns xãos”, dizendo-se “senhor e possuidor de humas moradas de casas terreas citas nesta Cidade junto a Igreja do Rosario dos Pretos, compradas ao capitão Manuel Raposo”. Em 1742 vejo diversos requerimentos.

Teria vindo sozinho o morgado açoriano? Há uma tradição de família que afirma ter vindo uma trindade. Possivelmente um dos manos é esse tenente Miguel Raposo a quem o Senado da Câmara concede, pelo foro anual de 160 réis, uma data de chãos e casas “na Ribeira desta Cidade”, no ano de 1738. Esse Miguel morreu viúvo a 10 de fevereiro de 1760, com sessenta e seis anos de idade. O outro irmão pode ter sido um Antônio Raposo, com a patente de capitão. Deste Antônio Raposo só sei informar que lhe morreu a mulher, dona Tereza, a 24 de julho de 1790, com cinquenta anos. Quando o capitão Antônio Raposo entendeu de morrer é que não descobri.

MANUEL RAPOSO DA CÂMARA, SEU CASAMENTO E DESCENDÊNCIA.

Manuel Raposo da Câmara tomou gosto pela terra amável que o recebeu. Possuindo terras, criando gado, metido nas pequeninas andanças políticas do Senado da Câmara, integrou-se em Natal com alma e corpo.

Manuel Raposo da Câmara casou em Natal com dona Antônia da Silva. Era, naturalmente, de família limpa de sangue e boa de nome. Doutra maneira não se casaria um morgado legítimo. Demais, em todos os papéis que manuseei a senhora Manuel Raposo da Câmara é tratada sempre por **dona** e escrito em extenso. Dona Antônia da Silva me parece uma mulher enérgica, forte, decidida, exemplar da fidelidade ao marido e da ignorância às letras.

Manuel Raposo da Câmara morreu antes de 1783. Foi sepultado debaixo do púlpito da Igreja Matriz. Dona Antônia da Silva veio a falecer a 25 de julho de 1785. Seu assento de óbito assim resa:

“Faleceu da vida presente D. Antonia da Sylva, mulher viuva, de idade de cem anos, pouco mais ou menos”.

Os filhos do casal foram: Victorino da Silva, Antônio da Câmara, Manuel Raposo, Quitéria, Marcelina, Rosa, Josefa e Maria.

Manuel Raposo morreu antes da mãe.

Dona Antônia da Silva fez testamento aprovado a 23 de outubro de 1783. Um seu sobrinho, alferes Antônio José Barbosa, escreveu “por a testadora não saber ler nem escrever”. O testamento foi aberto no dia de sua morte. Uma testemunha da cerimônia é um sr. Manuel Esteves da Câmara. Há uma declaração de que a morta “sepultou-se perto de seu marido”.

TÓPICOS DO TESTAMENTO DE DONA ANTÔNIA DA SILVA

“Declaro que fui casada com Manuel Raposo da Câmara, já falecido, de cujo matrimônio tenho ainda vivos os filhos seguintes - Vitorino da Silva, Antonio da Câmara, Quiteria, Marcelina, Rosa, Josefa e Maria.

”Declaro que meu marido tinha na ilha de São Miguel uma vinha que herdou por herança de sua avó, que por sua morte me coube.

“Declaro que na mesma ilha tem um Morgado que por morte de meu marido ficou para o meu filho Vitorino com a obrigação de dar anual para alimentos a mim dois mỗios de trigo, e a cada irmão, meus filhos, um mỗio, o que nunca deu, e que os ditos meus filhos procurarão e cobrarão por minha morte.

“Peço e rogo a meu filho Antonio da Câmara e a meu neto Gonçalo Soares Raposo da Câmara que por serviço de Deus e por me fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros”.

VITORINO DA SILVA CÂMARA

O morgado Vitorino da Silva Câmara casou com d. Joana Maria de Jesus Monte. Ambos eram do Rio Grande do Norte, informa o Barão de Studart (Dicion. Bio-Bibliogr. Cearense, vol 2, pág. 26).

Da vida social do primogênito dos Raposos da Câmara não há indícios de muita ação. Pude apurar os seguintes filhos:

GONÇALO — ... casou três vezes e uma vasta prole cercou-o de glória patriarcal.

PEDRO — ... batizado a 7 de fevereiro de 1751.

LOURENÇA MARIA DE JESUS que se casou com José da Fonseca Soares Silva, tendo três filhos: Joaquim, José e Miguel. Todos usaram o nome paterno. Joaquim da Fonseca Soares Silva casou a 23 de maio de 1831 com D. Tereza Leopoldina Barbosa, nascida a 29 de março de 1812 e falecida a 11 de maio de 1890. Essa d. Tereza Leopoldina era filha do capitão-mór Joaquim José Barbosa e de d. Isabel Pereira de Oliveira, tronco de larga progênie cearense.

Vitorino da Silva Câmara, pela disposição do apelido, é pai de um João Paulo da Silva que se casou com d. Antônia Maria da Conceição cujo filho Ricarti Soares Raposo da Câmara, casa a 26 de setembro de 1848 com d. Maria José do Nascimento, filha de João Pedro da Silva e de d. Francisca Maria da Conceição. Bem poderão ser esses senhores, João Paulo e João Pedro, manos de pai e mãe e filhos de Vitorino.

ANTÔNIO DA CÂMARA E SILVA

Antônio da Câmara e Silva, o filho-segundo de Manuel Raposo da Câmara e de d. Antônia da Silva, nasceu em 1721 porque ao morrer no dia 9 de março de 1808 tem oitenta e sete anos feitos. Casou com d. Ana Maria Torres, natural do Aracati e filha do capitão Manuel Frazam Caldeira Torres e de d. Francisca Gomes de Sá, da freguesia de Russas, no Ceará. O capitão Manuel Frazam Caldeira Torres, enviuvando casou com d. Rita Antônia Pereira e morreu em Natal aos oitenta e seis anos de idade, a 28 de outubro de 1835.

Antônio da Câmara houve os filhos:

Francisco Xavier da Câmara e Silva, batizado aos 21 de abril de 1769.

José Joaquim da Câmara e Silva, nascido a 10 de agosto de 1769.

Joaquim José da Câmara e Silva.

José Francisco, nascido a 25 de novembro de 1770.

Francisco Xavier da Câmara e Silva fez vida militar. E, 1796 era sargento. Casara com d. Ana Clara, filha de José Fernandes e de d. Ana Antônia da Conceição. Deste Consórcio houve:

Joaquim, batizado a 24 de fevereiro de 1792.

Morrendo d. Ana Clara, Francisco Xavier convolou segundas núpcias com d. Maria Josefa, filha de Francisco Delgado, da vila do Recife de Pernambuco e de d. Ana Soares, de Natal. Francisco Delgado era filho de Francisco Delgado Barbosa, de Goiana e de Micaela Teixeira da Rocha, de Muribeca, nas terras pernambucanas. D. Ana Maria Soares era filha de Luís Soares Corrêa, natural da cidade do Porto, em Portugal e de d. Lourença de Araújo, de Natal. Do segundo casamento de Francisco Xavier houve uma filha:

Ana - Batizada a 25 de outubro de 1807.

José Joaquim da Câmara e Silva casou com d. Quitéria Tereza de Jesus, filha do sargento Francisco Xavier Barbosa e de d. Rita Maria de Jesus. José Joaquim seguiu carreira militar por algum tempo. Em 1795 era cabo-de-esquadra, lugar altíssimo na-quele delicioso fim de século XVIII. O casal teve vários filhos:

Joaquim, 8 de outubro de 1792.

João, 23 de outubro de 1794.

Manuel, 17 de outubro de 1795.

Manuel, 22 de agosto de 1799.

Damiana, 26 de dezembro de 1802.

Joaquim José da Câmara e Silva casou com d. Maria Antônia de Oliveira, filha de Francisco Xavier de Oliveira e de d. Ana Maria da Conceição. Tenho notícia de três filhos:

Francisco Xavier, nascido em 1800 em São Gonçalo, avô do Cardeal D. Jaime.

Joaquim José, nascido a 9 de agosto de 1803; batizado a 10 de outubro seguinte; casou a 4 de maio de 1826 com d. Maria Inácia, filha do Capitão José Rebouças de Oliveira e de d. Antônia Joaquina.

Úrsula, faleceu a 10 de novembro de 1807, com um mês.

De José, filho de Antônio da Câmara e Silva, nada pude obter.

A 2 de abril de 1847 casa-se em Natal João Paulino da Câmara, com d. Ana Rita Gadelha, filha de Antônio de Albuquerque Gadelha e de d. Isabel Maria das Virgens. O noivo era filho de Antônio Francisco da Câmara e de d. Francisca Antônia das Chagas. Inclino-me a julgar Antônio Francisco da Câmara como filho de Antônio da Câmara e Silva.

/Apontamentos manuscritos à margem, de L.C.C./

Faleceu em Jardim de Angicos Joaquim José da Câmara, a 22-5-1895, com 97 anos, 11 filhos, 143 netos, 180 bisnetos, 5 tetranetos, pai de José Rebouças de Oliveira Câmara.

A República, de 5-6-1895

Manuel Frazão Caldeira Torres - Reg. Inf. Mil. - Soldado, 26.2.1776 - Cabo, 3.7.1776 - Furriel, 3.8.1777 - Alferes, 15.1.1790 - Capitão, 29.10.1793.

MANUEL RAPOSO DA CÂMARA

Manuel Raposo da Câmara falecera antes de 1783, quando sua mãe d. Antônia da Silva fez o testamento, pois menciona os filhos vivos e entre eles não figura Manuel. Consegui provas da sua existência nos registros de batismos onde era ritual mencionar-se avô e avó. Aqui estão os dois documentos:

Manuel - Batisado a 10 de janeiro de 1771, filho legítimo de Manuel Raposo da Câmara e de d. Maria d'Anunciação de Ramos. Neto paterno de Manuel Raposo da Câmara, natural da ilha de São Miguel e de d. Antônia da Silva e neto materno de Gonçalo Soares Raposo da Câmara e de d. Ana Maria, ambos da Paraíba assim como a mãe.

José - nasceu a 20 de setembro de 1779, filho legítimo de Manuel Raposo da Câ-

mara e d. Constança de Albuquerque. Neto paterno de Manuel Raposo da Câmara, natural da ilha de S. Miguel e de d. Antônia da Silva, da freguesia de N.S. da Apresentação de Natal, e neto materno de Manuel de Melo e Albuquerque e de d. Ângela de Souza.

Anterior é o nascimento de Felipa -

Felipa - filha legítima de Manuel Raposo da Câmara, do Rio Grande do Norte e de sua mulher d. Maria d'Anunciação de Ramos, da cidade da Paraíba, moradores nesta freguesia. Neta paterna de Manuel Raposo da Câmara, da ilha de São Miguel e de sua mulher d. Antônia da Silva, natural da cidade de Natal, e materna de Gonçalo Soares da Câmara, do Natal e de sua mulher d. Ana Maria do Nascimento, natural da Paraíba e moradores nesta freguesia, nasceu no 1º de maio de 1767.

Os filhos de Manuel Raposo, segundo do nome, foram:

Felipa - 1º de maio de 1767.

Maria

Miguel

Manuel - batizado a 10 de fevereiro de 1771.

José - batizado a 20 de setembro de 1779.

Manuel Raposo da Câmara, pelo visto, casou duas vezes. A primeira com uma filha de Gonçalo Soares Raposo da Câmara, sobrinho legítimo, por ser filho de seu irmão Vitorino. Casado com d. Maria d'Anunciação de Ramos, em 1779 já surge ao lado de sua segunda mulher, d. Constança de Albuquerque, filha de Manuel de Melo e Albuquerque e de d. Angélica de Souza. O simples enunciado dos cognomes dispensa a prova de nobreza.

Felipa, José, Maria e Manuel não tiveram a bondade de permitir que lhes enxergasse vestígio de crônica e descendência.

Do terceiro Manuel Raposo sei apenas que em outubro de 1804 estava em Natal e tinha a patente de alferes.

OBS: em apontamento a lápis, que depois riscou, LCC escreveu "casaria com d. Ana Joana de Melo, que faleceu com 22 anos aos 26 de abril de 1805" - ao que parece, a anotação supra foi trasladada para outro Manuel, filho de Gonçalo Soares da Câmara.

FILHAS DO PRIMEIRO MANUEL RAPOSO DA CÂMARA

D. Antônia da Silva em seu testamento menciona as filhas. Eram cinco: Quitéria, Marcelina, Rosa, Josefa e Maria, todas solteiras quando do falecimento da mãe. Josefa Raposo da Câmara chegou aos oitenta e cinco anos. Faleceu de palma e capela a 5 de dezembro de 1809.

Marcelina do Espírito Santo casou com Ambrósio Manuel de Albuquerque Melo, de quem houve um caszinho:

Ana - nascida a 24 de fevereiro de 1762.

João - nascido a 23 de fevereiro de 1769.

Ambrósio Manuel era filho de Manuel de Melo e Albuquerque e de d. Angélica de Souza, sogros de Manuel Raposo da Câmara, segundo do nome, em seu casamento número dois. Marcelina era cunhada do marido.

OBS: em apontamento a lápis LCC registra que o casamento de Marcelina com Ambrósio Manuel foi feito a 26 de abril de 1759.

De Rosa, Quitéria e Maria, ignoro o paradeiro. Quitéria parece ser a mais velha e possivelmente juntou-se às Onze Mil na pureza do seu estado. Rosa herdou a vinha avoenga na ilha de S. Miguel. Não sei se o odor dos claretos ilhéus tentou algum "bom-sangue" setecentista. De Maria nada, absolutamente, achei...

Marcelina do Espírito Santo faleceu em Natal a 24 de outubro de 1805. O registro de óbito atesta a idade de cinquenta anos. De Ambrósio Manuel perdi a pista logo depois de viúvo...

OBS: em apontamento a lápis LCC, que calculou o nascimento de Marcelina, em 1759 (mais certo seria 1755), indaga - "teria casado com quatro anos?"

GONÇALO SOARES RAPOSO DA CÂMARA

Gonçalo, primogênito de Vitorino da Silva Câmara, ficou chamado comumente "Gonçalo Morgado" e foi o patriarca da família. A mais alta percentagem dos Raposo da Câmara pertence ao seu sangue. Até ele expiravam as lendas da família. Todos os parentes atuais julgavam-no o fundador da "gens", o elemento reinol que emigrara. Foi-me necessário muita busca e pesquisa para desmanchar a tradição de que Gonçalo-morgado saíra de Portugal porque se aliara aos marqueses de Távora na conspiração contra El-Rei D. José. A conspiração dos Távoras, inclusive processo e martírio, vem de 1758 a 1759. Nesta época e muitíssimo antes os Câmaras proliferavam em terras potiguares. Já em 1718 Manuel Raposo da Câmara era membro do Senado da Câmara de Natal...

Pelos documentos que compilei é impossível dizer onde nasceu Gonçalo. Em diversos assentamentos de batismo encontro "natural da freguezia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba" e noutros o banal e rápido "natural desta freguezia". As provas dum e doutro lado contrabalançam qualquer estimativa. Casou três vezes.

No registro de Felipa, filha de Manuel Raposo II°, genro de Gonçalo, há uma d. Ana Maria do Nascimento. Existe outra d. Ana Maria Soares de Melo e uma d. Inez Tomásia de Melo que foi a derradeira Sulamita desse Salomão tropicalesco. (a tinta) "D. Ignes morreu em Natal a 8 de outubro de 1846, com mais de 60 anos".

Parece ter havido ligação anterior ao casamento porque esse primeiro se dá em 1778 e o primogênito Luís morre em 1853 com 83 anos, o que lhe denuncia o nascimento para 1770.

O assentamento de Casamento de Gonçalo-morgado assim diz:

"Aos trinta de junho de mil setecentos e setenta (a tinta) "sessenta?" e oito, as sete horas da manhã, pouco mais ou menos, nesta Matriz, corridos os banhos nesta Matriz e nas mais partes de suas naturalidades, e residencias, dispensadas por sua Excelência Reverendíssima nos quatro graos de consaguinidade atingente ao terceiro, de licença minha, na presença do Padre Coadjutor Bonifacio da Rocha Vieira se casarão com palavras de presente Gonçalo Soares Raposo da Câmara, filho legítimo de Vitorino Raposo e de Joana Maria de Jesus, com dona Ana Maria Soares de Melo, filha legítima de Dionísio da Costa Soares e d. Eugenia de Oliveira e Melo, e logo receberão as benções conforme os ritos da Santa Madre Igreja, etc.

- Pantaleão da Costa Araujo, Vigário do Rio Grande"

Dionísio Soares da Costa, ou vice-versa, era sargento-mor e ocupava o altíssimo posto de Provedor da Real Fazenda na Capitania do Rio Grande.

Os filhos de Gonçalo-Morgado são:

Caetana Maria, nascida a 3 de maio de 1778. O assento dá 1768, o que deve ser engano. (a tinta) "casou com Ricardo Witshire, que morreu aos 60 a 26-1823; no inventário de sua mãe figura em 1°".

Luís Soares Raposo da Câmara, morreu aos 83 anos, a 8 de junho de 1853. Nascera em 1770. Era major.

Dionísio (a tinta) "da Costa Soares, capitão, nasceu a 17-7-1774. Fixou-se no vale do Ceará-Mirim". (a lápis) "4° avô do Senador João Câmara".

Manuel (viúvo em 1808) casou a 10-7-1804 com Anna Joaquina de Souza, filha do capitão Antônio José de Souza Oliveira e Joana Francisca de Melo.

Antônio, deve ter nascido mais ou menos em 1789, pois seu filho único nasce em 1810. (a tinta) "em julho de 1822 tinha a patente de Cadete. Casado já em 1808".

Joaquim Torquato, nascido a 27 de fevereiro de 1788.

Maria, nascida a 29 de março de 1793. (a tinta) "16 anos em 1808".

José Januário (a tinta) com 12 anos em 1808.

Joana, nasceu a 12-4-1776.

Maria, batizada a 24 de agosto de 1811.

João, batizado a 14 de julho de 1814.

Tereza, nascida a 18 de agosto de 1812.

Joaquim, batizado a 19 de junho de 1819. O pai morrera em fevereiro. A criança foi batizadas com "hum dia de vida". Foram padrinhos o capitão José Alexandre Gomes de Melo e sua mulher d. Joana Evangelista de Vasconcelos.

Parece, entretanto, que Gonçalo casou apenas duas vezes. Luís, o primogênito, é filho de d. Ana Maria Soares de Melo. Esta senhora faleceu a 12 de setembro de 1808. Joaquim Torquato, José Januário, Maria, Caetana, Antônio, são filhos do primeiro matrimônio. Com d. Inez Tomásia de Melo (que também aparece chamada "Inez Romana") há a descendência nascida no século XIX, Maria, Tereza, João e Joaquim...

Gonçalo Soares Raposo da Câmara nasceu em 1736. Pertenceu parcamente aos movimentos políticos da Capitania, onde era relacionadíssimo. Com os Albuquerque Maranhão tinha privança. Somente a idade lhe privou de fazer parte da revolução de 1817. Luís de Albuquerque Maranhão era seu compadre, padrinho de Tereza e a madrinha foi uma mana dos Maranhões, d. Delfina Rita d'Albuquerque Maranhão.

Gonçalo-Morgado atingiu serenamente aos oitenta e três anos, como afirma seu registro de óbito que descobri, assim como o de seu casamento, na papelada esparsa do arquivo do Instituto Histórico.

"Faleceu da vida presente aos dezanove de fevereiro de mil oitocentos e dezanove o tenente Gonçalo Soares Raposo da Câmara casado com d. Inez Tomásia de Melo, morador nesta cidade, de idade de oitenta e três anos, mais ou menos, com todos os sacramentos da Igreja, encomendado pelo reverendo vigário Manuel José Fernandes, aos vinte dias foi sepultado das grades para cima, envolto em habito de São Francisco, e para constar fiz este assento no qual assino.

Francisco Antônio Lunache de Melo - Vigário Interino".

O que deixa margem para a suposição de um terceiro casamento, anterior ao com d. Ana Maria Soares de Melo, é ter uma filha de Gonçalo, d. Maria d'Anunciação de Ramos, casado com seu tio-avô Manuel Raposo da Câmara, IIº do nome.

O casamento de Gonçalo com d. Ana Maria é de 1778. Luís, o mais velho, é de oito anos antes e no registro de batismo de seus filhos se dá como filho de Gonçalo e d. Ana Maria Soares de Melo, o que afasta a possibilidade de ter sido filho doutra procedência. Três anos antes de Luís nascer e onze anos antes de Gonçalo casar, a 1º de maio de 1767, nasce uma neta deste, Felipa, filha de Manuel Raposo da Câmara, IIº e duma sua filha, a misteriosa d. Maria d'Anunciação de Ramos. No assento eclesiástico desta Felipa se lê:

"Neta paterna de Gonçalo Soares Raposo da Câmara, do Natal e de sua mulher d. Maria do Nascimento, natural da Paraíba".

No registro de Manuel, outro filho do IIº Manuel Raposo da Câmara, o menino, batizado a 10 de janeiro de 1771, um ano depois do nascimento do primogênito de Gonçalo-Morgado, aparece como neto materno de "Dona Ana Maria", que será a mesmíssima Soares de Melo. E esta Ana Maria do Nascimento não será a mesma? Não mais é possível identificá-la porque a documentação carece de importância. Fica a ponta da questão... o nome verdadeiro da ilustre mamãe de d. Maria d'Anunciação de Ramos.

Gonçalo-Mortado amava muito este nome bíblico. Deparei com duas Marias, uma de 29 de março de 1793 e outra de 24 de outubro de 1811. Nenhuma poderá ser a

d'Anunciação Ramos., que já era mãe vinte e seis anos antes do nascimento da primeira das duas manas Marias...

JOSÉ JANUÁRIO RAPOSO DA CÂMARA

José Januário, filho de Gonçalo Raposo, digo, Soares Raposo da Câmara e de d. Ana Maria Soares de Melo, casou com d. Rita Maria da Conceição, filha de Joaquim José da Câmara e de d. Maria Antônia de Oliveira, neta paterna de Antônio da Câmara e Silva e de D. Ana Maria de Torres e neta materna de Francisco Xavier de Oliveira e de d. Ana Maria de Oliveira. (a lápis) "*faleceu José Januário a 26-3-1848*".

José, nascido a 12 de maio de 1816 (a lápis) (é José Prega).

Eugênia, nascida a 23 de dezembro de 1822.

A 7 de outubro de 1871 casa em Natal José Januário Soares da Câmara com d. Maria Eufrasina de Souza.

(A lapis) "*José Prega, assim chamado porque usava camisas cheias de plissés*".

O RAMO DO MORGADO

Luís Soares Raposo da Câmara, o mais velho dos filhos de Gonçalo, herdou a morgadia na ilha de S. Miguel que seu pai trazia sempre arrendada. Luís nasceu em 1770 e morreu em Natal a 8 de junho de 1853. Casara com D. Maria d'Apresentação de quem houve vasta prole. Tenho notícia de oito rebentos. D. Maria d'Apresentação era filha do sargento-mor Antônio de Barros Passos e de sua mulher d. Bernardina Rita da Assunção. Esse sargento-mor era natural do Recife de Pernambuco e como comandante das Armas governou a Capitania do Rio Grande. Enviuvara e contraíra segundas núpcias com d. Inácia Juliana de Oliveira, filha de Salvador Rebouças de Oliveira, natural da vila do Assú e de d. Rosa Maria de Oliveira, de Natal.

Luís Soares Raposo da Câmara enviuvou a 19 de novembro de 1838 não mais casando. Filhos:

Francisco - 2 de julho de 1794.

Joaquina - 14 de abril de 1797.

Joaquim - 7 de setembro de 1798 e morreu a 2 de setembro de 1855.

Inácio - 1º de fevereiro de 1802.

Maria - 7 de outubro de 1804.

José - 4 de janeiro de 1806.

Maria - 30 de outubro de 1810.

Francisca - 16 de janeiro de 1815.

Francisco, o primo-nato, morreu criança. O direito ao morgado passou para Joaquim Soares Raposo da Câmara. Aqui se desfaz um ponto que na família era tido como absoluto. Afirmava-se que Joaquim Soares era filho de Gonçalo-Morgado quando está provado ser neto. O ramo do Morgado é o seguinte, desde Joaquim até 1931.

Joaquim Soares Raposo da Câmara nascido a 7 de setembro de 1798, faleceu em Natal a 2 de setembro de 1855. Casou com d. Josefa Francisca, filha do capitão Francisco Pereira de Brito e de d. Ana Maria de Abreu, todos moradores na vila de Extremoz. Filhos:

Luiz - 15 de fevereiro de 1822. Morreu criança.

Joaquim - nascido em 1828. Foi o Morgado.

Antônio - 13 de julho de 1833.

José - 14 de junho de 1835. Casou e deixou um filho. Fôra de Natal. Fez a guerra do Paraguai.

Francisco de Paula. Foi sacerdote.

Maria Salomé, falecida em Natal a 11-11-1922 com 91 anos. Havia casado em 6 de fevereiro de 1851, com José Barbosa Aranha, da Bahia, filho de José Joaquim Aranha e Ana Joaquina Barbosa, e faleceu em 28-7-1858.

Joaquim Soares Raposo da Câmara, nascido em 1828, faleceu a 10 de maio de

1878. Casou a 27 de agosto de 1854, com d. Guilhermina Benvinda de Souza Caldas, filha de Antônio José de Souza Caldas, da vila de Santarém patriarcado de Lisboa e de d. Josefa Maria Nazaré. Neta paterna de José de Souza Caldas e de d. Ana Joaquina de Jesus, da vila de Santarém e neta materna do tenente Carlos José de Vasconcelos e de d. Josefa Maria da Conceição, todos os outros naturais de Natal. Em segundas núpcias, Joaquim Soares se casou a 2 de junho de 1870, com Ana Carolina de Almeida e Silva, viúva de Joaquim Gomes da Silva. Não houve filhos do segundo matrimônio. Do primeiro, são os seguintes:

Antônio - morreu criança.

Joaquim - 1855-1930. Casou com d. Ana Carolina Pinto de quem não houve filhos. Neste Joaquim Soares Raposo da Câmara, terceiro do nome, terminou a varonia em linha reta do "Ramo Morgado".

Josefa. Casada com Rodolfo Ferreira de Goes. Não tiveram filhos. Ambos já falecidos.

Benvinda. Morreu solteira. Nascera a 2 de abril de 1860.

João Carlos - casado com d. Geracina Leonila, filha de Inácio Ferreira de Goes e de D. Maria Joaquina de Goes. Falecido em 27 de março de 1933. Filhos:

Anfilóquio Carlos - bacharel. Casado em primeiras núpcias com d. Áurea Barros. Casado em segundo matrimônio com d. Jandira Jupira de Paula. Sem filhos de ambos os casamentos.

Cleto Ligório - bacharel. Casado com d. Maria Dulcina, filha de Joaquim Leopoldo Raposo da Câmara. Filhos:

Levi Carlos.

Maria Nicéa.

Lélio Augusto - bacharel solteiro.

Balbina (viúva) casada com Francisco de Paula Soares da Câmara. Filha: Francisca de Paula Soares da Câmara.

Elvira (viúva) casada com Francisco Ferreira de Goes. Sem filhos..

Adauto morreu criança.

Maria, casada com João Francelino Pereira da Mata: um filho com o mesmo nome paterno e um outro com o nome de Sálvio. Falecida.

Francisco de Paula Soares da Câmara, que se ordenou, teve filhos bastardos. Legitimou-os. Foram:

Ana - casada com Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, filho do coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara e de d. Joana Cândida Borja Pinheiro da Câmara.

Francisco de Paula - casado com Balbina Soares Raposo da Câmara, filha de Joaquim Soares e de d. Guilhermina Benvinda de Souza Caldas.

Maria - morreu dum acidente.

Antônio e José, filhos de Joaquim Soares e Josefa Francisca, não permitiram que lhes visse traço da vida. Com estes nomes finda a linha direta do major Luís Soares Raposo da Câmara, o ramo varonil com direito ao morgado. O morgado na ilha de São Miguel foi vendido nas eras de 1870 pelo capitão Joaquim Soares, pai do último do nome, o III^o.

Dos outros filhos de Luís Soares Raposo da Câmara apenas colhi dados sobre as duas Marias e Inácio.

Inácio - casou a 27 de julho de 1823 com d. Joaquina Francisca Soares de Moraes, filha do capitão Manuel José de Moraes e de d. Rosa Maria de Viterbo. Filho: José - 7 de abril de 1833.

Maria Adelaide - casada com Joaquim José Pinto, natural da cidade de Goiázes, filho do capitão José Pinto da Fonseca, natural do bispado de Vizeu e de d. Felisberta Joaquina de Oliveira, natural de Goiaz. Filhos: José - 19 de setembro de 1827; Joaquim - 9 de outubro de 1828.

Maria d'Apresentação - casada com João Pereira de Azevedo, da freguesia de

S. Nicolau, da cidade de Porto, filho de Manuel Pereira de Azevedo e de D. Mariana Margarida de Azevedo. O noivo tinha 22 e a noiva 16 anos. O casamento realizou-se “na casa de residência do Governador da Província” a 31 de agosto de 1821. Há o tratamento de alferes para o nubente.

Joaquina - 22 de janeiro de 1822.

TEREZA SOARES RAPOSO DA CÂMARA

Tereza, filha de Gonçalo Soares Raposo da Câmara e de d. Inez Romana de Melo, nasceu em Natal aos 18 de agosto de 1812. Foram seus padrinhos o capitão Luís de Albuquerque Maranhão e sua irmã, d. Delfina Rita d’Albuquerque Maranhão.

Casou com o português Manuel Ferreira de Lima. Um filho do casal foi o bacharel Antônio Augusto Ferreira de Lima, secretário da presidência da Província do Rio Grande do Norte na administração do dr. Henrique Pereira de Lucena, nomeado a 31 de Maio de 1872, empossado a 1º de julho do mesmo 1872 e que deixou o governo a 17 de novembro de 1872.

O dr. Antônio Augusto Ferreira de Lima faleceu desembargador no Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Norte.

ANTÔNIO SOARES RAPOSO DA CÂMARA

— O ramo Leopoldo —

Antônio Soares Raposo da Câmara, filho do Gonçalo-morgado e de d. Ana Maria Soares de Melo, nasceu em Natal, possivelmente por volta de 1789 ou anteriormente. Usava o nome de Antônio Francisco da Câmara e, em julho de 1822, na moção oficial com que os povos da Capitania do Rio Grande pediram a conservação de D. Pedro de Bragança na Regência do Brasil, assinou com a patente de “cadete”.

Casou a 9 de fevereiro de 1803 com d. Luzia Gomes dos Praxedes, filha de Manuel do Nascimento Nogueira e Costa e de d. Helena Gomes de Moura, falecido a 10 de abril de 1824.

Houve apenas um filho: Manuel Leopoldo Raposo da Câmara, nascido a 8 de setembro de 1810 e morto a 4 de novembro de 1905, na cidade de Ceará-Mirim.

Antônio Soares Raposo da Câmara morreu nas eras de 70.

Manuel Leopoldo Raposo da Câmara casou em 1845 com d. Antônia Carrilho do Rego Barros, filha de José Fernandes Carrilho e de Rosa Carrilho do Rego Barros, nascida em 1828 e falecida em 15 de outubro de 1918. Dezoito filhos.

Morreram sem descendência: Maria Rosa, aos 15 anos, Antônio, em 1850 com três anos, José 1851-53, Antônia, 1857-60, Manuel Rosa, 1860-3, José, morto em 1855 com seis meses, Adolfo, 1861-2, Manuel, 1868-78, Luís, 1870-87.

O ramo Leopoldo-Raposo-da-Câmara estendeu-se pela vasta prole dos 9 restantes filhos de Manuel Leopoldo-Antônia Carrilho.

Antero Leopoldo Raposo da Câmara (1846-1910) casou com d. Maria Dionísia Seabra de Melo, filha de Joaquim Romão Seabra de Melo e de d. Maria Dionísia, filha de José Fernandes Carrilho e d. Rosa Carrilho do Rego Barros.

Maria Rosa, casada com Des. Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, faleceu em 14/5/1960. Nascera em 1874.

1º) Luís Potiguar Fernandes. Bel. Solteiro.

2º) Maria Rosa c/c Pedro Leiros. Filho: Geraldo.

3º) Aguinaldo, falecido.

4º) Benevenuto, falecido criança.

5º) Pautila, falecida criança.

6º) Humberto, c/c Edit Ponteial.

Dionísia - casada com Cícero Franklin de Souza:

1º) Oswaldo, acadêmico Direito;

2º) Otávio, acadêmico Medicina.

Antônia - viúva de Manuel Clodoaldo de Melo:

1º) Clarisse - 2º) Carmem.

Alcina, viúva de Alberto Luís Adolfo Sprenger.

Altiva

Abelardo.

Rosa, casada com Joaquim Leopoldo Raposo da Câmara, viúvo de D. Raimunda Oliveira Fernandes ou Raimunda Fernandes da Câmara.

Irene, c/c Elídio Cavalcanti Pessoa Filho, natural de Recife: Filhos - Joaquim Elídio - Efigênio - Jorge - Elídio Neto - Frederico - Rosa Maria (falecida) Eliane. Em segundas núpcias com Joaquim Pinheiro - não houve filhos.

Lídia - c/c Leônidas Ribeiro. Sem filhos.

Dolores - c/c Ovídio Pereira. Filhos: Joaquim Inácio e **Aida** c/c Dr. Odilon da Silveira, do Recife, pais de: Marcos e Roberto.

Raimundo - c/c d. Olímpia. Enviuvou e casou com Conceição, não tendo filhos.

Augusto Leopoldo Raposo da Câmara (1856-1941). Bacharel em 1880. Deputado provincial e estadual. Deputado Federal. Vice-presidente do Estado. Jornalista. Advogado. Casou a 4/10/1890 com D. Maria Pia Pereira, filha do Com. Joaquim Inácio Pereira e de d. Maria Benevides Seabra de Melo, falecida em Natal, a 15 de outubro de 1923.

Mário Leopoldo Pereira da Câmara. Bacharel. Casado com Beraldina Schultz Ribeiro. Filho: Fernando.

Maria Conceição da Câmara c/c Raimundo.

Abelardo Leopoldo Pereira da Câmara c/c Eugênia de Faria Caldas. Filho: Maurício.

Paulo Leopoldo Pereira da Câmara. Engenheiro. Viúvo de d. Maria Cristina Veras Leite. Filhos: Maria Pia e Vera Maria.

Aluisio Leopoldo Pereira da Câmara. Médico. Casado c/Sancha Melo. Filhos: Ana Maria.

Cícero Leopoldo Raposo da Câmara (1862 + ?). Casado com d. Paulina, filha de Paulino Carrilho do Rego Barros e, em segundas núpcias com d. Maria Salomé Carrilho.

Alzira - casada com Adolfo Varela. Filho: Raimundo.

Luís - Alberto e Lauro falecidos.

Noemi c/c Jorge Câmara. Filhos: Newton - Ivone - Roberto - Eleonora, Gustavo, Joaquim - Danilo e Lêda. Cyrene, (falecida aos 13 anos).

Augusto Leopoldo Raposo Câmara Sobrinho, oficial da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Francisco

Maria Celina - casada.

José. morto

Clóvis falecido 18/5/49. Era casado com Durvalina Emerenciana e tinha 4 filhos.

Vanda casada. Sem filhos.

Do segundo matrimônio com d. Maria Salomé:

Geraldo

Paulino

Margarida

Lúcia

Alfredo Leopoldo Raposo da Câmara (1865 + ?) casou com d. Maria Emília de Paiva Câmara, filha de Francisco Ribeiro de Paiva. Quatorze filhos:

Raimunda viúva do Bel. Miguel Ferreira de Castro. Teve 21 filhos, dos quais são vivos 9.

Maria Julieta (freira dorotéa)
Estelita casada c/Celso Moura (três filhos)
Cecília - solteira.
Lutigardes c/c Colombo Dantas. Falecida (sete filhos)
Adalgiza c/c Heitor Pacheco Dantas (dois filhos) enviuvando se casou com Raulo Pacheco Dantas (três filhos).
Francisco de Sales (falecido com 3 meses)
Guiomar c/c Manuel Borges (dois filhos) falecida.
Maria Philomena (Araci) solteira.
Djanira (freira dorotéa)
Elisabet (freira dorotéa)
Dulce (falecida com um ano)
Inez segunda mulher de Manuel Borges (três filhos).
Ana c/c Apolônio Lima.
Joaquim Leopoldo Raposo da Câmara (1867 + 6/6/905) casado em 1^{as} núpcias com d. Raimunda de Oliveira Fernandes, filha de Benevenuto Fernandes de Oliveira, e em 2^{as}, núpcias com Rosa, filha de Antero.
Adália - Freira da Sagrada Família.
Maria Dulcina c/c o Bel. Cleto Ligório Soares da Câmara, no dia 22 de julho de 1914, na cidade de Natal. Filhos:
Levi Carlos Soares da Câmara, nasceu a 22/8/1915, cursou a Escola de Direito do Recife, c/c Eunice Bastos de Sousa na cidade de Salvador (Bahia) no dia 22 de agosto de 1946. Residia em Natal. Faleceu em 1^o de fevereiro de 1947.
Maria Nicéa Soares da Câmara, nasceu em 4 de junho de 1921. Curso ginásial completo. Casou a 30/9/43 c/Bernardo Lucien de Broutelles, natural da Bahia. Filhos: Marlene, Helene e Bernardo.
Jorge Fernandes da Câmara c/c Noemi Raposo da Câmara (Com filhos).
Heli, oficial da Brigada Policial de S. Paulo c/c Tosca Roco. Falecido.
Gastão Fernandes da Câmara, Engenheiro. Solteiro.
João Leopoldo Raposo da Câmara (n.1871) casado com Rebeca Morizete.
Grace
John c/c Jail
Alice c/c Robison Herbert
Nilo c/c Adalgisa Couceiro.
Rosa Amélia da Câmara (1857-1888) Foi a 1^a mulher do Des. Luiz Mel. Fernandes Sobrinho.
Pedro Leopoldo Raposo da Câmara (n. 1863) Casado com d. Rosa Carrilho, filha de Paulino Carrilho do Rego Barros.
Antônia que se casou com Luís Pimenta (com filhos)
Braz casado com d. Amélia Cerqueira (com filhos).
Maria Salomé casada com seu tio paterno Cícero Leopoldo Raposo da Câmara.
Aline casada com José do Rêgo (com filhos)
Valdemar
Teófilo Leopoldo Raposo da Câmara (n. 1859) casado com D. Alice Adour.
Virgínia
Irmá
Manuel casado e com dois filhos.
Alcides - solteiro.
Edgar - casado.
Jaime Adour da Câmara (1898-1964)
Gilda
Carmem
Sílvia

Continua no próximo número.

— COMO FOMOS COLONIZADOS —
(Por degredados?)

Tarcísio Medeiros
(Sócio Efetivo)

Eis a pergunta que todo estudioso da nossa história, - sobretudo do período da Capitania, ou fase da colonização portuguesa, - tem procurado resposta convincente, satisfatória, capaz também de resolver se houve bons ou indiferentes propósitos na administração de Portugal, por 322 anos, no Brasil.

Várias explicações, pró e contra, têm sido dadas, todas ao sabor de interpretações diversas, quer quanto à aplicação do fato histórico à época em que ocorreu quer resultante da aplicação do direito vigente ao tempo das Ordenações Manuelinas e Filipinas; senão um meio extremo e necessário para conservar a terra descoberta, a qual quer preço, a qual, se ocupada por ato de conquista de outra nação, esta poderia adquirir o domínio definitivo pelo **uti possidetis**, regra do **jus gentium** advinda do Direito Romano, então vigente entre as nações.

Possuindo Portugal, no fim do século XV, densidade demográfica diminuta, assim não podia dispor de gente capaz de sustentar um domínio total no seu vasto império Colonial de então. Por isso, mais racional e lógico, seria manter aquelas partes mais ricas e evidentes em lucros imediatos: das especiarias de que enfrentar, de logo, a exploração da recém-descoberta “Terra de Santa Cruz”, que, embora prometendo “ser terra mui chã e mui boa”, passou a ser mais conhecida como “terra dos papagaios” e do “pau de tinta”, era, então, de valor financeiro muito oneroso para sua exploração.

Tivemos oportunidade de falar sobre o assunto, em “Proto-História do Rio Grande do Norte”, quando, enfocando este ângulo do início da colonização portuguesa, mostramos que a D. Manuel, o afortunado monarca, em cujo reinado Pedro Álvares Cabral enriquecera os domínios portugueses com a descoberta do Brasil, entretido, orgulhoso dos resultados econômicos conseguidos com as feitorias d’África e das Índias, passara despercebida a necessidade de tornar efetiva a sua conquista e povoamento, deixou a região abandonada.

O enorme litoral da “Terra de Santa Cruz” disponível no Atlântico Sul, pouco defendido, permitiu a visita, depois a fixação de piratas, mercenários, principalmente daqueles flibusteiros, contrabandistas ou “roulier de la mer”, corsários de regiões marítimas da França, para o escambo do pau-brasil. Por serem hábeis, souberam conquistar a amizade e confiança dos nativos, não apenas no comércio de troca, mas da vida em comum, pela miscigenação, foram os pioneiros no processo de aculturação que vai ocorrer, posteriormente.

O Rio Grande, conhecido a princípio pelo nome de rio dos Tapuios, mais tarde pelo de rio Potengi, finalmente de Capitania do Rio Grande, a cinco graus da linha equinocial, era, antes da conquista e soberania portuguesa, o ponto convergente dos que navegavam d’além mar, especialmente desses aventureiros que, abastando-se com os índios potiguares do que precisavam, seguiam depois seu destino pelas costas do Brasil; senão o melhor abrigo de todas as naus e caravelas, batidas pelos temporais, desgarradas, à deriva, para reparo de suas avarias, aquadas e reabastecimentos, trazidas em face dos ventos e correntes marítimas peculiares à região.

Do litígio entre Portugal e Espanha, para haver a preponderância da via marítima de exploração e comunicação entre suas colônias - resolvido afinal pelo Tratado de Tordesilhas e ratificado pela Bula **Ea quae pro bono pacis**, ficaria o mundo dividido pelo meridiano 50, entre as duas potências imperialistas de então, transformado o Atlântico, deste modo, em “mare clausum” exclusivo luso-espanhol.

Por isto, no inconformismo dessa situação absurda, desforme e injusta para as demais nações do tempo, que de parte dos franceses veio o protesto formal nessa frase do seu soberano Francisco I: — “Je voudrais bien savoir la clause du testament d’Adam qui m’exclut du partage dü monde”.

Justifica-se, assim, a razão por que foram eles que aqui primeiro chegaram. Vadearam a barra do Potengi, subiram o rio até Aldeia Velha (Igapó), taba principal dos Potiguares, com os quais firmaram laço de aliança e amizade para miscigenação consequente; fizeram uma navegação incipiente pelo Rio Gaumaré, do Meio ou Dooe, e criaram feitorias na ilha da Redinha, em Guajiru, onde conheceram um lago, um século depois batizado "Extremoz". Em Genipabu, situada à beira-mar, a foz do Rio Baquique foi percorrida como via também de acesso a Guajiru; em Muriú, aportaram para aguada e abastecimento; e Búzios, foi o porto mais procurado pela demanda do pau-brasil, sobremaneira pelo valor dado ao búzio da espécie *Cyprae-moneta*, que servia de moeda, dinheiro comum, denominado Cauri das Colônias da Índia, África e China, que os indígenas usavam como ornamento precioso e para troca. Das praias da Redinha ao Apodi, fizeram amizades com os Tuxauas Poti, Jacaúna, Surubiba, Jaguarari, Ibiratinim; bem como pela margem direita onde seria fundada Natal, os tableiros adjacentes, o vale do Capió, para além dos limites da praia dos marcos de Baía Formosa, viviam em paz com Pau Seco, Sorobobé e Ilha Grande, os principais.

Pelo visto, continuando a presença francesa senhoreando ainda muitas regiões do norte e do sul, a posse da terra, como vimos, fosse perdida, afinal, levou D. João III a promover o povoamento efetivo dela. Para tanto, retalhou a nova Colônia em lotes, 15 -, e doou 12 a homes de qualidade que melhor pudessem prover à sua defesa. Com esse propósito ele criou o regime das Capitânicas Hereditárias.

As cartas de doação e dos forais regulavam as concessões feitas. Pelas primeiras, eram assegurados a posse, direito e privilégio dos donatários e seus sucessores, sendo os forais "um contrato enfiteútico", em virtude do qual se tornavam perpétuos tributários da Coroa e dos donatários e capitães-mores os solarengos que recebessem terras de sesmarias. Quanto ao soberano, o que lhe reservavam umas e outras era, na expressão de um historiador, uma espécie de protetorado sobre as Capitânicas criadas e que emanava de sua dupla autoridade de Rei e Grão-Mestre da Ordem de Cristo, com reserva, porém, dos direitos das alfândegas, do monopólio das drogas, especialmente do quinto dos metais e pedras preciosas, e do dízimo de todos os produtos destinados ao encargo do culto divino.

Como se vê, renascia no Brasil um regime administrativo parecido com o feudal, já moribundo na Europa, em face do mercantilismo resultante do comércio marítimo consequente da expansão geográfica do tempo. Contudo, justificava-se como forma extrema de povoamento adotada por Portugal, como foi dito, carente de meios e pessoas para ocupar grandes espaços Coloniais e sobretudo manter a sua soberania. O certo, porém, é que este regime estava destinado a não dar bons resultados no Brasil. Poucos anos depois de praticado, os desmandos de alguns donatários, o malogro do esforço de outros, a decadência geral e, sobretudo, o temor de invasão e conquista, principalmente dos franceses, fá-lo-iam fracassar.

Dessa divisão do Brasil em Capitânicas coube o que seria a do Rio Grande, depois do Norte, um quinhão de cem léguas a ser dividido entre João de Barros, Feitor da Casa de Mina e da Índia, com honras de desembargador, renovado historiador e intelectual Renascentista, e Ayres da Cunha, fidalgo vitorioso na Índia e comandante de esquadra que patrulhava as águas do Atlântico perseguindo corsários e flibusteiros.

De tudo que se disse a respeito dessa repartição de terras na região nordestina, sob título de donatárias, quem melhor se aproximou da verdade, foi guarinos Alves em "Capitânicas Hereditárias ou Dissertação Sintética de um Histórico-Geógrafo", que descreveu o lote referente ao que seria o Rio Grande, adotando a explanação de G. D'Avezac, como já o fizera Capistrano de Abreu: - "além estava a de Pernambuco, adjudicada a Duarte Coelho, e que contava sessenta léguas até o rio Igarauçu, passado o qual Pero Lopes possuía terceiro lote de trinta léguas, formando sua Capitania de Itamaracá até a baía da Traição. Neste lugar começava para se estender sobre um litoral de cem léguas até Angra dos Negros, a Capitania do Rio Grande, dada em comum ao grande historiador João de Barros e a seu associado Ayres da Cunha".

Da Angra dos Negros ao rio da Cruz, quarenta léguas de costa, constituíam o lote concedido a Antônio Cardoso de Barros (corresponderiam à Capitania do Ceará); e do rio da Cruz ao Cabo de Todos os Santos, eram adjudicados setenta e cinco léguas ao redor de fazenda Fernando d'Alvarez de Andrade e além vinha enfim a Capitania do Maranhão, formando segundo lote para associação de João de Barros e Ayres da Cunha, com cinquenta léguas de extensão sobre o litoral, até a parte de Diogo Leite, isto é, cerca da embocadura do Turiaçu.

Aspecto polêmico, entre historiadores do país e regionais sem definição conclusiva, existia em saber-se do encarte da Capitania do Rio Grande do Norte na doação enfocada das 100 léguas, que deveria começar da baía da Traição (hoje pertencente a Paraíba), ou estaria nas cinquenta léguas de doação posterior. É também ponto de discórdia, se a concessão foi feita tão-somente a João de Barros, tendo este, depois, se associado a Ayres da Cunha, ou se Ayres da Cunha foi donatário desde o começo.

Augusto Tavares de Lyra, foi outro que, por dedução face à documentação existente em seu tempo, por desconhecer a carta de doação, - como também os demais historiadores brasileiros, - porém pelos termos dos forais expedidos, bem sentenciou que dois eram os donatários, João de Barros e Ayres da Cunha, sem, contudo, dizer em qual dos lotes estavam associados.

Essa carta da doação que esclareceria o assunto, - por muitos séculos andou desaparecida, - somente foi publicada, pela primeira vez, em o nosso livro "Proto-História do Rio Grande do Norte", isto mesmo parte dela contendo os termos finais referents à doação do Ayres da Cunha e toda a doação de João de Barros, encontrada que foi pelo Dr. Ivoncisio Meira de Medeiros no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Palácio Nacional de São Bento), Lisboa, Portugal, nos documentos da Chancelaria de D. João III, livro 73, fls. 27-28.

Dos seus dizeres em linguagem quinhentista, ficou comprovado, finalmente, que somente existiu um documento, uma carta em qual El-Rei D. João III fez doação e mercê, de juro e herdade, para todo sempre, de 100 (cem) léguas de terra em comum para, segundo demarcação e repartição feita entre donatários (50) cinquenta pertenceriam a Ayres da Cunha e (50) cinquenta a João de Barros, sendo cada cinquenta légua de largo da costa e também pelo sertão e terra firme a dentro, desde que não pertencessem a outro Capitão, compreendendo ainda as ilhas do mar que existissem até 10 (dez) léguas; dizeres que se harmonizam e se completam com os do foral, este data-do da Évora, 11/3/1535, lavrado às fls. 85, do livro 10 da Chancelaria do dito Monarca, passado em favor de João de Barros, e transcrito em certidão na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. VI, nº. 2, ano 1908, na qual certidão existe o adendo: "há outro foral em termos idênticos concedidos a Ayres da Cunha, fidalgo da casa do dito senhor "nem mais nem menos".

Para todos os efeitos, interpretando-se a Carta de Pero Lopes de Souza, donatário que seria da Capitania de Filipéia de N. Senhora das Neves, depois Paraíba, o limite oficial no ano de 1534 da Capitania do futuro Rio Grande do Norte, vista e dada a inteligência devida a outro documento chamado "Carta de mercês das minas de ouro e prata", assinada em Évora, a 18 de junho de 1535, por D. João III, em favor de Fernão D'Alvarez de Andrade, Ayres da Cunha e João de Barros, - referindo a segunda doação além das terras do que seria a do Ceará, compreendendo o Maranhão, - para o caso de que descobrissem esse metal em terras do Brasil, - começava na Baía da Traição, - "em altura de seis grados, de cem léguas que começam onde acaba a capitania de Pero Lopes de Souza da banda Norte e correm para dita banda norte ao longo da costa tanto quanto couber nas ditas cem léguas".

O limite final da Capitania do Rio Grande do Norte, para o norte, neste particular, o único documento capaz de fazê-lo, para preencher a lacuna que esta Carta de Doação não tem, é a carta outra de doação de Antônio Cardoso de Barros, donatário das terras das Capitania do Ceará, que, "através dela, fica-se sabendo que a extrema daquelas cem léguas (João de Barros e Ayres da Cunha), cai numa angra chamada "Angra dos Negros", encravada na banda do Norte, em altura de 3º 24" e 5'.

Assim, é evidente que para administrar o quinhão de terras indivisas entre João de Barros e Ayres da Cunha na região do Rio Grande, direitos e obrigações de ambos estavam expressos nesses documentos referidos. E mais, que os meios para a conquista e sua demarcação seriam da responsabilidade dos donatários.

Esses donatários, homens de qualidade e muitos títulos, geralmente não eram ricos. Daí, para não caírem no desagrado real, e cumprirem o encargo oneroso, se uniam em associações de interesses na posse e exploração de suas donatárias, principalmente de limites contíguos, como fizeram João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão D'Alvarez de Andrade, este que recebeu setenta léguas para as bandas da região do território do futuro Ceará e Maranhão.

Com tantas despesas para as suas fazendas no aprestar das embarcações e compra de material bélico para a missão, constituía ainda a maior preocupação o aliciamento de homens capazes à formação das equipagens, ante a carência deles naquele tempo de formação do vasto império colonial português.

Foi então, para amenizar essa situação e atender à política de manutenção de sua soberania nas novas terras do Brasil ameaçada pela guerra de corso, que Portugal emite uma terceira Carta Régia em data semelhante as duas outras (11.3.1535), também em termos de "FForall", permitindo e ordenando o recrutamento de todo indivíduo que, - andando foragido ou escondido por crimes cometidos, ou cumprindo condenação nas enxovias do Reino, - desejasse embarcar nessas frotas destinadas às Capitânicas do Brasil, teria condição de trabalho de homem livre com o perdão de suas penas e participação nos lucros, desde que voltasse ao país depois de quatro anos de reais e efetivos serviços prestados.

Esta espécie normativa de aliciamento humano, que ajudaria a colonização do que seria a Capitania do Rio Grande, faria mercê à sociedade organizada por João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão D'Alvarez àquela finalidade, e mais, revelaria a prova em definitivo, pelas suas conclusões, e exata resposta ao texto deste trabalho, de que, evidentemente, fomos colonizados por degredados ou criminosos, assim considerados e definidos pela lei do tempo, guardadas as devidas proporções em número.

O documento demonstrativo dessa acertiva foi encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Largo de São Bento), Lisboa, Portugal, na parte referente aos atos da Chancelaria de D. João III, livro 10, fls. 86 verso, em consequência de estudos procedidos ali pessoalmente pelo Dr. Ivoncsio Medeiros. Agora é revelado em seus precisos termos e na original ortografia quinhentista:

— "Dom João, etc. Outra tall Carta de fforall Como acyma escripta nem mays nem menos a Ayres da Cunha fidalguo da casa do dito Senhor e ffeitor em dita cidade Devora pelo dito pedro da mesquita no dia dito mes e era e sobescryta pelo dito fernandalvarez".

— "Dom João, etc. - A quantos esta mynha carta virem ffaço saber que vendo eu como muitas pessoas de meus Reynos e senhoryos andam comtynuadamente omjziados com temor de minhas justiças por dileytos que cometem e a mor parto dos ditos omjziados se ausentam a vay viuver a outros Regnno e por ey por mjlor e mays vyuer a outros Regnos e porque ey por mjlor e mays serviço de deus e meu que os sobredits fiquem antes em a teraa de meus senhoryos e vyvam e moram nella especialmente na capitanja da teraa brasyll de que ora fiz merçe a João de baro fidalgo de minha casa pera que ajudem a morar pouvar e aproueytar a dita teraa por estes Respeitos e por alguns outros que me a ysto movem ey por bem e me praz que daquy em diamte pera sempre aquesquer peasso de qualquer Calydade e condiçam que seyam que andarem omjziados ou ausentes por quaesquer delytos que tenham Cometydos nam sendo por cada hum destes quatro casos seguyntes - a saber: EYRESYA TORCI-

ÇÃO SODOMJA E MOEDA FALLSA que estes taes ymdo se pera dito **brasyll** a morar e pouoar a capitania do dito **João de Bárros** nam posam lla ser presos acusados nem demandados constrangidos nem enxuquetados per nhua via nem modo que seja pelos casos que qua tyuerem cometydos ate o tempo em que se asy foram pera o dito **brasyll** posto que jaseiam sentemçeados e condenados a morte naturall e bem asy me praz que se os ditos omziados depouys de asy estarem na dita **teraa do brasyll e nella residirem per espaço de quatro annos compridos** e acabados quiserem vyr a meus Regnnos ou senhoryuos a negociar suas causas que o posam fazer trazendo certydao do dito **João de baarros** ou de qualquer outro capitam da dita capitania que pelo tempo for de como vem per sua licença e que esteue na djta teraa os ditos quatro annos ou mays tempo e com a tall çertydam poderam os sobretidos amdar lyvremente e seguros em meus Regnnos e senhoryos e negociar o que quyserem por tempo de seys meses somente, que começaram do dia que chegarem ao porto ou lugar em que desembarquarem no qual temo seys meses nam poderam asy mesmo ser presos acusados nem demandados pelos casos sobreditos por que se foram para a dita teraa do Brasyll e elles porem não poderam no dito tempo emtrar no lugar do maleficio nem em mynha Corte e emtramdo este seguro lhes nam valera e asy seram obrigados de tanto que chegarem ao porto ou lugar que vyerem desembarquar de se apresentar as Justiças do tall lugar e cobrar sua certidão nas Costas da que trouxeram do dito Capitão em que declare o dia e mes e anno em que asy chegarem pera que dahy endiante se comece os ditos seys meses. E porem aqueles que hua vez vyerem do dito brasyll com dita certydão e andarem em seu Regnnos ou senhoryos os ditos seys meses tanto que se tornarem a yr pera o dito Brasyll nem poderam mays tornar aos ditos meus Regnnos ou senhoryos saluo depouys de pasados outros quatro annos do dia em que chegarem ao dito **brasyll** quando se asy pera elle tornarem que qua tyuerem andado os ditos seys meses e desta mesma maneira poderam dy endiante de quatro em quatro anos vyr as mays vezes que qyserem e em outra maneira nam notefico asy ao capitam da dita capitania que ora he e ao diante for e aos Juizes e Justiças e ofiçiaes e pessoas de meus Regnos e senhoryos a que esta mjnha Carta ou o trelhado della em publica forma ffor mostrada e o conhecimento della pertencer e mando a todos em Jerall e a cada hum em especiall que em todo e per todo a cumpram e guardem e façam Inteyramente comprir e guardar como se em ella. Conthem sem duujda nem embargo nem contradicam algua que a ello seya posto porque asy he mynha merce e por firmeza dello lhe mandey dar esta carta per mjm asjnada e asellada do meu em sello pendiente - Pedro da Mesqyuta a fez Evora a xy dias do mes de março anno do nascimento de noso senhor Jhesus Christo de myll bc xxx b. - Fernand Alvarez a fiz escrever". - Lisboa, AATT, Chancelaria de D. João III. L. 10, fls 86v.

Não resta dúvida que, a partir da vigência desse "Foral", foi possível, em particular aos donatários da Capitania do Rio Grande, - associadas a Fernão D'Alvarez, - o aprestamento da expedição náutica capaz de proceder ao reconhecimento e demarcação de seus respectivos lotes. A esquadra, em nmero de dez embarcações, armada de guerra, guarnecida pelo recrutamento de degradados, possuía 980 homens, sendo 113 da cavalaria, ao comando de Ayres da Cunha, e da tripulação participava João e Jerônimo de Albuquerque de Barros, filhos de João de Barros, mais um delegado de Fernão D'Alvarez.

Os navios zarparam do Tejo, em novembro de 1535. Depois de costearem a África no rumo Sul, bordejaram à algura dos 5º graus (Rio Grande) e aproveitando os alísios de través e as correntes marítimas da garganta Atlântica, aproaram em direção ao cabo de Santo Agostinho para alcançarem Olinda, donatária de Duarte Coelho, única habitada em todo o setentrião brasileiro. Aguada, abastecimento, reparos e informações outras do litoral, retarda a continuidade da missão. Mas, a esquadra é acrescida de uma "Fruستا", - embarcação chata e leve, movida a remos, necessária ao de-

sembrque, larga logo mais em direção ao Norte. Correndo a costa de velas cheias, vai lançar âncoras novamente na praia de “Búzios”, onde Ayres da Cunha pretendia investigar o início do lote de cem léguas, para, em seguida, suspender em direção mais ao Norte, até a foz do rio conhecido como Baquipe (Ceará-Mirim), onde lança ferros.

No ato de reconhecimento do local, o imprevisto acontece. A guarnição da “Frustra”, já em terra, foi atacada pelos silvícolas potiguaras, e seus aliados franceses, que a liquidaram quase por completo, salvo os remadores que a trouxeram de volta à capitanea. Então Ayres da Cunha, para evitar mais perdas de vida, recua, suspende ferros e demanda mais para o Norte em busca de aterrar em lugar propício. Entretanto, os sucessos imediatos seriam piores, senão trágicos. Aos sucessivos desmandos sofridos no Atlântico Sul, desarvorada a frota chega à foz do rio Maranhão, e, ao demandar o “Boqueirão”, a nau capitânea vai espatifar-se nos parrachos, sucumbindo Ayres da Cunha e toda a tripulação. O restante dela, sofrendo agruras, mas bem acolhida pelos nativos, vai fundar o povoado de “Nazareth”, onde fica por 3 anos construindo novas embarcações para seguir em direção das Caraíbas, em cujas ilhas muitos da antiga equipagem foram aprisionados pelos piratas, inclusive os dois filhos de João de Barros.

Para resgatar os seus filhos, João de Barros gastou muitas palavras e ouro, conforme se infere do relato dessa malfadada empresa em “Décadas”, um dos seus livros mais celebre (parte sexta, capítulo primeiro). Diz ele, definindo a situação do que seria a doação de sua Capitania: - “Da repartição que el-rei D. João III fez das Capitánias na província de Santa Cruz, que comumente se chama do Brasil, lhe coube uma, a qual lhe custou muita substância de sua fazenda por razão de uma armada que fez associados a Ayres da Cunha que se foi perder no Maranhão. E daí mandou depois em outros navios buscar seus filhos, donde ficou tão pobre e individado que não pôde mais povoar a sua terra, a qual ficou abandonada, e já agora é de Sua Magestade, por cujo mandado depois se conquistou e se ganhou ao gentio potiguar à custo da real fazenda”.

Das palavras de João de Barros, fica evidenciado o que dissemos anteriormente: do abandono da terra e do aproveitamento dela pelos franceses, aqueles aventureiros que assim conseguiram amizade definitiva com os nativos, com eles miscigenando e mantendo um permanente escambo.

Em tais circunstâncias, a retomada da posição estratégica, dominadora do gargalo do Atlântico sul, se impunha para permitir o tráfego marítimo da área dominadora também da costa africana, por onde Portugal demandava às Índias, dobrando o cabo da Boa Esperança.

Para tanto, do processo advindo desse regime de Capitánias Hereditárias, - com exceção de Olinda e São Vicente -, o governo português reformula a sua política colonialista no Brasil, recuperando os lotes doados mediante justa indenização, e implanta o Governo Geral no centro da perpendicular da linha geográfica de Tordesilhas, Salvador, Bahia, tomando a si a iniciativa do ato colonizador exclusivo.

Nem por isto, há de se pensar na revogação desse singular “FForall” que transcrevemos. Ao contrário, ele foi benéfico para impulsionar, desses três núcleos primeiros de povoamento: Olinda, Salvador e São Vicente, o domínio de Portugal para o Norte, para o Sul e Centro-Oeste do Brasil, ao longo de 200 anos; mesmo quando, por questão de sucessão real, a Casa Portuguesa, de 1580 a 1640, cedeu lugar à Casa Espanhola, a partir de Felipe I, em cujo reinado foi determinada a retomada da posição do Rio Grande aos franceses.

As Cartas Régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597 impunham a D. Francisco de Souza, sétimo Governador Geral do Brasil, muitas obrigações para levar a termo a empreitada. Assim, transferiu as obrigações da organização e êxito da missão a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco e Feliciano Coe-

lho de Filipéia (Paraíba), para o que todos os recursos disponíveis fossem aplicados, como: o saldo dos dízimos, os direitos de saída do açúcar e a siza dos escravos vindos da África. E sendo tudo pouco, Mascarenhas Homem ainda retirou dos cofres dos defuntos e ausentes quantia substancial, que o levou a responder processo por isto, depois. Quanto a Feliciano Coelho, preferiu arregimentar homens capazes e qualificados naquele "FForall", e os préstimos dos moradores e comerciantes que, na esperança da abertura das fronteiras para o Norte, o comércio se tornasse mais promissor.

Do comportamento de Feliciano Coelho, aborecido e assustado com tamanha responsabilidade, dá notícia a sua longa carta de 20 de agosto de 1597 ao rei Felipe, publicada in "Anais da Biblioteca Nacional" do Rio de Janeiro (Vol. IX -1, fls. 490. Ano - 1881-82), com inusitado título em inglês: "A special letter written from Feliciano Cieça de Carualsho (sic) the Gouvernor of Paraiuba, 1597, to Philip the Second King of Spaine", etc... "Pelo que fiz ciente a Manuel Mascarenhas das novas dos franceses e de como cada coisa se encontrava, instando-o a apetrechar trezentos soldados e assim tomar o porto do Rio Grande, estando ele agora livre e vazio do inimigo... Dessarte Vossa Majestade haja por bem ordenar que os demais governadores me ajudem e assistam nestas guerras, doutra forma de mim mesmo não sou capaz de fazer mais do que já tenho feito em defender esta terra contra os nossos inimigos que são muitos"... "Se Dom Francisco de Souza me tivesse mandado aqueles duzentos e cinqüenta soldados que pedi, que estavam de guarnição na fortaleza do Recife, que nada fazem senão gastar os mantimentos e tesouro de Vossa Majestade, e não os houvesse mandado à Bahia, onde não há necessidade, essas guerras dos potiguares teriam acabado há muito tempo e teriam poupado a Vossa Majestade uma grande quantidade de despesas que tem feito no andamento desta conquista no Rio Grande".

Nem outros entraves impediram que sete navios e cinco caravelões velejassem de Olinda para Filipéia, ponto de reunião da expedição, tendo por capitão-mor Francisco do Rêgo Duarte e Antônio da Costa Valente, por Almirante. Por terra, seguiram três Companhias de "gente a pé", comandadas por Jerônimo de Albuquerque, seu irmão Jorge, e mais uma Companhia de cavalaria; os jesuítas Gaspar de São João Peres, arquiteto que daria a planta da Fortaleza, Padre Francisco de Lemos e outros franciscanos. De Filipéia, subordinadas a Feliciano Coelho estavam quatro Companhias pernambucanas e uma paraibana, num total de 178 homens e muitos indígenas amigos, somando tudo um total de 850 homens, aproximadamente. A 17 de dezembro o exército marchou e a armada alçou âncoras, e, ao findar o dia 20, esta, apenas, adentrava a barra e fundeava à margem direita do Rio Grande, para proceder ao desembarque e iniciar a construção do ponto de resistência à conquista do interior: a Fortaleza dos 3 Reis Magos, porque ocorreu aos 6 de janeiro de 1598.

Por dias, grande foi o entrevero, até a chegada da tropa vinda por terra, comandada por Feliciano Coelho, que afasta do assédio os potiguares e seus amigos franceses, e permite a penetração do interior necessária à pacificação definitiva, - esta celebrada oficialmente em Filipéia de N. S. das Neves, em 11 de junho de 1599, - favorecendo que a segunda e última parte daquelas Cartas Régias, fosse cumprida: - a criação do núcleo efetivo de colonização, - que Jerônimo de Albuquerque, uma légua adiante da Fortaleza, para o sul, vai demarcar o sítio do que seria a cidade do Natal, em homenagem ao ato solene ocorrido no dia 25 de dezembro de 1599.

Não se dirá, - salvo aos ocupantes de postos de comando reservados aos homens de qualidade, - que a maioria dos participantes das ações de conquistas, não foram degradados carentes de meios legais para se reabilitarem de forma honrosa e haver recompensa. Certamente que o foram, porém em número relativamente pequeno, desde o momento em que a paz feita com os nativos deixou disponível a terra para ser distribuída entre aqueles que precisavam fixar-se nela e, pelo seu trabalho, desenvolvê-la e povoá-la, protegidos pela guarnição da Fortaleza. O exemplo inicial ocorre com o primeiro sacerdote da incipiente vila do Natal, - transferida da praia perto da Fortaleza, então formada de poucas palhoças desses aventureiros, índios e amigos, mamelucos e soldados, que formou um lugarejo conhecido por povoação dos Reis, - "ele jacente em

tão duro exílio, recebera algumas terras em recompensa dos serviços que prestara", - terras, como informa o livro "Razão do Estado do Brasil", - "geralmente há terras fracas mais para gado e criação que para a Canaveaes e Roças, e às vezes, falta nelas chuvas", fazendo, assim, referência ao fenômeno das secas.

A forma dessa distribuição do chão, - única maneira imprescindível a interessar o colono a permanecer na nova colônia, foi chamada de Sesmarias, terras que o Estado português distribuía àqueles que pudessem, quizessem ou soubessem cultivá-las. Eram também conhecidas como "as datas ou dadas de terras que foram ou são de alguns senhores que não as souberam aproveitar", conforme as Ordenações Manuêlinas e Filipinas, que regulavam o direito civil do tempo em Portugal. Seriam, no período de 224 anos de domínio português, o justo título de aquisição da terra na Capitania do Rio Grande, como comprova os "Livros de Sesmarias" existentes no nosso Instituto Histórico e Geográfico.

A seguir, ao final de sua missão às ordens das Cartas Régias de 1596 e 1597, Mascarenhas Homem, em Natal, em nome do Governo-Geral do Brasil, exercido por Dom Francisco de Souza, faz doação de 800 braças de terras ao longo do rio, em 8 de janeiro de 1600, a João Rodrigues Colaço, sub-comandante da Fortaleza, , que substituíra no comando dela a Jerônimo de Albuquerque, na forma e deveres do "Alvará" de nomeação, por nós revelado, por certidão do Arquivo do Torre do Tombo, em "Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte".

A partir de então, as Sesmarias doadas situavam-se perto da embocadura dos rios Curimataú, Potengi e Jundiá, próximas ao litoral ou na direção sul, que era o trecho mais conhecido, por estar na trilha das expedições que vinham de Pernambuco, via Paraíba, e no decorrer do tempo, os seus proprietários tiveram o direito pleno que lhes fora assegurado, transformando em domínio útil da terra, ou simples enfiteutas, a partir do instante em que vigorou (1611) o "Auto de Repartição de Terras do Rio Grande", causado pelo excesso de doações aos seus familiares, feitas por Jerônimo de Albuquerque, como o morgado de "Cunhaú".

Nessa fase de expansão, ao tempo do comando de João Rodrigues Colaço na Fortaleza dos Reis Magos e nas funções de Capitão-Mor da Capitania nascente, entre os seus primeiros habitantes, e beneficiados pela vigência ainda daquele "FForall", dado a João de Barros e Ayres da Cunha - atraídos por essas doações de sesmarias, - está o exemplo, mais sugestivo da presença marcante de degredados entre nós, narrado por Frei Vicente de Salvador, na citação de Almeida Prado (Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil - 353-355):

- "De como se houve o novo capitão (João Rodrigues Colaço) no arraial nascente, é o episódio entre jocoso e significativo do degredado, que para ali foi mandado e despiu a **"pele de cobra"**. Frei Vicente descrevendo como prosperou a povoação sob o novo chefe, informa: - "a qual governa também o capitão do forte, que el-rei costuma mandar cada três annos... Logo em seu principio veio alli ter um homem degredado pelo bispo de Leyria, o qual, ou zombando, ou pelo entender assim, poz na sentença: - **"Vá degredado por três annos para o Brasil, donde tornará rico e honrado"**. - "E assim foi que o homem se casou com uma mulher que também veio do reino alli ter, não por dote algum que lhe dessem com ella, sinão por haver alli outra e de tal maneira souberam grangear a vida que nos três annos adquiriram dous ou três mil cruzados, com o que foram para sua terra em companhia do capitão-mor do Rio Grande João Rodrigues Colaço, e de sua mulher D. Beatriz de Menezes, comendo todos a uma mesa, passeando elle hombro com hombro com o capitão, assentando-se com a mulher do capitão a tomarem por comadre. O as vi em Pernambuco, onde foram tomar o navio para se embarcarem. E toda esta honra lhe faziam porque, como aquelle tempo não havia ainda outra mulher branca no Rio Grande, acertou de parir a mulher do capitão, e a tomarem por comadre".

O degredado imposto pelo Bispo de Leyria era desse que, informa o historiador na obra citada, "mesmo naquele tempo de moralidade muito diversa da nossa (muito mais estreita e severa em questões que hoje nos parecem insignificantes), não desa-

creditava o atingido, nem lhe vedava a permanência entre gente honrada; - conceito, por certo, emitido por quem desconhecia os termos do "FFORALL" de D. João III, ainda em vigor no tempo, que lhe dava condições de "andar lyuremente e seguros em meus Regnno e sehoryos a negociar o que quyserem", semelhante a de homem livre e em pé de igualdade com os homens de qualidade, se também o fosse.

Quando chega o domínio holandês (1633-1654), tinham decorridos 35 anos de existência da Capitania do Rio Grande. nas informações de Werdonck, limitavam-se os portugueses no tempo da ocupação batava a 120 ou 130 lavradores, recenseados num raio de seis ou sete milhas em torno de Natal. Perfaziam, portanto, pouco mais das vítimas das matanças de Ferreiro Torto e do Cunhaú. E o conde de Nassau, na sua carta ao Conselho do Recife, após sua viagem de 1638, nessa data o Rio Grande só era devassado em doze milhas de profundidade.

Todavia, com a chegada dos holandeses, cresceu o interesse pela Capitania, por ser possuidora de rebanhos de gado bovino, sem o qual, aqui apreendidos, eles, "tão miseravelmente tratados com recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome em Pernambuco". Ou então, pela circunstância de sua posição estratégica, dominadora do estreito Atlântico, constituía um acesso para a conquista do Ceará, senão do Maranhão, como ocorreria, posteriormente.

Não precisamos relembrar aqui, o que foi a Província do "Fluvius Grandis" holandês, desde a tomada do Forte (12.12.1633), com o sacrifício de tantas vidas e de Peres Mendes de Gouveia, o seu comandante herói, e a praça de guerra transformada em Castelo de Keulen; Natal, saqueada e transformada em Nova Amsterdã; o princípio de um domínio no qual a Capitania só conheceu violências, extorsão, vilipêndio e rapinagem, como atestam as atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torno, Uruaçú, Extremoz, Guaraíras..., eventos proporcionados, na afirmação de Almeida Prado, - **"pela tropa de mercenários e de numerosos traficantes degredados que lhe chegavam no coice"** e que avessos a privações conseguiram aliança com os Jandúis, da nação Cariri - para a guerra contra os portugueses e potiguares aliados, - os quais o degredado Jacob Rabi conduziu, com tropas holandesas por todo o interior, depredando, saqueando, matando, na ambição de conseguir fortuna para retornar à terra de origem.

Em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as capitânicas anteriormente ocupadas pelos holandeses.

Foi Antônio Vaz Gondim, o primeiro Capitão-Mor nomeado por D. Afonso VI, em janeiro de 1656, para o Rio Grande. Na sua administração, podemos dizer que a Capitania começou a povoar-se. Entretanto continuava em grande penúria, pois não passava, então, de um vasto campo de devastação e ruínas, como afirma o próprio relatório da Companhia das Índias Ocidentais, transcrito por Vicente Lemos (Capitães-Mores e Governadores do RGN. I Vol.): "e no Rio Grande, antes tão abundante em gado, se via de todo devastado". Isto por ocasião da derrota da primeira batalha dos Guararapes, em Recife.

Assim, a obra da colonização, tão promissoramente iniciada antes da invasão holandesa, recomeçava, agora, em condições mais favoráveis, porque o interior havia sido, em grande parte, devassado e Antônio Vaz, como primeiro ato de sua administração, conseguiu se recolherem à Capitania, ou nela viessem morar, mais de 150 pessoas. Multiplicou-se no esforço contínuo de atender a tudo, restaurando estradas, a Fortaleza, a Matriz, nomeando autoridade, restaurando o Senado da Câmara, fazendo milagre de energia, operosidade e animação.

Para povoar a região, Vaz Gondim lançou mão das concessões indiscriminadas das sesmarias, mas apelou para homens de qualidade a fim de constituir os Poderes da Capitania, conforme se evidencia em alguns atos de sua administração. Desse modo, em 8 de janeiro de 1660, concede datas de terra na ilha do Bom Sucesso, na ribeira do Cunhaú, ao Padre Leonardo Tavares de Melo, vigário de N. S. da Apresentação de

Natal, cujas funções vinha exercendo há quatro anos. Nomeia, a 4 de abril do mesmo ano, para o ofício de tabelião e escrivão de órfãos, ao sargento reformado Francisco Rodrigues, e a Francisco de Oliveira Banhos, escrivão das datas e sesmarias. Em 6 de março de 1662, nomeia, também escrivão do Senado da Câmara, a Domingos Vaz Coelho e, a 11 de abril, a Francisco Lopes, escrivão da Fazenda Real. Na conformidade do Livro 1 das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, desde 16 de abril do mesmo ano, nomeou o juiz mais velho, o capitão Francisco Mendonça Eledesma; Juiz Francisco Pires; vereador mais velho, Antônio Gonçalves Ferreira; vereador mais moço, Ignácio Pestana e procurador Francisco Rodrigues.

Seguiram a mesma tática, para fixação do colono à terra, sobremaneira interessando aos degredados ávidos de conseguirem fortuna rápida para voltarem à terra natal, livres e ricos, - como aquele exemplo do condenado pelo Bispo de Leyria, - os Capitães-Mores, até Manoel Muniz, que em 1682 na Capitania, informava a El-Rei do estado lastimável da Fortaleza, com seus quartéis em ruína e falta de gente para proteger a cidade. Então o Rio Grande podia contar com trezentos homens brancos para as armas, sendo, “dentre estes, cem solteiros, que desapareciam dada qualquer eventualidade ofensiva, e os duzentos eram poucos para defesa de suas famílias”. E mais informava: “os sesmeiros, os seus prepostos residentes nas terras do interior, sem recursos para comprar negros da Guiné ou de Angola, premidos pela obrigação de viver, recorriam frequentemente à captura dos indígenas, forçando-os às tarefas da agricultura, serviço que, nas tabas, pertencia às mulheres como impróprio para guerreiro”. Daí uma série de provocações, de negações, de violações que o indígena deveria sofrer ou rebelar-se.

Dessa forma de povoamento, falou Gonçalves Dias: “Sabemos qual era a tática seguida geralmente pelos colonos, depois das leis que aboliram a escravidão dos índios: era injuriá-los nas suas pessoas e propriedades, incitá-los por todos os meios à guerra contra os seus vizinhos ou contra os próprios colonos e daí tiravam plausível pretexto para os guerrear e capturar”. O resultado disso no Rio Grande foi a mais sangrenta guerra de exterminação que existiu no Brasil, conhecida como a “Guerra dos Bárbaros”, que teve início no ano de 1687, no governo de Pascoal Gonçalves, como revide dos índios movidos pelo sentimento de sobrevivência.

Quando o plano de defesa nordestino foi esboçado, com a vinda de socorros, de início, da Paraíba e Pernambuco, sob o comando do Capitão Manoel de Abreu Soares e do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, ficou logo estabelecida a linha de resistência, partindo da orla em que o rio Açu deságua no Atlântico até a sua nascente na Paraíba, onde é chamado de Piranhas. Em toda a sua extensão, os arraiais, fortins e casas fortes foram providos pelos terços de Henrique Dias, com Jorge Luiz Soares, meste de Campo; sargento-mor Manuel Silveira; os dos paulistas Matias Cardoso de Almeida, Domingos Jorges Velho e Manuel Álvares de Moraes Navarros, todos formados por gente de toda espécie, principalmente por aquela que atendeu ao “bando” do Capitão-Mor de então, Paschoal Gonçalves de Carvalho, que, diante da morosidade dos socorros e sem força suficiente para enfrentar o silvícola rebelado, - em 24 de fevereiro de 1688, promete o perdão dos seus crimes a todos que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio.

Continuando a situação sem solução, - cada vez mais ameaçadora a presença dos índios nas proximidades de Natal, em cuja Fortaleza vivia a população recolhida, - o Capitão-Mor sem recursos para sustentar as posições conquistadas, e ciente disto o Senado da Câmara, - comunicou logo os acontecimentos ao Governador-Geral, em carta de 28 de janeiro de 1688, concluindo por considerar a Capitania “em perigo de ser abandonada pelos colonos, ficando toda ela entregue aos bárbaros”.

Então, informa Vicente Lemos (Capitães-Mores e Governadores do Rio G. do Norte. (1º. Vol.): - “O Governador-Geral, que teve igual comunicação do Capitão-mor, lançou na Bahia a 12 de maio um “bando”, em nome de Sua Majesade, **convidando aos foragidos, degredados e criminosos**, tanto desta, como das Capitánias de Pernambuco, - Itamaracá, Paraíba, Rio São Francisco, de uma e outra margem, e Sergipe

de El-Rei, a se incorporarem às forças do coronel Antônio de Albuquerque Câmara no Açú, - “sendo perdoados de seus crimes, salvo os excetuados na lei, a todos aqueles que apresentassem certidão passada pelo mesmo coronel, de ter feito parte de suas forças”.

Dos termos desses “Bandos” das autoridades administrativas, tanto do Governo Geral como da Capitania, se constata que, para todos os efeitos, aquele “FForall” primeiro dado por D. João III a João de Barros e Ayres da Cunha, de engajamento de degredados no processo de colonização das terras doadas, estava ainda em vigor e constituindo norma legal, necessária à formação daquelas tropas que vieram de várias partes do Brasil para conseguir abafar a mais sangrenta e longa tempestade ameríndia que existiu no Brasil, cujo epicentro ocorreu na Capitania do Rio Grande do norte, mal nascida e impedida de progredir pela destruição anterior imposta por 21 anos da calamitosa dominação holandesa.

E eles se apresentaram, vieram e lutaram todos sempre em busca de recompensas. Mas, o governo que os aliciara esquecia-se de mandar alimentos e munições, e de fazer a paga dos seus soldados. Então os colonos sustentavam as tropas, enquanto podiam. Faltando meios necessários, esses desqualificados simplesmente desertavam e o Cariri avançava, jarretando os bois, destruindo tudo. Janduíf, Paicus, Caratéus, Icós, Pegas, Caicós, Panatis... todos se uniam e atacavam como obedecendo a um plano estabelecido, chegando ao Ceará-mirim e mesmo ao Ferreiro Torto, bem próximo de Natal.

Conseqüência desse desentendimento governamental, foi também a desarmonia que reinou até entre os comandantes dessas expedições, como o caso ocorrido entre o Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo e o Comandante do Terço dos Paulistas Manuel Álvares de Moraes Navarro, este então estacionado na região do Jaguaribe com ação de comando até as fronteiras do Arraial de N. S. dos Prazeres, mais tarde a cidade do Açú.

Pacificada a região até o desaguadouro do grande rio no Atlântico, pelo trabalho eficiente de Bernardo Vieira de Melo, os índios estavam aldeados no referido Arraial, trabalhando a terra e assistidos por religiosos. Moraes Navarro, com força constituída de silvícolas mansos trazidos da região do sul, organizara, justamente com esses aventureiros, a sua tropa de choque. Em dado momento, faltando-lhe meios para abrandar o desentendimento reinante entre eles, ameaçando um verdadeiro motim pela falta das mercês prometidas e da paga do soldo real, consentiu que os seus ferozes aliados Paiacus, dirigidos por esses degredados mercenários, invadissem o alto Açú depredando e saqueando bens, haveres existentes na reserva índia de N. S. dos Prazeres, e mais permitindo que os nativos residentes na aldeia fossem preados para escambo e trabalho nas Capitânicas do sul, onde alcançavam bom preço.

Nova revolta alastrou-se na região Oeste da Capitania ameaçando a obra pacificadora de Bernardo Vieira de Melo, que, por representação sua aprovada pelo Senado da Câmara do Rio Grande, submeteu Moraes Navarro a processo e julgamento concluído com a destituição deste do comando e posto, o qual, por isto, desiludido e desgostoso, exilou-se no seu sítio próximo a Olinda, Pernambuco, local denominado, após sua morte, como “Paulista”.

Entre atos e fatos dessa natureza, essa sanguinolenta “Guerra dos Bárbaros” abalou o sentimento dos dirigentes da Colônia para ações mais afetivas, ante a ameaça de perdê-la, o que justifica por si só a diminuição de sua intensidade, de molde a que como fogo de monturo, extinto aqui, ressurgindo ali, definitivamente desaparece no início do século XVIII, com a liquidação por completa da raça ameríndia no Rio Grande do Norte.

Foi depois desse genocídio dos índios, em chegado o século XVIII, que se tornou possível o povoamento do sertão norte-rio-grandense. Imigrantes vindos do reino ou

das partes das ilhas em busca das riquezas do Brasil, então em evidência, sobretudo de terras concedidas pela legislação vigente; oficiais que se tinham retirado do serviço ativo daquela guerras; empregados que deixavam as suas funções e praças que também tinham pertencido às forças regulares, inclusive aqueles degredados anistiados pelo cumprimento de suas penas ao real serviço; negociantes e lavradores, sobretudo criadores de gado seduzidos pelas excelentes pastagens existentes no sertão, começaram a entrar na formação da Capitania, elevando a sua cultura a seu nível moral, como informa Tavares de Lyra, em sua "História do Rio Grande do Norte".

Assim acompanhando o gesto pioneiro de Manuel Filgueira de Carvalho, Capitão de Infantaria das Ordenanças do distrito do Açú, que veio do Rio São Francisco com muito gado para as terras do Rio Grande, outros que vieram do Norte, até do Jaguaribe, no Ceará, pelo interesse da pecuária existente, que, em razão da abundância do sal, permitiria a manufatura ou "Oficinas" de carne seca no vale do Açú.

Dessa migração, disse D. José Adelino Dantas, em Homens e Fatos do Seridó, "... o português que para aqui veio era da melhor estirpe. Não veio sozinho. A Borborema derramou no Seridó muita gente vinda de Pernambuco, da Paraíba e até da Bahia. Raça forte para colonizar uma terra forte..." e que, pelo visto, já não possuía aquela qualidade de "degredado".

Mereceu essa seleção do migrante dois fatores importantes: 1) Econômico. O que fixava o colono à terra era sua distribuição indiscriminada. Desde 1695, nova regulamentação impunha direitos e obrigações aos pretendentes e que "às pessoas a quem se desse de futuro sesmarias, se impuzesse, além do dízimo à ordem de Cristo e mais obrigações habituais, a de um foro segundo a grandeza ou bondade da terra", situação que mudou o proprietário ou sesmeiro em um enfiteuta, porque o direito pleno que anteriormente lhe tinha sido assegurado transformou-se em domínio útil. 2) Político-administrativo. A Colônia, que desde 1711 passara à subalterna de Pernambuco, passou a funcionar com seus Poderes: um Capitão-mor, de nomeação real, e seus prepostos em cinco distritos: Natal, distrito do sul e Distrito do norte; Açú, do Caicó e Port' Alegre; o Senado da Câmara, que se reunia no Consistório da Matriz de Natal, estava entregue à administração municipal desde 1611 com a ereção do Pelourinho; e o Judiciário, - dependente da Ouvidoria de Filipéia de N. S. das Neves (Paraíba) até 1818, - não possuía juiz de fora togado, da vara branca, apenas o juiz ordinário, leigo, da vara vermelha e escolhido entre os homens bons da terra, com seus auxiliares: almotacés, Juiz da Vintena, etc.

A regulamentação da doação de sesmaria nos termos referidos, a par do funcionamento da máquina administrativa na forma descrita, esta policiando e exigindo o cumprimento dos decretos régios e das autoridades locais, favoreceram a que a ordem social preponderasse e que o espaço da antiga donatária de João de Barros e Ayres da Cunha se povoasse sem a presença perniciosa dos "degredados", porque estava caduzo e revogado o "FForall" de 1535, nos tempos da transcrição feita.

A partir de então, não existe rastro, pegada, registro ou notícia da vinda deles para estas bandas a fim de "cumprirem pena e voltar", como disse aquele Bispo de Leyria, - "rico e honrado" para Portugal; o que não impede de afirmarmos que, de qualquer maneira, nós fomos colonizados por "degredados". Não de forma absoluta, mas relativa. Aparecendo eles no processo de aculturação portuguesa no período de instalação da Capitania no Rio Grande, o fato em si constituiu apenas um episódio esparso, perdido no tempo, que não deixou conseqüências de suas passagens entre nós, nem sequer descendência que possa ser apontada dentre os troncos básicos das famílias tradicionais do Estado atual.

SERIDÓ

Pery Larmartine
(Sócio Efetivo)

Para entender o Seridó é necessário recuar no tempo até o ano de 1535 em Pernambuco e acompanhar o que acontecia lá. Naquele ano, precisamente no dia 9 de março, tomava posse da Capitania o seu Donatário Sr. Duarte Coelho Pereira.

Sobre este personagem, a Nobiliarquia Pernambucana registrou na pág. 349 o seguinte: que era filho de Gonçalo Pires, Senhor de Filgueiras, que combateu na Índia ao lado de Afonso Albuquerque na tomada de Málaga, que ocupou vários cargos importantes, que pleiteou e conseguiu com o Rei D. João III ser o Donatário da Capitania de Pernambuco em recompensa pelos seus bons serviços prestados a Coroa. A seguir uma parte do texto da Nobiliarquia: "Havia Duarte Coelho Pereira, logo que chegou a Lisboa, casado com D. Brites de Albuquerque, Dama do Paço e filha de Lopo Coelho e sua mulher D. Joanna Bulhão, e vendo-se agora com a nova mercê de Capitão e Donatário da Capitania de Pernambuco, dispôs vir com a família e muita gente nobre e luzida a povoá-la, com efeito, saiu de Lisboa no ano de 1535... e a nove de março do dito ano... tomou Duarte Coelho posse das terras". Em outra parte diz o seguinte: "Duarte Coelho trouxe em sua companhia a sua mulher D. Brites de Albuquerque e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque e muitas outras pessoas nobre..."

As "pessoas nobres" ou "gente nobre e luzida" citadas, pertenciam a mais alta classe dominante de Portugal com livre acesso a Casa Real. Esta informação contraria aquela que se ensina nas nossas escolas de que para cá só vinham criminosos, degredados e prostitutas. Essa gente nobre era representante das mais influentes famílias da Corte. Os Albuquerque, na pessoa de Jerônimo de Albuquerque, cunhado do Donatário, cujo filho do mesmo nome prestou relevantes serviços à Capitania do Rio Grande especialmente a Natal, e outras que se seguem cujos nomes ainda são importantes no Rio Grande do Norte: os Bandeira de Melo na pessoa dos irmãos Felipe e Pedro Bandeira de Melo, primos de Duarte Coelho. Os Pessoa, representados pelos irmãos Fernão e Diogo Martins Pessoa, procedentes da Vila de Alhambra no Ribatejo. Os Carvalho, representados pelos irmãos Bernardino e Sebastião Carvalho, filhos de João Álvares de Carvalho, fidalgo da Casa Real e Desembargador da Casa do Porto. A família Cunha representada por Pedro Cunha de Andrade, fidalgo da Casa Real, vindo da Ilha da Madeira. A família Cavalcanti, na pessoa de João Cavalcanti, fidalgo florentino. Este personagem assim como o anterior a ele, tornaram-se genro de Jerônimo de Albuquerque casando ambos com filhas daquele lendário personagem da História de Pernambuco e a índia Maria Arco Verde. O fluxo continuou intenso por muito tempo ainda e a lista aumentava na mesma proporção do enriquecimento da Capitania de Pernambuco, com a lavoura de cada de açúcar.

Pernambuco colheu super safras e a produção de açúcar foi seguidamente lançada no mercado europeu. Este fato gerou uma crise com a Holanda culminando com a invasão holandesa no nordeste do Brasil no ano de 1630. Na época já havia sinais de diversificação da atividade econômica, orientada naturalmente para as fazendas de criar. Este fato foi detectado e registrado pelo espião holandês que andou por aqui, Sr. Adriano Verdonk; no seu relatório sobre a situação econômica da Capitania do Rio Grande disse o seguinte: "Dois eram os engenhos existentes: um em Ferreiro Torto... e outro em Várzea do Cunhaú... 60 ou 70 colonos com suas famílias. Criavam bastante gado". (História do R. G. do Norte - Tavares de Lira p. 54).

Em 1654, ou seja 24 anos depois da invasão, os holandeses foram expulsos porém deixaram um problema para os portugueses: os índios seus aliados. Os Tapuios, guerreiros habitantes do alto sertão, especialmente do vale do Piranhas (Açu) e seus afluentes. Estes índios resistiram a penetração do colono português e se recusaram a trabalhar para os mesmos. Em 1684 sublevaram-se e criaram a maior e mais sangrenta guerra contra os brancos que se tem notícia na história do Nordeste. A Guerra dos

Bárbaros como ficou conhecida; durou cerca de 12 anos e nunca se vai saber quantos índios foram massacrados pelos Capitães de Infantaria que combatiam com ferocidade sem limite. Nesta época andaram pelo Seridó os Capitães paulistas Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso e Manuel Álvares de Moraes Navarro. Porém os índios só foram apaziguados no governo de Bernardo Vieira de Melo (1696), quando foi possível iniciar a penetração para o sertão. Se não fosse a resistência dos índios sublevados, a colonização do Seridó teria sido antecipada de pelo menos 20 anos. Com a pacificação, esta região foi rapidamente ocupada durante o século XVIII, cuja penetração se deu principalmente pelas cabeceiras dos rios, quase todos com as nascentes na Paraíba.

A expulsão dos holandeses reativou o fluxo migratório da metrópole para o Nordeste procurando os novos colonos a nova atividade que surgia: as fazendas de criar. Elas já eram uma realidade na região do São Francisco.

Os índios pacificados, surgiram os primeiros pedidos de datas de terras encamiñadas pelos Capitães que estavam sendo desmobilizados. Tavares de Lira registra na p. 123: "... nomeação de Manuel Filgueira de Carvalho para Capitão de Infantaria de Ordenança do distrito de Açú... por ter sido ele o primeiro que do rio São Francisco retirou-se com muito gado para as terras do Açú". A partir daí os pedidos de sesmaria se multiplicaram.

O Capitão-Mor Antônio de Oliveira Ledo acompanhado dos irmãos e outros, mesmo antes da Guerra dos Bárbaros, requereram a data das terras da Ribeira das Espinharas (21-2-1670), o que corresponde hoje os municípios de Serra Negra e Timbaúba dos Batistas. É desnecessário dizer que os Oliveira Ledo foram os mais ferozes combatentes dos índios, na defesa da terra que haviam requerido.

Com os Oliveira Ledo, chegaram a Ribeira das Espinharas, Manuel Pereira Monteiro, português nato ou filho, vindo das bandas de Goiana, Pau D'Alho ou Serinhaém para ocupar aqueles terras. Dele descende diretamente as famílias Faria e Mariz ainda hoje dominando o município de Serra Negra.

Pedro Ferreira das Neves, português casado com Custódia de Amorim Valcaçer (diziam ser ela índia), colonizou a Ribeira do Quipauá hoje rio Barra Nova que despeja suas águas no açude do Itans. Deste casal descende a maioria das famílias do Seridó, entre elas os Medeiros muito espalhados dentro e fora da região.

O português Domingos Alves dos Santos, localizou-se no sítio das Lajes, próximo a cidade de Ouro Branco. Dele originou-se os Batistas família fundadora de Timbaúba dos Batistas, além das famílias Gonçalves Melo e Teixeira da Fonseca.

Várias famílias se instalaram na Ribeira do Seridó. Antônio Garcia de Sá e sua mulher Maria Dornelles Bittencourt de família tradicional das Ilhas dos Açores. Deste casal descende todos os Garcia do Seridó. Antônio de Azevedo Maia, português casado com Maria Valcaçer de Almeida, fundou a maior família do Seridó: os Azevedo. Um filho deste casal implantou a fazenda Conceição hoje Jardim do Seridó. Cipriano Lopes Galvão, coronel da milícia natural de Igaracu, casado com Adriana de Hollanda e Vasconcelos, descendentes daquelas primeiras famílias chegadas a Pernambuco, fundou Currais Novos. Um filho deste casal contraiu matrimônio com uma jovem da família Bezerra de Menezes, família procedente do Riacho do Sangue no Jaguaribe-Ceará e daí surgiu a família Bezerra do Seridó geradora de vários líderes da região. Tomaz de Araújo Pereira, português natural de Vianna do Castelo no Minho, localizou-se na Ribeira do Acauá (afluente do Seridó), além da sua família ainda hoje influente na área, gerou as famílias Dantas, Barros e Gorgônio. Antônio Rocha da Gama, português natural da Torre do Moncorvo no Trás-os-Montes, deixou em Caicó toda família Rocha Gama. Ainda hoje, se encontra junto ao Poço de Santana a sua primitiva casa residencial. O português Alexandre Rodrigues Cruz, coronel de milícias casado com Vicência Lins de Vasconcelos, de importante família pernambucana, este casal deixou sua família e os Cardoso dos Santos espalhados pelo sertão do Acari.

Assim se deu a ocupação do Seridó e aí está o povo que chegou ali para colonizar. Sangue português da melhor cepa (origem celta) com ligeiro tempero índio. Através dos casamentos inter-familiares o seridoense permaneceu praticamente isolado

por dois séculos, apurando o sangue no calor do sertão, mantendo as suas tradições culturais trazidas do além mar, moldando o homem seridoense que se conhece até hoje, resultado desse caldeamento. Disso tudo se conclui que o fato dominante para se formar o homem diferente, que é o seridoense, deve-se pura e simplesmente ao imigrante português de boa qualidade que ali se instalou.

HISTÓRIAS QUE NÃO ESTÃO NA HISTÓRIA

José de Anchieta Ferreira
(Sócio Efetivo)

Se em uma de nossas praças alguém tivesse a idéia de erguer um busto do Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima (1890-1961) com certeza não faltariam pessoas para ajoelhar-se e acender velas votivas aos pés da estátua do médico caridoso que, em vida, foi um João Maria da Medicina.

Para o doente, a sua presença simpática e acolhedora era a esperança e a confiança na cura. Mas, paradoxalmente, quando moço, foi um radical da política partidária. Filiado ao Partido Popular e, com a redemocratização do País em 45, um militante da U.D.N., apoiou as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República e do Desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque ao Governo do Estado. A palavra fácil e fluente, somada ao temperamento vibrante e apaixonado, fizeram dele o orador indispensável às caravanas que percorriam o Interior em propaganda eleitoral. E engajou-se de corpo e alma na campanha do Desembargador, que tinha o apoio da U.D.N. e do P.S.P., com o nome de Oposições Coligadas, contra a candidatura de José Varela, apoiada pelo P.S.D. Numa das vezes, integrando uma dessas caravanas, da qual faziam parte, entre outros, o Deputado Moacyr Duarte e o Dr. Raimundo Nonato Fernandes, Luiz Antônio chegou, com muito atraso, a São Bento do Norte, para um comício. Antes, ainda passou pela residência de um seu compadre, que o informou do procedimento do Juiz de Paz do Vilarajo, acusando-o de perseguir os partidários das Oposições Coligadas. Na praça, sobre um caixote, os discursos se sucediam. E quando chegou a sua vez, ainda com o eco das palavras envenenadas do seu compadre, Luiz Antônio disparou solto e veemente. Acusou o juiz de arbitrário, de autoridade atrabiliária, de coagir os eleitores da oposição e de prender-lhes os títulos eleitorais. No meio do povo, perplexo com a acusação infundada, encontrava-se o seu amigo Joaquim Xavante, que o procurou depois. — “Dr. Luiz Antônio, o senhor está mal informado. O Juiz de Paz é nosso amigo. É mais do que isso: é nosso correligionário”.

O seu radicalismo estendia-se também ao relacionamento pessoal. Indagado sobre a competência de um colega, de quem não simpatizava, respondeu irônico: — “É um grande cirurgião, com excelente obituário”.

Falecido há mais de vinte e cinco anos, Luiz Antônio continua solidário com os que sofrem através do hospital que tem o seu nome e cuja construção lhe custou obstáculos e sacrifícios sem fim. Os minguados recursos financeiros o obrigaram a construí-lo gradativamente, com demoradas interrupções, ao longo de muitos anos. Mas, por sua conclusão faria qualquer sacrifício, até mesmo falar com o Presidente Café Filho, seu inimigo desde o tempo dos interventores e das agitadas campanhas do Partido Popular. E por isso aderiu ao solene banquete oferecido ao norte-rio-grandense ilustre, na Escola Doméstica. Na ocasião oportuna, depois dos protocolares discursos, levantou-se e apelou ao Chefe da Nação para ajudá-lo na aquisição de equipamentos para o seu hospital.

— Pois não, Luiz Antônio, respondeu Café Filho com cordial amabilidade. Pode contar com a minha ajuda.

— Senhor Presidente, não é Luiz Antônio que está aqui presente. Quem está aqui, falando com V. Excelência, é o Presidente da Liga Norte-rio-grandense de Combate ao Câncer.

EVOCÃO DE AUGUSTO SEVERO

José Guará
(Sócio Efetivo)

A personalidade de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão se revela no pioneirismo de sua capacidade criadora, na busca obstinada da verdade científica e no ideal de servir à Pátria.

Eis a razão das constantes, justas e sinceras homenagens da Força Aérea Brasileira e de seus conterrâneos, que reconhecem e pranteiam o insigne varão, exemplo das virtudes cívicas de um passado, onde as gerações se forjavam na austeridade do dever, na conscientização das atitudes inabaláveis e no desafio ao desespero e à morte.

Augusto Severo, nascido em Macaíba, aos 11 de janeiro de 1864, herdou dos Albuquerque Maranhão a boa têmpera do batalhador audaz e a grandeza de uma alma generosa, acolhedora e amiga. Alegre e jovial, inteligente e culto, desconhecia a inveja, o ódio e a vaidade.

Em 1893, aos vinte e nove anos, portanto, assume uma cadeira na Câmara Federal, substituindo o irmão Pedro Velho indicado para o governo do Rio Grande do Norte. Foi sempre o lutador bravo e atento dos escalões de vanguarda. Ficou célebre aquele seu discurso de 1901, em defesa do "Pai da Aviação", de quem era grande amigo, "uma lição de bondade e de sabedoria, que repôs a glória de Santos Dumont na justa medida da verdade científica".

Por outro lado, Augusto Severo firmara-se na convicção plena, coerente, inarredável de que somente os sistemas semi-rígidos levariam o homem a resolver, em definitivo, o problema da dirigibilidade aérea. A questão girava em torno de uma solução para o impasse criado entre a força impulsora dos balões diante da resistência ao seu deslocamento. Após ingentes esforços e continuados estudos; o insigne conterrâneo encontrou a almejada solução. Não pôde prová-la, toda via. Uma fatalidade arrebatou-o. Desaparecia, assim, em pleno sonho, o Ícaro brasileiro.

Anos mais tarde, o Conde Zeppelin, empregando um sistema rígido nos balões dirigíveis, provou a veracidade dos princípios defendidos pelo aeronauta brasileiro. É o que comenta Augusto Fernandes, no seu livro "AUGUSTO SEVERO, UM PIONEIRO ESQUECIDO":

"Severo e Zeppelin, por inspiração e métodos próprios e originais atacaram a questão, cada um dando a seu invento feições e características peculiares. Cumpre reconhecer, mais uma vez, que um não imitou o outro. Mas, Augusto Severo antecedeu de alguns anos o inventor alemão e produziu, antes dele, coisa absolutamente distinta, embora um e outro atingissem o mesmo objetivo".

Coerente no ideal da verdade científica, Augusto Severo tudo sacrificou, pois persistia nele a ânsia da descoberta. Nada o demoveu na luta por um ideal: nem os apelos dos amigos, nem a saudade dos entes queridos, nem a ausência da terra estremeçada. Era a obstinação do gênio.

No dia 19 de agosto de 1901, visitou Natal pela última vez, tendo passeado a cavalo pelos pontos pitorescos da cidade, em companhia de Henrique Castriciano. Esteve nos recantos, onde se encontram os bairros residenciais de Tirol e de Petrópolis. Subiu a colina e divisou o Forte dos Reis Magos, a barra e as dunas da Redinha e de Genipabu. Era o adeus à querida terra, aos familiares e aos amigos.

Concluído o plano do "PAX", parte do Rio de Janeiro. No dia 5 de outubro chega a Paris. Começa, então, o grande trabalho de construção do dirigível. Foram meses de lutas e de sacrifícios. Sem qualquer ajuda do governo brasileiro e nem de qualquer outra fonte, arcou sozinho com todas as despesas de seu invento. O carinho com que o povo francês acompanhava de perto o seu trabalho, era um estímulo ao seu empreendimento. Embora o nome do genial Santos Dumont já polarizasse as atenções do mundo científico, os jornais parisienses davam o merecido destaque a Augusto Severo e ao seu sistema revolucionário, com o qual procuraria dar novo impulso à corrida pelo

aperfeiçoamento da dirigibilidade aérea.

Finalmente ficou pronto o "PAX", tornando-se logo muito popular em virtude de suas concepções ousadas, que desnorream os padrões oficiais da ciência da época. Augusto Fernandes, paciente e zeloso pesquisador da vida e da obra do nosso conterrâneo, em seu alentado livro, assim descreve o dirigível:

"Tinha o "PAX" a forma ovóide, cubando 2.334 metros, com 30 de comprimento e 20 de largura. Causava surpresa a posição das duas hélices, uma propulsora de 6 metros e 30 centímetros atrás e outra de 5 metros, na frente. Era um semi-rígido, formando a "nacelle" um todo solidário. A barquinha podia conter quatro pessoas. A tração fazia-se sentir na resultante das resistências desenvolvidas durante a marcha. Os motores, o de 16 cavalos à frente e o de 24 à ré, eram da marca "Buchet", com quatro cilindros cada, em linha vertical, "allumage" elétrica e resfriamento a água.

Eis que é chegado o dia 12 de maio de 1902, escolhido para a grande experiência. De manhã cedinho, quase de madrugada, o dirigível é retirado do hangar situado em Vangirard. Augusto Severo se coloca à frente. Sachet, o mecânico, atrás junto ao motor de propulsão. Tudo pronto para a largada. Há sensação e curiosidade entre os presentes ao histórico acontecimento. Três bandeiras tremulam no "PAX", bafejadas pela brisa primaveril de Paris: a do Brasil, a da França e a de Portugal, símbolos da cultura e da grandeza de três civilizações unidas na glória para a imortalidade.

E o "PAX" sobe para levar ao exército francês, acampado em Issyles-Moulineaux, a saudação do povo brasileiro. Prossegue o dirigível em sua lenta marcha. Agora sobrevoa o bairro de Montparnase. Já atinge a altitude de 400 metros. Não demoraria, no entanto, aqueles instantes de merecida glória. De súbito, uma fumaça, uma chama, uma explosão. O "PAX", como um bólido, desce vertiginosamente e se esfacela na Avenida do Maine. Está tudo consumado. No seu bojo perecem Augusto Severo e Georges Sachet. Pranteados, os mártires sobem à eternidade.

Justas, portanto, as homenagens com que o povo brasileiro e a Força Aérea Brasileira tributam a Augusto Severo, que tão bem soube elevar, diante da cultura e da inteligência da França eterna, o valor e o prestígio dos nossos homens de ciência.

Sábio e mártir, aureolado na bravura cívica que enobrece o homem, tornando-o digno da obra de Deus, o ilustre norte-rio-grandense estará sempre ligado à terra que tanto amou e por cuja grandeza deu a vida no sagrado patíbulo do cumprimento do dever.

Augusto Severo é, assim, um símbolo. Foi grande em vida e maior ainda na hora extrema. Dele, podemos dizer o que escreveu sobre seu túmulo, no Rio de Janeiro, o renomado latinista Dr. Almino Afonso, então Senador pelo Rio Grande do norte:

*"SIDERA VINCERE CONATUS VINCIT MORTEM"
(Esforçando-se para vencer os astros, venceu a morte)*

DEMARCAÇÕES DE TERRAS NO RIO GRANDE DO NORTE

João Bosco Campos
(Colaborador)

Com a concessão de sesmarias, cujos limites eram aqueles constantes do requerimento inicial, sem averiguação da exatidão por parte da autoridade concessora e, posteriormente, com os pedidos de sobras e fraldas de terras, criou-se o atrito entre proprietários e foi então necessário a demarcação oficial dos limites.

Dentre os demarcadores de terras na Capitania do Rio Grande do Norte, destaca-se o Alferes Domingos João Campos, nascido em 1714 em Vizeu, Portugal.

Vindo para o Rio Grande do Norte, em 1734, começa a trabalhar como ajudante na demarcação de terras. Aprendido o ofício, passa Domingos a ter Provisão de Demarcador ou Piloto, como eram chamados os demarcadores.

Pela documentação existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, podemos anotar as seguintes demarcações efetuadas pelo Alferes Domingos João Campos:

— No ano de 1742, fez ele as seguintes demarcações: Maniçobas, Boa Água, Malacacheta e Taipu Grande, todas na região do Ceará-Mirim.

— Em 1759, no dia 26 de setembro, está no lugar denominado Riacho do Olho de Água da Serra do Catolé, na ribeira do Apodí, atual município de Alexandria, fazendo a demarcação daquela data. Se observarmos que o referido demarcador morava em Natal, teremos uma viagem de 80 léguas ou 480 quilômetros.

— Em setembro de 1762, na região do Seridó o encontramos demarcando a data de terra chamada de Sítio Passagem do Acary.

— Em março do ano seguinte, volta para demarcar a data de terra chamada de Totoró, nas nascentes do riacho do mesmo nome, e pertencentes a Salvador de Souza Crasto e onde na mesma viagem demarca os sítios Sant'Anna e Riacho, pertencentes a Sipriano Lopes Galvão.

— Volta ao Seridó em 1768 para demarcar o Sítio São José, pertencente aos herdeiros de Nicolau Mendes da Cruz. Nesta demarcação a propriedade foi demarcada e dividida entre os herdeiros, cuja conclusão deu-se no dia 05 de outubro de 1768.

— Em 05 de abril de 1769 Domingos demarcou o Sítio Santo Antônio do Potengi, onde extraímos trechos adiante transcritos, em que é possível o entendimento de como era realizada uma demarcação.

— Quando já contava 64 anos e 44 de demarcador, isto é no ano de 1778, volta ao Seridó, onde demarca o Sítio Quinque.

A primeira etapa do processo de demarcação era o requerimento da parte interessada, marcada a data e o provável custo da demarcação, iniciavam a viagem até o destino previsto. Para a realização do processo, fazia-se necessário a presença do Provedor da Fazenda Real e seu Escrivão, o Perito Demarcador e seu Auxiliar, a quem chamavam de Ajudante da Corda, função quase sempre exercida pelo Meirinho do Mar e Execuções da Fazenda Real.

No local da demarcação o Provedor recebia o juramento do Piloto Demarcador e seu ajudante "... bem e verdadeiramente fizem a presente demarcação sem dolo e sem malícia e corream do rumo da agulha não acrescentando nem diminuindo mais do que disse o dito rumo...". Em seguida o Demarcador trazia perante o Provedor a agulha que era examinada por este, e ao Demarcador era perguntado: "se a agulha estava correita", ao que este respondia: "... que a agulha estava corrente e capaz sem embarasso algum...". Feito isto, mediam a corda que usariam na demarcação "... e sendo ahi mediram o dito Pilloto e seo Ajudante da Corda em huma corda de fio de gravatá dez brassas de dez palmos craveyros cada brassa...".

Após essas demarches procuravam o lugar de referência na sesmaria original e seguiam o curso declarado até se completar as medições de sua concessão e, em determinados locais, iam colocando marcos referenciais para futuras averiguações e como fixador de divisas "... por no dito lugar hum marco de pedra preta tosca com três pal-

mos de comprido ao largo dous palmos sendo a dita pedra quase redonda e ficou inter-rada dous palmos escassos e fora da terra hum palmo reforçado, ferindo o rumo do Norte para o Sul com duas testemunhas da mesma pedra huma da parte do Leste e outra da parte Oeste...”.

Em partes críticas ou divisas de propriedades ou onde o Provedor da Fazenda Real achasse que poderia advir questões futuras, mandava apregoar “... se havia alguma pessoa que duvida ou embargo pozece a sestura daquelle marco o que satisfes o dito Porteiro na forma de estillo...”.

A cada momento, desde o juramento inicial, o escrivão ia lavrando uma ata, que ao final assinavam as partes presentes, as testemunhas, o Demarcador e se Ajudante e o Provedor e seu escrivão. Da ata se extraia cópia de igual teor, que ficava de posse do proprietário. O trabalho estava concluído e a terra demarcada e escriturada.

Cabia agora se cobrar pelo trabalho efetuado, cobrava-se desde as assinaturas apostas, contava-se cada folha de papel, as diárias de cada pessoa, cujos valores variavam, e outras taxas, do valor total cabia ao Demarcador cerca de 10%.

1º CONGRESSO MÉDICO-ACADÊMICO INTER-ESTADUAL

Clóvis Travassos Sarinho
(Colaborador)

O primeiro Congresso Médico-Acadêmico Inter-Estadual realizado no Brasil foi promovido pela Sociedade de Internos dos Hospitais do Recife, em 1933. Fundada em 1926 pelo doutorando Gildo Neto, aluno distinto do notável psiquiatra Ulisses Pernambucano, teve no início o nome de Sociedade Acadêmica dos Hospitais do Recife. Reunindo poucos sócios embora àquela época já houvesse vários estudantes internos nos hospitais, explica-se o fato por norma estatutária desde a fundação, exigindo para o acesso ao quadro social, apresentação de trabalho sobre assunto médico que seria discutido em sessão ordinária presidida por um professor.

Em dezembro de 1932 tendo sido aprovado em todas as cadeiras do 5º ano médico e, conseqüentemente, promovido ao 6º ano, na qualidade de doutorando, fui escolhido para dirigi-la no ano seguinte.

Ainda sob os efeitos da repercussão alcançada com a realização do Primeiro Congresso Médico-Acadêmico de Pernambuco realizado naquele ano, tivemos a idéia de reunir em congresso estudantes de medicina de todas as Escolas Médicas então existentes, e que eram nove, com o objetivo, inclusive, de promover maior intercâmbio entre alunos de Faculdades mais antigas como as da Bahia e Rio fundadas no começo do século passado e, portanto, com muito maior experiência que a nossa. Sabíamos que não seria tarefa fácil a executar, esta a que nos propusemos, e do próprio diretor e fundador da nossa escola, prof. Otávio de Freitas, quando fomos consultá-lo, ouvimos as seguintes palavras: “problema arrojado o de sua realização, porque muitas tentativas feitas anteriormente, não por estudantes mas por médicos, naufragaram por completo”. Conquanto fossem para nós uma advertência do velho professor e amigo, alertando-nos para as dificuldades que iríamos encontrar, suas palavras não arrefeceram o nosso entusiasmo.

Adonis Carvalho, hoje eminente patologista, em 1956, em trabalho intitulado: “Sociedade de Internos dos Hospitais do Recife - subsídios à sua história e à dos Congressos Médico-Acadêmicos no Brasil”, escreve: “sob a presidência de Travassos Sarinho, a S I H R realizou o primeiro Congresso Médico-Acadêmico Inter-Estadual. Foi a primeira vez no Brasil, e provavelmente na América Latina que se realizou Congresso Médico-Acadêmico de igual âmbito”.

Das nove escolas médicas da época, participaram seis. A de Belém do Pará, a da Bahia, a de Niterói, a Nacional de Medicina do Rio, a de Porto Alegre e a de Recife, sede do Congresso. Deixaram de vir os estudantes de Minas, Paraná e São Paulo. De Minas e Paraná recebemos comunicação justificando o não comparecimento. Em resposta ao nosso convite, os paulistas enviaram à biblioteca da Faculdade um pequeno jornal, “o Bisturi”, órgão do Centro Acadêmico de Medicina. Com a manchete “porque os estudantes paulistas não comparecem ao Congresso do Recife”, lia-se no texto, entre outras manifestações de educação, o seguinte: “não seria possível a presença dos paulistas na mesma sala juntamente com antropófagos pelo perigo que existia de, a qualquer momento, serem devorados”. Dei-lhes a resposta sem revidar as ofensas recebidas. Em telegrama fizemos ver o quanto ainda sofriam os moços paulistas como conseqüência da revolução de trinta e dois; que a mocidade pernambucana tinha demonstrado repetidas vezes e desassombadamente sua simpatia e solidariedade àquelas que lutaram bravamente contra a ditadura, e não cabia, pois, os jovens idealistas de Pernambuco a responsabilidade por crimes cometidos numa luta inglória entre irmãs. A revolução constitucionalista terminara em fins de setembro de 1932, com a participação da mocidade de São Paulo em todas as frentes.

Com a chegada dos representantes das Faculdades que concordaram em participar do 1º Congresso Médico-Acadêmico Inter-Estadual, teve lugar a sessão inaugural no dia 23 de julho de 1933 sob a presidência do diretor Prof. Otávio de Freitas, e do

dia 24 ao dia 29 em onze sessões científicas presididas pelos professores João Amorim, Barros Lima, Ageu Magalhães, Artur de Sá, João Alfredo, Waldemir Miranda, Fernando Simões Barbosa, Fonseca Lima, Gouveia de Barros, Romero Marques e Meira Lins, foram apresentados 52 trabalhos para discussão. Pelo número e importância das comunicações lidas e debatidas nas sessões sempre muito concorridas, obteve o Congresso completo êxito, fato que foi posto em relevo pelos professores, e divulgado pela imprensa do Recife.

Desde os primeiros instantes tínhamos a convicção de que não seria possível transformar em realidade a nossa pretensão sem o apoio oficial. Governava Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti, chefe da revolução de trinta em sua terra, amigo da mocidade estudantil que o ajudara na vitória da causa que defendia, e que também era nossa. O Estado deu hospedagem a todas as delegações que iam chegando ao Recife. As viagens nos navios do Loide Brasileiro iam sendo autorizadas à medida que era confirmado o número de representantes de cada Estado. Era Ministro da Viação àquela época José Américo de Almeida. O outro apoio recebido, e que seria indispensável, foi do diretor da nossa Faculdade, Prof. Otávio de Freitas.

DJALMA MARANHÃO

Marcos Maranhão
(Sócio Efetivo)

Relembro Nilo Pereira ao falar sobre Padre Monte: “Sinto-me chamado a escalar o cimo da montanha. Esta ascensão torna humilde o peregrino audaz”.

Como encontrar palavras que expressem em toda sua dimensão e grandeza o líder popular, o pai amoroso, o companheiro terno, o amigo solidário, o administrador competente, o parlamentar atuante, o mandatário honesto, o prefeito que Natal amou, o político destemido e corajoso, o desportista completo, o jornalista vibrante, o estudioso dos problemas econômicos e sociais do Brasil, o idealizador dos grandes projetos públicos da cidade, o homem que esteve um século adiante das necessidades de Natal, trabalhando pela grandeza da Pátria.

Contemplo meu pai com os olhos de infância e adolescência, e numa névoa trazida pelo passado que se clarifica quando a memória traz recordações vindas de um mar longínquo e aportadoras para as praias brancas e douradas da imagem presente.

Quando meu pai, no desempenho do “munus” público viajava para a capital da República, na tentativa de conseguir recursos políticos e administrativos para Natal, sua volta era uma explosão de alegria, de festas e cores, que se traduziam na multidão de amigos e no carinho familiar constante. Os presentes trazidos, bolas brinquedos, máquinas elétricas, criavam um mundo mágico que ele fazia surgir, abrindo as valises num sorriso franco que expressava o amor do profundamente carinhoso que ele foi. O atleta se transfigurava em criança na presença do filho, e aquele lidador, forte, física e politicamente, percorria com às mãos dadas as minhas mãos, longas jornadas de sono e encantamento.

Como esquecer as primeiras caminhadas ao seu lado no jipe “Furamundo”, onde me mostrava o mar, o céu, os bairros pobres, suas realizações do dia-a-dia, e as estrelas no crepúsculo?

Nasci em 1947, quando meu pai iniciava sua efetiva vivência partidária que iria lhe proporcionar os mandatos de deputado estadual e Prefeito, levando-o à Câmara Federal, através de uma proposta democrática, nacionalista, abrangente, extensivas a toda sociedade brasileira.

Durante a época da guerra desempenha atividades jornalísticas, como correspondente da UPI em Natal, cobrindo as operações militares aliadas. Em suas atividades instala um pequeno moinho de milho, funda o “Diário de Natal”, ao lado de Ruy Paiva, e Waldemar de Araújo, monta o “Monitor Comercial”, casa-se com minha mãe, ingressa no Partido Social Progressista, do qual será Presidente e assume, posteriormente, a direção do “Jornal de Natal”, pertencente a Café Filho.

Vejo Café Filho presente em nossa casa, comungando com meu pai dos ideais populares, na magia das multidões entusiasmadas pelas lendas que falavam de paz, justiça, amor e liberdade. Neste primeiro encontro da infância as mãos de meu pai me conduziam até Café Filho para que eu pronunciasse discursos de saudação, se orgulhando do filho criança que despontava cedo para os horizontes mais amplos da jornada humana.

Assisti os caminhos de meu pai, Jornalista, Presidente da Associação Norte-riograndense de Imprensa, Esportista atuante. Atleta, Presidente do Conselho Estadual de Desportos, Deputado Federal e Estadual, Prefeito de Natal em dois mandatos.

Com os olhos voltados para as regiões mais profundas do meu espírito, revejo a biblioteca de meu pai, onde tudo falava de eternidade, como no dizer de Manuel Bandeira e, guiado pelo seu amor, conheci um mundo interior onde Machado de Assis, José de Alencar, Jorge Amado, Alexandre Herculano, José Lins do Rêgo, Eça de Queiroz, Stefan Zweig, Racine Shakespeare, Rilke, Verlaine, Neruda, entre outros, traziam mensagem e ecos ao coração do homem.

Foi o Prefeito que se identificou com a cidade, criando raízes com seu povo e sua gente.

Restaurou os autos folclóricos. De sua ação firme e decidida de apoio reviviam as lapinhas, os pastoris os fandangos, bambelôs, cheganças, araruna, e serestas, árvores de natal e presépios, enfeitavam as noites da cidade.

Construiu a Galeria de Artes, Concha Acústica, Fontes Luminosas que coloriam a noite e as madrugadas. Realizou Feira de Livros, Praças de Cultura, Congresso Brasileiros de Folclore, trazendo a Natal vultos como Jorge Amado, Gustavo Barros, Mauro Mota, Eduardo Portela, Paulo Freire, Edson Carneiro, Mauro Melo, José Condé, Umberto Peregrino, Antônio Vilela, Waldemar Cavalcanti, Ênio Silveira, Luíza Barreto Leite, Miércio Tati, Mário Jorge do Couto Lopes, Hildegarde Viana, Paulo Dantas, Edgar Proença, Pierre Furter, Carlos Pena Filho, Barbosa Lessa, Bruno de Meneses, Théo Brandão, Manoelito de Ornalles, Dante de Laytano, Carlos Galvão Krebs, Eneide, Domingos Vieira Filho, Nunes Pereira, João Clímaco Bezerra, Mozart Soriano, Ascenço Ferreira, Júlia Dorado, Rômulo Argentiére entre tantos outros.

É preciso também que fale sobre o governante que encontrou Natal de argila e areia e a transformou numa cidade pavimentada. Que trouxe o asfalto, a iluminação de mercúrio. Que protegeu as dunas, mas, com o progresso abriu, o caminho da Via Costeira. Que construiu o Palácio dos Esportes, a Estação Rodoviária, a Galeria de Artes e os Centros Comerciais das Rocas e Lagoa Seca.

Que concedeu isenção fiscal as indústrias utilizadoras de matéria prima da região. Que fez o Código Tributário de Natal. Que doou milhares de terrenos, aforando-os aos pobres e contribuindo na construção de suas casas. Que ajudou a Academia de Letras a erguer sua sede própria. Que incentivou a música criando o Coral da Cidade. Que mandou mensagens à Câmara Municipal criando o Serviço de Casas Populares, a companhia de Abastecimento Alimentício, a Empresa de Ônibus Elétricos, a Guarda Municipal, o programa de Educação e Saúde.

Palmira Wanderley, a grande poetisa premiada pela Academia Brasileira de Letras, com seu livro "Roseira Brava", num poema que ofereceu a meu pai em um dos seus aniversários afirma:

"Djalma, eu que sou a poetisa da cidade do Natal que ensinei a juventude lhe querer muito bem, e mostrei a todo mundo as belezas que ela tem. Venho render homenagem a seu Prefeito também. Pela Coroa dos Magos de tantos globos de luz. Pela árvore da alegria que dá sombra pra Jesus; Pelo encanto diferente que a cidade soube dar; Pela alegria do povo. Pela crença popular; Pelas festas do Natal. Que nasce no mesmo dia Que o Deus Menino nasceu. Louvado seja o Prefeito. Que o destino da cidade tão cristãmente entendeu. Pelos cantos. Pelas danças. Pelos fandangos nas praças. pelas lapinhas de outrora, revivendo a tradição. Aceite meus parabéns.

Vejo meu pai percorrendo a cidade, verificando as obras da Prefeitura. Conversando com os poetas, visitando as peixadas, carangueijadas, associações de bairro e de rua em número de milhares, igrejas católicas, convivendo com padres e freiras que faziam ação social nos bairros pobres. Abraçando centenas de compadres e afilhados.

Numa restituição telúrica do tempo aos acontecimentos transcorridos revejo o café da manhã em nossa casa onde meu pai, na cabeceira, dominava os acontecimentos e recebia numerosos amigos que chegava com as notícias do dia. Seu último aniversário em Natal foi uma apoteose, realizado no Palácio dos Esportes onde centenas de mesas, abrigavam milhares de pessoas que iam saudar o Prefeito, após haverem publicado seus nomes em listas no Diário de Natal. Integrantes dos poderes públicos, da imprensa, da igreja, da maçonaria, Sindicatos, Lions, Rotarys, funcionários, membros de associação de bairros, juizes, militares, políticos. Todos iam levar sua homenagem ao Prefeito, chamado carinhosamente de "Caudilho" e que, organizando duas coligações de oposição no Rio Grande do Norte, vencera as eleições de 1955, e 1960. Era o candidato nato a Governador do Estado.

Sinto, numa evocação proustiana, os sons e os perfumes das noites de São João, quando ao lado de meu pai percorria as fogueiras que traçavam na noite o perfil de ou-

ro e fogo que emoldurava sua figura legendária.

Defendeu, na Câmara Federal a industrialização do tugstênio no Rio Grande do Norte e a necessidade da reforma agrária, lutando contra os trustes estrangeiros. Abordou os problemas do algodão, do sal, do porto de Areia Branca, numa visão de defesa dos interesses nacionais.

Criou a campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a ler”, dando acesso democrático e integrado das comunidades pobres às fontes do saber.

Seu ideário democrático, contido nos discursos, pronunciamentos e projetos apresentados na Prefeitura, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, reunidos por mim serão publicados brevemente em livro, onde todos poderão ver seu pensamento político, efetivo, para o veredito da História.

Djalma Maranhão a quem Nelson Werneck Sodré chamou no “Seminário” nº 255, de “capaz, justo e lúcido”, a quem Neiva Moreira adjetivou como grande brasileiro que deveria ter estátuas em todas as ruas de Natal”; classificado como humanista por Moacyr de Goés, homenageado na imprensa carioca por José Condé, Eneida, Adonias Filho, e indicado por Ênio Silveira como “pátrio, dedicado ao Brasil merecendo a reverência dos democratas”. descansa hoje na sua cidade que tanto amou. O vento entretanto traz sua presença, embalando os coqueirais, cujas palhas serviram de teto para sua campanha “De Pé Também Se Aprende a Ler”.

REFLEXÃO SOBRE A AMÉRICA LATINA DIANTE DO V CENTENÁRIO DO ENCONTRO DE CULTURAS ENTRE A EUROPA E A AMÉRICA

Nestor Luiz dos Santos Lima
(Sócio Correspondente)

Estamos a escassos oito anos de completarmos o quinto centenário da chegada de Colombo à América, juntamente com o cristianismo a tradição do Corpus Juris Civilis, a idade dos metais, e o capitalismo incipiente daquela época. Com oito anos mais depois do centenário da viagem de Colombo, chegaremos ao ano 2.000, quando também a América luso-brasileira - não menos hispânica mas não castellana - no dizer acertado de Gilberto Freyre - perfaz cinco séculos de haverem nela desembarcado os primeiros portugueses barbudos que fariam do Brasil uma outra nação da América Latina, até hoje mal compreendida pelas outras da vertente hispânica, pela nossa fala peculiar e pela falta de um toque épico que veio da Espanha até no rasquear das guitarras que nós chamamos de violões e tocamos a nossa maneira.

Ao norte, as terras frias da América do Norte, só seriam despertadas pelas pisadas duras dos pioneiros anglo-saxônicos, que ali chegariam muito mais tarde, mais de um século depois que os conquistadores de Colombo e os mercadores da frota de Cabral tocaram as nossas terras e águas tropicais, ambos ávidos de ouro e mercados comerciais em praças da Europa.

Muito se fez nestes cinco séculos de lutas, de trabalho, de sangue, de opressão, de escravidão, de mentiras de obscurantismo e de analfabetismo, mas também de um nacionalismo nascente, de conscientização, de amor à justiça, de sentido de equidade e de devoção pela causa da liberdade e da democracia, compreendida como o governo pluralista e renovável das maiorias respeitadoras dos direitos das minorias.

Em nosso continente, foram montadas, em todas suas peças, durante esses cinco séculos, sociedades diversas, com maior ou menor grau de liberdades públicas e de consagração aos fins últimos da vida social, que ao meu modesto ver, seriam a liberdade, o respeito ao direito alheio e a responsabilidade mútua pela defesa dos direitos humanos de cada um.

De como progredimos diferentemente para realizar esse propósito de formarmos sociedade justas, democráticas e respeitadas dos direitos dos outros, já se deram conta até os cantores populares que no Brasil registram ingenuamente uma dolorosa verdade: "na América, as sociedades católicas não têm justiça, as protestantes sim". Chegou assim ao nível da rua o que muitos pensadores já compreenderam e lhes dá vontade de vomitar: o contraste entre nossa cultura latino-americana de base católica e as prósperas, juridicamente bem organizadas, comunidades da América Setentrional protestante que vieram surgindo no continente quando já eram seculares as raízes espanholas e portuguesas em terra americana.

Por que razão, se perguntam os curiosos. As pessoas comuns, em sua ingenuidade, esquecem suas paixões nacionalistas e passam a sonhar com o conforto, a aparente segurança, a riqueza e a abundância de comida da América do Norte, a despeito de sua relutância a tudo aquilo a que chamam de "gringo". Mas quanto a nós, intelectuais e pensadores, temos é que meditar, refletir fundamentalmente sobre o problema, sobre o porquê dessa diferença que cada dia se alarga mais.

O INTELLECTUAL LATINO-AMERICANO DO SÉCULO XX

Como o proclama o grande ensaísta e poeta mexicano Octávio Paz, a função do intelectual é pensar. E felizmente, a América Latina está agora produzindo pensado-

res realistas, voltados para nossa insatisfatória realidade, capazes mesmo de se indignarem com o que vêm, resultando dessa “sacra indignatio” uma coletânea de obras da maior pertinência para a transformação da América Latina num continente de gente adulta, apta a ultrapassar os esquemas mentais restritos a nossos interesses imediatos, os limites das nossas lealdades familiares ou étnicas e mesmo à velha acomodação aos mercuriais desejos do “puer eroticus” dentro de cada um de nós, de que fala o filósofo brasileiro Osvaldo Meira Pena. Em fim, no século XX já existe uma pleiade de pensadores latino americanos cuja mensagem de esperança e cujo diagnóstico impiedoso de nossos males têm uma tal pertinência que já se ganharam os caminhos do mundo extra continental, além do aplauso calorosos dos intelectuais amantes da verdade em nossa região geográfica.

Quero referir-me particularmente ao mexicano Octavio Paz, o príncipe dos ensaístas latino-americanos, com sua extraordinária obra inicialmente poética e actualmente produtora dos melhores ensaios sobre a América Latina, partindo do exame objetivo da realidade de sua pátria mexicana. Foi Octavio Paz que revelou o papel estrutural da mentira em nossa cultura colonial e em nossa sociedade contemporânea e sub-desenvolvida.

Carlos Rangel, um venezuelano da estirpe dos grandes homens de seu país, usando de uma prosa contundente e sem ambages, vem denunciando as frustrações latino-americanas que nos fazem atribuir sempre a demônios externos nossas debilidades que não temos coragem de confessar que são nossas, posto que resultantes de fatores inerentes a nossas culturas. Deliberadamente esquecemos a lição contida no “Confiteor” quando nos sugere confessar nossa culpa, por nossa máxima culpa, um exercício religioso da liturgia católica da maior validade para a catarse de que necessitamos. Carlos Rangel avisadamente exclue o Brasil de suas distribes tão apropriadas e úteis à formação de uma consciência latino americana de uma maioria sem complexos.

Outra figura continental que derrubou as barreiras de nylon que separam a cultura brasileira de língua portuguesa, das terras hispânicas da América, foi Darcy Ribeiro, gigantesca mistura de antropólogo e sociólogo cuja obra tem a maior aceitação na América Latina, graças também ao exílio sofrido por parte da ditadura militar que assolou o Brasil neste quartel final do século XX, felizmente hoje já encerrada. Darcy Ribeiro chegou mesmo a englobar toda a antropologia em seu “Processo Civilizatório” hoje livro de consulta nas universidades latino americanas. Mas sobretudo sua contundente análise das elites latino americanas, a denúncia de sua falta de identidade com as gentes dos nossos países, sua real incapacidade de levar nossos países à democracia por que aspiramos, é obra da maior valia para a conscientização do homem do nosso continente, quando ele aprender a ler.

Uma última contribuição para a preparação do latino-americano para o exercício da maioria, a que estamos chegando demasiado tarde, é a obra do filósofo brasileiro Osvaldo Meira Penna, apesar de seu caráter eminentemente elitista, beirando a intolerância. No livro “O Brasil na Idade da Razão” Meira Penna atribui os defeitos e debilidades da conduta do homem brasileiro à supervivência do homem primitivo dentro de nós, sob a forma do “puer eroticus” predominante entre nós nos milênios que nos conduziram à vida histórica, que começaria a se esboçar com a chegada dos portugueses em 1500. O “puer eroticus” na realidade é o homem primitivo, cuja conduta se orienta não pela reflexão sobre a adequação dos meios aos fins, mas totalmente pelo impulso de base emocional, no qual predominam as motivações eróticas, no sentido amplo, tais como o amor, o apetite, o sabor, a comodidade, a amizade, as simpatias antipatias, uma vez que o “homo americanus tropicalis” não teria tido ainda sua fase do racionalismo. Tudo resultante das nossas bases culturais européias. Portugal e Espanha, que tiveram grande relutância e retardo em aceitar as teses do iluminismo, do Aufklärung resultados indiretos da reforma luterana que levaria as outras culturas européias desde cedo ao espírito científico, ao moderno capitalismo hoje desembocando na era post-industrial. Portugal e Espanha se decidiram, a seu risco,

apoiar as manobras contra reformistas e seguir as sendas escuras a que conduziram.

O "puer eroticus" de Meira Penna é um conceito de alta valia para a compreensão das nossas sociedades assaltadas por elites corrompidas, por minorias organizadas, tudo em detrimento das maiorias, como o denunciara, em termos de historiador, o saudoso José Honório Rodrigues*. As maiorias latino-americanas permanecem orfãs, a acumularem-se ao redor das megalópolis continentais, à mercê de demagogos de direita ou de esquerda que saibam explorar suas motivações eróticas insatisfeitas.

O pior é que, sem educação nem cultura, sem um esforço de racionalização que caberia aos discursos dos políticos iniciar, e aos meios de comunicação de massa continuar e incentivar, as gerações se sucedem com o mesmo tipo de raciocínio inadaptável à sociedade moderna contratual, capitalista e científica, que se obstina a crescer em nossas plagas, por um esforço de minorias mais dinâmicas e construtivas, apoiadas em forças externas, de olhos fixos sobre as vantagens de um imenso mercado aberto às mais incríveis aventuras econômicas.

No caso brasileiro, a inflação dos últimos 50 anos tem servido para desacreditar o hábito de endividar-se, comprar a prazo, práticas do facilitário capitalista imediatamente aceitas pelo "puer eroticus". Por outro lado, o impacto de uma indústria altamente tecnificada como a automobilística vem mudando as formas de trabalho, ajudando também a recuperar a tradição sindical interrompida por décadas de ditadura militar, tudo, enfim, empurrando o homem brasileiro para a era da razão, na qual ele entra de costas. O diagnóstico de Meira Penna me parece aplicável a muitos dos nossos países de América Latina. Mas quanto ao Brasil, sua aplicação é perfeita.

Entre todos os pensadores modernos brasileiros, foi porém Vianna Moog, infelizmente recentemente falecido, que pela primeira vez concebeu em termos literários o grande desafio da comparação entre a exitosa carreira da implantação dos anglo-saxônicos e nórdicos na América do Norte de clima temperado, a partir do século XVII, e a nossa penosa marcha das sociedades latino-americanas desde sua radicação no continente antes ainda do final do século XV, pelo menos no caso dos espanhóis. E isto ele fez em um magistral livro intitulado significativamente de "Bandeirantes e Pioneiros"*, editado nos anos 50, mais precisamente em 1954.

A pergunta que levantou Viana Moog em relação às diferenças entre os Estados Unidos da América e o Brasil foi a seguinte:

"Como foi possível aos Estados Unidos, país mais novo que o Brasil e menor em superfície continental contínua, realizar o progresso quase milagroso que realizaram e chegar aos nossos dias, à vanguarda das nações, como a prodigiosa realidade do presente, sob muitos aspectos a mais estupenda e prodigiosa realidade de todos os tempos, quando o nosso país, com mais de um século de antecedência histórica ainda se apresenta, mesmo à luz das interpretações e profecias mais otimistas, apenas como interto país do futuro?"

O Brasil é um país curioso porque, mesmo em matéria de literatura, as imensas distâncias e a diversidade regional se afirmam de forma insofismável. O sul, sub tropical e europeizado, com uma natureza rica e generosa, produz bons novelistas e uma literatura de ficção despreocupada dos problemas regionais, voltada para a pessoas e o desfrutar da vida. O norte tropical, equatorial e sub desenvolvido, com escassa influência da imigração a não ser a portuguesa, produz de um modo geral uma literatura que, mesmo quando faz ficção está pautada pela realidade, pelos problemas sociais e políticos que enfermam a região.

Vianna Moog era do sul, do extremo sul, onde iniciou sua carreira literária que o levaria à Academia Brasileira de Letras. Porém, sendo mestiço de alemão com português, sua veia germânica o atraiu para o ensaio ou para o romance social em que o ensaísta se disfarça, como no caso de "UM RIO IMITA O RENO", sobre a aculturação alemã no Brasil. Tendo vivido muitos anos nos Estados Unidos da América Vianna Moog se foi formando o desejo de comparar os dois países e foi amadurecendo sua fór-

mula que lhe pareceu a sùmula das causas dessas diferenças: o Brasil fôra colonizado por "bandeirantes" e os Estados Unidos o fôra por "pioneiros", do que retirou o título de sua obra máxima.

Sem dúvida alguma, Moog descobriu uma perspectiva iluminadora para identificar as causas do atraso social e político relativo do Brasil comparado aos Estados Unidos, nas diferenças de protagonismo desenvolvimentista respectivamente do pioneiro e do bandeirante, animados por volições diferenciadas, um querendo criar para desfrutar, o outro buscando tesouros que levaria para a metrópole pois não o inspirava o desejo sequer de aqui permanecer. Mesmo assim, acho insuficiente a explicação à luz de minha experiência de 50 anos no Brasil e 10 na América Hispânica. Penso que haveria uma série de outros aspectos culturais, comuns aos hispanos e aos lusos que contribuíram também fortemente para formar nuestras sociedades predominantemente atrasadas social, cultural e economicamente em relação ao que foi realizado pelos norte-americanos em muito menos tempo. Quero referir-me a nossa tradição latina e católica de depender do legionário romano e da vontade de Deus, como também às nossas diferentes tradições jurídicas. As dos países anglo-saxônicos, abertas ao precedente e à inovação, posto que não foram tocadas pela fúria da codificação que nos oprime e torna estratificado o nosso sistema ademais, baseado nas instituições do Corpus Juris Civilis, um direito cuja inadequação ao mundo moderno ficou provada com a queda de Roma pela impossibilidade de absorver os bárbaros, em seus quadros sociais. (Ano 476 ou 479 - Gibbon pg. 1075 vol I-Laffont). Há ainda muitos outros fatores comuns a nossa história latino-americana respondendo pelo nosso atraso que tanto preocupou a Vianna Moog.

Um eminente intelectual e homem público francês, Alain Peyrefitte com uma vasta experiência nos mecanismos de governo da administração francesa, e refletindo profundamente sobre sua pátria francesa e sua cultural velha de mais de 2.000 anos, escreveu um monumental livro chamado "LE MAL FRANÇAIS" (Editions Plon-Paris 1976) no qual desenvolve uma teoria que me parece ir mais ao fundo do problema da identificação do fator cultural preponderante no atraso relativo das nossas sociedades neo-latinas, de um modo geral, e muito particularmente às latino-americanas, na corrida comum pela modernização e atualização social.

Para Peyrefitte, o mal estaria em nossa tradição colonial, no sentido de colônias do Império romano, que nos leva a encarar o Governo, por mais legítimo que seja, como uma conspiração da qual não temos responsabilidade. Sob esse ponto de vista, o Governo seria o resultado de uma imposição externa, por parte de uma potência colonial. Até hoje, na área latino-americana e européia de tradição latina e integrante da grande concepção imperial do poder romano, ainda hoje temos dificuldade em assimilar a idéia da nossa própria responsabilidade pela vida política que edificamos, com ou sem voto. Tampouco temos tradições de auto governo, de criar as soluções para os nossos problemas. Preferimos esperá-las de um poder distante.

Peyrefitte afirma que o mal vem de longe, e ele, trata apenas da França, mas, como aquele país, as culturas neo-latinas foram também objeto da opressão colonial simbolizada pelo legionário romano que assegurava a paz sob as ordens de um poder longínquo. Era o poder do Império Romano, detrás do qual estava o Papa e Deus pelo qual "regentes regent". Assim, embora Peyrefitte não extrapole, pode-se dizer que a Itália, a França, a Espanha, Portugal e as nações na América Latina são as herdeiras dessa tradição de dependência política e espiritual em relação a Roma, que se estende até hoje, pelo menos em termos de religião.

Em contraposição, os países europeus, não ocupados pelo Império Romano ou dominados por pouco tempo, e que se não submeteram à Igreja Católica, mantiveram, como os nórdicos, suas tradições de liberdade e de iniciativa, dos quais o melhor exemplo é o dos holandeses que se bateram contra a influência, contra reformista e a submissão ao Papado que vinham implícitas nas forças de Carlos V e de Filipe II, no entanto incapazes de dobrar a resistência dos burgueses de Amsterdam. Assim extrapolando o pensamento de Peyrefitte, podemos compreender, o nosso costume de espe-

rar a solução dos nossos males de uma intervenção de um poder distante, é porque não aprendemos a confiar em nós próprios, nem em nossa ação coletiva. Junte-se a essa lacuna histórica, a tradição colonial da ausência direta de governo, que aqui se fazia representar. Não deve ter-nos sido difícil assimilar o secular costume de confiar num poder distante, localizado em Roma, Lisboa ou Madrid, com a aceitação posterior do centralismo latino-americano ditado pelas capitais onde se concentra o poder político, no deserto de nossas imensas distâncias, para nem citar Bahia, Rio de Janeiro e Brasília, exemplos óbvios do quadro sugerido.

Como todos sabemos, mas vale a pena ressaltar para o fenômeno ser melhor apreendido pelas novas gerações, na tradição colonial instalada em nossa América o poder emanava de Lisboa ou de Madrid donde vinham as soluções para os problemas maiores. Depois da nossa independência, as elites locais das capitais se avocaram a autoridade do legionário romano que presidiu ao nosso destino histórico. São elas as atuais burocracias das capitais, no caso brasileiro, as cortes de Lisboa, depois o Governador geral em Pernambuco, mais tarde e por dois séculos, as elites baianas de Salvador, e posteriormente, a partir de 1763, os poderosos do Rio de Janeiro. Nos tempos atuais, a chuva e o bom tempo vêm de Brasília, desde 1960. O centralismo burocrático das nossas elites não difere do mesmo centralismo de nossa condição colonial precedente. Como desestimulador da iniciativa autônoma regional de cada agrupamento disperso neste mar imenso de distâncias que se chamam esses brasis. Configura-se no nosso continente meridional o reverso da formação dos Estados Unidos da América, com sua tradição democrática de cariz nórdico, institucionalizando o auto governo e a decisão descentralizada numa república de estados autônomos federalizados frouxamente.

Por muitos anos, o cinema norte-americano nos inundou com seus filmes de vaqueiros que na sua ingenuidade constituíam, a meu ver, a mais rica simbologia social para a compreensão de dois valores axiais na formação dos Estados Unidos da América, o respeito à lei e à ordem, e a glorificação do herói singular capaz de tomar decisões e levá-las à execução sem recursos a poderes longínquos reais ou imaginários. Onde estão no nosso folclore, pelo menos no do Brasil, valores equivalentes a aqueles poderosos motivos de inspiração de uma cultura que se pretendia tornar uma grande democracia?

A temática dos filmes podia ser muito simples. Anunciada a situação de perigo, os vaqueiros se reúnem num estábulo para considerarem o problema e tomarem as decisões a serem implementadas por um "sheriff" eleito pela comunidade. Como estamos longe da prática brasileira, na qual o poder policial é sempre implementado por um "delegado", (atentem bem na palavra!) de um poder distante e pouco sensível aos contratempos menores da comunidade a que deve servir. Tudo bem dentro da visão iluminadora de Peyrefitte, na qual Deus está muito longe e, de perto, só há o legionário que assegura a paz Romana e só isso. Daí porque os norte-americanos vivem em suas comunidades que eles mesmos governam por seus representantes eleitos e nós deblateramos contra "eles", do Governo, de que não nos responsabilizamos e nos é estranho e imposto de fora para dentro

Sempre tive curiosidade pelos Estados Unidos da América, atraído pela imensa irradiação do país através do cinema. E por isso, já fui lá muitas vezes e ainda pretendo voltar. Acho a mais instrutiva viagem para um sul-americano, latino-americano e sobretudo um brasileiro. Desde cedo notei que as duas culturas do norte, a norte-americana e a canadense, nos tinham sido apresentadas maiormente através dos símbolos do poder policial naqueles países, o valente e incorruptível "sheriff" e o não menos bravo e desinteressado polícia montado do Canadá. Os homens de minha geração foram induzidos pelo cinema norte-americano a simbolizar o país "yankee" pela sua dedicação à lei e à ordem, na personalidade democrática do "sheriff" eleito pela comunidade, enquanto que o Canadá era visualizado através do polícia montado, com seu dolman vermelha e seu chapéu de escoteiro.

Muito mais tarde, iríamos entrar em contato direto com aqueles dois países e

culturas de tradição anglo-saxônica e protestante e as fomos encontrar organizadas, capacitadas a proporcionar segurança a seus cidadãos de variada origem, mas todos conformados com a ação do "sheriff" e dos "mounties" nos quais se corporificava a preocupação coletiva pela segurança social dentro da lei, em um país de justiça rápida, de baixo custo, em cuja estrutura foi encaixada oportunamente a pena capital. Esta é aplicada publicamente, fiscalizada pela imprensa falada escrita e televisada, como representantes da comunidade. São sociedades basicamente éticas, religiosas e progressistas, com pena de morte e tudo. Pena é que estejamos nós perdendo atualmente a batalha contra o crime e hesitemos ainda em recorrer à pena de morte, como países mais práticos e não menos éticos já o fizeram. Mas há a idéia da bondade proverbial do brasileiro a impedir a adoção de remédios mais severos para as doenças sociais que nos atormentam atualmente. E nisso ficamos até o século XXI, já à volta da esquina.

Não precisarei dizer o que fizemos com o nosso poder de polícia na América Latina. Nossas comunidades latino-americanas se acham cada vez mais afogadas em uma multiplicidade de problemas entre as quais a polícia e a justiça são talvez, sob o ponto de vista social a curto e longo prazo, os mais graves a enfrentar.

Em primeiro lugar, devida à espúria origem do nosso aparato policial, destinado prioritariamente a proteger o colonizador, português ou espanhol, e a perseguir as quatro classes de vítimas naturais de uma polícia colonial: negros, índios prostitutas e gente pobre. No Brasil já está no folklore que a polícia só persegue os três P: preto, pobre e puta. Os outros, além de certo nível de renda, estão acima de qualquer suspeita. Assim a impunibilidade dos membros das elites se tornou proverbial no Brasil e na América Latina, de um modo geral.

No Brasil, chegou a um tal ponto de exagero a impunibilidade das pessoas de alto nível que o clamor público levou a uma reforma da legislação penal a fim de habilitar a justiça a punir os criminosos de colarinho branco, como ficou conhecida essa classe de peculatórios e ladrões dos dinheiros públicos. Por outro lado, a violência urbana aterroriza a todos que não atentam para o seu significado social. As gentes de renda alta se refugiam em apartamentos extremamente bem guardados, porque nas casas não há segurança. É o fracasso das comunidades em providenciar um poder de polícia válido. Nos anos 80, a abundância de meios de comunicação de massa tem revelado ao brasileiro de um modo geral a corrupção, o descabro que tem reinado nos nossos altos níveis sociais, desde os portugueses. Mas esses nunca permitiram uma imprensa livre que falasse nessas coisas. Agora há, e o que é pior, para um país de alfabetos, não é necessário saber ler para informar-se. A televisão e o rádio fazem o trabalho. Sendo o objetivo geral chegarmos a uma democracia, está ficando crescentemente fora da moda uma polícia que se ocupe apenas dos três P atrás mencionados.

A insatisfação se estende a toda a América Latina. Seus expoentes são a guerrilha na Colômbia, nossa relutância em punir com a morte os mercadores de drogas, a violência do Sendero Luminoso nas selvas nas cidades peruanas, as guerras infundas da América Central que visam a erradicar a presença indígena naqueles países, a exemplo do que fez a Costa Rica, a corrupção dos aparelhos policiais, enfim a insegurança geral. O continente está enfermo nas vésperas de completar cinco séculos de ser cristianizado e receber as sementes de cultura do ocidente europeu, através do canal de uma Península Ibérica post medieval na qual seus expoentes, Portugal e Espanha, se recusavam a aceitar os ventos da reforma luterana.

Neste ano de 1984 começaram em São Domingos, por inspiração do Governo espanhol, os primeiros preparativos para as celebrações do V Centenário do encontro de culturas do ocidente europeu com as do continente americano que até então viviam fora da história. Hoje quatro séculos depois deste evento, a América Latina é um continente ameaçado de estoicar-se ou de entrar em ebulição. Os sinais são visíveis e inegáveis. Os colonizadores, bem ou mal, fizeram sua parte. As elites locais assumiram o comando e nos trouxeram até hoje, a menos de 8 anos do V Centenário. E agora, José? Como perguntou o imortal poeta Carlos Drummond de Andrade . . .

Agora não necessitamos mais dos analistas europeus ou norte-americanos para

identificar nossos males. O diagnóstico conduz fatalmente a que não basta esconjurar os demônios externos. Temos que exorcisar os nossos próprios duendes. É óbvio que a maior parte da causa dos nossos males está no interior mesmo de nossos países, em nossas cabeças, em nossa abundância de "puer eroticus" em todos os setores. Que fazer? perguntam os pragmáticos do estilo do maior deles, Lenine*. Que fazer para preparar a comemoração do V Centenário do drama Latino-americano.

NECESSIDADE DE REFLEXÃO

Este é o problema que propomos aos intelectuais envolvidos na ação, sobretudo aqueles cujo dever é pensar o já pensado por estrangeiros, e formular as nossas conclusões programáticas.

Octavio Paz, por exemplo, propõe um tema a nossa reflexão, em um ponto de seu admirável livro de ensaios "El Ogro Filantrópico**".

"O tema da dificuldade que experimentaram o experimentam os países hispânicos e lusitanos para adotar e adaptar os princípios democráticos deveria ser o tema central dos estudos históricos e sociais na América Latina, Espanha e Portugal. Não foi assim e, embora pareça incrível, todavia não sabemos por que as instituições democráticas não foram viáveis na maioria dos nossos países".

"Todo mundo repete que as nações latino-americanas não são modernas por que não conseguiram industrializar-se: poucos disseram que ao longo da nossa história revelamos uma singular incapacidade para a crítica e para a auto crítica".

"A contradição entre nossas instituições e o que somos realmente é escandalosa e seria cômica se não fosse trágica".

Nesta oportunidade tentei fugir à tentação de citar demasiado a Octavio Paz, cuja linha de pensamento coincide quase integralmente com a minha hoje em dia. Estou convencido que o extraordinário poeta e pensador mexicano está pondo o dedo na ferida de nossos males quando acusa:

"A mentira instalou-se entre nossos povos quase institucionalmente. O dano tem sido incalculável e alcança zonas muito profundas do nosso ser. Movemo-nos na mentira com naturalidade. Daí que a luta contra a mentira oficial e constitucional seja o primeiro passo para toda tentativa de reforma".

Mas adverte, em uma advertência que faço minha:

"Porém, antes de empreender a crítica de nossa sociedade, de sua história e de seu presente, os escritores hispano-americanos devemos começar pela de nós mesmos. O primeiro ponto é curarmo-nos da intoxicação pelas ideologias simplistas e simplificadoras".

Como intelectual e convencido de que minha tarefa é pensar, decidi formular a presente meditação que espero seja provocadora de outras mais profundas e de trabalhos críticos sobre nossa realidade brasileira e hispano-americana pra podermos celebrar com a dignidade de homens independentes e livres, o V Centenário da aventura européia em nossas terras tropicais.

* J.H. Rodrigues - *História Combatente* - Ed. Nova Fronteira - 1982 - pgs. 94/125.

* *"Bandeirantes e Pioneiros"*. Vianna Moog - Editora Globo P. Alegre. 1954 pg. 9 - prefácio.

* Carlos Drummond de Andrade.

* Lenine, Vladimir Ilyich Ulyanov Lenin, escreveu "Que Fazer" no inverno de 1901/2.

* Octavio Paz "El Ogro Filantrópico" México 1979 Ed. Joaquim Mortiz.

* Tradução resumida de uma conferência pronunciada diante da Sociedade de Advogados de Santiago de Los Caballeros, a segunda cidade da República Dominicana, em 8 de outubro de 1984, a convite daquela entidade.

A ATLÂNTIDA E OS TERREMOTOS

Humberto F. Leite
(Colaborador)

É possível haver correlação entre a fantástica História da Atlântida com os terremotos, tempestades e furacões que estão ocorrendo na América do século XX?

Atlântida é o nome do hipotético continente que existia entre a Europa e a América, afundado no local hoje ocupado por grande parte do Oceano Atlântico. Este afundamento é explicado por um cataclismo ou catástrofe.

Evocando a História Antiga, vamos ressuscitar uma velha questão, a da Atlântida, o continente desaparecido por um ou diversos cataclismos. (O cataclismo é uma grande convulsão da natureza imprimindo rápidas e violentas transformações nas formas do relêvo).

Acho que escreveram tanto sobre a Atlântida que de certa forma esgotaram o assunto, porém, pelo fato da História ser dinâmica e não estática, vamos nos arriscar a dizer algo.

Fala-se na Atlântida desde o tempo de Platão (Grécia Clássica). Dela se ocuparam ainda Teópompo, Diodoro da Sicília, Estrabão e outros autores da antiguidade.

Nos tempos atuais, entre muitos livros escritos a respeito do assunto, que também aborda questões transcendentais de Pré-história, Cosmologia, Cosmogonia (sistema hipotético da formação do Universo), Paleontologia, etc., destacam-se os do abade Moreaux, de Gattefosse, Manzi, Devigne, Amato, Perrone além de muitos outros.

Em 1929, fundou-se em Paris uma sociedade de naturalistas, astrónomos e arqueólogos, com o fim exclusivo de estudar a questão da Atlântida.

Aqui no Brasil temos obra como Atlântida, de Domingos Jaguaribe; Aquém da Atlântida, de Gustavo Barroso; Lemúria e Atlântida, de Raquel Prado; Escrita Pré-histórica do Brasil, de Alfredo Brandão; além de milhares de publicações em revistas e jornais diversos.

A narrativa escrita de Platão, nos parece ser a mais antiga, ela serviu de base a descrições posteriores e abriu as portas à fantasia e a proveitosas investigações científicas.

Platão em seus "Diálogos Socráticos" conta que Crítias¹ relatou a Sócrates que o legislador Sólon ouvira dos sacerdotes egípcios da Cidade de Saís.

Segundo o relato, teria existido, além das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar), "uma grande ilha, maior do que a Ásia e a Líbia reunidas".

"Dessa ilha se podia passar a outras e dessas ao Continente, que ficava em frente ao Oceano Verdadeiro".

"Nessa Atlântida reinava príncipes de uma força formidável - que estendiam o seu poder pelas outras ilhas e pela maior parte do Continente". São as primeiras informações escritas que temos das ilhas do Atlântico e do Continente Atlântico. Hoje América.

Narração Histórico-mitológica:

Platão faz a descrição da ilha em detalhes e discorre sobre os costumes dos Atlântes, os quais descendiam do Rei Atlas, filho do deus Netuno e da mortal Clito. "A ilha era cercada de muralhas, as quais cingiam três circuitos. A muralha exterior era revestida de bronze e a do interior de estanho. Dentro viam-se templos e palácios decorados de ouro e prata (Uma informação do lendário El-dorado). O palácio real ficava no meio da cidadela, no ponto onde tinha sido a morada de Netuno. nessa habitação, as paredes eram revestidas de oricalca (possivelmente ouro quintado com cobre). Um metal de cor resplandescente do fogo. - Havia mais na ilha portos, canais de irrigação, rios, pontes, lagos, prados e campos cultivados. Nas florestas se encontravam madeiras preciosas e animais selvagens de variadas espécies.

Sob o ponto de vista político, o Continente era dividido em cantões governados por chefes os quais, com os magistrados, distribuíam justiça, de acordo com as leis que se achavam gravadas pelos antigos chefes atlantes numa coluna de oricalca no meio

da ilha”.

— Convém salientar que por ocasião das conquistas espanholas no Novo Mundo, alguns índios conheciam e trabalhavam magnificamente o ouro, a prata e as pedras preciosas, principalmente os Incas, Astecas e Maias.

Platão: “Os atlantas foram bons e sinceros durante muitos séculos, eram moderados, prudentes, adoravam os deuses de seus pais, estimavam a virtude e não conheciam a avareza nem o orgulho. Mas, com o correr dos anos, perversaram-se, corromperam-se nos seus costumes, tornaram-se ambiciosos e levaram a guerra aos outros povos seus vizinhos, chegando a invadir até a Grécia e o Egito. Diante disso, a divindade resolveu puni-los.

“Então, após um terrível tremor de terra, junto a um dilúvio provocado por uma chuva torrencial de um dia e uma noite, a terra se abriu e a Atlântida desapareceu num vasto abismo”.

Sobre a veracidade desses fatos, citamos aqui as palavras que Platão atribui a Sócrates, ao ter Critias terminado a história do continente lendário: “É importante que se olhe o que acabas de dizer não como uma fábula inventada por nós, mas, como uma história verdadeira”.

Quem deseja conhecer a narrativa de Platão, pode encontrá-la na obra Gattefosse - *Lá Verité sur L'Atlantide*. O autor deste trabalho transcreve a tradução do abade Jabilois que ele acha uma das melhores.

Uns dizem que o “Mar de Sargaços” é o ponto exato onde ela se erguia. A parte do Atlântico denominada de “Mar de Sargaços”, contém tamanha quantidade dessas plantas marinhas, que chega a dificultar a navegação.

A Região é sujeita a ciclones e temporais. O chamado “Triângulo das Bermudas” (América Central) tem provocado polêmicas e reportagens na imprensa internacional, pelo desaparecimento de barcos e até aviões. Creio ser o “Triângulo das Bermudas” um terrível sumidouro submarino, que estando em atividade, submerge violentamente tudo o que passar por perto.

Sobre as causas do desaparecimento da Atlântida, são muitas as hipóteses e dentre elas citamos a mais provável: a de Ademar (Grécia Clássica) que é a seguinte: Ademar descreveu os cataclismos periódicos que se sucedem de dez em dez mil anos e que se acham ligados ao fenômeno da PRECESSÃO DO EQUINÓCIO e a OBLIQUIDADE DA ECLÍPTICA. No que diz respeito à época desses cataclismos, há ainda uma grande discordância de Platão, que marcava oito mil anos. Finalmente, por estas narrações chego a seguinte conclusão: de 12.000 (doze mil) a 8.000 (oito mil) anos antes do presente, houve um grande cataclismo cósmico na América, sendo que a parte mais afetada foi a América Central que apresenta grande falha na compacidade do Continente. Ou possivelmente em épocas mais remotas.

Referem-se a cataclismos ou catástrofes e convulsões da terra, quase todos os povos antigos. A Bíblia faz alusão ao desaparecimento das Cidades de Sodoma e Gomorra, destruídas com fogo e enxofre. Outro exemplo é o dilúvio universal no tempo do patriarca Noé. - Jesus previu que no “final dos tempos”, haveria terremotos em vários lugares. Evangelho de S. Mateus, 24: 7 e S. Marcos, 13:8 - “E haverá em vários lugares grandes terremotos”. S. Lucas, 21:11. “E naquela mesma hora houve um grande terremoto”. Apocalipse, 11:13.

— Será que não estamos vivendo esta época? - Prevista por sábios e por Jesus? - Pelo menos contra fatos não há argumentos! - Será que não estamos no período cíclico da PRECESSÃO DO EQUINÓCIO e da OBLIQUIDADE DA ECLÍPTICA? - Certamente que estamos ouvindo barulho estranho e sentindo a terra tremer debaixo dos nossos pés! - Por todo o mundo estão acontecendo catástrofes: degelo, frentes frias, secas, chuvas torrenciais, terremotos, ciclones, etc. Até o final do século XX, creio que veremos muitos desastres. Com os testes nucleares e a permanente poluição em todas as áreas, tudo se torna mais catastrófico! - Sem dúvida a natureza está em convulsão!

Rio G. do Norte. A atividade sísmica no RN está muita acelerada. Tivemos

aproximadamente no período de 12 meses, 15.000 (quinze mil) abalos sísmicos. (Notícia da Imprensa) - O que é realmente incrível!

O que acabamos de escrever não é uma questão antiga nem nova. É de todos os povos e de todas as Eras Geológicas.

O LIVRO DE ARTÉFIO BEZERRA

M. Rodrigues de Melo
(Sócio Efetivo)

A primeira vez que ouvi falar no Seridó foi através de um verso acompanhado de um aperto de mão:

*“Meu senhorzinho do Seridó
Aperte bem, não tenha dó...”*

Esta evocação ao Seridó era feita quando se apertava a mão de uma pessoa até fazê-la gritar.

Por que esse costume? Será que os seridoenses conhecem essa maneira de comunicação? Ou será apenas um dito inventado pela gente do Baixo-Açu? Não sei. Sei, apenas, que o costume ficou na memória do menino varzeano de cinquenta anos passados.

Em 1919, tratando de gado magro, num dos cercos do Baixo-Açu, ao lado de um seridoense, ouvia falar muito no coronel José Bezerra de Araújo Galvão, sobre quem escrevi mais tarde um livro que tomou o nome de **Patriarcas & Carreiros**.

Em 1925, tângido pela necessidade, muito mais do que por espírito de aventura, coisa, por sinal, que pouco me atrai, viajei em companhia de um tio para Currais Novos, onde possuía e ainda possuo parentes próximos e amigos.

Ali fiquei de 1925 a 1929 no meio da população ordeira e trabalhadora daquela cidade.

Ali conheci o coronel José Bezerra de Araújo Galvão, tio de Pacatônio e tio-avô de Artéfio Bezerra da Cunha, autor do livro “Memórias de um Sertanejo”, que ora se lança nesta solenidade.

Aqui, caberia dizer como o poeta:

“Até nas flores se encontra

A diferença da sorte,

Umas enfeitam a vida,

Outras enfeitam a morte”.

Autor de um livro sobre o coronel José Bezerra de Araújo Galvão, nunca pensei de voltar ao Seridó, para tratar do mesmo tema, ligado à árvore genealógica do grande patriarca seridoense.

Mas na verdade aqui estou, não mais para repetir o que disse em livro anterior, mas para dizer algo a respeito do seu irmão, coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, igualmente tio de Pacatônio e tio-avô de Artéfio Bezerra da Cunha.

Não me alongarei em comentários sobre a árvore genealógica dos Bezerra de Araújo Galvão do Seridó.

Essa tarefa já foi motivo de trabalho mais ou menos completo, realizado por José Augusto Bezerra de Medeiros.

Juvenal Lamartine de Faria, em vários rodapés publicados na **Tribuna do Norte**, também estudou as grandes figuras de patriarcas que exornam a história do Seridó.

Manuel Dantas foi um dos maiores contadores de casos e estórias da gente seridoense.

Nenhum desses, porém, teve a vivência de Artéfio Bezerra da Cunha, no trato cotidiano com as coisas e a gente do sertão do Seridó.

José Augusto, Lamartine e Manuel Dantas, detentores de cultura superior, viram as coisas da região, mais do anglo social e político, carreando para cá os benefícios que a civilização oferecia, no desenvolvimento das suas populações.

Artéfio Bezerra da Cunha, fiel ao espírito desbravador dos pioneiros do velho sertão, resistiu a tudo: às secas arrasadoras, aos invernos tempestuosos, às pestes destruidoras, às crises de financiamento, às baixas forçadas do algodão, a todos os artifícios de natureza social, econômica e política da região.

Mesmo assim não arredou o pé da terra generosa e ingrata.

Aqui ficou, fazendo companhia às velhas caraibeiras da região, disputando com elas o primeiro lugar na fidelidade e no amor ao chão calcinado deste adusto sertão seridoense.

Por isso, o seu depoimento é autêntico, impressionante, indiscutível.

Vaqueiro, comboieiro, boiadeiro, fazendeiro, mestre-escola, chefe de família, agricultor, senhor de engenho, chefe político, prefeito municipal, escritor, memorialista, todos esses títulos lhe assentam bem, porque revelam sobretudo o homem telúrico, apegado à sua terra e à sua gente.

Os estudiosos de Euclides da Cunha nem sempre estão acordes na conceituação do gênero literário de OS SERTÕES. Uns o dão como romance, outros como ensaio, outros ainda como teatro.

Sem nenhuma intenção de paralelo, ou mesmo de modelo que seria neste caso deprimente, devo dizer que o livro de Artêmio Bezerra da Cunha se presta a uma porção de interpretações que levariam a indagar qual o gênero literário escolhido pelo autor para elaboração do seu trabalho.

Sabe-se a grosso modo que o livro está enquadrado no gênero de memórias. O nome - **Memórias de um Sertanejo** - não deixa dúvida sobre o assunto. Mas, os tipos, os diálogos, os personagens, deixam o leitor embaraçado, sem saber se está lendo um livro de memórias, um romance ou uma tragédia cabocla, para não dizer grega...

Saliente-se, de passagem, que o autor trata os personagens, ora pelo nome próprio, ora pelo apelido ou alcunha.

E o seu nome, que é o principal personagem do livro, aparece em lugar dos pronomes eu ou nós.

O livro relata, em ordem mais ou menos cronológica, a vida do autor, começando pelos pais, namoro, noivado, casamento, no tempo em que era vedado aos pretendentes qualquer contacto, e a escolha do eleito pertencia antes ao patrio-poder do que a razões de afeto e coração.

Havia, na região do Seridó, o preconceito arraigado da endogamia, casando primos com primas, tios com sobrinhas, para evitar a introdução do sangue negro na família seridoense.

Se fôssemos desmontar o livro de Artêmio Bezerra da Cunha, peça por peça, para explicá-lo à luz da crítica contemporânea, diríamos que ele possui todas as condições para ser incluído no gênero do romance ou do teatro, tendo por palco o sertão do Seridó e por paisagem a natureza agreste dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Piauí.

Os personagens que se movem dentro do livro, vivem, agem e atuam com a maior naturalidade, dialogando uns com os outros, como se representassem num romance de José de Alencar ou numa peça de Shakespeare.

Os participantes são tantos que nenhum poder de síntese seria capaz de resumí-los num discurso.

Tentarei, no entanto, esboçá-los, numa tentativa de idealização de um dos dois gêneros acima propostos.

O principal personagem da peça ou do romance é o coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, espécie de patriarca da região do Seridó, a quem todos obedecem e recorrem, nas horas de aflição e dificuldade.

Embora aparentemente imóvel e mudo no livro, a sua ação de presença é indiscutível. Sem dúvida é mais reflexa do que direta, mas é patente. Age por exclusão. Nele encontra Antônio Gabriel Pires, Pacatônio, apoio para desposar a bela sertaneja Maria Januária Bezerra da Cunha, dona Sinhá.

O segundo personagem é uma mulher, dona Januária, viúva de Antônio Cunha, morador na Conceição do Azevedo.

O terceiro personagem é Antônio Gabriel Pires Bezerra, filho do capitão Manoel Bezerra de Araújo Galvão, irmão do coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, do Acari, e do coronel José Bezerra de Araújo Galvão, de Currais Novos.

O quarto personagem é a bela sertaneja Maria Januária Bezerra da Cunha, filha da viúva dona Januária, moradora na Conceição do Azevedo.

O quinto personagem é o dr. Manoel Augusto de Medeiros, médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia.

O sexto personagem é Artéfio Bezerra da Cunha, filho do casal Antônio Gabriel Pires Bezerra, Pacatônio, e Maria Januária Bezerra da Cunha, dona Sinhá, dado no livro como "personagem central de toda essa história", mas deslocado para o sexto lugar por obediência à ordem cronológica dos fatos, a fim de integrar a estrutura e o enredo do romance ou o elenco da peça teatral.

Em torno deste personagem movem-se todos os outros, ora em posição paralela, ora cruzando os caminhos, na procura dos mesmos objetivos, dos mesmos ideais, das mesmas fontes de inspiração e de trabalho.

Lembrem-se, por exemplo, as figuras de dona Marica e do seu marido José Félix, em Serra Negra, acolhendo em sua casa, o pequeno Antônio, de dois anos de idade, filho do casal Sinhá e Pacatônio, num momento de extrema preocupação dos seus pais.

Recorde-se ainda a figura de Guilherme, filho de Marica e José Félix, tornando-se, mais tarde, padrinho de Artéfio, a quem se afeiçoara para sempre, numa dedicação que só acabaria com a morte.

Outra figura que enche as páginas do livro, ensopando-as de calor e ternura humanos, é a do professor Antônio Gomes de Arruda Barreto, educador de várias gerações, estendendo a mão ao menino Artéfio, a quem transmite os primeiros rudimentos da instrução, no Colégio Sete de Setembro, em Brejo do Cruz, e posteriormente em Mossoró.

Outra figura que chama desde logo a atenção do observador, é dona Ambrozina Bezerra de Faria, esposa do romancista ou teatrólogo, aparentemente simples e modesta, mas, na realidade, responsável, por todo o desfecho vitorioso do romance ou da peça teatral.

Ela representa a matrona sertaneja, por excelência, fiel à sua vocação, guardiã da família e do lar, sustentáculo do esposo, na economia doméstica, na formação dos filhos, dando-lhes chances para que realize o seu destino, nas andanças pelo mundo, na profissão de boiadeiro inveterado.

Os outros personagens, quer em linhas paralelas ou cruzadas, são vezes permanentes, vezes ocasionais, mas todos necessários e indispensáveis na composição do romance ou da tragédia.

Permanentes, poderíamos arrolar Jacinto, portador e capataz nas lides de comboiar; Aristides, portador de confiança de Guilherme; Rafael e Herculano, peritos nos trabalhos da fazenda; Napoleão, agregado da fazenda Trapiá; Felipe, mulecote vivo e endiabrado; Dobino, alugado da fazenda; Capemba, empregado da cozinha; Zé Cambito, cortador e pespegador de uniforme de couro; Caim, chapeleiro afamado dos sertões; Rafael, vaqueiro veterano e cabeça de campo; Chico Brito e Manoel de Cândida, tangedores de tropa; José Moraes, outro homem de confiança; Manoel, ajudante de tropa; Delmiro Otaviano e Manoel Cassiano, peritos em retirada de gado magro; Epaminondas, encarregado da ração de cardeiro e xique-xique; Lamartine, alugado de dezesseis anos; José Teogo, empreiteiro do açude; Manoel Martins, tangedor de tropa; Manoel Vicente, rendeiro de Nossa Senhora do Ó.; Antônio Votinho, agregado veterano de toda confiança na luta cotidiana; Lúcio Balaio, costureiro de roupa de couro; e, finalmente, Lamartine, auxiliar de maior confiança na vaqueirice do rebanho.

Os personagens ocasionais são os fazendeiros e boiadeiros dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Goiás, empenhados todos no comércio de gado para criação, corte e refazimento dos rebanhos.

Vejam alguns nomes para documentar: Vitorino, proprietário em Belo Monte; Cândido Costa, boiadeiro maranhense, de Santo Antônio das Balsas; Eliseu Nunes, de Picos do Piauí; José Rocha, de Sousa, Paraíba; João Barros, fazendeiro de Nova Iorque, Maranhão; coronel José Carlos, de Direitos, Ceará; Zé Teles, fazendeiro no

município do Araripe, Ceará; João Leal, boiadeiro e proprietário, no Cangati; Joaquim Milhomem, maranhense; Cirilo Penha, morador na margem esquerda do Piranhas; Vicente Carreiro, proprietário da Jurema; José de Brito, comprador de algodão em Campina Grande; major Fideralino Wanderley, José Tumba, Júlio Batista, Dr. Juvenal, Clementino Moço, Lafaiete, Antonino Saldanha, Pompeu Teixeira, Olímpio Barbosa, Vicente Barros, Nelson Faria, são nomes que animam e vivificam as páginas do romance ou do teatro de Artéfio Bezerra da Cunha.

Corre por todo o livro um sopro de humanidade e de carinho que chama a atenção do leitor por mais desatento que seja.

Esse sopro de humanidade se transmite não só aos agregados do domínio rural, como aos próprios animais.

As vacas curraleiras são chamadas Bugari, Saudade, Carrapeta, Sabiá, Laranjinha.

Os cavalos de campo e de sela são chamados Dourado, Paturi, Barraca, Manteiga, Peixe-Branco, Canário, Rei de Ouro.

O cachorro da fazenda responde pelo nome de Coati.

Os burros mulos atendem pelos nomes de Mansinho, Melada, Piaba, Desejada.

Os bois de carro possuem patentes de Tenente e Coronel.

Este é o domínio rural típico, retratado nas coisas e nas pessoas, na alimentação, no vestuário, na fala, no canto, no aboio, na toada, nos utensílios de trabalho, nos arreios dos animais, em todos os apetrechos que compõem o mundo variado e completo do ciclo do gado, descrito no livro de Artéfio Bezerra da Cunha.

RUINAS DE CUNHAÚ

Dom Nivaldo Monte
(Sócio Efetivo)

I. INTRODUÇÃO

Entre os fatos de maior relevância na história religiosa do Brasil das origens, sobressai, sem a menor dúvida, como uma estrela da maior grandeza, o martírio de Uruaçu e Cunhaú, em terras norte-rio-grandenses.

Como heróis e mártires são, hoje, reverenciados pela Igreja e pela Pátria aqueles que tombaram em defesa da integridade de seu território e pureza de sua fé.

A Pátria exalta aqueles que sacrificaram sua vida em defesa de sua integridade. A Igreja procura venerar os que não trepidaram, de ante a morte, quando foi preciso dizer "não" diante da apostasia de suas crenças.

Massacrados em ódio à Pátria, sacrificados em ódio à sua fé, os mártires de Cunhaú vivem, na memória do povo, como os mais belos testemunhos de brasilidade e de fé.

Precisamos manter acesa a chama de sua presença, na preservação histórica destes fatos, e na conservação dos lugares sagrados, testemunhos de seu martírio.

II. SITUAÇÃO HISTÓRICA

Naqueles recuados tempos, quando ainda se mantinham vivos os ideais religiosos da Idade Média, dificilmente se poderia separar religião de Pátria. Ser português e não ser católico era quase tão impossível como ser holandês e não ser calvinista.

Se de um lado, Portugal, expandindo as fronteiras de seu território, tinha como fito dilatar as fronteiras de sua fé, não padecia dúvida que a Holanda, pensando no engrandecimento de sua terra, não esquecia um só momento a fé reformada que convinha propagar. Destruir a fé católica para o holandês era tão importante como impor barreiras às reformas calvinistas para os filhos de Portugal.

É dentro destas perspectivas históricas que queremos situar os fatos que vão se desenrolar nas várzeas de Cunhaú, em pleno coração do século XVII, em terras potiguares.

III. CAPITANIA DO RIO GRANDE

Depois de descoberto, na segunda expedição portuguesa, em 1501, chefiada por Gaspar Lemos, onde chantou o primeiro marco em terras do Brasil, o território, onde hoje se encontra o Rio Grande do Norte, caiu no esquecimento quase total, só vindo a ser objeto de interesse dos portugueses, quase um século depois, pressionado pelas circunstâncias da pirataria francesa e a agressividade conquistadora dos holandeses.

A conquista real e definitiva só se efetivou ao apagar das luzes do século XVI, com a construção do forte dos Reis Magos e a fundação da cidade do Natal, no dia 25/12/1599. Mesmo assim, a posse territorial foi quase que meramente militar e jurídica, pois, até 1606, em Natal só moravam 2 mulheres brancas, uma casada com Rodrigues Colaço, o Comandante do forte, e outra, cujo marido era um degredado de Leiria.

Três fatores me parecem condicionadores desta situação. Antes de tudo, a agressividade dos aborígenes. Potiguares e Tapuias antropófagos, que já nas primeiras expedições de 1501, mostraram sua ferocidade trucidando alguns portugueses, à vista dos marinheiros aterrados nas praias do litoral.

Este fato ficou na memória dos portugueses, como advertência para aqueles que quiseram se aventurar pelas terras dos selvagens potiguares e tapuias.

Um outro fator, não de menor importância foi, sem dúvida, a má qualidade da terra. As terras de Pernambuco, Itamaracá e Felipéia eram fertilíssimas, no litoral,

onde o massapê se prestava grandemente para o plantio de cana de açúcar, enquanto as suas matas ofereciam a melhor madeira de lei para suas "fábricas", a par do Pau Brasil, majestoso e abundante. Onde termina a mata e começam as dunas, aí nasce o Rio Grande.

Os campos abertos e as caatingas ralas, a se perderem de vista, condicionaram, entretanto, a sua vocação pastoril, pois as terras do Rio Grande se tornaram, pelos seus vastos campos de pastagens, o melhor ambiente para o criatório de gado.

Nos tempos dos flamengos, o Rio Grande era um imenso campo pastoril, onde o gado crescia ao sabor da natureza. Foi tão grande a prosperidade pastoral do Rio Grande que, sem o seu gado e sua farinha de mandioca, teria sido, praticamente, impossível para as duas partes em luta se manterem em campo de batalha.

Quase todas as incursões flamengas e portuguesas, em terras do Rio Grande, tinham em vista não a posse da terra, mas, a presa do gado para a manutenção dos seus homens de guerra.

Por fim, as invasões holandesas, cujo domínio pode ter tido um certo esplendor em outras partes; enquanto Pernambuco teve seu brilho e sua beleza, o Rio Grande do Norte, como diz Câmara Cascudo, só conheceu a violência, a extorsão, o vilipêndio, a rapinagem.

Tudo o que o holandês deixou no Rio Grande do Norte foi um brasão de armas, uma Ema simbolizando a dedicação dos Jandúis, os matadores brutos de Uruaçu e Cunhaú.

A situação se tornou de tal modo insustentável que muitos "fogos" foram transferidos para Pernambuco e Paraíba, pois somente os obstinados tentavam ainda se manter entre os dois fogos inimigos. Acabada a incursão flamenga, vinha a portuguesa, arrebanhando tudo que era gado e cabedal de farinha que encontravam no caminho.

IV. CUNHAÚ

Nas terras de Canguaretama, entretanto, o vale do Cunhaú formava uma exceção. Terras fertilíssimas de massapê, onde o cultivo da cana era feito, em larga escala, a par com uma grande criação de gado e plantio de mandioca.

Cunhaú era defendido por um Fortim, grande reduto quadrangular e duplo, com muralhas à altura de 2 homens, sem portas ou flancos, nas encostas de um monte. 10 canhões o defendiam com balas de 6 libras, por seus 27 soldados de guerra.

O Engenho nasceu da Sesmaria, dada por Jerônimo de Albuquerque aos seus filhos, Antônio e Matias de Albuquerque.

Compreendia 5.000 braças em terras de massapê, fertilíssimas, nas várzeas do Rio Cunhaú. Quando do morticínio, era um engenho próspero, com galaria imensa, e paióis abarrotados de farinha.

Poucas praças foram alvo de tantas lutas, depois de 1645, como o Engenho de Cunhaú, tendo passado dezenas de vezes para as mãos dos inimigos e logo retomado, para cair de novo nas mãos dos flamengos.

Antes de 1645 ele prosperava. Com a queda do Forte, o Governador holandês Joris Garstman, em parceria com o conselheiro Wyntges, comprou o Engenho pela quantia de 60.000 florins, confiscado que fora aos filhos de Jerônimo de Albuquerque.

No ano de 1645, ele safrejava, a pleno fogo, com mais de 7.000 arrobas de açúcar para o porto de Recife.

Na Fazenda do Engenho, além da Casa Grande e o casario dos trabalhadores braçais, índios e alguns poucos negros, havia uma Capela muito bem construída, em pedra e cal, talvez a mais sólida construção destinada a uma Casa de Oração da nascente capitania, com frontispício trabalhado, em cornijas e altos relevos, numa primeira tentativa de arte colonial.

Depois, como antes da conquista flamenga, Cunhaú era o núcleo mais próspero, mais seguro e mais estimável da Capitania, safrejando todos os anos, arrodado de

moradores pacíficos, que trabalhavam na lavoura da mandioca, da cana e da criação do gado. Neste tempo, não somente o flamengo Bartman, mas os portugueses Domingos de Carvalho, Pero e Exaro Rabasa.

Por fim o invasor holandês que aliado aos sanguinários tapuias levavam, mesmo depois da “paz armada” tudo a ferro e a fogo, quando nas rázias predatórias, julgavam necessário sufocar e destruir os primeiros núcleos da colonização lusitana.

Dedicados mais ao pastoreio, que não necessita, como a cultura da cana, de mão-de-obra abundante, as populações, altamente rarefeitas, achavam-se ao mais completo desabrigo ante a selvageria do índio e a cobiça dos flamengos. Longe da sede do Governo holandês, em Recife, nem sequer era possível apelar por uma justiça, precária e tardia, que pudesse por cobro aos desmandos da soldadesca desenfreada, e indiaría indômita.

Havia uma certa paz nos arredores do núcleo, mas, já começa a despontar, no horizonte, a figura truculenta de Jacó Rabi, todo poderoso apaniguado da Companhia de Recife, à frente dos ferozes janduí, sequiosos de saque e de sangue.

“Prestigioso e temido entre os Tapuias, era igualmente desadorado pelos portugueses e detestado pelos flamengos”. Passara 4 anos nos convívios com os janduí. Em vez de procurar abrandar-lhe o coração selvagem, tornara-se mais bruto e mais selvagem que os próprios tapuias. Os holandeses o toleravam, com medo dos janduí, que o idolatravam, quase como se fora um deus.

Quando não havia ordem de saquear, ele saqueava por sua própria conta.

V. O MORTICÍNIO

Em 15 de julho de 1645, aparece, em Cunhaú, Jacó Rabi, acompanhado de Jerereba, filho do Cacique Janduí, que se fazia seguir pela indiaría inquieta e sequiosa de sangue.

Sobressaltam-se os moradores, com a presença dos índios e do judeu renegado, cuja forma de ferocidade assassina era por demais conhecida nos mais afastados fogos da Capitania.

Na felonía da traição, no dia seguinte, Jacó Rabi reúne o povo e fala de paz e de boa vontade. Diz trazer ordens do Supremo Conselho para uma pequena assembléia, após a missa do dia seguinte, que era domingo, quando algumas falas deviam ser ditadas.

Na manhã do domingo, toda a população de Cunhaú, homens, mulheres e crianças enchem o templo. Em respeito ao lugar sagrado, tinham deixado, à porta, seus porretes e varapaus, únicas armas permitidas, pelos dominadores, para a defesa pessoal de cada um.

O Padre Soveral, ancião de 75 anos, começa a missa. Logo após a elevação da hóstia, os índios que montavam guarda às portas da Capela, a um sinal do renegado Rabi, precipitam-se para o interior do templo, no massacre dos fiéis sem alternativa de fuga ou de defesa, na mais covarde sanha sanguinária.

Aproximam-se do Altar e investem contra o Sacerdote, que, ainda num gesto de ameaça com os castigos de Deus àquele que profanar o altar, tenta deter a onda selvagem.

Alguns recuam temerosos, mas, Jerereba investe com fúria demoníaca contra o altar e apunhala o Padre. Todos que estavam no templo foram trucidados, à exceção de um único fiel que conseguiu fugir pela porta do púlpito, perdendo-se no canavial.

Ao todo, da matança de Cunhaú, somente 3 conseguiram escapar com vida do ataque à Casa Grande.

A notícia do massacre de Cunhaú despertou uma onda de revolta nos Independentes. Em represália, João Barbosa Pinto cai sobre Cunhaú e põe tudo a ferro e fogo.

Camarão em janeiro de 1646, bate Rhineberg, arrebanhando gado e cabedal de farinha.

Em 1648, Henrique Dias expulsou o flamengo de Groafras, Barbosa Pinto apa-

rece em 1651 “devastador como uma tempestade” e Antônio Dias Cardoso, sabendo Cunhaú recuperado para a safra iminente, cai mais uma vez sobre o Engenho, talando campos, destruindo casas, matando gente.

Quando em 1654, o Capitão Francisco Figueiroa vem receber as chaves do forte dos Reis Magos e da Cidade do Natal, nada encontra, a não ser o silêncio quase sepulcral dos campos devastados, casas em ruínas, engenhos destruídos, a desolação e a morte, últimos destroços dos campos talados pela guerra.

Não havia mais gente, não havia mais gado, não havia mais nada. Tudo foi tragado na voragem da guerra, deixando o Rio Grande, quase exangue, exaurido de todas as suas potencialidades, para a manutenção de uma guerra, onde a fé e a unidade da Pátria foram defendidas até o último alento. Tudo tinha sido oferecido, no altar de Deus e no altar da Pátria: sua terra, suas riquezas, sua gente, para que o Brasil pudesse manter-se e crescer, unido e crente, na preservação da fé e da sua unidade.

VI. SITUAÇÃO DAS RUÍNAS

Hoje descansam, no Pátio da Fazenda, as ruínas de Cunhaú. O teto da Capelinha ruiu. O frontispício e parte da parede lateral estão em terra. Parte das outras paredes, sob as intempéries, adernou e caiu. Todavia, o pouco que ainda resta do grande testemunho de fé e de brasilidade, só preservado nas pedras de suas ruínas, ainda poderá nos servir como luz e roteiro, testemunho eloquente daquelas horas difíceis de martírio e de glória.

O sino que tocou as últimas “chamadas” para o culto, a Imagem de Nossa Senhora das Candeias, que presenciou o massacre, a pia de água benta, são relíquias que permanecem intactas para testemunho de nossa fé até aqui.

A Igreja de Natal, costumava, até 2 decênios passados, cultuar os mártires de Cunhaú com peregrinações regulares ao lugar do morticínio, na conservação da lembrança, a fé daqueles que nos antecederam. Hoje está apagado este culto de veneração que se tributava aos mártires de Cunhaú.

VII. CONCLUSÃO

Os fatos foram fixados, na história, as ruínas foram tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional, sustada a ação corrosiva do tempo com alguns reparos nas rachaduras e adernamentos das paredes.

Todavia, a sua preservação é sumamente precária. A Igreja pensa em fazer de Cunhaú um Santuário de peregrinação sob a invocação da Senhora das Candeias.

Mas, urge tomar-se uma posição definida, para que não sejamos réus de descaso na defesa do mais importante monumento histórico da vida religiosa do povo brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

História do Rio Grande do Norte - Luíz da Câmara Cascudo - MEC - Serviço de Documentação - Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro - 1955

Os holandeses no Rio Grande do Norte - Monsenhor Paulo Herôncio de Melo - Empresa Editora ABC Ltda - 1937.

História do Rio Grande do Norte - Rocha Pombo - Editora Anuário do Brasil - Rio de Janeiro - 1922.

História do Brasil - VI. II - Pedro Calmon - Livraria José Olympio - Editora - Rio de Janeiro - 1963.

História do Rio Grande do Norte - Tavares de Lyra.

História do Brasil - Padre Rafael Galante, Jesuíta.

Várias Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

BREVES TRAÇOS DE NÍSIA FLORESTA

Grácio Barbalho
(Sócio Efetivo)

A menina DIONÍSIA, filha do casal Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, advogado português, e Antônia Clara Freire, brasileira e viúva de primeiro matrimônio, nasceu no sítio FLORESTA na então povoação de Papari, depois tornada vila e hoje cidade com o nome de NÍSIA FLORESTA.

NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA foi o pseudônimo que adotou e através do qual se tornou conhecida. A definição dos quatro nomes está no registro do mestre Câmara Cascudo quando dia: "Nísia é o final de Dionísia. Floresta é o ninho nativo. Brasileira é uma afirmativa nacionalista para quem viveu vinte e oito anos na Europa. Augusta é a recordação amorosa e fiel ao seu Manoel Augusto de Faria Rocha, o companheiro dileto e depois marido amantíssimo".

12 de outubro de 1810 é a data de seu nascimento. Durante muitos anos a sua biografia, baseada em manuscritos, mostrava que Nísia teria nascido em 1809. Assim está nos textos históricos de Rocha Pombo e Nestor Lima, no livro de Aduato da Câmara, na Antologia Poética de Ezequiel Wanderley, sem contar a inscrição vista no monumento erguido em Papari assinalando a passagem do primeiro centenário de seu nascimento. Parece que a transposição para 1810 se fez quando, em 1950, o seu túmulo foi localizado na França.

Devo agora prosseguir com a apresentação de um rápido esboço cronológico: 1819 assinala a data em que a família se transferiu para Goiana, Pernambuco. É esta uma das poucas referências aos anos de sua infância. Voltando à terra natal casa-se, ainda adolescente, com Manoel Alexandre Seabra de Melo, filho de um capitão-mór. Em 1824, quando ocorreu a Confederação do Equador, a família retornou a Goiana e daí seguiu para o Recife e Olinda. Quando dessa viagem, Nísia já se separara de Manoel Alexandre e seu segundo marido foi o Bacharel Manoel Augusto de Faria Rocha que a conheceu quando ainda estudante na Academia de Direito de Olinda. Com ele viajou em 1833 para o Rio Grande do Sul, acompanhados da filha Lúvia que nascera no ano anterior.

Viúva de Manoel Augusto a partir de 1833, foi preceptora e exerceu o magistério em Porto Alegre até 1837 quando se transferiu para o Rio de Janeiro. Nesta cidade instala, em 1838, um estabelecimento de ensino para meninas, o Colégio Augusto.

Em 1849 fez sua primeira viagem à Europa, acompanhada da filha Lúvia que sofreu um acidente. Lá permaneceu três anos, tendo regressado em 1852 quando retomou a direção do colégio. Em 1855, ano em que houve uma epidemia de cólera-morbus no Rio, morreu sua mãe. Novamente acompanhada da sua filha volta, no ano seguinte, à Europa, permanecendo desta vez no Velho Mundo cerca de 16 anos. Em 1872 vem ao Brasil, desta vez desacompanhada da filha. No Rio permanece por três anos até que, em 1875, no mesmo navio que a trouxera, retorna à Europa onde fica até a morte. Despediu-se da vida em 24 de abril de 1885 quando residia em Rouen, na França, sendo sepultada no Cemitério de Bonsecours, naquela cidade.

Em 1950 o jornalista Orlando Ribeiro Dantas viajou à França e, concretizando a idéia surgida quando das comemorações do centenário de Nísia, localizou o seu túmulo. Quatro anos depois seus restos mortais foram repatriados e, afinal, hoje repousam no seu "berço querido" - o sítio FLORESTA.

Sua produção literária começa ainda em Pernambuco em 1832 quando traduz o livro de Mrs Godwin "Direitos das mulheres e injustiça dos homens", já se revelando, aos 22 anos, a precursora do feminismo no Brasil. Dentre outros livros editados no Rio de Janeiro destacam-se "A lágrima de um Caheté", poema sobre a revolução praieira e "Opúsculo humanitário", em cujas páginas vive a educadora e socióloga

rebelando-se contra a escravidão.

Na Europa onde, a partir da segunda viagem percorreu vários países e conviveu com eminentes literatos e pensadores, entre eles Augusto Comte, Lamartine, o italiano Manzoni e Alexandre Herculano, lançou alguns trabalhos literários onde trata o interesse de um turista à procura de conhecimentos ao mesmo tempo em que se mostra, com insistência, saudosa da pátria distante e das coisas perdidas no passado. Entre esses livros estão "Itinerário de uma viagem à Alemanha", "Scintille D'un anima brasileira" e "Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia".

Foi ainda jornalista com artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro, escreveu o romance "Dedicação a uma amiga", deixando inéditas as "Memórias", seu último trabalho.

Vinte e oito anos viveu na Europa. A França foi o país de escolha para se fixar nos últimos anos dessa longa permanência e onde terminou os seus dias. E revive hoje, em encontros como este e certamente em outros que virão depois quando novas luzes poderão surgir na convergência de pontos ainda incompreendidos de sua formação cultural.

HERCOLINO CASCARDO

Gil Soares
(Sócio Correspondente)

O ano de 1932 encontrou nosso Rio Grande do Norte governado, desde alguns meses, por um carioca: o capitão-tenente Hercolino Cascardo (1900-1967) — o mais inteligente de seus Interventores. Comandara a revolta do couraçado “São Paulo”, em 1924, na baía de Guanabara e se vira forçado a conduzir a belonave ao Uruguai. Ali ficara exilado até à Revolução de 30.

Viria para o Estado por menos de um ano e depois de recusar cargos de destaque na administração federal.

Uma tarde, pouco antes de sua posse, fomos levar a pé, do sítio do Barro Vermelho ao Cemitério do Alecrim, o pastor presbiteriano João Fernandes Campos Café, que tanto sofrera do governo estadual, como funcionário público e chefe de família, no lusco-fusco da Primeira República, simplesmente por ser pai de jornalista oposicionista.

À saída da necrópole, caféistas faziam conjecturas sobre a orientação do novo Interventor, pois o antecessor passara a receber influência de políticos decaídos, perdera a colaboração dos tenentes Ernesto Geisel e Paulo Cordeiro e caíra no desagrado de revolucionários, dentro e fora do Estado.

Acertariam os raros que atribuíram a Cascardo governo apolítico.

Com surpresa geral, fez sem ouvir ninguém, as primeiras escolhas: Secretário Geral, o ex-governador Antônio de Sousa e Diretor da Educação o desembargador, em disponibilidade, Felipe Guerra.

Perrepistas ferrenhos, que ainda sonhavam, como sebastianistas, a volta da política nefasta do Presidente Washington Luís, não toleravam a presença desses homens de bem em governo revolucionário. Já os moderados passaram a ver nisso perspectiva de tranquilidade para o Estado. E a grande maioria olhava esses fatos até com indiferença, contando apenas retornar ao poder quando viessem eleições, principalmente diante da dissidência, que prosseguia, entre os vitoriosos pelas armas.

Cascardo não admitia colaboração de quem estivesse sujeito a processo ou sindicância, ou se achasse visado, pelos revolucionários da terra, devido à maneira de participação na política derribada em 30. Compôs o restante do quadro de auxiliares quase sempre pedindo nomes, para escolher livremente, às duas alas outubristas.

Da lista de Café Filho, por exemplo, convidou o juiz Sival Moreira Dias para Chefe de Polícia. Da outra, dos anti-caféistas, nomeou Diretor da Imprensa Oficial o jornalista Fontes Galvão. E assim prosseguiu sem açodamentos. Talvez devido ao que se observara, em quase um ano, da atuação de antigos companheiros, sobretudo em Estados do Norte, não quis cercar-se, na administração, de elementos radicais ou exaltados.

Ainda por indicação de Café, meu pai foi nomeado para a elaboração de anteprojeto da primeira lei orgânica dos Municípios e convidou, por sua vez, Júlio Régis e Orestes Silva para integrarem a Comissão.

Não sei como, Cascardo soube que, no governo de José Augusto, o vice Augusto Leopoldo recebera determinada quantia dos cofres públicos a fim de tratar, no Rio de Janeiro, da solução de casos de interesse do Estado em Ministérios e outros órgãos do serviço público federal. De volta, apresentara prestação de contas ao Tesouro e lhe restituíra o saldo, mesmo advertido por funcionários de que a isso não se achava obrigado porque lhe havia sido arbitrada quantia “global”. O Interventor mandou buscar no arquivo aquele processo e o levou para estudá-lo em casa (1). No dia seguinte, desceu as escadas do Palácio e foi, ali perto, fazer uma visita ao dr. Augusto Leopoldo, que lhe aceitou o convite para dirigir a Fazenda Estadual.

Aquele Interventor penetrou profundamente na organização e funcionamento

dos serviços, a fim de traçar, com firmeza e espírito público, diretrizes para cada um. Isso lhe parecia o fundamental ou essencial, naquela fase de transição por que passava o Brasil.

Quanto ao Judiciário, foi até considerado idealista ao procurar conferir-lhe a máxima autonomia. Transferiu, inclusive, ao Tribunal a competência para nomear, demitir, promover e remover juizes. Sustentava, para isso, que o Executivo não dispunha de dados precisos para avaliar merecimentos nem julgar conveniências. Nessa parte, entretanto, seu decreto de reforma judiciária veio a tornar-se inoperante, visto que apareceu o Código dos Interventores mantendo a competência do Executivo para tais atos. Tranquilizaram-se, portanto, os temerosos de que maioria eventualmente organizada no Tribunal, em qualquer tempo, pudesse estabelecer “ditadura” no Judiciário. Pelo desejo de Cascardo, todo município deveria ser sede de comarca. Às objeções de que as finanças do Estado e o diminuto serviço forense não comportariam tamanha iniciativa, lembrava que o simples fato de residir juiz de direito num município evitaria crescimento da criminalidade, impediria certos abusos de outras autoridades e asseguraria maior respeito aos direitos humanos.

No caso das Prefeituras ficamos então definitivamente certos de que não faria política.

Basta um exemplo. Enquanto nas eleições de março de 30 somente nove eleitores, na Capital, ousaram votar na chapa Getúlio Vargas - João Pessoa, eles compareceram abertamente, às dezenas, em Mossoró, a fim de sufragarem esses nomes, numa expressiva demonstração do civismo daquele povo desde o alvorecer do movimento abolicionista. Destarte, o valoroso núcleo local da Aliança Liberal teria, naturalmente, de ser ouvido na escolha de novo prefeito.

Mas Cascardo preferiu manter à frente da Municipalidade o jovem médico Paulo Fernandes, já estudioso de problemas econômicos da região. Nomeado na segunda fase política da Interventoria Aluísio Moura, começara destinando à Associação de Damas de Caridade os subsídios do cargo. Quatro anos antes, seu pai, esse admirável Prefeito Rodolfo Fernandes — depois de sustado, inexplicavelmente, à última hora, na estação ferroviária de Natal, o embarque de contingente da Polícia para enfrentar o numeroso bando de cangaceiros chefiado por Lampião (2) — organizara e dirigira, com recursos locais e a decisiva cooperação de numerosos habitantes, a defesa de sua cidade, sendo rechaçada, dentro das ruas, a horda invasora.

Dois meses depois de empossado, causou grande espanto esta mensagem assinada pelo Interventor Cascardo e divulgada pelo jornal oficial:

“Um ano após o glorioso 3 de outubro, liberto o Brasil de uma direção incapaz, retrógrada e corrupta, saneada a administração e diferenciadas as tendências divergentes dentro da Revolução, depara-se aberta ao Brasil a luminosa estrada da socialização integral, onde o falido capitalismo não mais possa matar à fome os trabalhadores pela paradoxal superprodução, onde não haja classes favorecidas e onde os problemas econômicos e sociais da humanidade contemporânea encontrem cabal solução. **Cascardo**”. (3)

Como, nos corredores do Ministério da Justiça, eram sempre avistados antigos políticos reclamando contra Interventores, soube-se que a manchete acima lhes proporcionara intensa exploração. Mas, ficou nisso.

A verdade é que Herculino Cascardo adotou, na terra potiguar, apenas o programa sintetizado por Oswaldo Aranha: “interesse público e moralidade administrativa”. Economizar, desburocratizar e tornar mais eficientes os serviços públicos — eis uma de suas maiores preocupações. Governando Estado pequeno, com dedicação e operosidade, por vezes e obedecendo à hierarquia, chamou à Palácio funcionários subalternos só para se inteirar, diretamente, de determinados aspectos de trabalhos em andamento.

Menciono o que ocorreu comigo. Chefe de uma Seção anexa à Recebedoria de Rendas (Abastecimento d'Água à Capital), fui encontrá-lo com a folha de pagamento do pessoal da Usina assinalada para a dispensa de empregados por motivo de econo-

mia. Permaneceriam apenas os estritamente necessários ao bom funcionamento dos trabalhos.

Por entender que se tratava de serviço tipicamente “municipal”, transferiu-o à Prefeitura. Solução que se mostrou até providencial, pois a parte técnica ficou a cargo da Diretoria de Obras, possibilitando assim, pela primeira vez, a organização da planta da rede de abastecimento d’água de Natal. Orientou-a o bombeiro-chefe Manoel Alves da Silva, de mais de vinte anos de serviço como diarista e único empregado que conhecia, com a segurança indispensável, os pontos, em cada rua, por onde passava o “cano geral”. Faleceu pouco tempo depois. Sua viúva passou a ser sustentada pelos filhos, por não lhe caber pensão alguma. Não chegara ainda à municipalidade a legislação social que veio a consagrar Getúlio Vargas na admiração do povo e levá-lo de volta ao poder, em 1950, pelo voto.

O Interventor Herculino Cascardo podia ser encontrado, na rua, entre transeuntes, na vida quotidiana. Entrava em fila a fim de adquirir ingresso para cinema. Vinha a pé, todo dia, da Vila Potiguar ao Palácio, para o expediente. Não tinha Ajudante-de-Ordens. Quando algum passageiro de bonde o reconhecia viajando no estribo e lhe oferecia o lugar no banco, recusava-o delicadamente. Tudo, enfim, sem exibicionismos. Só usava o carro oficial na solenidade a que se via obrigado a comparecer. Sua família, quando necessário, utilizava táxi.

Foi muito útil ao Rio Grande do Norte a presença do comandante Cascardo na Interventoria, mesmo por poucos meses, inclusive pela trégua que propiciou à confusa política provinciana.

Precisou passar muito tempo fora do governo, a fim de poder acompanhar de perto, no Rio de Janeiro, o longo tratamento de grave enfermidade do filho mais novo, o qual veio a sucumbir.

Acabou desistindo da Interventoria.

Mais tarde, depois do movimento comunista de 1935, viu-se inesperadamente incluído, por quase dois anos, entre os presos políticos. E como nada se apurou, a final, contra a sua pessoa, retornou à atividade na Marinha, onde fez todos os cursos.

Todavia, não teve sorte, no fim da carreira, o bravo marinheiro e excelente administrador.

Desagradável surpresa o esperava quando chegou a sua vez de ser promovido a Contra-Almirante.

O Presidente da República era Café Filho.

Seu Ministro da Marinha, Almirante Amorim do Vale, declarou-lhe nada ter a alegar contra aquela promoção. Entretanto, ela não agradaria à maioria do Almirantado.

Preferiu então o Presidente Café preterir o comandante Cascardo. E este, com a brilhante carreira assim cortada, requereu imediatamente transferência para a Reserva.

Explicou Café que Cascardo, em 1931, na Interventoria de seu Estado, deixara de convidá-lo para integrar o Secretariado porque ele Café tinha “fama de ser comunista”. Entretanto, ele e Cascardo nunca foram comunistas (4). Por isso, não se julgava obrigado a promovê-lo.

A explicação me parece improcedente.

Cascardo organizou e realizou governo apolítico, enquanto Café Filho era chefe notório de corrente partidária, a que pertenci, aliás, com muita satisfação. Pediu a Café que aceitasse ser o fiscal do Governo junto à Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil.

Ademais, fôra nomeado, em primeiro lugar, Secretário Geral do Estado o dr. Antônio de Sousa e sabia-se persistir a incompatibilidade pessoal deste com Café, que tivera no Governo Sousa (1920-1923) a residência cercada pela polícia, durante alguns dias, por se achar liderando movimentos grevistas na Capital (5).

Finalmente, Herculino Cascardo recolheu-se à vida privada aos cinquenta e poucos anos. Passou a dedicar-se melhor aos estudos dos filhos. Gostava muito de cul-

tiver orquídeas no quintal da residência, no bairro de Grajaú e de algumas atividades no pequeno sítio que organizou em Teresópolis. Alguns anos depois faleceu no lar quase repentinamente.

E desapareceu um dos maiores idealistas das Revoluções de 24 e 30.

1) Quando Diretor do Instituto Nacional do Mate (1951-1954), nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, fui designado para realizar inspeção nas Delegacias de Curitiba, Joinville e Porto Alegre. Meses depois, na de Ponta-Porã, em Mato Grosso. Os dois chefes de seção que levei comigo eram remunerados, nessas viagens, de acordo com as normas estatutárias. Para mim, porém, como Diretor, foram arbitradas pela Presidência quantias "globais", certamente por abrangerem "representação". Mas, seguindo o bom exemplo, a que me referi, de volta recolhia o saldo à Tesouraria.

2) RAUL FERNANDES, *A Marcha de Lampião*, Editora Universitária, Natal, 1980, págs. 52, 191 e 302.

3) "A República", de Natal, Ano XLIII, nº 280, de 3-10-1931.

4) CAFÉ FILHO, *Do Sindicato ao Catete*, Liv. José Olímpio Editora, 1966, vol. 2 - pág. 480.

5) CAFÉ FILHO, obra citada, vol. 1, pág. 45.

OS PRIMEIROS TELEFONES DE NATAL

Foram instalados em 1911 nossos primeiros telefones. Juntamente com a luz elétrica e os bondes, graças a empréstimo obtido na França pelo governo de Alberto Maranhão visando à modernização de serviços públicos da Capital.

O químico português Vale Miranda e o engenheiro brasileiro Domingos Barros tornaram-se concessionários, fundando a Empresa de Melhoramentos de Natal. Pouco depois transferiram tudo à Empresa Tração, Força e Luz de Natal, que se desmoronou em 1920.

Não teve outro jeito o Estado senão assumir o controle geral e criou a Repartição dos Serviços Urbanos de Natal, dirigida pelo escriturário do Tesouro João Sizenando Pinheiro, que foi muito dedicado e eficiente. Era talvez a primeira autarquia estadual no Norte. Funcionava em sobrado na avenida Tavares de Lira, defronte daquele que, por vários anos, serviu de redação e oficinas de "A República".

Nomeado em 15 de dezembro de 1922 escriturário-auxiliar, com vencimentos mensais de cem mil réis, coube-me, além de serviços de datilografia, a escrituração do livro destinado às taxas de telefones. Nosso regime de trabalho era de dois expedientes, inclusive aos sábados. Das 7:30 às 10 horas e das 12 às 16:30. Durante a República Velha nenhum funcionário ou empregado da Repartição, de qualquer categoria, tinha direito a férias. Como a Capital ficou três anos sem bondes (de 1920 a 1923), tínhamos às vezes, para chegar à Ribeira nos dias de grandes chuvas, de esperar algum tempo, à entrada da antiga Chefatura de Polícia (hoje sede da Imprensa Oficial), que cessassem as grandes enxurradas da junção da rua Juvino Barreto com a avenida Junqueira Aires.

Exstiam na época, em Natal, somente cem telefones, entre eles os dos serviços federais, estaduais e municipais e todos distribuídos pela Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol e Alecrim.

Ficava numa sala daquele sobrado a pequena central telefônica. Chefiava a parte técnica o belga Luiz Lefebvre, com os auxiliares Nilo Lustosa da Câmara e João Evaristo de Lima. Eram telefonistas, desde o início, uma de manhã e outra à tarde, as irmãs Francisca e Joana Cid, tias do menor Edilson Cid Varela, que viria a se tornar no País um dos principais diretores dos Diários Associados. A lista de Telefones, com

tão poucos, demorava muito a ser divulgada porque bem raras as alterações.

Vi naquela sala parlamentares nortistas em trânsito pelo porto. Ao chegarem ao cais eram para ali encaminhados a fim de se comunicarem, por telefone, com o Governador José Augusto. E este logo vinha ou mandava buscá-los, para almoço ou jantar na residência, aumentando assim suas despesas caseiras, já que, como outros antigos governantes, jamais usou mordomia.

O Governador Antônio de Sousa conseguiu restaurar o serviço de bondes contratando o técnico pernambucano Ulisses Carneiro Leão. Foi no governo José Augusto, na gestão do engenheiro Paulo de Araújo Coriolano, que o Estado comprou para substituição, por intermédio de firma sueca, outra central telefônica e de duzentos números.

Incorreu o Presidente Juvenal Lamartine em vários erros, quase todos no setor da política.

Mas, como administrador, era estadista moderno, dinâmico e progressista. Teve de início a nítida visão de que, em seu governo, ou no seguinte, os serviços urbanos da Capital poderiam entrar em colapso, pois o Estado não dispunha de recursos financeiros para as indispensáveis substituições de materiais e outras reformas inadiáveis. Estava certíssimo, por conseguinte, ao recorrer à iniciativa privada — único caminho que lhe restou, na emergência e no interesse da população. Somente as Empresas Elétricas Brasileiras, de capital vultoso, se apresentaram em 1929 para obter a concessão e criaram a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil.

Para esta foi, portanto, o Serviço Telefônico.

O EXTERMÍNIO DOS ÍNDIOS

Manoel Onofre Jr.
(Sócio Efetivo)

A Guerra dos Índios, também denominada Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros é a maior sublevação índia da história do Brasil. Em síntese, constituiu-se na espantosa reação dos tapuias, habitantes do interior da Capitania do Rio Grande, contra as injustas e repetidas agressões dos desbravadores portugueses e brasileiros.

Gonçalves Dias, um dos primeiros historiadores a tratar do assunto, refere-se à perfídea dos sertanistas: “Sabemos qual era a tática seguida geralmente pelos colonos e depois das leis que aboliram a escravidão dos índios: era injuriá-los nas suas pessoas e propriedades, incitá-los por todos os meios à guerra contra os seus vizinhos ou contra os próprios colonos e daqui tiravam plausível pretexto para os guerrear e cativar” (“Catálogo dos Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte”, in Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 17) (1).

DEZ ANOS ÉPICOS

Afirma o pesquisador Olayo de Medeiros Filho, em seu livro “Índios do Açú e Seridó” que o levante teve início em 1683, prolongando-se até 1700.

Houve um período de lutas encarniçadas entre 1687 e 1697 - a Guerra propriamente dita. (2) (V. Vicente de Lemos, Tavares de Lyra, Afonso E. de Taunay e Câmara Cascudo).

Em 1689 clamava o Senado da Câmara de Natal:

“Representará o levantamento de todo este gentio o grande poder que uniram e as mortes que fizeram em mais de duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgadas e as ruínas dos mantimentos e lavouras para que S. Majestade ordene ao Governador Geral e os mais desta Capitania não faltem os socorros a esta, ordenando ao Mestre de Campo dos paulistas e ao Governador dos Índios de Pernambuco e ao Governador dos pretos de Henrique Dias assistam no dito sertão e dele se não retirem até com efeito se **destruir e arruinar todo o gentio**, ficando estes sertões livres para se colonizarem” (...) (Fragmento de **Instrução e Memorial** - Livro II do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. Grifos acrescentados)

No longo curso da guerra travaram-se inúmeros combates. De uma feita são aprisionados mil índios! Sucedem-se depredações, incêndios, emboscadas. Um tufão de morte varre a Capitania. Na Metrópole percebem, até que enfim, a extensão e gravidade dos fatos. Mandam vir reforços. Mas, não nos cabe, aqui, historiar toda a Campanha. Vale dizer que, já em 1696, o Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo vai ao palco das lutas e funda o arraial de Nossa Senhora dos Prazeres do Açú. Poucos recontros verificam-se a esta altura.

Na virada do século está consumada a “pacificação”. Rendem-se os bravos tapuias. Com pouco, muitos deles foram aldeados, sob a autoridade dos missionários (3). Passaram a sofrer outras formas de violência, agredidos em sua identidade cultural.

Viviam nas aldeias em regime de prisão aberta. A propósito, vejamos o que nos dizem os Freis Fidelis Motta de Primerio e M. Cappuc, em seu livro “Capuchinhos em Terras de Santa Cruz”, com referência ao cotidiano dessas aldeias. Vale a longa

citação:

“... ao alvorecer percorriam dois tambores o arraial despertando com os seus rufos os habitantes. Durava esta tamborilagem nada menos de meia hora. Depois o sacristão tocava as três Ave-Marias, convocando a todos para o serviço divino. Punham-se os convocados à direita e à esquerda do corpo da Igreja, homens de um lado, mulheres do outro; o missionário passava no meio corrigindo os erros. Então recitavam todos a doutrina cristã e findo este exercício, começava a Missa. Ao se dar a elevação, o céu das cunhãs entoava o **Tantum ergo** e outros belos cânticos espirituais, até o fim da missa. Finda a Missa recolhia-se o celebrante à casa paroquial, onde o capitão-mor diariamente ia ter com ele a receber ordens para a execução do programa do dia. À tardinha, nova convocação à Igreja para recitação do rosário de Nossa Senhora. Às oito, anunciava-se o toque de recolher; os dois tambores durante meia hora rufavam, fechando-se as portas do quadro do arraial cujas chaves o oficial da semana entregava ao pároco. Um alferes, comandando uma ronda de quatro soldados, verificava se havia algum ausente, para isto indo de casa em casa. Se algum faltasse à revista devia o oficial levar o caso ao conhecimento do missionário”. (Cit. p/Gilberto Guerreiro Barbalho in “História do Município de São José de Mipibu” - 1961 - pág. 54).

Dizem os referidos frades, de palavra insuspeita, referindo-se, ainda, à aldeia de Mipibu: “Aconselhava o antecessor de Frei Aníbal ao seu substituto que não deixasse de ser ríspido com os jurisdicionados. Nada de muita afabilidade”. (Ob. cit., pág. 54)

cont. pág. 101

Mais adiante, estas passagens, reveladoras da inadaptação dos índios: “Teve o missionário má impressão do estado de cristianização dos índios de São José de Mipibu. Iam à missa mais pelo receio de penalidade do que por devoção”(.....) “...levavam os filhos recém-nascidos à pia batismal, mas já ao saírem da Igreja para casa, os rebatizavam dando-lhes nomes de animais, aves ou quadrúpedes”. (Ob. cit., pág. 55).

DISSOLUÇÃO ÉTNICA

Extintas as Missões, por determinação do Marquês de Pombal, são os pobres indígenas conduzidos, como rebanho a caminho do matadouro, para serem vilados. Entregues à própria sorte, decaíam mais depressa. E dissolveram-se etnicamente, na expressão de Cascudo.

Dos valorosos Jandúis, Canindés, Paiacus, Jenipapos, Pegas, Sucurus, Panatis, Caratius, Cariris, Icós (para não falar nos Potiguares, estes da nação tupi, mais dóceis, logo subjugados) restou só lembrança. Tinham virado caboclos, párias.

Depois de dois séculos e meio de “colonização”, não mais havia nem um índio no Rio Grande do Norte.

NOTAS

(1) - Existiam outras causas, entre estas a que se revela nas sementes de ódio anti-português, deixadas entre os índios pelos holandeses. Como se sabe, os Jandúis eram grandes aliados do dominador batavo.

(2) - As hostilidades continuaram, por muito tempo, depois do término da guerra. Em carta régia de 13 de setembro de 1726, El-Rei manda que o Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, Dom Manuel Rolim de Moura, opine sobre as postulações dos Oficiais da Câmara da Capitania do Rio Grande, expressas nos seguintes termos: “... seria mui conveniente para a conservação dos moradores da dita Capitania, e se impedirem as hostilidades, que nos fazem os Índios, que houvesse nela o Terço inteiro de Paulistas e que este assistisse no Arraial do Ferreiro Torto, porque e por este modo não só se poderia guarnecer a Fortaleza, mas impedirem-se os repetidos danos, que nos fazem os Tapuias, nossos inimigos”. (Documento transcrito da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - vol. XIV - N^os 1 e 2 -

1916 - pág. 35).

(3) - Em 1749 tínhamos as seguintes aldeias indígenas: GUAJIRU (Extremoz), invocação de S. Miguel. Caboclos da língua geral (Tupis) e Tapuias da nação Paiacu. Direção dos Jesuitas. APODI, invocação de São João Batista, direção dos Religiosos de Santa Tereza (Carmelitas), Paiacus. MIPIBU, invocação de Santana. Caboclos da língua geral sob a direção dos Capuchinhos. GUARAÍRAS (Arez), invocação de São João Batista. Caboclos da língua geral sob a direção dos jesuitas. GRAMACIÓ (Canguaretama), invocação de Nossa Senhora do Carmo, sob a direção dos Carmelitas Reformados, com os caboclos da língua geral. Informação de Câmara Cascudo ("História do Rio Grande do Norte" - 1955 - pág. 42).

Estas aldeias tornaram-se vilas, na segunda metade do século XVIII. Vila Nova de Extremoz do Norte (1760); Vila Nova de Arez (1760); Vila de São José do Rio Grande (1762) (Mipibu) e Vila Flor (1769) (Gramació).

Os índios do Apodí foram vilados em Portalegre (1761).

AUGUSTO SEVERO, O HOMEM

Carlos Tavares de Lyra
(Sócio Correspondente)

AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, seu nome por extenso. Belo tipo de homem, muito alto, forte e elegante, impecavelmente trajado, faces coradas, cabeleira farta, vaidoso da primorosa dentadura, verdadeiro fio de pérolas, não regateava sorrisos, sempre alegre e otimista. Fundamentalmente bom, um dos traços acentuados de sua fascinante personalidade era praticar a caridade, em tudo e por tudo. Dar, dar sempre, sem olhar a quem, pois sentia o coração alegre quando prestava um benefício. Cérebro fecundo e criador, enriquecido de vasta ilustração científica, um só pensamento dominou sua vida gloriosa: trabalhar pela Ciência e pela Pátria.

No depoimento de **Gilberto Freyre**: — “Era um gigante, desses que não são raros entre os homens de velhas famílias do Nordeste. Mas não apenas um gigante: também um belo homem, também um bonito e forte fidalgo, da mesma raça de brasileiros do Norte famosos pela beleza viril. Descendia de brasileiros dos primeiros tempos da colonização portuguesa na América e era Albuquerque até a raiz dos cabelos”.

Prefaciando a “História da Casa de Cunhaú”, observa ainda, **Gilberto Freyre**: — “Será interessante reunir número considerável de retratos, de daguerreótipos, de fotografias, que permitam o estudo, também meticoloso, de persistência de fisionomia e, se possível, de porte e estatura, em Albuquerqueos brasileiros dos vários ramos e de várias épocas, para que o antropólogo possa destacar possíveis traços comuns de **Albuquerqueidade**, eugênica ou não, em indivíduos dessa estirpe”. Enumera, além de **Augusto Severo**, as figuras de **Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti**, primeiro Cardeal do Rio de Janeiro; **Estácio de Albuquerque Coimbra**, que foi Vice-Presidente da República; **Albuquerque Lins**, o alagoano que foi Governador de São Paulo, concluindo: “Todos, ao que parece, altos; quase todos, além de altos, altos, no porte; impressionantes, alguns, pelo que chegou a ser afirmação nítida de fidalguia”. (“Revista do Arquivo Público de Pernambuco” - Anos 1952/1956 - Recife).

Os pais de **AUGUSTO SEVERO**, Major Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Dona Feliciano Maria Pedrosa de Albuquerque Maranhão, educaram os numerosos filhos, - e eram 14, nove homens e cinco mulheres - da melhor maneira, facilitando a vocação notória de alguns. **Fabício**, o mais velho, foi industrial, político no Partido Liberal, no Império, chefe da zona do agreste; **Pedro Velho** iniciou Medicina na Bahia, formando-se no Rio de Janeiro. Refiro-me ao legendário **Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão**, famoso republicano histórico. Orador dos mais eloquentes, quando da partida de Ruy Barbosa para Haya, coube a **Pedro Velho** a honra de saudá-lo em memorável banquete. E de tal maneira o fez que Ruy, geralmente sóbrio no louvor às outras **Águias**, agradecendo a expressiva homenagem, classificou o notável improvisado de **Pedro Velho** de “jóias derramadas de um vaso de ouro”. Médico e jornalista, **Pedro Velho** fundou e dirigiu, ainda no Império, o jornal “A República”; proclamou o regime republicano no Rio Grande do Norte e chefiou as campanhas da Abolição e da República, no Estado que mais de uma vez governou. Deputado Federal à Constituinte de 1891 e Senador da República até sua morte, em 1907, aos 51 anos de idade. **Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão Filho**, o **Maestro Amaro Barreto**, como era conhecido, estudou e aperfeiçoou-se em Música, em Paris. Viajou por toda a Europa, ouvindo, aprendendo, inebriando-se da boa música. Competente Professor, de métodos didáticos avançados para a época, foi Catedrático da Escola Nacional de Música, no Rio de Janeiro. **AUGUSTO SEVERO**, o nosso genial biografado, cursou Engenharia, no Rio de Janeiro. Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em Pernambuco. Advogado, jornalista e político, foi Deputado Federal em várias legislaturas e, mais de uma vez, Governador do Rio Grande do Norte. “As meninas, - observa o nosso **Câmara Cascudo** - fo-

ram casando. **Isabel**, com **Fabrcio Pedrosa**, segundo do nome; **Amélia**, com **Olimpio Tavares Pessoa de Araujo**; **Inês** e **Maria da Silva**, respectivamente, com **Jovino Pais Barreto** e **Júlio Pais barreto**, irmãos. **Áurea** não casou. Foi freira **Dorotéia**".

Os homens eram todos altos, claros, robustos, de cabeleiras aneladas e ares fidalgos, destacando-se facilmente onde quer que estivessem. Tocavam piano, violino, violão, cantavam romanzas e modinhas. Eram manfacos por teatro, pintura, literatura, amando ler em voz alta as mais belas páginas de autores nacionais e estrangeiros. Governadores, **Pedro Velho** e **Alberto Maranhão** promoviam tertulias em Palácio e mantinham orquestras para concertos. **Pedro Velho**, na última noite de sua vida, pediu a um dos secretários para ler trechos da "Gioconda", de Gabriel d'Annunzio, lendo ele mesmo alguns episódios da "História da Revolução Francesa", de Carnot. **AUGUSTO SEVERO**, o favorito da família, não poderia ser diferente. Alto, bonito, alegre, ninguém o superava nos jogos de salão. A centelha, a comunicação rápida das idéias, o poder criador, a exuberância da inteligência na sua forma mais viva de exteriorização, tudo contribuía para torná-lo o centro de todas as atenções. Curiosos os nomes com que se tornaram conhecidos alguns dos irmãos: **AMARO BARRETO - PEDRO VELHO - AUGUSTO SEVERO - ALBERTO MARANHÃO**.

Apaixonado da música erudita, **SEVERO** o era também da música popular e costumava cantar, nas noites enluaradas do sertão nordestino, com sua bela e possante voz, as modinhas românticas da época, acompanhado ao violão. Requitada sensibilidade artística era, embevecido, que **SEVERO** tocava, ao piano, o Adágio da "Sonata ao Luar", do genial Beethoven. Embora não fosse pianista, tocava, surpreendentemente, de ouvido.

Câmara Cascudo afirmou, numa página de rara felicidade sobre o grande brasileiro, que "tinha vontade de dizer que o maior inimigo de **SEVERO** era o **PAX**, o seu balão maravilhoso". E acrescentava que "o balão esconde o homem, oculta-o, disfarça-o, deforma-o em sua consagração trágica. A imortalidade do homem é a sua humanização".

AUGUSTO SEVERO só se apresenta no passadiço do **PAX**, em glória, voando para a morte. O bom filho, o irmão, o esposo, o pai, o amigo, andando a pé, conversando, pilheriando, estão se diluindo nas névoas íntimas da saudade silenciosa. Ficou o **outro**, caindo em vertical, como um símbolo de persistência haloado de fogo, sobre a "Avenue du Maine", em Paris. O exímio campeão de tiro, o emérito cozinheiro, o exigente **gourmet**, o hábil marceneiro, o costureiro, o tribuno, o jornalista, o fascinante conversador, merecem especial evocação.

Possuía **AUGUSTO SEVERO** acentuado pendor para a arte culinária. Temperava deliciosos assados e uma esplêndida "omelette au rhum". No Rio de Janeiro preparou "Carne de Sol", no terraço do antigo "Hotel dos Estrangeiros", na Praça José de Alencar, "quando desafiado em suas habilidades culinárias pelos colegas parlamentares". "Em nossa casa - dispõe um de seus biógrafos - interrompeu uma conversa na sala de visitas, para ensinar, na cozinha, um extraordinário molho branco para peixe assado".

Era de uma grande habilidade manual, aliada a um raro bom gosto. Munido de preciosa caixa de ferramentas, serrava e trabalhava os berços para seus filhos. Muitas vezes terminava no bastidor, por brincadeira, os bordados, em flores e ramagens, das roupinhas que a esposa aprontava para os filhos recém-nascidos. Desenhava e pintava, também, com extrema facilidade.

Deputado Federal, **SEVERO** gastava o subsídio com a prodigalidade de um nababo. Generoso ao extremo, voltando certa vez do Rio de Janeiro, deu **duzentos mil réis** (era assim que se dizia, naquele tempo...) ao boteiro que o deixou no Cães. E teve que pedir dinheiro emprestado para o carro da bagagem... **Eloy de Souza**, que foi Deputado e Senador pelo Rio Grande do Norte, conta nas suas "Memórias" que, um dia saía ele da Câmara dos Deputados, com seus colegas **AUGUSTO SEVERO** e **TAVARES DE LYRA**. **SEVERO** ia tomar o bonde para a Rua Bambina, em Botafogo, onde então residia. Um pobre o detém, para pedir uma esmola. **SEVERO** mete a mão

no bolso do colete e dá ao pobre **cincoenta mil réis**, tudo o que então possuía. Dois passos adiante pedia a TAVARES DE LYRA uns **cobrinhos**, para pagar a passagem...

O título de seu balão - PAX - dizia bem o destino pacífica e grandioso da aviação, que os homens transformaram em arma de guerra. O futuro dirigível chamar-se-ia JESUS. Elemento de aproximação, haveria de ser o vínculo universal de compreensão, de unidade espiritual, anulando as distâncias, reunindo os homens.

AUGUSTO SEVERO nasceu predestinado para as alturas. Seu destino era estelar. Foi um desses riscos luminosos no céu do Brasil. Tinha que viver pouco, depressa, com toda a força. Iniciaria seu vôo definitivo, pelo azul do infinito, aos 38 anos de idade.

ANTIGOS MISSIONÁRIOS FRANCISCANOS

Mons. Severino Bezerra
(Sócio Efetivo)

Os primeiros Religiosos que pisaram as terras do Brasil, foram oito franciscanos que vieram na esquadra de Cabral, sob o domínio de frei Henrique Álvares de Coimbra. Esses franciscanos se destinavam a Calicut, na Índia e foram escolhidos pelo rei de Portugal, dentre os dotados de inteligência e cultura. O seu superior-frei Henrique, antes de se tornar sacerdote e religioso, em Portugal ocupara o cargo civil de desembargador e com vocação adulta fez-se franciscano no Convento de Alenquer. Em 1505, o papa Júlio II, elegeu frei Henrique bispo de Ceuta, na África. Faleceu a 24 de setembro de 1532, sepultado os seus restos mortais na igreja de Santa Maria Madalena, em Oliveira, na atualidade é da Espanha. Sobre o seu túmulo está escrito: "Aqui está o bispo de Ceita dom Anrique, falecido a 24 de setembro de 1532".

A implantação da Igreja no Brasil, contou muito com o trabalho persistente das Ordens Religiosas, sobretudo dos padres franciscanos capuchinhos. Sem elas, teria sido difícil a ação dos padres seculares. Das ordens religiosas, os franciscanos sempre receberam as melhores acolhidas por parte do povo, por causa do modo de vida que se apresentavam, pelo constante trabalho em que se empenhavam no serviço espiritual aliado ao material, em bem da humanidade. O fundador dessa ordem religiosa São Francisco de Assis - assentou em base segura tendo por lema "pobreza mendicante", no ano de 1223.

Frei Mateus de Bassi, membro da ordem franciscana, no ano de 1526, por motivo, formou um ramo à parte dessa grande família e com outros religiosos instituiu uma nova comunidade a que deu o nome de capuchinhos. A origem desse nome Capuchinhos vem do uso de um pequeno capús, usados no hábito franciscano. O papa Clemente VII permitiu que os padres capuchinhos usassem o mesmo hábito dos franciscanos Menores, continuando sob a regra de São Francisco, no mesmo regime de pobreza, castidade e obediência, sendo tudo isto observado com muita prontidão. Os padres franciscanos, não possuem nada, nem podem possuir, recebem somente o suficiente para sustento da vida e ainda repartem com os pobres as esmolas recebidas.

Os padres capuchinhos chegaram pela primeira vez no Brasil em 1679, tomando para sede a cidade de Salvador, na Bahia, daí radiaram-se para Pernambuco em 1725. Nesse mesmo ano, 1725, o Rio Grande do Norte abriu suas portas para entrada dos arautos de São Francisco. Coube a honra de os receberem - Apodi e Mipibu. Os padres capuchinhos, no seu novo campo missionário, alçaram suas vistas na catequização dos índios em primeiro lugar e depois na instrução do povo, no emprego das "Santas Missões", tão queridas de todos.

A primeira idéia do Missionário, na catequização do índio, era a formação de aldeias, na qual fazia a agregação de todos, constituindo como um governo central sob regime de vida, na qual os índios obedeciam a voz do missionário Chefe. A maior Aldeia Missionária no Rio Grande do Norte, foi a de Mipibu. Nessa aldeia, o padre frei Mauro de Lessano, deu início a construção de uma grande igreja, atual Matriz de São José, cujos trabalhos foram continuados e concluídos por frei Juvenal de Albania. Também Apodi, frei Felipe Bourel, fundou a aldeia de São Miguel, para catequização dos índios paiaçús. Na aldeia de Apodi teve a construção da igreja de São João Batista.

A maior intensidade da vida espiritual no Brasil, sediou-se nas Missões mais conhecidas pelas "Santas Missões". Era a palavra convincente do Capuchinho que agregava grandes multidões ávidas para ouvir os ensinamentos e conselhos do Missionário. Era por ocasião dessas Santas Missões, que os missionários não se entregavam só a pregação da palavra de Deus, mas, executavam grandes obras, tais como igrejas, cemitérios, hospícios, estradas, açudes e tudo mais que pudesse ser benefício para o povo, de grande utilidade. No Rio Grande do Norte, af estão os templos de São Gonçalo, Canguaretama, Mossoró, Macau, Espírito Santo, Utinga, etc. Uma série de missioná-

rios que passaram fizeram, não estão esquecidos do povo: frei Celestino de Pedavoli, frei Gaudioso, frei Venâncio Maria de Ferrara, frei Caetano de Messina. Os tempos marcaram com muita intensidade as pegadas de dois grandes missionários no Rio Grande do Norte - frei Serafim de Catania e frei Hermenegildo Herculano Vieira. Estes missionários capuchinhos, ficaram bem atraídos pelo povo, devido a austeridade de vida que levavam, pela santidade de costumes e pela cultura. Esses dois missionários deixaram rastros inapagáveis de suas presenças no Rio Grande do Norte. Não foi só a pregação da palavra de Deus que os fizeram estimados do povo, mas as grandes obras materiais ainda existentes, monumentos de grande valor. As igrejas de Ceará-Mirim - antes Boca da Mata e Canguaretama, conhecido antes por Saco do Uruá, foram majestosos templos iniciados por frei Serafim. Para lançar os fundamentos de uma gigantesca igreja, no Ceará-Mirim, o missionário reuniu um auditório de mais de cinco mil pessoas. Não menos em Canguaretama que além da grandiosa igreja, abriu um canal que veio a servir de porto. As missões de frei Serafim, não se limitaram a esses dois lugares, atual cidades, mas, a muitos outros no Rio Grande do Norte: Mossoró, Açú, Papari, Guamaré, Serra de São Bento. Nas missões pregadas na Serra de São Bento, terra outrora de um povo violento, afeito ao crime, frei Serafim para conseguir a paz, apaziguando o coração daquele povo, teve a feliz idéia de mandar que se fizesse em frente à igreja um buraco de boa profundidade e então, convidou o povo possuidor de armas diversas que viesse depositá-las dentro daquele buraco e o local encheu-se de bacamartes, clavinotes, espingardas, facas e facões e armas outras, coberto tudo de terra, fechado o buraco e construído em cima um cruzeiro; podia-se ficar em paz, as armas dos violentos, criminosos estavam desaparecidas. Mais de século depois, para renovar a madeira da Cruz arruinada pelo tempo, fez-se escavações precisas e lá no fundo do buraco foram encontradas as armas ali depositadas numa ordem missionária e todas estavam enferrujadas sem mais utilidade.

Frei Herculano, o padre Mestre como era conhecido, pregou também grandes missões no Rio Grande do Norte e não foi menos estimado do povo, porque via na sua pessoa, modos de atrair as multidões, pela sua palavra fácil, de um verdadeiro Missionário. Dos trabalhos do frei Herculano, na época do século XVIII, salienta-se a igreja Matriz de Nísia Floresta, antiga Papari. Muito visitado e apreciado pelo povo, estão arabescos de grande arte, executados no muro frontal do cemitério de Arez. Obra das Missões, quando o frade convocava o povo, chamando pelo toque do sino, para trazer ao pé da obra o material necessário, sobretudo a pedra. Conta-se que frei Herculano estava perto quando uma mulher conduzindo uma pedra, acima de suas forças, ao pé da obra joga no chão a pedra e pronuncia estas palavras "pedra danada de pesada". Frei Herculano ouviu e não permitiu que a pedra referida entrasse na construção. Os velhos missionários que foram recordados aqui já deixaram a terra de muitos anos e os que ficaram, os que participaram das Missões em épocas idas também já se foram. Na igualdade dos antigos missionários, no tempo presente vemos a figura muito querida do povo, frei Damião de Bozzano, também Missionário Capuchinho, que com a sua palavra cheia de vida, neste século XX, tem os mesmos atrativos, goza da estima de todos que o procura para ouvir, cumprindo com muita retidão os seus conselhos.

VIDA E OBRA DE MOURA RABELLO (+)

Genival Rabello
(Sócio-Correspondente)

Com a mais viva emoção, recebi de Luiz Rabello a informação de que meu nome havia sido indicado e aceito para **Sócio-Correspondente** desta Casa, de tanta tradição como instituição cultural mais antiga do Estado, ao longo dos últimos lustros, merecida e superiormente, presidida pelo escritor e acadêmico Enélio Lima Petrovich.

Também é, neste momento, profundamente emocionado que assumo a responsabilidade do título que me é conferido, sobretudo depois de ouvir as palavras vibrantes e amigas deste orador fogoso que é Marcos Maranhão.

Atribuo a honraria menos ao mérito pessoal deste repórter, do que como uma nova homenagem ao meu pai - Manoel de Moura Rabello, que foi sócio-correspondente, enquanto residente no Rio de Janeiro, e sócio-efetivo, quando, em 1979, decidiu transferir-se de armas e bagagem para esta cidade, de que tanto se orgulhava de ser filho e que marcou indelevelmente sua obra poética e pictórica.

Proponho-me, por isso mesmo, dizer algumas palavras, em ritmo de reportagem, como me é próprio, sobre a vida e a obra de Moura Rabello.

Nome de Batismo: Manoel de Moura Rabello. "Doutor" lhe chamava Mãe Dindinha, sua avó materna, ou "Doutorzinho", costumava dizer, carinhosamente, sua Tia Dondon. Viveu pouco mais de 84 anos (22/10/1895-06/12/1979), através dos quais, pela intensidade dos momentos vividos, tanto na alegria como na dor, acredito que não incorrerei em erro ao observar que como personagem do cotidiano talvez supere, pelos aspectos surrealistas de extrema originalidade e beleza, sua obra escrita em prosa e verso e sua extraordinária produção pictórica.

Chamava-lhe "Doutor" Maria Joaquina de Moura Carneiro, sua Mãe Dindinha, não apenas porque o quisesse doutor, mas como vaticínio, face à vivacidade intelectual do menino que aos cinco anos de idade lia corretamente e escrevia em letra miúda. Na passagem do século, foi visto, carvão em punho, escrevendo nos muros e calçadas cimentadas da rua dos Tocos, onde morava: "Viva o Século XX!". Estudava então na Escola do Professor Zuza, que lhe ensinou as primeiras letras. Mas aos seis anos de idade, foi vítima de um golpe brutal: ele e o mano Rodolfo, dois anos mais novo, perderam a progenitora - Maria Emília de Moura Rabello, que morreu de parto, juntamente com o terceiro rebento.

Seu pai - João Baptista Ferreira Rabello -, pouco tempo depois, contraia nupcias com Ercília de Carvalho, concebendo prole numerosa - doze filhos, dos quais ainda hoje dez sobrevivem, a exemplo do acadêmico Luiz Rabello, esse admirável trovador potiguar, que já ultrapassou as fronteiras pátrias, indo buscar prêmios em concursos literários realizados em Lisboa, Luanda e Maputu, para não falar de Montevidéu.

Manoel e Rodolfo, após o segundo matrimônio do pai, passariam a viver com Mãe Dindinha e Tia Dondon, que se revezavam em cuidados, inclusive na vigilância dos estudos. Aos 11 anos, Manoel já cursava o primeiro ano do Ateneu Norte-riograndense. Dificuldades econômicas, no entanto, os transfeririam naquele aziago ano (1906) para Piripiri do Vigário, perto de Araçagi, na Paraíba.

Alugado um pequeno sítio, eis a família dedicada à plantação de algodão, ainda no tempo do rude trabalho do cabo de enxada. Dalí para Itabaiana e, algum tempo depois, de volta a Natal, na altura de 1911.

Em Natal, Manoel e Rodolfo voltariam ao convívio paterno, mas sempre sob os cuidados de Mãe Dindinha e Tia Dondon, que os acompanhariam até o casamento, primeiro de Rodolfo (1918), com Elvira Rocha, e, depois, de Manoel (1919), com a prima Saliê de Paiva Moura. Na altura de 1928, Rodolfo se deslocaria para o Rio de Janeiro e Manoel lhe seguiria as pegadas em 1935.

No Rio de Janeiro, Moura Rabello exerceu o magistério, lecionando português e moral e cívica, mas continuou a pintar até quando a cada vez mais escassa visão permitiu e a versejar, o que fez até o último ano de vida.

Em 1979, pressentiu a aproximação da morte. Decidiu voltar para Natal, com o objetivo de rever os irmãos, viver aqui os seus últimos dias e ser enterrado no jazigo paterno. Pela primeira vez viajou de avião e o fez na companhia do saudoso filho Aparício, no dia 18 de outubro daquele ano. Comemorou aqui os 84 anos e faleceu pouco menos de dois meses depois.

Em resumo, para não me demorar, no pitoresco e rompantes de seu temperamento, nas travessuras da meninice e juventude, eis, em poucas palavras, o perfil do homem, que se pretendia um homem de fé e temente a Deus.

Falar da obra de Moura Rabello começa pela observação de que ele foi em tudo autodidata. Diplomou-se na Life University, segundo mestre Câmara Cascudo, que lhe enalteceu, em várias oportunidades, os dons vocacionais, considerando-o sempre, como poeta e pintor, autor muito acima da craveira comum.

Mas sua vocação de artista plástico foi despertada em função de uma pungente dor chamada saudade. Vivia em Piripiri do Vigário. Ocupava-se de uma pequena plantação de algodão, mas nas horas vagas, aos 13/14 anos, dedicava-se à criação de galo de briga. Um dia, lhe morre o "Gigante", que fazia figura nas rinhas improvisadas da vizinhança. Inconformado com a perda, decidiu fixar no papel a imagem do galo de estimação. E fê-lo com tanta perfeição que despertou a admiração dos feirantes de Araçagi, até onde o menino se havia aventurado mais de uma vez em busca de competidor para "Gigante". Animado pelo inesperado sucesso, tomou gosto pelo desenho e passou a retratar os parentes. Até que, já de volta a Natal, recebeu a primeira encomenda, com preço determinado pelo cliente: 30 mil réis. Daí em diante, nunca mais lhe escasseariam encomendas.

Também menino, em Itabaiana, onde seu tio Lucindo era próspero comerciante, a mesma pungente dor chamada saudade levou-o a decantar em versos o carneiro "Minoso", que a avó vendera em Araçagi para completar as despesas da mudança.

De volta a Natal, aos 17 anos incompletos, sua maior decepção foi sentir o atraso, marcado inclusive pela maneira de falar, que a dura vida do campo lhe havia imposto em relação aos antigos colegas do Ateneu.

Trabalhou obstinadamente na conquista do tempo perdido e, nesse esforço, o desenho, a poesia e o estudo de francês (sem mestre) o puxaram para frente. Aos vinte anos, já começava a aparecer na imprensa local, ora como retratista, ora como poeta. Por insistência de Antônio Soares, submeteu à apreciação de Ezequiel Wanderley um soneto feito à esposa, que foi reproduzido na Coletânea dos Poetas Potiguares, de autoria de Ezequiel, publicada em 1922. Ao mesmo tempo, o Governador Antônio de Souza o distinguiria com uma grande encomenda, confiando-lhe a galeria de retratos de vultos históricos para o salão nobre do Palácio. Essa Galeria se encontra hoje nesta Casa, assim como alguns outros trabalhos do pintor. Mas, seu primeiro trabalho de concepção, fê-lo em 1928, quando encontrou quem posasse vestido de padre e montando um jumento, seguido por três meninos que lhe pediam a benção. Com as fotos tiradas no parque da Escola de Aprendizes Artífices, da qual era professor, apreendeu o movimento necessário ao quadro pintado a óleo "Padre João Maria a caminho da caridade", cujo casario de fundo foi reproduzido de memória. Em 1933, fez outro expressivo trabalho de concepção: "Padre João Maria entre os humildes". Entre outros quadros pintados a óleo, destacam-se o do General João Varela ao lado da herma de Pedro II, em exposição nesta Casa, e o retrato de seu pai - João Baptista Ferreira Rabello. "O Baldo" - logradouro público de Natal de seus tempos de menino - também possui valor histórico.

Apesar de bem sucedido algumas vezes, não se lhe pode atribuir vocação de repentista, no sentido da literatura de cordel predominante no Nordeste. Eu sei porque a partir dos meus doze anos o acompanhava nas muitas tertúlias literárias, ao som do violão de Antônio Carolino. Era um torturado pela forma e, não raro, refazia um sone-

to não uma nem duas vezes, mas até que o mesmo lhe ficasse a contento, tanto no que dizia respeito aos segredos da métrica, como no que tocava aos rigores da gramática. Era um purista, alinhando-se a Otoniel Menezes na exigência da rima rica, que se obrigava a categorias gramaticais diferentes.

Contudo, certo dia, improvisou, na casa de Luiz da Câmara Cascudo, ao brindar uma jovem aniversariante. Cascudo quis testá-lo como poeta repentista e concedeu-lhe, abruptamente, a palavra, exigindo um brinde em versos à sua sobrinha. Meu pai, para ganhar tempo, solicitou um cálice de conhaque, mas Cascudo ficou ao seu lado, fazendo-lhe perguntas, para evitar que ele amadurecesse uma idéia. Depois do segundo trago, olhos fitos no chão, meu pai começou seu improviso com esta audácia:

*“Não vos prometo, com esta verve escassa,
um soneto fazer, mavioso e terso.
Nem sei de nenhum poeta no universo
que de improviso assim sonetos faça.*

*Aliás, é profissão que não exerço.
Carece-se de luz, não de fumaça.
Porque se o tema às vezes não fracassa,
fracassa a rima no final do verso”.*

E nesta batida, passo cadenciado de leão, fez dois sonetos, concluindo por desejar “Vida longa e feliz para Nair”.

Não quero concluir, sem assinalar que Moura Rabello foi um pai extremoso. Para cada filho fez versos, alguns dos quais verdadeiras obras primas. Confesso que não sei de ninguém que tenha recebido a soma de homenagem paterna que merecida ou imerecidamente eu tive a alegria de receber. Aos meus quinze anos, recebi o primeiro “Presente de Aniversário”. Disse-me ele:

*“Bela manhã de um sol doirado e quente,
a de hoje, filho meu, formoso dia!
De cá, do alto da minha fantasia,
admiro o teu jardim de adolescente.*

*Mais um rosal floriu. Na ramaria,
ante a tua passagem, triunfalmente,
vejo que as flores se abrem de repente
e se te inclinam numa cortezia.*

*Vai, pois, meu Genival, luta, conquista,
sê forte, crente em Deus, sempre otimista,
e nada encontrarás que te esmoreça.*

*E amanhã, vitorioso, as mesmas rosas,
que hoje no teu jardim se abrem radiosas,
por certo te cairão sobre a cabeça”.*

Aos meus 25 anos, eu já casado, pai de família e formado em Direito, ele me saudou com o segundo “Presente de Aniversário”:

*“Há dez anos, meu filho, com alegria
por teu aniversário natalício,*

*eu, no zenith da vida, achei propício
ver-te do alto de minha fantasia.*

*E um soneto te fiz. Naquele dia,
não sei se porque destro no exercício,
fi-lo tão logo e tão sem sacrifício
que outro se carecera inda faria.*

*Excetuando-se da forma o escasso brilho,
pude com o coração naqueles versos
expressar quanto um pai deseja ao filho.*

*E triunfaste, vencendo uma escalada.
**Que nunca tenhas, pois, dias dispersos,
mas a existência toda aproveitada**".*

Finalmente, no dia 26 de fevereiro de 1979, quando eu fazia 59 anos, meu pai, já cego, surpreendeu-me com o seu terceiro e último "Presente de Aniversário":

*"Quando em tertúlia passo a ouvir-te, filho,
em cuja flama vigorosa creio,
anula-se-me do estro o devaneio
e minhas pobres armas ensarilho.*

*Proclamo-te o talento, sem receio
de haver na tribo quem te ofusque o brilho.
Pois, predicados teus, se os esmerilho,
eu me sinto alargar de orgulho cheio.*

*Dos teus ao lado, um ano mais completas.
Pela existência, na escalada às metas,
profícuos marcos vens deixando atrás.*

*Por isso, agora, jubiladamente,
de ti espero, ainda para frente,
persigas o saber e saibas mais".*

Para o mano Raymilson, meu pai achou propício brindá-lo com o "Presente de Aniversário" no ano de sua maior-idade:

*"Vinte e um anos, meu filho, é a mais bela estação
da vida do homem. Hoje. alcançaste essa idade!
Festejo-a compreendendo o prazer que te invade
neste instante feliz, de feliz comunhão.
E rogo a Deus que, embora entendas da maldade
dos homens: o ódio, a inveja, o egoísmo, a ambição...
Só pratiques o bem e só estendas a mão,
ao pobre como ao rico, em perfeita igualdade.*

*Mantém-te como desde tua meninice:
enérgico e prudente. Estuda. Sê alguém.
E quando, um dia, enfim, chegares à velhice,*

*que possas, como eu posso, aos teus dizer também
isto que teu avô num dia assim me disse:*

- Ouve, filho, teu pai nunca explorou ninguém”.

Bom pai, foi também bom filho. Muito jovem, registrou em versos a perda de sua mãe - “o bem maior do mundo”. E o soneto que fez ao progenitor é antológico:

*“Tenho um amigo - exemplo de bondade!
que há vinte anos, em minha juventude,
vivia a me dizer: “Meu filho, estude,
que o estudo é o veio da felicidade.*

*A harpa boêmia - mágico alaúde,
cuja harmonia o espírito lhe invade,
Só tem acordes para a mocidade.
É uma sereia que fascina e ilude”.*

*E enquanto assim falava e eu prometia,
ao fitá-lo, sentia-lhe no rosto,
o mesmo laivo de melancolia!*

*Meu grande amigo! Agora está tão velho
e, certo, ainda conserva esse desgosto
porque nunca tomei o seu conselho”.*

Eu disse que Moura Rabello foi um apaixonado pelo rigor da métrica. Na velhice, perseguiu o longe e cometeu verdadeiros malabarismos poéticos, impetrando no seu livro “Memórias de um homem de fé” nada menos de 77 quadras sem **verbo** e sem **que**. Mas de sua poesia lírica, marcada pela renúncia, que sempre foi um traço de seu temperamento impulsivo, que ele, no entanto, buscava refrear na firme determinação de ser socialmente irreprochável, acredito que “Borboleta” é um bom exemplo:

*“Ó borboleta fugace,
que vais numa ânsia incontida
pousando de flôr em flôr!
Quem dera que eu te alcançasse
e fosse eterna esta vida
e eterno fosse este amor!*

*Quem dera que ao meu desejo
Que dentro em meu peito viça
e cresce, e explode em paixão,
tu, que vais em doido adejo,
logo ficasses submissa
e me caisses na mão!”*

E neste ritmo, depois de alcançar quase o ente querido, renuncia:

*“Mas paro e penso: és de seda
e o meu mais suave carinho
bem pode te molestar”.*

*Vai, pois, borboleta linda!
Não te preocupe o meu fado.
Não cedas aos rogos meus.
Podes voar, és livre ainda.
Ganha o espaço iluminado.*

Freme as asas. Parte. Adeus!

Para concluir, e com minhas desculpas, se me alonguei mais do que convinha, quero fazer uma homenagem muito especial a esta casa, anunciando a presença de Adrienne, minha mulher, que juntamente com minha irmã Marlene e meus netos Paulo Fernando e Carlos Henrique, me acompanharam desde o Rio de Janeiro para participar, testemunhar, dar provas do nosso apreço ao título de sócio-representante desta Casa que ora me é outorgado. A vinda dos meus netos é também uma homenagem à memória de Moura Rabello, que se perpetua neles e através deles, já na 4ª geração.

Finalmente, mas não menos importante, desejo fazer um registro à poesia filossófica de Moura Rabello e creio que encerro minha modesta palestra com chave de ouro, convidando o acadêmico Luiz Rabello a encerrar estas minhas desalinhas com o poema "Deus Meu", de Moura Rabello, seu saudoso irmão mais velho.

*(Discurso de posse, na categoria de **Sócio-Correspondente** - Sessão Solene do I.H.G/RN, em 17-01-1984)*

PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NUM ROTEIRO REGIONAL DE LIBERDADE (*)

José Octávio de Arruda Melo
(Sócio-Correspondente)

Vários são os motivos responsáveis pela emoção que sinto ao, juntamente com os colegas Valério Mesquita, Oriano de Almeida, Cleóbulo Cortês Gomes, David Silva, Meneval Dantas e o conterrâneo Amaury Vasconcelos, ingressar nesta Casa, a fim de receber o título de **Sócio-Correspondente** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, uma das instituições encarregadas de corporificar, a nível estadual, o ideal que animou o cônego Januário da Cunha Barbosa, como criador, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para, sobretudo, periodização de nossa História.

Em primeiro lugar, não ignoro a extraordinária impulsão da Historiografia norte-rio-grandense que faz desta terra verdadeiro crisol de historiadores, alguns dos quais alinhados entre os melhores do País.

Já não me refiro a Luís da Câmara Cascudo que aí está, vivo e fecundo, a sintetizar os mais altos valores da cultura potiguar e nordestina porque sua obra, verdadeiramente ciclópica, não é apenas de historiador **strictu-sensu**, pela capacidade de influir pela Sociologia, a Antropologia, e até a Geografia Espacial, haja vista a densidade desta **História da Cidade do Natal**, tão oportunamente reeditada em 1980.

UMA HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA

Volto-me, assim, para os três maiores historiadores clássicos do Rio Grande do Norte, cuja recordação se impõe, não apenas em razão do que foram, mas pelo que representam para minha geração - Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro e Tavares de Lyra, como expressões de Historiografia valorizadora das principais etapas da História do Brasil, ou seja, a Colônia, o Império e a República.

Com relação a Rodolfo Garcia, bem dali do Ceará-Mirim, recorde-se, na condição de principal discípulo de Capistrano de Abreu, cuja obra precisou e aprofundou, a impressão transmitida por seu **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)**(2ª ed., 1975), seguramente o maior do gênero em nosso País, como projeção de categoria modelada por Henrique da Gama Barros em **História da Administração em Portugal nos séculos XII a XV** (11 vols., Lisboa, 1945/54).

Que a **História Política e Administrativa** de Garcia, reeditada em convênio com o Instituto Nacional do Livro, constituem pontos de um curso ministrado na Biblioteca Nacional, isso ressalta apenas a modéstia de quem, apaixonado pela documentação, soube ceder à tentação da vaidade, para realização de uma obra de base onde os fundamentos da sociedade brasileira, apresentados de forma didática, se viram levantados com exatidão e objetividade.

Ainda o ano passado, ao ministrar curso sobre Instituições Políticas do Brasil, vi-me sensibilizado pelo interesse da turma, tendo, ao final, um dos professores-alunos me falado assim: "Para dar um curso desses, o senhor deve ter passado uns seis meses se preparando". Respondi com a máxima sinceridade: "Nem tanto. Apenas acrescentei ao que já sabia, cuidadosa releitura de Rodolfo Garcia e Hélio Jaguaribe".

TOBIAS E A GERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Já Tobias Monteiro, minudente e sensaborão, não possui a inspiração capistraneana de Garcia, bem como a noção de espaço e anti-colonialismo do **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil**. O que o aproxima desse, é a capacidade de pesquisa, já que se fez um dos primeiros a recorrer às fontes austríacas de nossa Independência, fundamentais pela vigência, na Europa pós-napoleônica, da doutrina

restauradora do Congresso de Viena, formalizada por Metternich, com cujo principal auxiliar - no caso Gentz - nosso representante Antônio Teles despachava semanalmente, enviando a Dom Pedro detalhadas reproduções dessas conversas.

Embora ainda preso ao narrativismo e angulação política da História do século passado, animada pelas razões de Estado de Ranke, Tobias Monteiro avançou o quanto pôde, na compreensão de que a Independência, se não se completava como rutura, era algo novo que trazia um povo novo e carregado de perspectivas também novas.

Data daí o juízo sobre ele firmado por Capistrano de Abreu, comparando-o a Varnhagen e Oliveira Lima, em carta a João Lúcio de Azevedo: "Tobias é mais inteligente que qualquer dos dois e pode aprontar um produto notável". Segundo José Honório Rodrigues, "esse juízo prévio foi confirmado pela **História da Independência** de Tobias Monteiro", ao que me permitiria acrescentar os dois vols. da **História do Império**, paraibanamente valorizados por Pedro Nicodemos.

Ainda de acordo com José Honório, Tobias soube compreender a luta entre o absolutismo e a liberdade que já se tratava em torno de 1822, donde sua apologia à geração da Independência: "Quando a essa distância do tempo, e através de acontecimentos que sucederam na História - escrevia então - contempla-se tanta luta, não se pode deixar de ser tomado de admiração, quase de espanto pela altivez e grandeza daquela geração".

Eis aí. Ao contrário de Varnhagen e Oliveira Lima, o primeiro cortesão, e este lusófilo, com aquele disparate do desquite amigável da Independência, Tobias Monteiro compreendia que o Brasil não é obra de Portugal - que nos oprimiu e explorou - mas do povo brasileiro que, em torno de sua Independência, expressou-se através liderança encimada pela figura ímpar de José Bonifácio.

Em outras palavras, dessa geração adviriam a organização do Estado partindo-se da sociedade, a representatividade política, o equilíbrio de poderes, as garantias individuais e até as primeiras sugestões de desenvolvimento, bem-estar e transformações sociais. Com os resquícios de colonialismo que D. Pedro I encarnou, desde a **ficada**, sintonizariam o absolutismo liberticida e os interesses anti-nacionais, tão acentuados ao longo de nossa História, pelos militarismos, bonapartismos e generalismos que tanto infelicitam essa Nação.

NO RASTRO DE UM REPÚBLICO

Mais próximo a Rodolfo Garcia que a Tobias Monteiro estaria Augusto Tavares de Lyra, o verdadeiro **repúblico** produzido pelo Rio Grande do Norte, para posições políticas que não desmereceram o historiador, tão exato desde os trabalhos produzidos para a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

Mais recentemente, fez bem seu filho Carlos Tavares de Lyra em, sob a inspiração do senador Petrônio Portela, reunir alguns desses estudos no livro **Instituições Políticas do Império** (Brasília, 1978) dos mais sólidos que já li.

O papel do Senado e a função do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil - criado por inspiração de José Bonifácio - e do qual derivaria o primeiro Conselho de Estado, lamentavelmente acumpliciado na dissolução da Constituinte de 1823. O restabelecimento desse Conselho cujo descortínio tanto contribuiu para a estabilidade do Império, por meio de papel não apenas consultivo mas deliberativo -, afiguram-se expressão de um historiador que acreditava não nos homens e lideranças carismáticas, falsas ou verdadeiras, mas nas **Instituições** - daí o exato título de seu livro - que devem emanar das **Constituições** - tal como o Conselho de Estado em relação à Carta de 1824 - como fundamentos da continuidade democrática.

Quando sua filha Sophia escreveu sobre Tavares de Lyra, a monografia **O maior e o melhor dos Lyras - Onde, como e porque** (1ª ed., R. de Janeiro, 1973) não faltaram os que se chocaram com a extravagância do título, eu entre eles. Coube a José Honório Rodrigues, uma vez mais, me tranquilizar:

"Nada disso, o título está correto. Eu mesmo aprendi História comparecendo

semanalmente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para ouvir a conversa de três homens que me fascinavam. O primeiro, Max Fleuiss, fez-se o mais completo conhecedor dos fatos da História do Brasil, O segundo, mulato e falante, era Oliveira Vianna, o mais importante pensador reacionário da História do Brasil. O quemais me impressionava - completou Rodrigues - era a sobriedade e segurança do terceiro que falava com absoluto conhecimento de causa. Esse é que era Tavares de Lyra”.

Seu sobrinho Aurélio traçou-me o mesmo perfil, revelando que nada havia da História do Brasil estranho ao conhecimento desse antigo professor do Atheneu do Rio Grande do Norte.

Quanto a mim, aproximei-me de seus sobrinhos João, Aurélio e Roberto Lyra de cuja amizade muito me tenho valido - João Lyra Filho como o sociólogo e desportista com quem habitualmente me reencontro em nossas divergências. Aurélio de Lyra Tavares, como o **gentleman** que sempre me estimulou atavés cartas memoráveis. E Roberto Lyra, face a quem as afinidades ideológicas eram maiores, como o vigoroso euclideano e socialista, que, até o falecimento, sempre me abriu as portas de sua casa no Rio de Janeiro para lições de vida que culminaram no perfácio que escreveu para meu ensaio **Inependência, Tempo Histórico e Nacionalidade** (1972), também generosamente acolhido por Aurélio.

JOÃO LYRA E OS APONTAMENTOS

Essas referências aos três irmãos, de gestos e temperamentos algo diversos mas afins na descendência e veneração pelo velho Tavares de Lyra, se impõem porque se tratam de filhos do outro norte-rio-grandense, incorporado, todavia, à Historiografia paraibana, não apenas por haver atuado na Paraíba, mas principalmente por, a respeito desta, haver cunhado uma dessas obras somente produzidas de tempos em tempos.

Com efeito, os **Apontamentos Territoriais para a História da Paraíba** (1ª ed., 1909), situam João de Lyra Tavares como relevo na Historiografia paraibana e brasileira, até bem porque esse competente levantamento de sesmarias, ali arroladas em número superior a mil, fornecem a chave para expansão da fronteira dinâmica nordestina, impulsionada pelos rebanhos que, desgarrando-se do litoral, penetraram os sertões até o Piauí.

Coube a um historiador pernambucano, Barbosa Lima Sobrinho, em **O Devassamento de Piauí** (Rio de Janeiro, 1946), condensar a essência desse processo aqui mencionado com a significação de que o fenômeno não é estadual, mas regional, figurando na base de **O Outro Nordeste** (1ª ed., 1937), delineado pelo cearense Djacy Menezes. Em contraposição ao Nordeste das várzeas úmidas do litoral, sociologicamente reconstituído por Gilberto Freyre, esse “outro Nordeste” é a região do couro, ou seja, de um sistema de produção algodoeiro-pecuário que residirá na base dos fenômenos resumidos por José Américo e Ralph Delal Cava, tais o latifúndio pecuário, lutas de família, secas, coronelismo, messianismo, banditismo e cangaço.

UNIDADE NORDESTINA E AGÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS

Nessa perspectiva, chegamos à problemática nordestina, sob cuja égide se processa este acontecimento em que nordestinos buscam o abrigo de instituições nordestina como o IHGRGN. Nelson Saldanha precisou-o com segurança ao destacar a circunstância de que, desde algum tempo, o conceito de região deriva não da área físico-geográfica, mas da unidade cultural, ou seja, econômica e social, política e institucional, que comporta.

No caso, essa progressiva unidade nordestina, cujo mais típico produto político-institucional será a SUDENE, faz-se hoje também historiográfica, graças a duas instituições encarregadas de estudos sobre os dois Nordestes — o açucareiro e o pecuário.

Se do primeiro se tem encarregado a Fundação Joaquim Nabuco, a que tanto se

liga a figura singular de Nilo Pereira - norte-rio-grandense de origem, porque nascido no Ceará-Mirim, mas pernambucano por adoção, desde a contribuição que vem oferecendo, até seus maiúsculos estudos de **Pernambuco** (Recife, 1983) -, da formação de valores de **O Outro Nordeste** se tem incumbido a Fundação Guimarães Duque, cuja lista de publicações - superior a mil! - reafirma a tradição historiográfica do Rio Grande do Norte, além de que a pujança de Mossoró e, porque também não dizer, o dinamismo de Vingt-un Rosado maia, como verdadeiro dinamismo da cultura potiguar de nossos dias.

Ligando-me a Vingt-un, como de resto a Veríssimo de Melo - o mais bem dotado dos atuais sociólogos norte-rio-grandenses - enraizei-me tanto no Rio Grande do Norte, a que também pertence a família de minha mulher, que terminei - vejam só! - editado pela Fundação Guimarães Duque, título de honra para qualquer intelectual de hoje.

É esse um dos livros que para aqui trago. Com efeito, não desejando chegar de mãos vazias, trago agora a esta Casa, seis publicações que desejo deixar convosco, não tanto como afirmação pessoal, mas como expressão das instituições a que pertencem e pelas quais me empenho - o Grupo José Honório Rodrigues, a Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, a Fundação Casa de José Américo e o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, potiguarizado pela inserção em seus quadros de Enélio Lima Petrovich e Vingt-un Rosado Maia.

Aí estão, por conseguinte, produtos mais dessas instituições que minhas, ou seja, **A Revolução Estatizada (Um Estudo sobre a formação do Centralismo em 30)**, **José Américo e a Cultura Regional. Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo** e dois números da revista **Presença Literária**, além de suplemento literário **Correio das Artes**, inteiramente dedicado a José Honório, sob cuja inspiração se renova a moderna Historiografia paraibana.

Em sua maior parte coletâneas, que tanto significam, como demonstração da verdadeira cultura, realidade bem mais coletiva que individual, tais publicações são mais nordestinas do que praianas, eis que assim entendemos a História de nosso Estado: fabricada pelo povo que, por não conhecer fronteiras, compôs essa região, como parte de uma mesma nação, só dentro das quais a mundivivência estadual faz sentido. Tal, igualmente, o caso de **Cientistas e Pesquisadores Norte-Rio-Grandenses**, hoje também lançada, e sobre cujo autor, Luiz Gonzaga Cortez Gomes de Melo, vosso presidente Enélio Lima Petrovich me falava com tanto agrado.

AS ORIGENS COMUNS

Outro pernambucano, muito ligado à Paraíba e Rio Grande do Norte - Vamireh Chacon - sempre me chamou atenção para isso. Segundo Chacon, a verdadeira hansa nordestina que é o Recife, só ganhou a dimensão de metrópole regional, mais que pernambucana, porque se transformou na síntese do sentimento mameluco, radical e nacionalista, propiciado pelas áreas nordestinas que consigo se articularem, ou seja, todo Pernambuco e Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte e o Sul do Ceará.

A interpenetração dessas áreas - na verdade o berço histórico da nacionalidade brasileira, e por isso mesmo mais irredentista que conservadora - vem bem a propósito do íntimo relacionamento entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, ao longo da História.

Ele é de tal natureza que a vossa terra - terra dos potiguares - ganhou denominação que deveria ser nossa, porque, efetivamente, não foram os tabajaras, de rápida permanência na Paraíba, bravos entre os mais bravos, a partir da luta sem quartel que sustentaram contra o invasor, na defesa de suas terras, mulheres e cultura.

Tanto quanto a do Rio Grande do Norte, a História da Paraíba é, pois, sangrenta e fabricada pelo povo, o que concede razão às teses de Capistrano de Abreu, tão de nosso agrado. Capistrano, aliás, nos **Capítulos da História Colonial** é autor de um estudo antológico - "Franceses e espanhóis" - onde a conquista paraibana é apreciada no conjunto da região, por ter sido a partir dela que a colonização litorânea desta pros-

seguiu no rumo norte, com a ereção, às portas do Forte dos Reis Magos, cidade do Natal, cujo progresso tanto tardará que, no século XIX, Henry Koster, que aqui esteve, ainda encontrou vivo o trocadilho - "Natal... não há tal..."

ESTADO, SOCIEDADE E SERTANISMO

Refiro-me a essas origens comuns de nossos dois Estados, para reafirmação não só da unidade histórico-cultural nordestina como para compreensão de que esta foi cimentada não pelas elites mas pelo conjunto da população, e jamais pelos vitoriosos porém pelos vencidos que hoje novamente se levantam, pleiteando uma Assembleia Nacional Constituinte e eleições diretas para Presidente da República, no sentido da recomposição da sociedade civil em face do Estado.

Este, inicialmente manipulado pelos portugueses, é que representou, as mais das vezes, força de repressão, tal como na Confederação dos Cariris em que, partindo do vale do Assu, no R.G. do Norte, esses valentes índios se levantaram contra os bandeirantes, numa luta de cinquenta anos, em que novamente se uniram paraibanos e norte-rio-grandenses.

A ocupação do sertão paraibano-potiguar somente completar-se-ia em seguida, proseguindo nossas Histórias tão entrelaçadas que, estudando-as, a partir da documentação dos cartórios de Pombal, Wilson Seixas percebeu que, durante muito tempo, as regiões de Parelhas e Caicó estiveram incorporadas à Paraíba.

Se é verdade que, à semelhança do litoral, isso gerará problemas de fronteira, somente equacionados na Conferência de Limites Inter-Regional do Rio de Janeiro, em 1920, o mais importante é que, em função desses eventos, Paraíba e Rio Grande do Norte acentuarão ligações econômicas que, ainda hoje, fazem o noroeste paraibano depender do Rio Grande do Norte, tanto quanto a região de Souza, de Mossoró, e Campina Grande - aqui representada pela inquietude criadora de Amaury Vasconcelos - polarizar extensas áreas da terra potiguar. Nesse contexto, o sal norte-rio-grandense desempenharia importante papel, como elemento de comércio e salga da carne, talqualmente percebido pelos historiadores Deusdedit Leitão e Raimundo Soares de Brito.

DO SÉCULO XIX À REVOLUÇÃO DE 30

O século XIX não interromperá essa simbiose. Nele, as aproximações entre a Paraíba e o Rio Grande - em 1817, 24, motins de 1829/32, 1848 Quebra-Quilos, sendo este último, nas observações de Armando Souto Maior, movimento regional e não local -, tornam-se tão efetivas que coube a um jovem oficial de milícias paraibano - Peregrino de Carvalho - transportar-se com sua tropa para aqui, a fim de dar ânimo à Revolução Pernambucana - a mais importante de toda pré-independência brasileira.

Se em 1817 foi a Paraíba que ajudou o Rio Grande do Norte, em 1930 os papéis se inverteram. Sob a égide da Aliança Liberal que, mesmo autoritária e paternalista, se fez progressista, pela capacidade de ultrapassar o velho mandonismo armado, que tanto perturbava a região nas sagas do banditismo e do cangaço, tão adequadamente estudadas pelo médico-historiador Raul Fernandes -, a Paraíba de João Pessoa, como embrião da nova ordenação institucional em gestação, fazia-se sitiada pelos coronéis e governos dos Estados vizinhos, Catete, República de Princesa e burguesia compradora do porto do Recife.

Com o Rio Grande do Sul tardando a levantar-se e o auxílio mineiro dificultado pela distância, somente na região é que o Governo paraibano precursor da Revolução de 30 encontraria elementos para sua sustentação. Esses provinham não só do Recife, onde Joaquim Pimenta - na verdade o "General das massas" do início do século - mobilizava a classe média reformista e o operariado, mas daqui do Natal, onde, acossado pelo Governo Juvenal Lamartine que empastelou as oficinas de seu jornal, o então jovem e bravo Café Filho transportou-se para a Paraíba onde continuaria editando o

Jornal do Norte.

Exatamente para composição de **A Revolução estatizada**, que ora entrego à vossa consideração, li e reli, com verdadeira paixão, os inflamados artigos cafeistas do período. Neles torna-se claro que o panfletário sindicalista das Rocas alcançava o advento das massas e a importância do elemento militar sediado no Rio Grande do Sul, o que o levava a assim se pronunciar a 14/8/30:

"(...) E nessa dúvida terrível de tudo voltam-se as nossas esperanças para ti, ó homem das cochilas, brancas do Sul. Só tu serás capaz de salvar o Brasil e vingar a Parahyba!

Todos podem descrever de ti, gaúcho. Eu continuo a crer na tua bravura e nos teus compromissos. Vale muito o teu passado, a tua honra, o teu patriotismo e não será por comodismo, que valha como uma indignidade, que tu, meu nobre e grande companheiro dos pampas, deixe arrear a bandeira vermelha das reivindicações populares aos pés dos déspotas matadores de J. Pessoa! Não: eu continuo a crer em ti, nos teus juramentos e noteu patriotismo.

Gaúcho, levanta-te!"

DE 35 AO POPULISMO RADICAL

Sinto que cansaria desnecessariamente o auditório se continuasse com essas observações que comprovam o já sabido, ou seja, a unidade paraibano-potiguar, ampliada na direção dos Éسادos vizinhos. O que desejo apenas frisar é que tal unidade não deve ser buscada nos vitoriosos, mas junto aos vencidos, que são o povo brasileiro, lamentavelmente derrotado de sua própria História.

1935 não constitui exceção à regra. Embora não possua maiores simpatias pelo movimento desse ano, na verdade um **putsch** de quartel, que ressaltava o vanguardismo estatizante do Partido Comunista, egresso da esquerda do tenentismo, donde sua capacidade de canalizar insurrecionalmente o pujante movimento de massas da Aliança Nacional Libertadora -, sinto que esse evento precisa de abordagens diversas daquelas policialmente configuradas por João Medeiros Filho no explosivo **82 Horas de Subversão** (Natal, 1980).

Desde que mitos pré-fabricados como o assassinato de oficiais dormindo e esturpamento de colegiais já foram desfeitos por historiadores da qualificação de Hélio Silva e, sobretudo, Robert Levine, este último em **O Regime de Vargas - Os anos Críticos 1934/38** (Rio de Janeiro, 1980), o que agora urge é avaliar, na linha de Levine, o grau de integração do movimento de 35 no eixo Recife-Natal-J. Pessoa, onde a conspiração, alentada por contradições locais, unia, mais que a classe operária, militares inferiores e pequeno-burgueses descontentes com os recuos e bonapartismos de 1930.

O fato é que, mesmo contido pelos Governos Estaduais, Polícias Militares e grandes proprietários da região de Caicó, o germe irredentista de 1935 - encarado, repito, não do ângulo dos vitoriosos mas dos vencidos - frutificaria, sob novas condições, no auge do populismo radical, entre 1958 e 64. Foi a época em que as novas posições da Igreja, o avanço do populismo, a mobilização estudantil, a ativação sindical propiciada pela progressão do urbanismo e da industrialização, e, sobretudo, a irrupção das Ligas Camponesas, galvanizaram, uma vez mais a partir de Pernambuco, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, onde chegou a avultar, pela vertente do nacionalismo de esquerda, liderança de meu conhecimento pessoal e a que, agora que seu julgamento já foi proferido pela História, desejo prestar homenagem - Djalma Maranhão!

DAS LIDERANÇAS NA VOZ DA HISTÓRIA

Tanto quanto Pedro Velho, José Augusto, Kerginaldo Cavalcante, Dix-sept Rosado Maia, Sílvio Pedroza, Djalma Marinho - este tão ímpoluto na resistência da Comissão de Justiça da Câmara aos carcereiros do AI-5 - e Aluzio Alves, Djalma Mara-

nhão é hoje liderança incorporada à dinâmica criadora do Rio Grande do Norte, como sub-produto de sua História.

Isto porque, os que hoje ingressamos nesta Casa - além de mim, Valério Mesquita, recomendado por seu trabalho na Fundação José Augusto, Oriano de Almeida, pela vertente musical, Francisco Luiz Gonzaga Cortês Gomes, como sistematizador da pesquisa científica, David Silva, na qualidade de jovem estudioso de Igrejas e bairros, Meneval Dantas, como biógrafo do próprio pai e Amaury Vasconcelos, tão bem repartido entre a Literatura e a Historiografia - partilhamos do entendimento de que à História, força de construção e não memória, porque constituindo **síntese, processo e crítica**, compete apontar os verdadeiros caminhos das sociedades que nela possuem a sua voz - as vozes do País real, forjadas pelas multidões, ainda sem vez, mas crescentemente conscientes dessa distorção.

Data daí como nela nos compete distinguir as lideranças criadoras das retardadoras, as aspirações nacionais dos interesses anti-nacionais e as fases primaveris das outonais.

Nesse sentido, este octogésimo segundo aniversário do IHGRGN, que hoje celebramos, encerra a lição de uma Casa que tem preservado o passado para compreensão do presente e vivificação do futuro, mais que para o culto de tradições rejeitadas pela evolução social.

Aqui estamos, pois, acolhidos por este Instituto, mais para aplaudí-lo e saudá-lo do que para sermos festejados.

Imbuídos dessa convicção é que reverenciamos este Instituto, simbolizado em duas figuras aqui presentes. Uma, trata-se de vosso presidente Enélio Lima Petrovich, tão **veríssimo** na dedicação com que a vivência, na lucidez de um espírito sempre aberto. A outra, que acabou de falar, comovendo-nos a todos, é este incomensurável Nilo Pereira, com quem tanto aprendemos nas suas aulas, artigos, conferências e ensaios.

Em Nilo Pereira - faço-lhe esta justiça - católico mas não ultramontano, sábio mas não enfatuado, experimentado porém receptivo aos jovens, resumem-se valores que esta solenidade também expressa: o diálogo da convivência, ou seja, compreensão e tolerância. São esses, atributos acadêmicos também projetados por nossa História, e que precisamos sancionar nesta hora de retomada do Espírito contra o Leviatã em que, tal como no antigo Nilo, as tonalidades encastôas dos autoritarismos outonais parecem ceder vez ao reverdecer - sempre benfazejo - da primavera da democracia.

() - Discurso proferidos a 29/3/84, em Natal, em nome de mais seis colegas, quando da concessão do título de **Sócio-Correspondente** do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Norte.*

VANGUARDEIRO DA RENOVAÇÃO DO ESPÍRITO NACIONAL

Paulo Macedo
(Sócio-Efetivo)

É muito honroso para mim - Escritor Joaquim Inojosa, saudar-vos, nesta ocasião de vossa posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, oportunidade em que comemora 60 anos de jornalismo.

Fazendo uso da delegação que me atribuiu o presidente Enélio Lima Petrovich, visualizo a vossa condição de modernista da primeira hora, incumbido de apresentar, aqui e agora, "Alguns Aspectos do Modernismo".

Raros os remanescentes — evidentemente muito poucos — terão a ostentar a glória do testemunho que emerge de vossa parte, ao lado de Menotti del Picchia, com a legitimidade precursora de vosso itinerário pioneiro no Norte e Nordeste do País.

Identificada está nossa contribuição com o descobrimento das raízes brasileiras e definição dos ideais nacionalistas do próprio Modernismo.

Sois, por essa linha precursora, verdadeiramente um vanguardeiro da renovação do espírito nacional, em suas manifestações mais autênticas e fecundas.

Escritor e jornalista, vós o tendes sido, desde os albores de vossa vida intelectual. Em vossa trajetória — de São Vicente a Itabaiana, do Recife ao Rio de Janeiro — marcastes sempre os vossos passos de homem plural, nas letras, no jornalismo e na advocacia.

Com o vosso embasamento cultural — extenso e profundo — lograstes oferecer o desempenho que se seguiu com o sucesso estampado nas atividades de crítico e polemista. Daí a consagração do jultamento de Guilherme Figueiredo sobre os vossos "60 Anos de Jornalismo": "Quem Joaquim Inojosa elogia pode ao menos dizer que não é desprovido de inteligência".

Permiti-me — escritor Joaquim Inojosa — no acompanhamento de vossa obra múltipla e variada, registrar momentos tão expressivos dessa ação criadora e renovadora na paisagem cultural do Brasil.

Que me seja concedido recolher títulos constitutivos do vosso patrimônio mental — a partir de "Tentames", produção de seara ficcional e de conteúdo social.

"Que é o futurismo". "A Arte Moderna" e "O Brasil Brasileiro" são luzeiros da jornada reordenadora de nossa caminhada histórica, no plano literário e artístico.

Na situação revolucionária de 1930, permanestes fiel às vossas idéias e compromissos éticos e políticos. Alça-se, por completo, nessa quadra de vossa conduta profissional, o jornalista postado na trincheira de Assis Chateaubriand, no seu "O Jornal", sucedido pelo já vosso "Meio Dia" e "A Nação", nos anos quarenta.

Historiador dos mais respeitados também o sois, e não apenas modelador de "Valioso subsídio para os historiadores" como vós considerastes por modéstia ou despreocupação com o vosso livro "República de Princesa (José Pereira x João Pessoa - 1930)".

Co-participante da cena episódica que movimentou a Paraíba inteira, tivestes como observador atento de produzi-lo, envolvendo aquela que vós intitulastes a "guerra tributária" no setor econômico e a derrubada de chefes tradicionais no político.

No crescendo dos acontecimentos componentes do quadro revolucionário em formação, eis que, no depoimento de João Neves da Fontoura em suas "Memórias", se insere a confissão de Afonso Pena Júnior, comparando "o tiro de João Duarte Dantas contra João Pessoa ao que em 1914, abateu em Saravejo e Arquiduque Ferdinando, da Áustria. Esta foi a causa imediata da 1ª Grande Guerra. Aquele, da Revolução de 1930".

De vossa ótica — Escritor Joaquim Inojosa — vale reavivar as cores com que vistes surgir o desencadeamento das ações incandescentes e forjadoras da Segunda República:

"A verdadeira história seria preocupação do futuro. No momento era explorar

os acontecimentos sob as cores encarnadas da Aliança Liberal, revivendo-os para um povo ansioso de coisa nova e em parte angustiado pela crise desoladora, até que se completasse em breve a seqüência natural:

Princesa + Confeitaria Glória = Revolução de 30.

Não sabemos ainda hoje se para o bem ou mal do Brasil”.

Esta é a visão ampla e penetrante do historiador Joaquim Inojosa, diante do clá-
rão inicial do movimento que instaurou a Nova República no País.

Do historiador emérito reponta análise tão lúcida e percuciente:

“A crise brasileira chegava ao ponto máximo de tolerância, quando ameaçava os alicerces da burguesia paulista, e daquela, mais modesta, de quase todo o País. refletia-se, nela, o que havia de universal. Mas Washington Luís não era um Franklin Delano Roosevelt, para contorná-la com algumas sábias medidas administrativas, capazes de neutralizar os reflexos políticos todos de caráter negativo — “Toda a economia paulista estremece”, escrevia Geraldo Ferraz, trinta anos depois. “O fim da Primeira República se aproxima: entre a crise de outubro de 1929 e a Revolução da Aliança Liberal, medeia um ano, quase dia por dia”.

Com tais dimensões — de escritor, jornalista e, especialmente, historiador da Revolução de 1930, comparece Joaquim Inojosa e esta “Casa da Memória”.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte orgulha-se de vossa presença — acadêmico Joaquim Inojosa, vós que pertenceis à Academia Carioca de Letras.

Em vossa qualidade de novo sócio deste Instituto distinguimos o companheiro eminente, por sua lealdade ao Nordeste e em vosso pronunciamento a identidade perfeita do guardião do repositório mais rico e vivo do Modernismo brasileiro.

(Discurso proferido pelo jornalista Paulo Macedo, em saudação ao escritor Joaquim Inojosa, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - dia 15/10/1984)

EVOCÇÃO DE JOSÉ AUGUSTO: UMA LIDERANÇA SEM PREPOTÊNCIA E A SERVIÇO DO POVO

Aluízio Alves
(Sócio-Benemérito)

A celebração do centenário de nascimento de José Augusto Bezerra de Medeiros, neste atormentado ano de 1984, é certamente, a esperada oportunidade para o Rio Grande do Norte reparar, pela manifestação de todas as suas vozes, o ostracismo e o silêncio a que foi ele injustamente submetido, nos últimos três decênios.

Permito-me eximir-me dessa culpa. Não só pelas tentativas que fiz, a partir de 1954, para vê-lo retornar ao Parlamento, mas também pela intenção que inspirou homenagem do meu governo dando o seu nome à mais importante atividade cultural da administração estadual.

Esta é a primeira vez em que, a partir da justificação do projeto, assinalo as razões daquela iniciativa governamental.

O Rio Grande do Norte foi sempre muito sóbrio na honra aos seus homens públicos. Pedro Velho o organizador da República, “é uma cidade do interior, uma praça em Natal e alguns ruas em poucas cidades. E ainda é o mais lembrado. Tavares de Lira é uma avenida. Alberto Maranhão é o nome de um teatro é uma medalha condecorativa, e não teria essas homenagens se lhe faltasse a admiração obstinada de Meira Pires. Antônio de Souza vive apenas da lembrança de alguns livros que escreveu. Ferreira Chaves é meramente registro nos compêndios de História e um retrato na galeria do Palácio.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Ao criar a Fundação José Augusto, quis fugir das homenagens estáticas e passivas e colocar nas mãos e no estudo permanente das nossas gerações, a vida e a obra de três homens que honraram a nossa vida pública.

A Fundação deveria abranger dentro de uma política cultural, três setores dinâmicos: a edição de livros, a realização de cursos especiais, a promoção de acontecimentos literários, a instituição de prêmios, etc, e a representação, fora do Estado, da cultura do Rio Grande do Norte. Dentro dela, o Instituto de Pesquisa Juvenal Lamartine, deveria seguir aqui o exemplo do Instituto Joaquim Nabuco, de Pernambuco, levantando e divulgando, com orientação científica, dados de nossa realidade política, social e econômica; e a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, promoveria com a formação de técnicos de comunicação social, mão-de-obra para o nosso pequeno mercado e para o mercado nacional, ocupando-os com profissionais que conhecessem as realidades nordestinas e levassem à Nação indiferente, através da imprensa, do rádio, da televisão e de uma revista de cultura regional, as potencialidades reprimidas e ignoradas de nossa região.

Para programa dessa extensão e dessa profundidade, não havia melhores nomes do que os de — José Augusto, Juvenal Lamartine e Eloy de Souza, por tudo que fizeram e por tudo que, com o seu exemplo, podiam ensinar às gerações novas. Razões que não cabe aqui examinar, mudaram, ao longo do tempo, as linhas gerais dessa ação cultural. Ao Instituto Juvenal Lamartine faltaram condições para cumprir as tarefas essenciais. A Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, transformou-se num curso da Universidade Federal. Só a Fundação vem mantendo alguns dos objetivos originais, e através deles, o nome de José Augusto.

PRIMEIRAS LEMBRANÇAS

Até 1933, nossas relações eram duas lembranças fugazes e um retrato. Aos sete anos de idade, meu pai me trouxe de Ángicos para conhecer a capital.

E compadre de José Augusto ele era padrinho de minha irmã, Carmem — hoje, Madre Alves diretora do Colégio Imaculada Conceição, quis apresentar ao filho o governador do Estado. Esse encontro se verificou no Teatro Alberto Maranhão, àquele tempo chamado Carlos Gomes, onde o governador assistia a uma solenidade qualquer. Depois vi-o em Angicos, a 1º de janeiro de 1928, presidindo banquete de posse de Francisco Gonzaga Galvão na Intendência do Município, única oportunidade em que avistei Afonso Bezerra, orador oficial, e cuja vida, foi tão cedo destruída pela tuberculose.

Vieram, depois, a Revolução de 1930, a cassação do mandato de senador, o domínio de seus adversários, a mudança de posição de muitos correligionários que aderiram às hostes dominantes. Lembro a indignação do meu pai trazendo para casa o retrato oficial do governador que os novos revolucionários depuseram das paredes do Grupo Escolar, construído no seu governo, e que ficou na sala da casa até quando residimos em Angicos.

PARTIDO POPULAR

Só com a perspectiva da volta do País ao regime constitucional, José Augusto veio ao Estado para fundar o Partido Popular. Aos numerosos correligionários que foram recebê-lo causava certamente estranheza a presença de um único menino de 11 anos de idade, metido ali entre os políticos. O ambiente era tenso. Falava-se de prisões destinadas a amedrontar os amigos do líder que voltava. **A Razão**, órgão que substituíra, poucos dias antes, a valente **A Tarde**, de Bruno Pereira, empastelada por esbirros do governo, publicava longa entrevista de José Augusto e o anúncio da fundação do Partido Popular, no dia seginte, 12 de fevereiro, domingo, às 14 horas, na antiga casa de Manoel Dantas, na rua Seridó, e onde, 13 anos depois, organizei o primeiro abrigo de menores do Rio Grande do Norte, o Abrigo Melo Matos.

Dessa cerimônia política, há uma fotografia divulgada no livro **História de uma Campanha**, de Edgar Barbosa. Na fila da frente, então, José Augusto, Joaquim Inácio de Carvalho Filho, Francisco Martins Veras, João Marcelino de Oliveira, Monseñor João da Matta Paiva, e o menino de 11 anos, terno branco, gravata, calças curtas.

No dia seguinte, José Augusto saiu com uma caravana pelo interior para organizar o partido e apresentar a chapa de candidato à Assembléia Nacional Constituinte, integrada por Francisco Martins Veras, capitão Júlio Perouse Pentes, advogados Alberto Roselli e José Ferreira de Souza. Não entraram José Augusto e Eloy de Souza, candidatos naturais. O partido considerou inconveniente por estarem ainda muito recentes as paixões desencadeadas contra os decaídos de 1930. Veras e Perouse, participantes do processo revolucionário em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, abriram caminhos mais fáceis.

Todos esses acontecimentos e a participação de meu pai na política de Angicos, despertaram a minha vocação para a atividade política, que mesmo com 12 anos, passei a viver intensamente. Chegava às 6 horas da manhã à redação de **A Razão** escrevia pequenas notícias e fazia revisão. Saía às 7:30 para o Colégio Santo Antônio, de onde voltava para o jornal às 11:30 e permanecia até às 13 hs. para ir de novo ao Colégio. Quando as aulas terminavam às 15:30 vinha assistir à saída do jornal, na Av. Tavares de Lira, e nessa hora supria com um sanduíche o almoço que só podia fazer regularmente aos domingos.

Após uma vitória retumbante nas urnas de 3 de maio, o Partido Popular elegeu Martins Veras, Ferreira de Souza e Alberto Roselli e o partido situacionista elegeu Kerginaldo Cavalcante. Nessa hora, criei grave problema: escrevi artigo comemorativo com o título 3 x 1, e Gentil Ferreira, redator-chefe do jornal, deu-me a honra de publicá-lo como artigo principal na 1ª página, com a minha assinatura. Como atacasse virulentamente o interventor Bertino Dutra, oficial da Marinha, o ministro Protógenes Guimarães determinou a prisão do autor. Aí, verificou-se a impossibilidade legal: eu tinha apenas 12 anos de idade. José Augusto tentou inutilmente uma fórmula de

aceitação do problema pelo Ministério da Marinha. E a solução foi o fechamento compulsório do jornal, e a deportação dos seus diretores — Eloy de Souza, face à idade, para o Recife, Gentil Ferreira e Dinarte Mariz, para o Rio, até que a substituição do inerventor pelo riograndense-do-norte Mário Câmara, alto funcionário do Ministério da Fazenda, no Rio, abriu por pouco tempo, as perspectivas da pacificação política no Estado.

A eleição, em 1934, para governador do Estado e dois senadores, logo transformaria esse sonho de paz na mais violenta campanha política de nossa História. O interventor queria absorver o vitorioso Partido Popular num novo Partido Liberal, em cujo diretório de 10 membros ele teria o voto de desempate, cabendo 5 representantes ao Partido Popular e 5 ao Partido Social Nacionalista, ligado ao governo. recusada a fórmula, abriu-se a luta, sob a inquebrantável liderança de José Augusto, auxiliado mais de perto pela liderança emergente de Dinarte Mariz e tendo como voz na imprensa **A Razão** sob a direção de Eloy de Souza. Na caminhada, ficaram alguns mortos, a história de muitas tropelias, mas nada quebrou o ânimo do povo, apesar da frustração pelo afastamento da candidatura do desembargador Silvino Bezerra — candidato natural ao governo. A vitória do Partido Popular — a única do País, levou ao governo o Dr. Rafael Fernandes, e Eloy de Souza e Joaquim Inácio foram escolhidos senadores por via indireta, na Assembléia Legislativa. José Augusto preferiu disputar, em pleito direto, a cadeira de deputado federal.

Exerceu esse mandato até 1937, quando caiu sobre a Nação a noite do Estado Novo. Voltando ao ostracismo, nele permaneceu com dignidade e altivez, recusando todas as tentativas de acomodação com o poder ditatorial, inclusive a sondagem, por duas vezes, para Ministro de Educação.

EM FORTALEZA

É dessa época, episódio que iria amiudar a nossa convivência.

Implantado o Estado Novo, José Augusto valeu-se da amizade com o presidente do Instituto Nacional do Mate, Generoso Ponce, seu antigo colega no Congresso, para me mandar nos sacos de mate doados ao Instituto de Proteção à Infância, algumas dezenas de boletins com uma carta de Otávio Mangabeira, exilado nos Estados Unidos convocando o povo à resistência à ditadura. O presidente do Instituto, Dr. Varela Santiago, mandou-me chamar, e meio perplexo, entregou-me a encomenda que vinha em meu nome, mas através de uma autarquia federal. Fui para casa, pedi à velha e querida Romana preparasse uma lata de grude, e, alta noite, era apanhado pregando alguns desses boletins nas paredes de fundo da antiga Catedral.

Identificado como menor, e conhecido pelas relações com o governo estadual, deixaram-me ir para casa, e no dia seguinte o Dr. Aldo Fernandes mandou chamar-me e deu-me conselhos paternos para que evitasse episódios daquela natureza. Mas o problema estourou por outro lado. Fui sempre péssimo aluno de matemática e tinha, por tal razão, certa prevenção do Irmão estevão, português, salazarista, professor da matéria no Colégio Santo Antônio. Na sala de aula, fui chamado ao quadro-negro e não sabia a lição. E o irmão Estevão não falhou:

— Se o senhor dedicasse ao estudo da Matemática as horas da noite em que anda pregando boletins de desacato às autoridades, certamente saberia a lição...

Atingi-o em cheio, na resposta:

— Essa história de “desacato à autoridade” existe em Portugal governado por Salazar que é fascista.

Fui expulso da classe, e só com grande esforço, consegui a promoção à 4ª série, em segunda época.

O clima do colégio se tornara difícil. Houvera o episódio com a polícia. Nessa altura, recebi carta de José Augusto dizendo que aceitara a Inspeção de Companhia de Seguros. A Equitativa, em Fortaleza, e me convidava para trabalhar com ele. Foi a sopa no mel. No dia 4 de abril, passava a cursar a 4ª série do liceu do Ceará. José Au-

gusto me apresentava a todos os intelectuais da terra: toda tarde, estávamos na sede do Instituto Histórico, convivendo com Eusébio de Souza, Martins d'Aguiar (meu professor de Português), Domingos Barros, (meu professor de Geografia), Soares Bulcão, e muitos outros. Logo passei a escrever no "O Nordeste", jornal católico, e na "Gazeta de Notícias".

A BIBLIOTECA DE HISTÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE

No fim do ano, José Augusto voltou a trabalhar no Rio e eu retornei a Natal, para fazer o último ano no Ateneu Norte-riograndense. Mas, trazia um plano de trabalho com José Augusto: A Biblioteca Norte-rio-grandense de história que pretendia publicar estudos regionais e a história de cada Município do Estado. Convidei Hélio Galvão, Antônio Soares Filho, Rivaldo Pinheiro e Vingt-un Rosado, e durante o período de 1940-1945, editamos 7 livros, entre os quais **Angicos**, de minha autoria, **Famílias Seridoenses**, de José Augusto, **Nísia Floresta** de Adauto Câmara, **Natal daqui a 50 anos**, de Manoel Dantas. As edições, 1.000 exemplares, tinham venda garantida através do sistema de assinaturas que adotamos: o assinante pagava a anuidade e ficava com direito de receber todos os livros editados, o que significava pagá-los com redução de 30% a 40%, diferença que deixávamos de pagar às livrarias revendedoras. Não tivesse eu sido eleito deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte, em 1945, a Biblioteca de História Norte-rio-grandense teria prosseguido e prestado maior serviço à nossa História.

1945 - A NOVA DEMOCRACIA

Mas, a luta pela restauração democrática, em 1945, trouxe novamente José Augusto para liderar um partido político no Estado: a União Democrática Nacional. Com a definição pela candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes 4 dos 7 principais auxiliares do governo — Eloy de Souza, diretor de **A República**, Odorico Ferreira de Souza, diretor da Agricultura, Gonzaga Galvão, diretor da Educação, e eu, diretor de Educação e Assistência Social da Legião Brasileira de Assistência, e 34 dos 48 prefeitos nomeados, renunciámos aos cargos e ingressamos no partido da oposição. Na primeira reunião foi constituído o Diretório Estadual, José Augusto, presidente, Dinarte Mariz, 1º vice-presidente, e eu secretário-geral. Um grupo de correligionários mais velhos discordava da minha escolha e indicava o nome de Luiz Antônio dos Santos Lima, meu professor, meu amigo, ameaçando deixar o partido, caso não fosse atendido. Dinarte Mariz, Monsenhor Matta e Dix-sept Rosado foram à minha casa explicar a situação e procurar fórmulas para evitar a crise. Surpreendi-os com uma proposta:

— Renuncio, escolhe-se Luiz Antônio, mas como eu sei que ele não tem tempo para dirigir a burocracia do partido, eu faço o serviço e levo para ele assinar.

Ficaram perplexos e felizes. E o partido começou sua organização, funcionando em casa alugada ao desembargador Régulo Tinoco, em frente ao Colégio Imaculada Conceição, à Rua Ulisses Caldas, onde eu preparava todo o expediente e todas as tardes levava à assinatura do secretário-geral Luiz Antônio, no seu consultório à Praça Padre João Maria.

Mais tarde, outra crise: editávamos uma página contratada no **Diário de Natal**, sob a direção de Edgar Barbosa e eu.

Um dia, Luiz Antônio escreveu violento artigo contra o general Fernandes Dantas, interventor federal, sob o título bíblico "Não furtarás". Divergi da publicação sob o seguinte fundamento: integrávamos a UDN ex-auxiliares daquele governante, até dois meses antes. Não tínhamos, agora, o direito de atirar sobre ele acusação infamante só porque estávamos em linha política oposta. Consultada por Edgar, a direção do partido decidiu pela publicação. Deixei a redação da página. Quando José Augusto, que se encontrava no Rio, teve conhecimento do caso, deu-me razão, condenou a publicação do artigo pelos fundamentos da minha discordância. E, com a autoridade des-

sa posição, fez-me apelo para voltar à direção que, com a minha saída, passara a circular irregularmente.

Cito esses episódios, para revelar a diretriz pessoal de José Augusto, na política estadual, e demonstrar a identificação com que atuamos, em todas as crises que estavam por vir.

Aspirava eu ser candidato a deputado estadual, mas o número de candidatos era maior do que o de vagas, e Dinarte Mariz, visando contornar essa dificuldade, sugeriu aos patronos da minha candidatura — Rainel Pereira, Aristófanés Fernandes e Sérvulo Pereira — que entrasse na chapa de deputados federais mesmo para não ser eleito. A UDN esperava eleger quatro deputados: José Augusto, Djalma Marinho, Jocelin Vilar e Duarte Filho. Eu talvez fosse o quinto votado, portanto, 1º suplente, e a bancada se comprometia a me levar à Câmara, pelo mecanismo de licenças de Djalma, Jocelin e Duarte, de vez que José Augusto não poderia se afastar.

A CONSTITUIÇÃO DE 46

Fui candidato a deputado federal e os resultados foram inesperados: a UDN não fez os 4, mas apenas, 2. José Augusto e eu.

José Augusto, com a generosidade extraordinária com que estimulava a juventude, criou no Rio, onde eu chegaria a 1º de fevereiro de 46, enorme expectativa a meu respeito. A imprensa toda saudava, por inspiração dele, o “deputado — estudante”. Eu cursava o 1º ano de direito. Salientava minha idade, 23 anos, o mais jovem constituinte da História do Brasil. Grupos universitários organizavam debate comigo, outorgando-me a honra de representar os estudantes brasileiros.

Na primeira reunião da bancada, escolhido líder Otávio Mangabeira, José Augusto sugeriu criar-se a Secretaria Parlamentar, indicando meu nome, logo aceito.

No dia da minha estréia na tribuna, ele estava mais alegre do que eu, quando o presidente Melo Viana me deu a palavra, subi à tribuna, e avistei na primeira fila da bancada os maiores nomes da Constituinte, convocados por José Augusto para me ouvir: Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, Prado Kelly, Raul Pilla e até na bancada do PDS, atendendo à mesma convocação, seus amigos Souza Costa, Agamenon Magalhães e muitos outros.

Ao concluir o discurso, Carlos Lacerda, então repórter do **Correio da Manhã**, pediu-me cópia. Fui à taquigrafia apanhar uma cópia, e lá me disseram:

— As cópias que o Deputado José Augusto acaba de levar daqui dão para todos os jornais do País...

Durante toda a Constituinte, rara era a semana que ele não trazia livros, folhetos, recortes de jornais, sobre assuntos vários, ajudando e orientando a minha formação para melhor desempenhar o mandato.

Deputados fomos, juntos, de 1946 até 54. A atuação de José Augusto, no plenário, nas comissões, na vice-presidência da Câmara, foi marcada por uma impecável linha de fidelidade à democracia, de preocupação constante com o problema da educação, com a defesa do parlamentarismo como a melhor e mais civilizada forma de governo, e uma vigilante e extraordinária devoção aos sofrimentos do Nordeste: o constante interesse pelos problemas econômicos do Rio Grande do Norte — a melhoria do algodão fibra longa, a exploração de minérios, a defesa da indústria do sal, as perspectivas do agave em nossa economia agrícola. Mas, onde sua ação se fez sentir mais eficaz e obstinada foi na liderança política, buscando sempre soluções apaziguadoras dos constantes conflitos internos emergidos no Partido.

Dos trepidantes dias vividos na Constituinte, evoco três episódios que revelam múltiplos aspectos da personalidade e da atuação política de José Augusto e do prestígio que gozou no meio parlamentar.

1. A MOÇÃO MANGABEIRA

Eleito por vários Estados senador e deputado à Assembléia Constituinte, Getúlio demorou alguns meses a tomar posse. Afinal marcou o dia em que assumiria a representação do Rio Grande do Sul, como senador.

As primeiras horas da manhã desse dia, o velho Mangabeira telefonou-me pedindo passasse no seu hotel o mais cedo possível. Mal o cumprimentei foi me dizendo:

— Até ontem, supus que o Getúlio não teria coragem de participar da Constituinte. Mas, ele veio e vai tomar posse hoje. Não pode passar em branco. Se não fizermos alguma coisa de importante, não terá havido qualquer vantagem na sua deposição.

— Fazer o que? Perguntei.

— Não sei ainda. Estou elocubrando duas ou três coisas, mas preciso de você. Até o início da sessão, saberei o que devemos fazer. Mas, é indispensável contar a essa hora com assinatura de todos os representantes da oposição e você vai obtê-las.

— Mas, assinarão o que?

— Assinarão uma folha em branco, que usarei conforme decida entre as várias idéias que estão me ocorrendo. E não será difícil obter as assinaturas. Faça assim: pegue a assinatura de José Augusto, que assina em cruz qualquer coisa que você leve a ele. E, com a assinatura de José Augusto, você irá ao Pilla ao Bernardes, dizendo que ele vai apresentar um requerimento qualquer e pede apoio. Com as três assinaturas, a bancada toda assina.

Fiz exatamente como ele me recomendou. E quando o grande líder chegou à Câmara com a moção Mangabeira redigida a lápis, em tiras de papel almaço, para datilografá-la na liderança de UDN, eu lhe fiz entrega de todas as assinaturas em várias folhas em branco. Pouco depois, assistíamos, na tarde memorável, aquele espetáculo de argúcia, matreirice política e fulgor da palavra, que dividiu irremediavelmente o PSD, o grupo dutrista e a UDN louvando o movimento armado de 29 de outubro, que depusera Getúlio Vargas, e poucos dos seus correligionários votando contra por fidelidade ao ex-presidente. Mas, tal êxito político não se deveu só ao engenho de Mangabeira. Foi essencial a respeitabilidade que José Augusto desfrutava na bancada, pois só com seu nome conseguimos as assinaturas em branco, surpreendendo os adversários, sem tempo para expedientes regimentais que impedissem a votação do documento.

2. A EMENDA DA RAÇA AMARELA

Na elaboração constitucional, José Augusto representou emenda proibindo a imigração de pessoas das chamadas raças amarelas, a pedido da Sociedade de Amigos de Alberto Torres.

Era, o resíduo das paixões da 2ª guerra.

No dia da votação, a Sociedade Alberto Torres encheu as galerias. Fui a José Augusto e disse-lhe que não desejava dar meu voto à sua emenda, a não ser que ele exigisse. Com aquele espírito superior, e, creio, confiando plenamente na vitória da emenda, pelos apoios recebidos, liberou-me imediatamente, dizendo-me que respeitava meu ponto de vista.

Em determinada hora, encontrava-me na sala do Correio quando foram avisar aos deputados e senadores que havia votação nominal. Vim em seguida, e, ao entrar, o secretário me pediu o voto retardatário para a emenda, que era exatamente a de José Augusto. Votei contra, conforme lhe avisara. Apenas, não prevíamos, ele e eu, que a emenda viesse a ser derrotada por um voto.

Declarado o resultado, olhei as galerias frustradas. E no meio da Diretoria da Sociedade Alberto Torres, José Augusto explicando o episódio. Profundamente amargurado, procurei-o, em seguida, e ele foi da maior nobreza, chegando-me a dizer que, na minha idade, também teria votado contra. No dia seguinte, os jornais salientavam

que a emenda fora derrotada pelo voto do “pupilo” de José Augusto. Em declaração a vários deles, José Augusto colocou o problema com a maior altitude, informando que eu lhe avisara previamente e que compreendia as razões culturais do meu voto.

Vinte e oito anos depois, numa viagem ao Japão, fui surpreendido pela iniciativa da Câmara do Comércio Japonesa, convidando-me para uma visita em que me seria prestada homenagem por aquele remoto voto. Lembrei-me de José Augusto, e no coração, pedi que me perdoasse por estar sendo homenageado em função de uma derrota que lhe infligira...

3. A VICE—PRESIDÊNCIA EM 1946

A Constituição de 1946 criou a função de vice-presidente da República e determinou o preenchimento, na primeira eleição, por voto do Congresso Nacional. Otávio Mangabeira, que liderara o “acordo inter-partidário” com o governo Dutra, visando separá-lo de Vargas, exilado em Itu, e a conquista de algumas posições na elaboração da Constituição — entre elas, a redução do mandato presidencial, de 6 para 5 anos, as prerrogativas da Federação, etc. — supôs que poderia ter o apoio da UDN e da ala direita do PSD para o seu nome. Não conseguiu. O PSD uniu-se em torno de Nereu Ramos e a UDN apresentou José Américo.

Para tornar-se vitoriosa, a candidatura oposicionista precisava do apoio dos deputados e senadores do Partido Comunista. José Augusto foi incumbido de entender-se com Prestes, e levou-me em sua companhia. O líder comunista nos recebeu acompanhado de Jorge Amado e Diógenes Arruda. José Augusto pediu os votos do PC para José Américo, alegando que as origens populares do candidato, sua pregação social em 1937, atuação contra a Light quando ministro da Aviação e a garantia de que José Américo jamais permitiria que o governo praticasse violência contra os adeptos comunistas.

Prestes assegurou os votos da bancada.

Dia da eleição, José Américo perdeu aproximadamente pelo número de votos da bancada comunista. E, desgraçadamente, esse número coincidia com os votos da bancada baiana vinculada a Mangabeira. A surpresa da derrota gerou as especulações mais apaixonadas. Ninguém punha em dúvida os votos comunistas, pela confiança despertada a palavra de Prestes. Virgílio Melo Franco saiu indignado da Câmara, e deu-me carona em seu carro. Como a mulher reclamasse o seu silêncio, ele o rompeu nesse desabafo, atirando o chapéu de massa no vidro da frente do carro:

— Mas digo a vocês o seguinte: farei o possível e o impossível e o Mangabeira não chegará ao governo da Bahia.

Contestei, sem êxito, a sua desconfiança no baiano. Ele achava que Mangabeira ficara despeitado por não ter sido o candidato, e, derrotado José Américo, também agradaria o governo para tornar-se depois governador da Bahia.

Virgílio deixou-me em casa, e, inquieto, logo me dirigi à casa de José Augusto. Encontrei-o deprimido pela derrota de José Américo, mas não acreditava numa traição de Mangabeira. Também não desconfiava da mudança do voto dos comunistas. Com receio de uma crise no partido, logo no dia seguinte, foi ao hotel de Mangabeira, levando-me em sua companhia. Não tratou do problema diretamente, mas, o velho Mangabeira, com sua experiência, furou o tumor, dirigindo-me a pergunta:

— Você não está acreditando na infâmia de que a bancada baiana tenha traído o partido? José Augusto reafirmou sua confiança na lealdade dos correligionários; mas pediu que eu relatasse o episódio ocorrido com Virgílio de Melo Franco. Atenuei as palavras, e o velho Mangabeira logo entendeu a gravidade do fato:

— Então, agradeço a vocês terem vindo. Se o Virgílio está pensando assim, com as relações que tem na imprensa, amanhã todos estaremos crucificados.

O velho Mangabeira foi para o telefone, e, fazendo ele mesmo todas as ligações, evitou que os jornais e colonistas fizessem a menor especulação a respeito e pediu a José Augusto:

— Logo cedo, procure o Prestes. Desconfio que nos faltaram os votos prometidos por ele. E ele não lhe negará.

No dia seguinte, José Augusto foi ao líder comunista, e ele, apresentando razões de estratégia, confessou que a bancada preferira a eleição de Nereu.

A FRAUDE DE 1954

Em 1954, uma fraude eleitoral arrancou-lhe o mandato para o quadriênio seguinte. Tão logo se caracterizou essa situação, e inúteis as providências legais que, com seu conhecimento, e enfrentando a direção do partido, procurei tomar através de seu sobrinho advogado Manuel Augusto Bezerra, viajei para o Rio a fim de pessoalmente renovar-lhe solidariedade.

Encontrei-o realmente amargurado, embora, procurasse disfarçar perante terceiros que revelavam indignação pela ocorrência. Nesta hora ele me disse:

— A fraude me revolta. É incrível que a escolha do povo possa ainda ser vencida por esses processos. Mas, se tivesse de guardar mágoa desse episódio, seria muito mais dos votos que me faltaram em Caicó do que dos votos que me roubaram em São Paulo do Potengi.

A Câmara Federal decidiu homenageá-lo com uma sessão solene de despedida. Jamais ocorrera isto no Parlamento brasileiro. Homenagens dessa natureza, só eram permitidas, pelo Regimento, a chefes do Estado. Os líderes de todos os partidos concordaram em violar o Regimento e a tradição parlamentar para que José Augusto não saísse em silêncio da Casa que tanto honrara a sua inteligência e a sua dignidade.

Designado orador para falar em nome do Rio Grande do Norte, na véspera, pedi-lhe autorização para citar, no meu discurso, aquele desabafo. Concordou. À noite, telefonou-me pedindo para excluir a referência porque desejava sair sem nenhum registro de mágoa.

Dessa superioridade de espírito deu outras provas concretas.

A SENATÓRIA DE 1958

Com apoio de vários líderes, defendi sua indicação para o Senado em 1958, como a forma mais justa de repará-lo da brutal injustiça sofrida quatro anos antes e uma satisfação moral do Rio Grande do Norte à opinião pública nacional, que, por várias maneiras, deplorava o seu afastamento do Parlamento.

No governo do Estado, o governador Dinarte Mariz pensou mais na sua sucessão e, com essa preocupação, opôs-se a indicação.

Tendo de viajar para Genebra, a fim de representar o Brasil na Conferência Internacional do Trabalho, tentei apressar a decisão partidária, enquanto Dinarte encontrava sempre pretexto para adiá-la. Até que, na véspera da minha viagem, — e inadiável porque se iniciaria dois dias depois a Conferência, reunimo-nos em natal e não houve meio de chegarmos ao acordo: lutávamos pela indicação de José Augusto, contra a opinião de Dinarte e outros correligionários.

Alta madrugada, em Palácio, irredutíveis as duas posições decidimos adiar a solução para o meu regresso, pelo que eu me comprometia a antecipá-lo em 15 dias.

Quarenta e oito horas depois, na Europa, recebia a notícia da decisão tomada à minha revelia.

Desfeitos os compromissos, colocado diante do fato consumado, retardei o mais possível o regresso. De volta, no Recife, declarei à imprensa, que, com a exclusão de José Augusto, também não me candidataria ao quarto mandato de deputado federal.

Convocado por Dinarte, foi ao Rio, em nome dos líderes e amigos Florêncio Luciano, empenhado em me demover do propósito anunciado.

Historiando os fatos, cobre a ruptura dos compromissos tão logo eu embarcara, e mantive a decisão. Florêncio Luciano procurou José Augusto e fez-lhe um apelo para que interferisse na solução, a fim de evitar uma derrota inevitável para o partido.

José Augusto chamou-me, agradeceu a minha atitude e de outros companheiros, mas fez sincero e forte apelo para que aceitasse a solução adotada como a única forma de evitar a derrota partidária.

Consultados os amigos, aceitei o pedido de José Augusto, mas uma vez engrandecido no gesto generoso com o qual se mostrava acima de quaisquer ressentimentos pela sua injustificável exclusão de representação do partido.

A unidade mantida veio a se romper em 1960, quando Dinarte vetou a minha candidatura ao governo.

APOIO À CAMPANHA DE 1960

Dirigi uma longa carta a José Augusto dando-lhe a minha versão dos acontecimentos, mas sem pleitear qualquer posição sua.

Iniciei a campanha em maio, e, a 15 de agosto, realizava uma grande concentração do Seridó, na cidade de Acari. Na véspera, João Medeiros, que divergira do partido e formara comigo a dissidência da UDN, na Cruzada da Esperança, recebeu carta de José Augusto na qual afirmava que, embora afastado da atividade partidária, não podia calar quando eu lutava legitimamente para exercer o governo do Estado. E pediu a todos os antigos correligionários e amigos que me apoiassem.

A mensagem de José Augusto teve a maior repercussão política, e, no meu coração, causou profunda emoção, pela espontaneidade e pelas referências à minha atuação política e partidária.

Veio assistir a minha posse e se prontificou a prestar ao governo toda colaboração que fosse necessária.

A SENATORIA DE 1962

Em 1962, preencheríamos duas vagas de senador. O PSD, que me apoiara para o governo, desejava fossem indicados correligionários seus para as duas cadeiras. Falei com monsenhor Walfredo Gurgel e Sylvio Pedroza, ambos do PSD, sobre a possibilidade de oferecermos uma das vagas a José Augusto como homenagem do Rio Grande do Norte, acima dos partidos, por tudo que fizera na vida pública. apoiaram a idéia e me asseguraram lutar, dentro do PSD, pela sua aceitação.

Fui ao Rio e levei a sugestão a José Augusto.

Pediu-me prazo para uma resposta, e dez dias depois, agradeceu a lembrança, mas afastado que fôra da vida política do Rio Grande do Norte, pelos processos que eu conhecia, não queria a ele retornar.

Encerrava-se, assim, com um toque de extrema grandeza, a liderança mais autêntica e democrática da história política do Rio Grande do Norte.

Após o governo, voltando a residir no Rio, convivíamos, diariamente.

A SOLIDÃO FINAL

Apreendi, nessa época, algumas inesquecíveis e amargas lições de vida.

José Augusto participou da política do Estado durante mais de meio século. Durante 30 anos, foi seu principal líder político. Mesmo quando a Revolução de 30 e o Estado Novo o atiraram no ostracismo, conseguiu manter em torno do seu nome e da sua chefia grandes contingentes de opinião pública.

Em 1954, a trama de uma conspiração mesquinha o excluiu da representação federal, na qual era a maior figura intelectual e política. Sem recursos materiais, teve de aceitar um lugar no Conselho Nacional de Economia para sobreviver. Desenvolveu atuação eficiente e brilhante, mantendo a mesma devoção pelos interesses do Rio Grande do Norte.

Mas, as novas realidades políticas começaram a construir em torno dele o vazio intolerável. Quando os olhos perderam a luz, e ele teve que se recolher ao estrito am-

biente familiar, a solidão cresceu. Falávamos pelo telefone todas as manhãs e todas as noites. E aos domingos, levava-o quase sempre à missa da Igreja de São Pedro e São Paulo, em Copacabana, permanecendo em sua companhia durante toda a manhã.

Poucos o procuravam. Embora dotado de grande compreensão pelas fraquezas humanas, ele não podia esconder o desalento que lhe rofa a alma. A convivência fraternal que mantivera a vida inteira com dezenas de amigos, o bom humor com que marcava as conversas, a multiplicidade dos assuntos que despertavam sua curiosidade intelectual, faziam-lhe enorme falta. E embora sem fazer referências pessoais, não escondia o desapontamento em frases que repetia com freqüência:

— Seu Alufzio, eu dizia sempre que só envelheceria ou morreria sob protesto. Mas depois de envelhecer, e de perder a visão, não protesto nem contra a morte...

A deteriorização da vida pública, as notícias que chegavam a seu conhecimento da corrupção que se espalhava por todos os setores, o oportunismo dos que trocavam idéias e posições por vantagens e benesses, causavam-lhe um grande desprezo. Não menor desprezo lhe sugeria a delirante vaidade dos que, guindados a posições de governo, perdiam a humildade na ostentação de seus poderes:

— Quando um sujeito pensa que é importante, perde realmente qualquer importância que pudesse ter. E ganha apenas uma enorme capacidade de fazer o mal ao País, era uma de suas observações mais constantes.

Todas essas reflexões revelam a tristeza, a mágoa, a decepção que se foram acumulando na sua alma, nos últimos anos, apagando a alegria que fora sempre a característica de seu espírito.

E quanto, nos entrechoques da vida pública, reencontramos a toda hora personagens e fatos que se identificam naquelas palavras, deploramos que o grande, generoso e límpido exemplo de vida de José Augusto Bezerra de Medeiros se tenha perdido, ao longo do tempo, como fantasma de um passado esquecido.

MOÇÃO DE FÉ

Se nos ouvisse nesta hora, do lugar onde a misericórdia de Deus o tenha posto, José Augusto não ficaria feliz com o registro de sua melancolia final, ele que, durante quase 70 anos, foi um símbolo de entusiasmo e de fé nos valores mais altos da vida e na imensa potencialidade da pátria.

Prefiro, pois há um século do seu nascimento, há alguns decênios de sua fecunda e extraordinária vida pública, esquecer os desencantos que o atingiram, para, em honra de sua lição e de sua memória, fazer uma moção de confiança em melhores dias. Não por sentimentalismo superficial, mas, porque a História nos tem ensinado, século sobre século, que as nações também aprendem nas horas de crise, a gerar energia capazes de vencer os grandes desafios que as atormentam.

Creio na força insubstituível da democracia. Malgrado os desvios a que tem sido submetida, ela ressurge, na sua eficácia e no seu esplendor, toda vez que as praças públicas se abrem às multidões, como estamos vendo nestes dias de participação, de anseios, de esperanças populares.

Creio na democracia como exercício de inteligência e capacidade para, através do diálogo, do debate, da cultura, encontrar soluções para os problemas dos povos, das classes e das pessoas.

Creio na democracia, como resistência de todas as liberdades do homem, contra a opressão, contra o medo, contra a ignorância, contra o orgulho, contra a descrença.

Dir-se-á que, às vezes, o processo democrático falha porque se deixa corromper pela fraude, se deixa vencer pela prepotência, se deixa tentar pelo poder econômico associado às piores formas de violência moral.

Ontem e hoje, e talvez amanhã, teremos sempre de correr esse risco. Mas, sem fugir dele, há uma forma de exorcizá-lo, ao menos para consolo nosso e para evitar que o povo enverede pelos caminhos sombrios do desespero: é lembrarmos, como símbolos permanentes de fé nas instituições, os homens que pelejaram, venceram, perde-

ram, recomeçaram, não desistiram. E lembrarmos aqueles, que, mesmo vivendo a fria solidão do desencanto pessoal, deixaram para os pósteres a lição de suas lutas impávidas e gloriosas. E lembrarmos aos moços de hoje, às crianças de amanhã;

— Antes de nós, aqui viveu, e honrou a vida, José Augusto Bezerra de Medeiros.

(Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, dia 22 de novembro de 1984).

CARTA DO ACADÊMICO AURÉLIO DE LYRA TAVARES

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 84

Ilustre amigo Enélio Lima Petrovich
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Se não fosse o impedimento de outros compromissos, aqui no Rio, esteja certo de que estaria aí, no dia 22, para participar da sessão solene do Instituto em homenagem ao grande brasileiro José Augusto Bezerra de Medeiros, o intelectual e político das grandes idéias, que tanto honrou a terra potiguar no cenário nacional.

Conheci-lhe, na pessoa ilustre, simples e amena, o grande paladino da educação nacional, o parlamentarista de credo político e a altitude da sua presença de 40 anos na tribuna parlamentar, o que punha em relevo, para ser particularmente admirada, a sua maneira sempre modesta e simpática na convivência com os amigos.

Foi um dos grandes estadistas do mais alto padrão moral que o Brasil perdeu com o advento da República Nova, como costuma ocorrer nas grandes mudanças desordenadas e violentas das paixões revolucionárias, pelo tumulto das idéias e a ânsia de renovação.

Mas a figura, como o caráter de José Augusto, atravessou incólume a tempestade, e só fez crescer com o tempo, como o recordamos, agora, no seu centenário.

É assim que recordo José Augusto, no centenário de seu nascimento.

Muito grato pelo seu convite, abraça-o, com a velha amizade: o admirador,

A. de Lyra Tavares

JOSÉ AUGUSTO

Nilo Pereira
(Sócio Correspondente)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga instituição cultural do Estado - sob a presidência do dinâmico e erudito escritor e advogado Enélio Lima Petrovich, presta, hoje, 22 de novembro de 1984, pela palavra de Aluzio Alves, a sua fiel homenagem à memória do grande homem público, que foi JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS.

Aluzio Alves foi por ele escolhido para escrever a sua biografia. Era a certeza de que o discípulo diria do mestre tudo aquilo que ninguém mais poderia dizer.

Coube-me, porém, escrever essa biografia, mais ampla, em dois volumes. O primeiro como edição da FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO; o segundo pelo Senado Federal. Meu testemunho de louvor ao democrata nasceu de um culto de admiração e simpatia pessoal, desde os meus tempos de estudante em Natal, quando o Dr. José Augusto era governador do Estado.

Sempre estou ressaltando que lhe devo o meu primeiro emprego público, o de arquivista da Assembléia Legislativa, aos dezesseis anos de idade. Generosamente, ele ignorou esse empecilho legal; tratava-se de ajudar um estudante pobre; isso é que importava ao admirável estadista e democrata, que é um símbolo da vida pública brasileira.

Sua maior lição é a da honestidade pessoal. Naquele tempo os governadores saíam pobres dos cargos. Homens como José Augusto e o seu irmão Silvino Bezerra rareiam cada vez mais. Ainda existem, mas são como a palmeira do deserto.

Ao lado dessa rigidez moral, que o tornou tão respeitado, ele possuía a fina e deliciosa ironia com que sabia sublinhar figuras da Província. Numa viagem, que fizemos juntos do Recife ao Rio de Janeiro, a bordo do transatlântico italiano "Comte Grandi", suas recordações de política foram ensinamentos que tive de aplicar, muitas vezes, quando eleito Deputado Estadual em Pernambuco e líder de um governo nacional - o de Agamenon Magalhães.

O Dr. José Augusto estava encantador nessa viagem. Dançou a bordo. Dançava mal. Não era aquela coreografia a predileta de sua vida. Dançava melhor na política. Tanto que, em 1934, fundou no Rio Grande do Norte, quatro anos depois da revolução que interrompeu a sua carreira política e parlamentar, um grande Partido - o Partido Popular - após uma campanha que bem pode ser comparada à de José da Penha, que Aluzio Alves estudou exaustivamente.

O grande jornalista dessa campanha foi Edgar Barbosa. Aqui deixo minha homenagem aos dois - o mestre e o colega de infância, adormecidos na glória feliz de terem sabido servir ao Rio Grande do Norte.

RELATÓRIO

De 29-03-81 a 28-03-83

Caros Confrades:

Em cumprimento às normas estatutárias e regimentais, reunimo-nos nesta data, para a apresentação do relatório das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, durante o biênio - 29 de março de 1981 até 28 de março de 1983.

Assim, em síntese, e para maior conhecimento dos ilustres confrades, abordaremos algumas realizações da "Casa da Memória Norte-rio-grandense", em mais um exercício desta Presidência.

SESSÕES REALIZADAS

No período que passou, muitas sessões foram promovidas, quer de caráter ordinário, quer solenes, conforme consta no livro próprio, a saber:

1 - Em 29 de março de 1981, teve lugar a sessão solene, pelo transcurso do 79º aniversário da instituição, oportunidade em que tomaram posse alguns escritores e historiadores, saudados pelo consócio Alvarado Furtado de Mendonça. No ensejo lançamos mais um número da Revista do I.H.G-RN, referente aos anos 1979-1980 vols. LXXI-LXXII. Houve, também, o lançamento do 5º volume de "O Livro das Velhas Figuras", do mestre e sócio benemérito Luís da Câmara Cascudo.

2 - A 15 de maio de 1981, tomou posse, em solenidade para esse fim convocada, o escritor americano (categoria de Sócio-Correspondente), Profº. Robert Levine, que fôra saudado pelo Dr. Marcos Maranhão. E o recém-empossado proferiu palestra, sob o título: "Observações sobre a História Social da República Brasileira".

3 - Em 7 de janeiro de 1982, ocorreu a sessão solene, para o lançamento do livro "Síntese biográfica - Des. Virgílio Otávio Pacheco Dantas", de autoria do escritor e jornalista Meneval Dantas, em comemoração ao centenário de nascimento do referido sócio efetivo. Falaram, na ocasião, o sócio Marcos Maranhão e o filho do homenageado, Meneval Dantas.

4 - A 12 de março de 1982, mais uma sessão de assembléia geral ordinária do IHG-RN, com a finalidade de elaborar a programação das festividades pelo transcurso do 80º aniversário de fundação do venerando Instituto, a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte. Na oportunidade, também foram apresentadas e aprovadas várias propostas de escritores, a fim de serem incluídos no quadro de sócios da entidade, como sejam: Fernando Hipólito da Costa, Luiz Gonzaga Meira Bezerra, Cláudio Augusto Pinto Galvão, Otavo Medeiros Filho, Manoel Cavalcanti de Albuquerque Filho, Anna Maria Cascudo Barreto e Jansen Leiros Ferreira (categoria de Sócios Efetivos) e os professores e historiadores Pedro Calmon e Afonso Arinos de Melo Franco (Sócios Honorários). Antônio Gondim de Lima, José de Arimatéia Tito Filho, Manoel Onofre de Andrade, Guaracy Albuquerque Souto Mayor e Amaury Araújo de Vasconcelos (Correspondente).

5 - No dia 29 de março de 1982, comemoramos, em sessão solene e uma das mais concorridas, a passagem do 80º aniversário de fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico, que contou com a presença de várias autoridades, confrades, jornalistas, etc... Na oportunidade, tomaram posse vários consócios. Fez breves e objetivos registros sobre a entidade, sua participação na vida cultural do Estado e do País, o confrade ilustre Fernando Hipólito da Costa. Saudaram os novos consócios os sócios José Melquisedes de Macedo e Nilo Pereira, este especialmente convidado para a magna solenidade. Pela palavra da consócia Anna Maria Cascudo Barreto, leu depoimento do mestre Cascudo sobre a grande data. Prestamos singela homenagem aos Sócios Beneméritos - Des. João Vicente da Costa, Prof. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Luís da Câmara Cascudo, Peregrino Júnior e Aluzio Alves. Houve lançamento de diversos

livros e, no final, ofereceu-se um coquetel aos convidados.

6 - A 28 de maio de 1982, em conjunto com a Fundação "José Augusto", realizamos mais uma sessão solene, quando foi lançado o livro - 2ª edição - "História do Rio Grande do Norte", do historiador conterrâneo e eminente sócio da entidade, Ministro Augusto Tavares de Lyra. Essa sessão contou com a presença do filho do autor, escritor e confrade Carlos Tavares de Lyra. Traduzindo o significado da solenidade, falou também o presidente da Fundação "José Augusto", Dr. Valério Mesquita.

7 - Dia 20 de julho de 1982, pelo transcurso de mais um aniversário de nascimento de Alberto Santos Dumont, promovemos uma sessão magna, na ocasião em que o consócio Fernando Hipólito da Costa proferiu palestra sobre a "Vida e a Obra de Santos Dumont", com apresentação de slides.

8 - Através de promoção conjunta - IHG/RN e Academia Norte-rio-grandense de Letras, prestamos a nossa homenagem à memória do confrade Hélio Mamede de Freitas Galvão, no dia 29 de julho de 1982, sendo orador o consócio Antônio Soares de Araújo Filho. Essa sessão teve lugar no salão nobre da Academia.

9 - A 23 de agosto de 1982, emprestando o nosso prestígio às comemorações pela Semana de Caxias, realizamos uma sessão solene, quando fez conferência o sócio efetivo Marcos Maranhão, abordando o tema: "Duque de Caxias - Estadista e Pacificador". Presente, entre outras autoridades, o General Almério Ferreira Diniz agradeceu em nome da Sétima Brigada de Infantaria Motorizada.

10 - Em comemoração por mais um aniversário da Polícia Militar do Estado, a 3 de novembro de 1982, houve solenidade, quando falou acerca da efeméride, a nosso convite, o escritor Ivanaldo Lopes da Silva; cujo tema por ele escolhido fôra: "Homens, Atos e Fatos da Polícia Militar". Em nome da Polícia Militar, agradeceu as homenagens o Coronel Sosígenes de Andrade, Comandante da PM.

Essas as sessões promovidas pelo nosso Instituto durante o biênio que passou. Se não foram, realmente, em número maior, pelo menos registramos acontecimentos marcantes de nossa história.

Aliás, complementando, diga-se, ainda, que o Instituto Histórico e Geográfico, juntamente com a Academia Norte-rio-grandense de Letras, dia 17 de fevereiro findo, realizou sessão, para prestar a sua homenagem à memória do sócio eminente, Prof. Antônio Gomes da Rocha Fagundes, na sede da referida Academia. Em nome das duas entidades, usou da palavra o confrade Prof. José Melquíades de Macedo.

AUXÍLIOS RECEBIDOS

Neste particular, sem dúvida, não fomos bem aquinhoados durante o biênio de 1981-1983. Mesmo assim, assinamos um convênio com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - conforme proc. 00178/82, em setembro de 1982, para aquisição de material de consumo e remuneração de serviços pessoais. A dotação, no Banco do Brasil, está sendo movimentada, para o fim proposto.

Queremos, de igual modo, comunicar aos caros e ilustres confrades que, quando de nossa viagem ao Rio, em princípio de janeiro deste ano, formulamos ao Egrégio Conselho Federal de Cultura um pedido da ordem de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), o qual se acha em tramitação naquele alto colegiado, para exame. É que - infelizmente, conforme soubemos, não foi liberada a verba do MEC, para o CFC. O auxílio se destina para os serviços de organização e catalogação de livros e periódicos, incluindo a documentação existente, através de pessoal especializado, compra de material para o fim supra, e a edição de "O Livro das Velhas Figuras" - vol. 6, do mestre e sócio benemérito Luís da Câmara Cascudo.

Estamos atentos, aguardando a aprovação e liberação do auxílio.

O processo, no CFC, obteve o número 017/83, e para pedido de auxílio, fora o primeiro.

A NOSSA PALAVRA AOS MEMBROS DA DIRETORIA

Neste ensejo, quando justamente se conclui mais um mandato à frente do Instituto Histórico e Geográfico, nos cabe a expressão do agradecimento, sobretudo aos dignos integrantes da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico, dos quais sempre conseguimos o apoio necessário para, na medida do possível, realizar algo em prol da cultura, da preservação histórica do Rio Grande do Norte. A todos, portando, a gratidão desta presidência.

Mas, permitam-nos evidenciar a colaboração imprescindível do nosso tesoureiro ilustre, o Prof. Dr. Manoel Varela de Albuquerque que, a qualquer hora do dia e da noite, sempre nos atende, para assinatura de cheques, prestações de contas e para todo o movimento financeiro da instituição.

SÓCIOS FALECIDOS - UM REGISTRO DE SAUDADE

Durante o biênio que transcorreu, tivemos a tristeza de perder inúmeros confrades, chamados que foram pela convocação divina.

Por isso, no momento em que se presta conta de nossas atividades, no final de mais um mandato à frente do venerando Instituto, é dever o registro de saudade daqueles que tanto nos ajudaram, em vida, com o prestígio de seus nomes e a sabedoria de suas existências, humildes e honrosas. Vai, pois, a homenagem aos consócios: 1 - Cosme Lemos - em novembro de 1981; 2 - Hélio Mamede de Freitas Galvão - em 20 de outubro de 1981; 3 - José Bezerra Gomes - 26 de maio de 1982; 4 - José Fernandes Machado - em 11 de setembro de 1982; 5 - Israel Nazareno - em 18 de maio de 1982; 6 - Antônio Gondim - em 11 de novembro de 1982; 7 - Des. João Vicente da Costa - em 5 de agosto de 1982; 8 - Antônio Gomes da Rocha Fagundes - em 10 de outubro de 1982 e Dom José Adelino Dantas - em 24 de março de 1983.

Pela partida eterna desses valorosos amigos e consócios, a Diretoria deste Instituto, representando a unanimidade de seus integrantes, levou às famílias enlutadas a manifestação de pesar, inclusive, durante 3 dias, hasteando a sua bandeira, em meio pau.

PALAVRAS FINAIS

Sem maiores comentários, sendo hoje a data de nova eleição para a Diretoria que assumirá os destinos da Casa Vetusta, durante o próximo biênio 1983-1985, desejamos, de coração, manifestar a alegria, não só de termos podido, nos anos pretéritos, ao lado de todos e com o apoio de todos, presidir esta instituição tradicional do Estado, mas transmitir aos que irão ocupar os novos postos, a nossa palavra de confiança e obstinação.

Dirigir uma entidade do nível e da projeção do Instituto Histórico e Geográfico, quando - convenhamos - existe uma certa apatia, para as iniciativas da cultura, por parte dos Governos Estadual e Federal, não é fácil. Os planos são elaborados, as idéias afluem com entusiasmo, no sentido de realizar algo mais em favor da história. E um pouco de decepção, face ao não atendimento de algumas reivindicações, por falta de verba, apesar de imprimir o início do desânimo, mesmo assim sobrepujamos os obstáculos e a luta prossegue, com todo idealismo e, até, coragem.

Repetita-se sempre: Tudo que aqui se faz é fruto do amor, da persistência, com a indispensável compreensão dos eminentes confrades. Falhas há. Deficiências, ídem. Mas, acima de qualquer percalço, cumpre-se, modesta e obstinadamente, com o nosso dever.

Fica, pois, igualmente, ao encerrarmos novo mandato, o agradecimento a todos quantos colaboraram para o êxito de nossa administração. Aos Conselhos Estadual de Cultura e Federal de Cultura, ao FNDE, à Fundação "José Augusto", à UFRN, que pretende editar o número da Revista em comemoração aos 80 anos do nosso Instituto Histórico e Geográfico, à imprensa falada e escrita, deixamos os mesmos agradeci-

mentos renovados.

E, amanhã, em sessão solene, estaremos, mais uma vez, reunidos, agora, para as comemorações do 81º aniversário de fundação do IHG/RN, cujo programa já fôra distribuído aos confrades, autoridades, etc.

Vários intelectuais tomarão posse, saudados pelo consócio Dr. Marcos Maranhão, em nome da Casa. Haverá homenagem à memória do Sócio Benemérito Des. João Vicente da Costa, através da palavra do confrade Prof. Carlos Borges de Medeiros. Cinco (5) livros serão lançados, de autores norte-rio-grandenses e um paraibano.

Todavia, merece realce a inauguração da "Biblioteca Israel Nazareno", constituída de valiosos livros e periódicos, que alcançam cerca de 3 mil, todos doados, em testamento, pelo saudoso consócio, falecido em 18 de maio de 1982. Sem a menor dúvida, representa uma das maiores contribuições a esta Casa da Memória a biblioteca do escritor e magistrado Israel Nazareno.

Eis, caros e eminentes confrades, o relatório da presidência - Biênio 1981-1983.

A gratidão a todos e a cada um, na certeza de que o Instituto Histórico e Geográfico, com a nova Diretoria que nesta assembléia será escolhida, continuará cumprindo, sejam quais forem os obstáculos e as dificuldades, a sua alta e nobre missão no quadro do desenvolvimento cultural do Rio Grande do norte.

81º aniv. de fundação do IHG/RN
Natal 28-03-1983

Enélio Lima Petrovich
- Presidente -

NECROLÓGIOS

IM MEMORIAM DOS SÓCIOS (1983-1984)

- 1 - **José Adelino Dantas** (24-03-1983)
- 2 - **Dióscoro Gonçalves Vale** (17-06-1983)
- 3 - **Aldo Fernandes Raposo de Melo** (20-08-1983)
- 4 - **João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior** (24-10-1983)
- 5 - **João Carlos de Vasconcelos** (15-01-1984)
- 6 - **Onofre Lopes da Silva** (13-07-1984)
- 7 - **Félix Bezerra de Araújo Galvão** (22-10-1984)
- 8 - **Mauro Mota** (22-11-1984)

DOM ADELINO, SUA VIDA E SUA OBRA

Aluísio Azevedo
(Sócio Efetivo)

O Dr. Enélio Lima Petrovich, incansável Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, honrou-me com o convite para a produção de um trabalho, de cunho histórico, que deverá ser incluído no próximo número da Revista da nossa "Casa da Memória".

Em atendimento a tão generoso apelo, tomei a decisão de focalizar a figura de Dom José Adelino Dantas, Bispo resignatário de Ruy Barbosa - BA, falecido nesta capital, em 1983, que foi membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e, também, do nosso Instituto, a mais antiga instituição cultural de nosso Estado.

Inicialmente, devo dizer que, escrever algo a respeito de Dom Adelino é uma missão difícil e, ao mesmo tempo, muito gratificante, pela oportunidade de poder evocar um passado muito rico em fatos, que enobrecem sua pessoa e o tornam merecedor das mais justas honrarias.

José Adelino Dantas é filho de Antônio Adelino Dantas e Jovelina de Oliveira Dantas, ambos descendentes dos Azevedos e Dantas, famílias de nobres origens portuguesas, que povoaram nossos sertões, situando fazendas de gado e dando origem a núcleos populacionais que, mais tarde, se tornariam cidades. Dentre os seus antepassados, vamos encontrar os patriarcas Caetano Dantas Correia, Antônio de Azevedo Maia e Tomaz de Araújo Pereira. A 17 de março de 1910, nasceu José Adelino, na povoação de "Luíza", também conhecida como "Saco da Luíza", no município de Flores, hoje município de São Vicente. Aquele casal gerou 16 filhos, dos quais se criaram 12, sobrevivendo, atualmente, apenas 3. Em 1915, faleceu Antônio Adelino, vítima de uma queda de cavalo, derrubando gado. três anos depois, a viúva Jovelina se transferiu para São Paulo do Potengi, comprando o sítio "Cabaço", onde se fixou com sua família, para iniciar um penoso processo de colonização de suas terras. Os produtos agrícolas, ali produzidos, eram vendidos na feira daquela povoação, sendo o pequeno José Adelino um dos responsáveis por aquela comercialização. Certa vez, ele me contou que a viagem do Seridó para o Potengi, quando da transferência da família, fora feita a cavalo, e que ele trouxera, de montaria, o seu cachorrinho de estimação, chamado "xaréu".

Algum tempo depois, dona Jovelina passou a residir naquela povoação, onde instalou um pequeno hotel.

Em 1921, funda-se, no lugar, a sociedade de cultura musical, que se denominou "Filarmonia 22 de Setembro" e que era presidida pelo meu inesquecível pai, Manoel Henrique de Azevedo. Alguns membros de nossa família fizeram parte daquela Banda de Música, dentre os quais podemos destacar: José Adelino (tocando piston), seu irmão Pedro, seu futuro cunhado Ademar e os primos Francisco, Tôta e Pedro de Azevedo Maia.

Em 1922, é criada a Escola Rudimentar Mista de São Paulo do Potengi, por ato da Intendência de Macaíba, da qual foi sua primeira professora a Srta. Paulina Nunes de Queiroz, dona Yayá. José Adelino foi um de seus primeiros alunos, inclusive participando de eventos, como o Centenário da Independência, comemorado naquele ano.

No ano de 1925, D. José Pereira Alves, Bispo de Natal, realiza uma visita pastoral àquela localidade. Por ocasião do encontro da minha tia Jovelina com o Sr. Bispo, ocorreu o célebre diálogo, já citado pelo Mestre Cascudo e por Dr. Oto Guerra:

— Por que não faz deste menino um padre?

— Ah, Sr. Bispo! Não posso, tinha tanta vontade...

Mas, que posso fazer?

O Bispo pergunta ao pequeno José Adelino:

— Quer ir para o Seminário?

— Quero, sim senhor.

No dia seguinte, partia o pequeno José Adelino, com destino a Natal,

matriculando-se no Seminário de São Pedro, a 05 de fevereiro daquele ano, iniciando, assim, a sua jubilosa vida sacerdotal, educacional e cultural. Por ocasião da minha pesquisa, para a publicação da "História de São Paulo do Potengi", encontrei o registro da participação do seminarista José Adelino, como um dos oradores, no ato de inauguração do novo prédio do Grupo Esclar, ocorrido em 1929, do qual havia sido aluno, na sua infância.

A sua ordenação sacerdotal ocorreu a 18.11.1934, na Igreja de Santa Terezi-
nha, em Natal. Sua primeira missa foi celebrada em Carnaúba dos Dantas, terra do nascimento de seu pai, a segunda, em Acará, tendo em vista a sua grande afeição por aquela cidade e, finalmente, a terceira, em São Paulo do Potengi, onde viveu sua infância. No livro de Tombo de Macaíba encontrei o seguinte registro, sobre este evento: "No dia 25.11.1934, o Padre José Adelino Dantas, recentemente ordenado, celebrou a 3ª missa na capela de São Paulo do Potengi. Esteve presente a Orquestra da Catedral de Natal para abrilhantar o ato, que foi assistido por grande multidão. O neo-sacerdote foi saudado pelo vigário, Cônego Luiz Adolfo de Paula". Naquele mesmo ano, foi nomeado vigário de Santo Antônio do Salto da Onça, retornando, em março do ano seguinte, ao mesmo Seminário, como Reitor, cargo que exerceu até 10 de junho de 1952, quando foi eleito Bispo de Caicó, em substituição a Dom José de Medeiros Delgado. Sua sagração episcopal ocorreu em solenidade campal, em frente à Catedral de Natal, a 14 de setembro do mesmo ano. Seis dias depois, era empossado em Caicó, onde permaneceu até 10 de maio de 1958, quando foi transferido para Garanhuns, como substituto de Dom Expedito Lopes. Sua posse, naquela diocese, ocorreu a 13 de setembro daquele ano. Em 1967, foi transferido para a diocese de Ruy Barbosa - BA, onde se empossou a 13 de maio, lá permanecendo até 15 de outubro de 1975, quando renunciou, retornando, logo depois, ao nosso Estado, onde viveu os últimos dias de sua profícua existência.

Ao lado de seu trabalho apostólico, que realizou nas três dioceses, por onde passou, sempre marcado pelos sagrados deveres de santificar, de ensinar e de governar, Dom Adelino foi um grande educador, um homem de cultura e, também, um dos maiores latinistas deste Estado. Em Natal, nos seus tempos de Reitor do Seminário, foi professor do Atheneu Norte-rio-grandense. Com o seu retorno aos chãos do Seridó, terra dos seus ancestrais, dedicou-se às atividades de professor do Campus Avançado de Caicó, da UFRN e, também, de um Ginásio Estadual, da sua tão querida Carnaúba dos Dantas.

Em Garanhuns, ocorreu um episódio, que ficou conhecido pelo nome de "Os maloqueiros do Bispo". Dom Adelino, depois de empossado naquela diocese, com pompa, vivas e flores, procurou conhecer a outra face de Garanhuns, representada por meninos sujos e famintos. Durante uma noite, o prelado saiu pelas ruas, recolhendo os garotos que dormiam ao relento, alojando-os nos salões da Escola Técnico-Profissional. Daquela forma, se iniciava uma meritória obra de assistência social. No outro dia, os "maloqueiros do Bispo", nome pelo qual eram conhecidos, gritavam diante do palácio: "Viva o bispo, viva o bispo".

Dom Adelino foi eleito para a cadeira nº 22, da Academia Norte-rio-grandense de Letras, a 06.06.1946, como sucessor do Padre Luís Monte, da qual é patrono o Cônego Leão Fernandes. Sua posse ocorreu a 13.09.1949, quando foi saudado pelo Acadêmico Luís da Câmara Cascudo. Com a sua morte, ocorrida em 24 de março de 1983, a Academia realizou sessão em sua homenagem, a 18 de agosto do mesmo ano, cabendo ao Acadêmico Oto Guerra fazer o necrológio. O seu sucessor foi o Cônego Jorge O'Grady de Paiva, que se empossou a 30 de agosto de 1984.

Vejamos, agora, em síntese, alguns registros de sua passagem pela Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Por ocasião de sua posse, o Mestre Cascudo, que o saudou, disse a certa altura de seu discurso: "Não é possível que a Academia, tão pobre de jotas, dispensasse essa que representa para nós o sacerdote puro e o patriota sem alarde, o trabalhador convicto e o sonhador confiante na sua obra realizada, vida repleta de vontade e de força

criadora, de resignação e de serenidade, vida com a digna vocação do Padre e a sabedoria sob a roupagem singela da espontaneidade levando ao sofrimento aceito com liberdade e confiança”.

No seu discurso de posse, Dom Adelino proferiu uma brilhante oração, da qual extraímos este trecho: “Esta Academia de Letras, minhas senhoras e meus senhores, segue à risca a magnífica lição do inolvidável orador Romano, por isso que acredita também na perenidade dos valores humanos, fixando-os e cultivando-os, recolhendo ao longo da estrada provinciana, velhos marcos que o Tempo respeitou.

Sinto-me, hoje, sumamente honrado em incluir-me ao lado desses generosos exploradores, heróis de mil pesquisas, e, como a ave solícita do Seridan, evocada na lenda de Malba Tahan, rejubilo-me em vir depositar na cornucópia de suas conquistas, o lembrete de minha humilde elegia”.

O Dr. Oto Guerra, na sua oração necrológica, assim se expressou: “Dom José Adelino Dantas, pela formação religiosa recebida no seu tempo, alicerçada no trato com os autores clássicos romanos e também por sua verdadeira veneração pelo passado familiar e social, especialmente da sua terra seridoense, guardou sempre a maior fidelidade à Igreja, da qual era Bispo, mesmo após o “aggiornamento” introduzido pelo Concílio Vaticano II. Entretanto, não podia deixar de sentir a diferença e até mesmo uma certa dificuldade em aceitar determinadas posições que se tomavam, nem sempre lhe parecendo as mais adequadas, nas mudanças que se operavam que às novas circunstâncias”.

O Cônego Jorge O’Grady de Paiva, seu sucessor na Academia, a ele se referindo, assim se expressou: “Para formar o caráter dos seminaristas ele punha, na ordem direta, cada caso que se apresentava, geralmente, “em ordem inversa”. Aprendera a técnica de o fazer com o latim clássico, que se não torna claro sem estar a frase na devida ordem gramatical. Percorria, destarte, os labirintos da vida moral e espiritual de seus alunos, bondoso sem concessões e forte sem violência, consoante à norma do Livro Sapiencial: “Fortiter et suaviter”. Passaram por suas experientes mãos Dom Eugênio (que voltaria ao Seminário como Diretor Espiritual), Dom Costa e Dom Heitor, o que é mais do que suficiente para se aquilatar da boa formação que ministrava. Equidistante entre o zelo e a displicência, educava para o sadio apostolado sacerdotal e, não, para a agitação e os excessos de atividade. A união do clero natalense, hoje, ainda, tão notória, muito deve aos rumos por ele dados ao Seminário”.

De uma Plaquete, contendo discursos e artigos, em sua homenagem, produzidos por ocasião de sua posse em Garanhuns, transcrevemos alguns trechos.

De Nilo Pereira: “Sua simplicidade arrasta até os incrédulos. Tem a palavra comunicativa. O gesto manso e acolhedor. O condão de reunir, nunca de dispersar. Sempre ouvi de D. Adelino o que de melhor se pode dizer e sentir da caridade cristã, que me parece uma de suas melhores constantes”.

Do seu grande amigo, Prof. Lauro de Oliveira, também latinista, com o qual se correspondia na língua mater: “Numa rápida nota de jornal não podemos comentar o valor do poeta latino que é membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, revelando os seus trabalhos, extraordinário homem de cultura, integrado na sua missão. A sua prosa e os seus versos têm repercussão até nos indiferentes”.

Sebastião de Azevedo Bastos, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, assim se expressou: “Na diocese do Seridó, levou a efeito festas cívico-religiosas, comemorando centenários de cidades e freguesias, como o de Jardim do Seridó, que teve como fundadores seus tataravós Antônio de Azevedo Maia Júnior e Micaela Dantas Pereira de Azevedo”.

Em sua carta pastoral, quando Bispo de Caicó, assim D. Adelino se dirigiu aos criadores e agricultores: “Sois o testemunho mais convincente de amor à terra, de perseverança e tenacidade”. “Sois os descobridores e os conservadores dessas riquezas preciosas que as terras escondem em seu seio”.

O Dr. José Augusto, no prefácio do livro “Homens e Fatos do Seridó Antigo”, assim se expressou sobre o seu autor: “Dom José Adelino Dantas é sem favor uma das

figuras exponenciais do episcopado brasileiro, não só pelas suas relevantíssimas qualidades morais e cívicas, como pela sua aprimorada cultura”.

Do seu livro “O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia”, onde ele faz uma comovente exaltação de nossos ancestrais, vamos extrair o seguinte trecho: “Sempre cultuei e admirei a grandeza moral e cívica de meus Antepassados Azevedo-Dantas, ramificados e multiplicados na tecitura intérmina de mil famílias, aqui, no Seridó e na Paraíba. Graças a Deus, nós, seus descendentes, podemos olhar para trás, sem receio de virar estátuas. Os exemplos de amor a Deus e à terra, ao trabalho, o respeito e a fidelidade à palavra dada, à família e ao cumprimento do dever, continuam a ser o legado maior que nos deixaram. Lembramos-lhes os nomes, sem deles nos envergonharmos. isto é felicidade”.

Dom Adelino era, também, um apaixonado estudioso da astronomia. Esta é a opinião de Dr. Antônio Soares Filho, uma das maiores autoridades neste assunto, em nosso Estado. Ele costumava demonstrar esses conhecimentos, por ocasião das férias, que passava, na fazenda de meu pai, em São Paulo do Potengi, outra sua predileção era a poesia latina, cuja produção maior ele dedicou “Aos Heróis de Uruaçu”.

O seu lema, que orna as armas episcopais, está representado por esta expressão latina: *In finem dilexit*”, (amou até o fim).

Eis, em síntese, o que posso oferecer a respeito de tão veneranda figura, brilhante inteligência a serviço da religião, da educação e da cultura de nossa terra.

O EXEMPLAR GENERAL VALE

Umberto Peregrino
(Sócio Correspondente)

Ora o nosso Ateneu. Era essa, como sabemos, a denominação dada ao estabelecimento onde todos fazíamos o chamado curso secundário.

O Ateneu ocupava aquele sólido casarão de arquitetura marcada pela dignidade. Pelas numerosas janelas ogivais espiava o mar ao longe e, bem perto, se debruçava sobre uma praça ampla e livre, cujo limite era uma balaustrada de bronze, em cujo início se erguia a torre de um relógio não tão prestimoso quanto belo.

Não havia estabelecimento mais graduado em Natal. Estudante do Ateneu era trunfo. Só em fim de ano ficávamos depreciados, com a presença dos acadêmicos em férias. O jornal noticiava a chegada de cada um:

“A bordo do “Comandante Riper” chegou ontem a esta capital o acadêmico Lisboa filho, que vem de obter notas distintas no primeiro ano da Faculdade em Recife”.

Quantas vezes o golpe era mais duro, tratava-se de um bacharelado, de um doutorando... E havia os que provinham do Rio de Janeiro com dois ou três anos de ausência, superiores, magníficos, exibindo roupas e modos diferentes. Estávamos ainda muito distantes da era niveladora da TV, quando as moças e os rapazes daqui, de lá e de todos os rincões são iguaizinhos no visual e no comportamento.

Naqueles idos vivíamos momentos arrasadores. Apresentava-se violenta a consciência do nosso lugar, da nossa insignificância de ginásianos.

A suprema ventura de ser acadêmico!

Por Deus que aquilo passava depressa. Com pouco estava “A República” de novo registrando os mesmos nomes. Ainda feria, mas era um doce ferir, afinal de contas os odiosos acadêmicos desocupavam a cidade... e os estudantes do Ateneu podiam reinstalar-se na sua soberania. Era o tempo que começavam as nossas aulas. Novos professores, novas matérias, novos colegas, às vezes amigos novos e todos a participarem daquela ocupação do “square” Pedro Velho a que nos entregávamos calorosamente nos intervalos de aula.

O meu caso pessoal nos períodos de férias escolares era, porém, particularmente doloroso. De fato eu sofria mais, porque devia suportar a presença de dois cadetes, que transitavam tesos nos seus uniformes, ganhavam sorrisos de todas as moças e a inveja de todos os rapazes, montavam os cavalos do Batalhão do Exército, nos quais exercitavam galopadas ruidosas tirando fogo do calçamento das ruas.

O que eu daria para me aproximar deles! Queria tocar naquelas peças das suas fardas. Fazer mil indagações. A Escola Militar cabriolava na minha imaginação de moço provinciano como um verdadeiro deslumbramento. Era qualquer coisa muito distante, quase inatingível. Eu só ouvia histórias de fracassos. Um que não havia conseguido entrar na Escola. outros que espirraram no carro-de-fogo (exame eliminatório realizado no meio do ano letivo, muito temido, verdadeira barreira na Escola). Era o caso de outro que deu o prego, não suportou o rojão dos exercícios militares.

Mas os dois cadetes reais eram inacessíveis. Faziam camaradagem apenas com os alunos do Colégio Militar de Fortaleza, outros inimigos, também fortemente responsáveis pelos meus desgostos nos amaldiçoados períodos de férias.

Na minha curiosidade e na minha admiração os escassos cadetes que frequentavam Natal constituíram a minha primeira versão de seres extra-terrenos...

E de repente, que acontece? Um dos nossos, da turma de veteranos que eu encontrara no Ateneu, destina-se à Escola Militar. Era o aluno Dióscoro Gonçalves Vale, curso limpo e seguro, estudante correto e estimado. E lá se foi o Dióscoro, de quem eu já me aproximara na convivência do Ateneu e cujas inclinações pela carreira militar eu já conhecia e haviam estreitado a nossa aproximação.

De fato, três anos depois era eu que, por minha vez, aportava ao Realengo entre deslumbrado e intimidado com a experiência que ia enfrentar.

No Rio de Janeiro cada passo dado tinha para mim significação extraordinária.

Então para ir ao Realengo viajava-se pela Central do Brasil? A Escola é importante mesmo!

É preciso ter sido um ingênuo menino pobre daquele Norte antigo para compreender o sentido dessas coisas. O que sei é que, enfiando pela estação de D. Pedro II, varando aqueles antigos túneis de acesso às plataformas, suando espremido nos lerdos “expressos”, ia eu suspenso, e suspenso fiquei quando, no Realengo, me apontaram ao fundo o velho Edifício da Escola Militar. Aquilo, que era pouco mais que um barracão, impressionou-me como se fora um templo grego.

Não admira isso, porque eu tinha ternuras para uma réles carroça que passasse exibindo à ilharga o castelo simbólico. Os oficiais, os cadetes, os funcionários da Escola moviam-se ante meus olhos como entes privilegiados.

Custaria a identificá-los com o barro comum... Eu próprio me julguei fora dele durante longa fase de embriaguez, quando um narcisismo absolutamente despótico não me deixava enxergar, sequer, o aleijão dos meus pobres “caques” recortados, nem as perneiras foscas e barrigudas.

Fui matriculado numa manhã de Março, em data que, por estirado prazo, recordei e comemorei pontualmente aos dias, às semanas, aos meses, trimestres, semestres, todas as contas do calendário...

E lá dentro do casarão desdobrado em três pátios sucessivos, sob o clima hostil dos trotes e do novo sistema de vida feito de obrigações e rigores. Eu, porém, tive o amparo de um amigo que me orientava e socorria. Era o cadete Vale, como era conhecido.

Melhor amparo não poderia ter, pois o cadete Vale era alguém na comunidade do Realengo. Ele era o modelo do cadete “traquejado”, como se dizia na linguagem da casa. Era um “Caxias” típico sem as deformações detestáveis que essa condição costuma criar.

O cadete se prolongou no oficial, quanto às características: a mesma **crença** intangível, a mesma competência profissional, o mesmo equilíbrio psicológico, a mesma conduta retilínea, a mesma qualidade humana. Viveu o Exército como compete vivê-lo quem a ele se consagra de vocação e convicção. Fez os cursos que cumpria fazer, inclusive o de Estado Maior, pré-requisito do generalato. Exerceu os comandos correspondentes aos degraus da hierarquia galgada, sem faltar um que teria também sentido sentimental, o comando do 16º RI, em Natal. Mas foi, sobretudo, como coroamento de carreira, um Comandante Histórico, quando conduziu de Belo Horizonte sobre Brasília a coluna que ocuparia a Capital, ao ser deflagrado o Movimento Militar de 1964.

O próprio General Dióscoro, falando perante o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a cujos quadros pertencia, forneceu precioso depoimento sobre o desenrolar dessa jornada culminante da sua carreira militar. A missão poderia ter sido difícil, até mesmo dramática, se o Presidente João Goulart não tivesse sido abandonado pronta e completamente, inclusive na sede do Governo, ao primeiro rebate da movimentação militar contra ele desencadeada. Dessa forma, ao invés de luta para ocupar a Capital Dióscoro, coube apenas o desfile triunfal, ao anoitecer do dia 3 de abril. Segundo refere o General Dióscoro “o GT/12 entrou na cidade, desfilaro pela Avenida W-3, precedido por uma Secção de Carros de Combate que o guiou até o acantonamento que lhe estava reservado, no Teatro Nacional, sob grande curiosidade de populares que se aglomeravam ao longo do percurso”.

Executara o GT/12 a primeira parte de sua missão, chegando a destino sem incidentes.

E informa ainda:

“A presença do GT/12 na NOVA CAPITAL, despertara o maior interesse, não apenas no meio militar, mas também entre os civis, particularmente os políticos, agora tranqüilos no exercício de suas funções parlamentares. Recebido com agrado e simpatia, isso muito ajudaria, realmente, no cumprimento de sua missão que não era fácil pelas características especiais”.

Prosseguindo na sua narrativa menciona o nosso General Dióscoro que “começaram as visitas de autoridades e amigos, os mineiros em maior número, numa contínua homenagem de simpatia e apoio, entre eles, o senador JUSCELINO KUBITSCHEK, sempre comunicativo e alegre junto a seus conterrâneos soldados do 3º BIPM de Diamantina”.

“Quando voltei ao Posto do Comando (PC), tive uma agradável e emocionante surpresa, sua placa indicativa havia sido mudada: Não era mais PC-GT/12 e sim GT/CAICÓ, nova denominação espontaneamente dada ao Posto de Comando do Distrito Federal, pelos meus companheiros em carinhosa homenagem ao Velho Comandante e pela qual passou nossa tropa a ser designada, mesmo no noticiário e publicações oficiais”.

Foi assim que Caicó entrou para a História, vinculada nominalmente aos acontecimentos de abril de 1964, em Brasília. E vale assinalar o fato de que o GT-Caicó constituiu, como tropa principal, a Guarda de Honra que prestou continência ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco ao empossar-se na Presidência da República, por escolha do movimento militar vitorioso.

Esse General comandante do Destacamento que ocupou Brasília seria colocado no chamado Comando do Planalto e nele permaneceu até o momento em que deixou o serviço ativo do Exército. E pasmem os conterrâneos e amigos do Gen. Dióscoro: o ponto final da sua carreira militar foi marcado pelo absurdo, feito de injustiça senão mesmo de maldade. O caso é que o General de Divisão, Comandante da guarnição de Brasília, depois de haver comandado a coluna que marchou sobre a Capital para ocupá-la em nome do Movimento Militar de 31 de março de 1964, tinha todos os merecimentos profissionais, requisitos legais, e ainda as melhores credenciais político-revolucionárias, para a promoção ao culminante degrau da hierarquia militar, isto é, o posto de General-de-Exército. Entretanto, não lhe concederam a promoção devida. Simplesmente “levou carona”, como se diz na intimidade dos quartéis.

E foi mais uma ocasião para Dióscoro demonstrar a sua qualidade moral, a sua fibra indobrável, o seu brio de bom caicoense: sereno, silencioso, digno, requereu a passagem para a Reserva, isto é, retirou-se do serviço ativo do Exército.

Nenhuma queixa enunciada publicamente, nenhum gesto de inconformidade. Tão pouco se acolheu, como é da regra na vida pública brasileira dos últimos 20 anos, ao conforto dos gordos cargos reservados nas estatais a militares importantes, além das empresas particulares que não dispensam nas suas Diretorias, a presença protetora de militares graduados.

O General Dióscoro pela abstenção abriu mão dessas oportunidades confortáveis. Assume, destarte, significação extremamente ingrata o fato de o Gen. Dióscoro ter aberto exceção ao seu recolhimento voluntário para aceitar a Presidência do Centro Norte-Riograndense.

Assinale-se desde logo que, conquanto general, Dióscoro Gonçalves Vale como Presidente do nosso Centro não resultou de nenhuma inabordável razão de segurança, resultou singelamente da nossa consciente e espontânea escolha. E como é bom poder escolher. Não fosse o RN fiel à sua vocação da liberdade com Frei Miguelinho, o revolucionário histórico, Cipriano Barata, seu hóspede, José da Penha, o 1º líder popular, Café Filho, o 1º trabalhista.

O nosso Centro escolheu Dióscoro e teve com ele um período ao mesmo tempo brilhante e fecundo. Restabeleceu-se o prestígio da casa, tivemos de volta as reuniões culturais, os encontros cordiais e inteligentes. Quantos e quantos com o Presidente Dióscoro reaproximaram-se do Centro! Acresce que problemas do Estado eram aqui focalizados pela palavra de competentes especialistas. O próprio General Dióscoro era um atento e lúcido conhecedor dos problemas do Rio Grande do Norte. Que grande Governador teria sido! Não adiantou, porém, que fosse desejado e até indicado em determinado momento por tantos eminentes norte-riograndenses. Não era tempos de competência, nem de soluções de inspiração alta. Dióscoro veio a ser apenas Presidente do Centro Norte-Riograndense, para honra e glória nossa que o elegemos pelo nos-

so voto direto e livre.

Desgraçadamente a saúde já ameaçada não permitiu que se prolongasse a sua atuação como Presidente do Centro.

E eis o General Dióscoro com problemas de saúde que o sujeitaram a providências e cuidados dos quais nunca mais se libertou. Desde então o lugar de encontrá-lo seria apenas o apartamento da rua Senador Vergueiro.

O General Dióscoro Gonçalves Vale integrava, também, o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, desde o dia 9 de dezembro de 1977, tendo tomado posse, na categoria de **Sócio Correspondente**, em sessão solene realizada no Salão Nobre da vetusta instituição, a 26 de julho de 1978.

Nascido em Caicó-RN, no dia 11 de março de 1907, era casado com D. Maria de Almeida Vale (Menininha), de cuja união há os filhos Ilson Luiz Vale, Major do Exército reformado, e D. Arli Terezinha Vale de Andrade.

O seu falecimento ocorreu a 17 de junho de 1983, no Rio de Janeiro.

Esta a sua verdade essencial. Daquele que foi o General Dióscoro Gonçalves Vale: a família, os livros, os amigos, a modéstia do seu honroso viver. Guardamos dele a saudade e o exemplo.

MORRE ALDO FERNANDES

O último estadista da II REPÚBLICA no RGN

Raimundo Nonato
(Sócio Correspondente)

Diante dos acontecimentos, todo mundo percebe que as coisas não estão andando certo.

Daf, porque nestes dias tormentosos deste mundo dos aflitos em que vivemos, os fatos se sucedem com tal desequilíbrio do senso comum que, por vezes, quase nem temos tempo de meditar na sintonia do pensamento da solidariedade, a levar, em momentos de angústia, as pessoas amigas atingidas brutalmente pela fatalidade da lei da morte, que não escolhe hora, nem faz aviso prévio para efetuar suas sortidas traiçoeiras.

Assim foi recebida a notícia do falecimento do DR. ALDO FERNANDES, que abalou profundamente todo o Rio Grande do Norte, sua terra e sua gente, pois seu desaparecimento deixou o Estado desfalcado de um dos seus maiores valores, de uma grande reserva moral tido como era uma das suas figuras humanas possuidora de impressionante categoria de personalidade, atuante e forte, alto grau de honorabilidade, qualidades estas que laureavam seu caráter de verdadeiro varão de Plutarco.

Tal impacto que se abateu sobre a sociedade e seu povo, por todas as suas classes sociais, que a gente ainda permanece aturdida, sentindo que do pequenino Rio Grande do norte, **estão desaparecendo seus homens excepcionais, os seus valores mais autênticos**, deixando o seu cenário cultural e político mais empobrecido, e o que é pior, sem continuadores do seu trabalho, na linha sucessória, longa de corresponder em nível de potencialidade, a esses expoentes da geografia humana da terra Potiguar.

Representante de uma geração de homens públicos que se destacaram na vida pela gradação ascendente da compustura com que tratavam dos negócios do governo e da administração, lembrado nesta hora haloada pelas sombras da dúvida e do sofrimento, a gente fica assustada só em pensar como um bom cidadão da espécie de Aldo Fernandes deixa este velho mundo de canseiras onde deu o melhor de sua vida em benefício da coletividade e do progresso do seu Estado.

E evocando sua memória, ficamos a pensar, quase com ciúme, nos poucos nomes que restam dessa **magnífica galeria** dos que já são **chamados de "os velhos conservadores"**, onde apontam ainda, felizmente os nomes de Ulisses de Góis, Cel. Genésio Lopes, Mariano Coelho, Vicente de Almeida, Teodorico Bezerra, CÂMARA CASCUDO - o sábio -, Nilo Pereira, Seabra Fagundes - o jurista -, Kerginaldo Cavalcanti - o brilhante Senador -, Onofre Lopes - o Reitor -, Jayme Wanderley, Gal. Umberto Peregrino, Cel. Eider Mendes, Dix-huit Rosado - o Prefeito do voto direto -, jornalista Lauro escóssia, Cel. José Nicácio, José Ildefonso Emerenciano, Oto Guerra, Manuel Rodrigues de Melo, Américo de Oliveira Costa, João Maria Furtado, João Medeiros, Sérgio Guedes, Dario de Andrade, Lauro Pinto, José Tavares, Manuel Varela, Clóvis Sarino, entre outros, todos figuras do oratório dos santos doméstico do nosso afeto.

Na velocidade do tempo, enquanto os homens ficam na planície, decorrido já aproximadamente meio século do período do Governo de RAFAEL FERNANDES (Governador e Interventor do Estado), é possível recordar fatos quase do esquecimento de todo o mundo.

Assim foi que, certa vez, num encontro em Mossoró, no Cartório do Tabelião Hemetério Fernandes (o popular Hemerinho, irmão do Dr. Aldo), ocorreu o seguinte:

No encontro ocasional, lá estava o Secretário Geral do Estado e o Bacharel Mário Negócio, este amigo inseparável no notário desde os tempos da Academia de Direi-

to do Ceará, e pessoa que desfrutava de especial atenção do homem mais poderoso do Estado, quando a conversa derivou para o campo da política. A essa altura, Mário Nêgocio, soltou uma pergunta, tanto ou quanto venenosa, indagando:

— Dr. Aldo, conta por aí, rua a fora, e sem reserva, que o senhor é responsável por certos descontentamentos entre figuras importantes do Partido Popular, sentindo-se algumas magoadas, inclusive gente de Mossoró, porque, em encontros no Palácio, o Senhor as recebe de cabeça baixa, mexendo em gavetas, ou consultando processos, sem lhes dispensar maior atenção.

— Daí, minha pergunta, conclui o advogado:

— Isto, por ventura, tem viso de verdade, ou é só mágoa de quem com o governo, tem algum interesse contrariado?

Dr. Aldo Fernandes pegou a palavra no ar, e respondeu de pronto:

— O que se diz, é pura verdade. Mas preciso esclarecer:

— Quando recebo um desse correligionário e ouço o que eles estão dizendo, baixo a cabeça com vergonha de olhar para a cara deles, das propostas que estão insinuando, que fogem às linhas de orientação de um governo honesto como o do DR. RAFAEL FERNANDES.

— Daí, para o bom entendedor, **meia palavra basta**, diz, finalizando o Secretário do Governo.

Fatos dessa ordem evidenciam a conduta do Dr. Aldo Fernandes, um político irredutível na defesa dos interesses do Rio Grande do Norte, um homem de personalidade forte e atuante e dotado de alto poder de deliberação, persuasiva, embora irreversível.

O escritor LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, no livro “GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE” (1957-1939), editado em NATAL MCMXXXIX, Livraria Cosmopolita - F. ARANHA - traçou em escôrço biográfico, desse ilustre homem público, escrevendo:

— “ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO, filho do desembargador Hemetério Fernandes Raposo de Melo e de d. Joana Vilar Raposo de Melo, neto paterno do dr. Manuel Hemetério Raposo de Melo, e de Umbelina Fernandes, e neto materno do dr. Heracilo de Araújo Vilar e de d. Maria do Carmo Pereira Vilar, nasceu na cidade do Martins a 6 de março de 1898. Estudou em Natal e ingressou no funcionalismo estadual, como 4º escrivário do Tesouro, exercendo várias comissões. Administrou a Mesa de Rendas do Martins, seu posto inicial. Especializou-se nos assuntos da administração, tornando-se um técnico em temas relacionados com a Fazenda Estadual.

— Eleito deputado estadual em 1928 (13ª) Legislatura, (de 1927/28/29) foi reeleito para a 14ª (1930-31-32) e escolhido unanimemente “leader”.

— Nomeado Administrador da Recebedoria de Rendas de Natal (10 de janeiro de 1927) reformou inteiramente os serviços, atualizando a marcha processual, realizando vários melhoramentos tendentes à modernizar a repartição. Publicou um ensaio sobre “Fianças da Fazenda Estadual”. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, turma de 1930, retirou-se da administração pública no advento da Revolução, dedicando-se a advocacia na região oeste do Estado.

— Da imediata e tradicional amizade do Governador Rafael Gurjão, sabendo dos problemas do Estado e as possibilidades de sua resolução, foi nomeado Secretário Geral do Estado a 29 de outubro de 1935, assumindo no mesmo dia. Vigilante e enérgico, não tendo o horror às responsabilidades, executa o programa da administração de que é **magna pars**, com inflexível serenidade obstinada.

— Durante os períodos em que dirigiu o Estado, teve ocasião de dotar o Rio Grande do Norte de realizações e decretos que anunciam sua visão aguda e prática nos problemas do momento. regulou os processos administrativos pelo pec. 394, de

21-XII-37.

— Criou a Comissão de Assistência ao Cooperativismo no Estado (dec.400, de 5-1-939). Reformou as Escolas Normais (dec. 411, de 17.1.1938). Isentou o pedido doado ao Instituto Histórico pela Interventoria, de todos os impostos, taxas, laudêmios e emolumentos estaduais e municipais, presentes e futuros, pelo dec. 548, de 22-VIII-1938”.

O Dr. ALDO FERNANDES possuía alta cultura humanística, tendo presidido numerosas instituições literárias do Estado. Pertencia ao quadro de sócios do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, do qual foi presidente, substituindo o DR. NESTOR DOS SANTOS LIMA, onde seria depois, sucedido pelo Historiador ENÉLIO LIMA PETROVICH, que ainda hoje permanece em exercício da presidência da Instituição cultural mais antiga do Estado.

Fundou e dirigiu por longos anos, a CASA BANCÁRIA NORTE-RIO-GRANDENSE, com sede em Natal.

Foi professor da Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, mais tarde agregada ao conjunto da UFRN, tendo sido nomeado pelo Governador Dix-sept Rosado. Ensinava Ciências das Finanças.

Deixou trabalhos publicados a respeito da disciplina que lecionava. Com vivência do estudo dos problemas regionais, escreveu e publicou uma curiosa monografia de assunto que até então, nunca fora ventilado, numa pesquisa, sobre “A MATA DOS CEDROS DE MOSSORÓ”, que em outros tempos se localizava à margem do Rio que banha a cidade, estendendo-se quase por algumas ruas.

Ali, à sombra dos frondosos arvoredos, que o machado da civilização viria devastar, faziam seus ranchos os compoeiros que desciam do longínquo interior, do Ceará, da Paraíba, até de Pernambuco, mantendo a linha do comércio entre o sertão e o litoral.

Por vezes, Jesuino Brilhante, o cangaceiro da Serra do Cajueiro, lá do Patu, esbarrava no meio da “mata, assustando, quando não se alojava no sobrado do seu amigo Clementino Galvão, na atual Rua 30 de Setembro.

ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO — O cidadão do Natal - um nome que se repete com respeito no Rio Grande do Norte, que deixou um grande exemplo de dignidade e de incorruptibilidade do caráter, faleceu em Natal, no dia 20 de agosto de 1983.

MESTRE ALDO

Hoje o dia amanheceu triste. E triste permanecerá, seguidamente.

Partiu, desta existência passageira, fugaz, o mestre Aldo Fernandes Raposo de Melo, deixando, entre os que ficam, um vazio. Uma lacuna impreenchível.

E não é fácil, num instante como este, de lágrimas, conter a emoção que nos domina. Por isso, preferimos escrever esta página de saudade.

Desde cedo, ainda seu aluno na Faculdade de Direito de nossa Universidade, em 1955, integrando a sua primeira turma, aprendemos a admirá-lo, não só pelas aulas de Ciências das Finanças que ministrava, com profundidade de conhecimento, mas, sobretudo, pela sua maneira de conviver com os seus discípulos, sempre tratando-os com sobriedade e espontaneamente.

O mestre Aldo, que hoje Deus convocou para os céus, representa uma das reservas morais e intelectuais mais evidentes, maiores, deste torrão potiguar.

“Tudo nasce, tudo passa, tudo chega ao término. A folha fugitiva ao vento, a aurora à noite, o homem à morte”, para repetir o grande Lamartine.

Que as nossas palavras, breves e sentidas, traduzam a homenagem de seus discípulos, de seus confrades e de seus companheiros.

Sim, de seus confrades também, pois o mestre Aldo Fernandes Raposo de Melo pertencia ao venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na qualidade de “Sócio Benemérito”, tendo ocupado a sua Presidência durante 4 anos, de 59 a agosto de 63, substituindo o meu velho e saudoso tio-avô, Nestor dos Santos Lima. E com que responsabilidade nós o sucedemos!

Ali, naquela Casa da Cultura - a mais antiga do Rio Grande do Norte - sempre estava, valorizando-a com a sua presença e seu estímulo. É o nosso atual primeiro vice-presidente.

Está de luto a própria História do Estado, vez que governou, ainda, os norte-rio-grandenses, na Interventoria de Rafael Fernandes.

Que estas palavras, de igual modo, sintetizem o preto de saudade de seus companheiros do Lions Clubes. Foi o companheiro Aldo o primeiro presidente do Lions Clube Natal-Centro, clube mater do Rio Grande do Norte, em 1954.

E, agora, assumindo a Governadoria do Distrito L-25, incluímos o seu nome, com merecido destaque, entre os Homenageados Especiais do Leonismo Nordestino, a fim de que, mirando o exemplo de sua vida honrada, e dele colhendo as lições de fraternidade, do dever cumprido, do amor e da paz, possamos continuar palmilhando o caminho do bem e do serviço desinteressado. Infelizmente, não houve tempo para transmitir-lhe essa notícia.

Mestre Aldo:

Nada mais temos a dizer. Numa hora como esta, de emoção e de lágrimas, o silêncio fala melhor e mais alto. O silêncio que é fé em Deus, certeza de outra vida, eterna, na qual o mestre Aldo já se encontra, olhando e sorrindo para todos nós, seus amigos, seus familiares, seus conterrâneos.

Já está no Reino dos céus.

“O dedo de Deus o tocou e ele adormeceu”, conforme Tennyson.

Descança em paz, mestre Aldo.

(Proferido à beira do túmulo, na tarde de 20/08/1983 - cemitério do Alecrim - pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. Enélio Lima Petrovich)

ALDO FERNANDES

Nilo Pereira
(Sócio Correspondente)

Recebi, emocionado, a notícia do falecimento, em Natal, de Aldo Fernandes, impressionante figura de homem público.

Nunca esqueci que ele, assumindo a Interventoria Federal do Rio Grande do Norte, em substituição ao Interventor Rafael Fernandes, que se encontrava nos Estados Unidos, convidou-me para o alto cargo de Prefeito de Natal. Suprema prova de seu apreço por mim. Não pude aceitar o convite por dois motivos: a) — meus compromissos, no Recife, não me permitiam afastar-me daqui; b) — não me considerei à altura dessa posição, que exigia conhecimentos técnicos bem diferentes de minha área de atuação. (Igualmente não pude aceitar o convite do governador Sylvio Piza Pedroza para ser Secretário da Justiça). Foram duas oportunidades que perdi de servir ao meu Estado. Creio que pude serví-lo de outro modo, embora modestamente.

Emocionante, o discurso que Enélio Lima Petrovich pronunciou à beira do túmulo de Aldo Fernandes. Lembrou o homem múltiplo, que foi Aldo: — o Secretário Geral do Estado durante todo o Governo de Rafael Fernandes, o mestre de Ciência das Finanças na Faculdade de Direito de Natal, o vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o banqueiro honesto e progressista, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sucedendo nessas funções ao Presidente perpétuo Nestor dos Santos Lima, tio-avô de Enélio, a quem o Instituto ficou devendo serviços que não pagará.

Aldo era a austeridade em pessoa. Parecendo demasiado severo, homem de poucas conversas, talvez de pouco riso, sabia ser aberto ao diálogo sempre que isso se fazia necessário ao esclarecimento de problemas de Governo. Foi um exemplar dirigente em tudo quando lhe coube no largo panorama de funções públicas que exerceu: Leal, honrado e incansável.

Há algum tempo visitei-o em Natal. Já passando dos oitenta, guardava uma lucidez admirável. Conversamos sobre muita coisa; e eu sempre a relembrar e a agradecer o seu convite para a Prefeitura de Natal: convite que é para mim uma página da mais alta significação.

Havia entre Aldo Fernandes e eu uma ligação afetuosa: ele tinha na sua casa da avenida Deodoro toda a sala de jantar do antigo Guaporé, que adquiriu por compra, quando minha tia Augusta Vaz Pereira, se mudou para o Recife. Revi com ele, amorosamente, aquela velha mobília de jacarandá, e senti que todo um passado se reanimava como se em cada cadeira, ao redor da mesa, se sentassem os que viveram no velho solar.

(“In Jornal do Comércio” - Recife - 26-08-1983)

ALDO FERNANDES

Otto Guerra
(Sócio Efetivo)

Tristão de Athayde escreveu livro primoroso dedicado aos “Companheiros de Viagem levados pela morte. Relembrou muitos que tinham passado em sua vida, deixando-lhe um pouco do seu segredo. A proporção que ficamos mais idosos, temos realmente esse punhado de companheiros que nos antecederam na passagem do tempo para a eternidade.

Conheci Aldo Fernandes, que agora nos deixou, nos meus tempos de menino, em Mossoró, quando passava uns tempos em casa da minha irmã Josefina, casada com o médico Antônio Soares Júnior. foi ao tempo do seu primeiro casamento com uma filha do farmacêutico Jerônimo Rosado, um dos grandes amigos do meu pai. Ambos lutadores incansáveis pela redenção do Nordeste, sobretudo a açudagem e a Estrada de Ferro de Mossoró.

Entre o pai de Aldo Fernandes, o honrado Hemetério Fernandes e o meu pai, ambos desembargadores, havia estreita amizade. Visitavam-se com certa frequência e eu gostava de escutar aquela conversa entremeada de chistes, em que meu pai era muito mais um ouvinte.

Já acadêmico de Direito, numa de minhas férias em Mossoró, vi Aldo advogando naquela cidade e apreciei sua atuação, ponderada e esclarecida.

Ocorreu a Interventoria Mário Câmara, de quem fui Secretário da Interventoria. Todos sabem da acirrada luta política então travada no Estado entre “populistas”, de um lado, e “maristas” e “cafeistas” do outro. Não me apaixonei pela campanha. Estava filiado à Ação Integralista Brasileira, que se colocar, em todo o Brasil, fora dessas disputas entre os partidos liberais. Mário Câmara respeitou minha posição independente, quando poderia ter escolhido outro secretário.

Estou certo de que houve excessos na campanha, mas de um lado e do outro. Em sã consciência, ninguém poderá atirar a primeira pedra. Um dia, a história apurará tudo isto. a paixão e a violência do momento não deixaram esclarecer.

Terminada a refrega, derrotada a Aliança Mário Câmara - Café Filho, assumiu o governo do Estado o dr. Rafael Fernandes. Teve o bom senso de escolher para Secretário Geral do Estado ao Dr. Aldo Fernandes, homem experimentado e sensato. Naquele tempo, o Secretário Geral era uma espécie de primeiro ministro.

Antes de deixar o cargo, Mário Câmara me nomeara 2º Promotor Público da Comarca de Natal. Dizia-se que a minha cabeça estava sendo exigida (entre outras) por elementos do novo governo. Muitos anos depois, quando Fernando Nóbrega era Ministro do Trabalho e eu Presidente da Comissão de Salário Mínimo do Rio Grande do Norte, ouvi deste meu amigo e parente a confidência de que ele chegara a pedir por mim a um dos integrantes do grupo de políticos norte-rio-grandenses que fôra, em 1935, para a Paraíba, pouco antes da eleição de Governador do Estado, temendo coação do governo Mário Câmara. E então essa pessoa, a cujo nome aludiu, respondera ser impossível, pois, vencedores, seria eu um dos primeiros a ser demitidos.

Instalou-se o novo Governo, nem, o dr. Rafael, nem Aldo eram rancorosos. De-sejavam antes pacificar os ânimos, tarefa difícil e delicada. Ela custou mesmo — é sabido, séria crise no Partido Popular, contornada.

Dias depois de instalado o Governo, estando eu no café “Cova da Onça”, na Tavares de Lira, sentou-se à minha mesa o dr. Aldo e me falou, sem que eu nada indagasse:

— Pode ficar tranqüilo. você é um rapaz estudioso, cumpridor dos deveres e não há motivo pra demiti-lo.

Realmente nada sofri, para desagrado dos exaltados.

Poucos meses depois, me chegou às mãos, para defesa da Fazenda Estadual, o processo de indenização civil, movido pela família do agrônomo Otávio Lamartine, co-

vardemente assassinado em sua casa por policiais do Estado, ao tempo do governo Mário Câmara. Testemunho que ele verberou esse crime desde que soube.

Fui ao dr. Aldo, como Secretário Geral que era:

— Posso aceitar o encargo, ou o Estado vai dar alguma solução diferente?

— Defenda o Estado, como seu advogado que é.

Assim o fiz, com pleno respeito aos autores da ação. Do advogado destes, dr. Francisco Ivo Cavalcanti, recebi uma **plquette** com as razões de Apelação, com os seguintes dizeres: “A Otto, o adversário leal”.

O Estado ganhara a questão aqui, mas perdeu no Supremo Tribunal. A sua responsabilidade civil foi reconhecida embora (esta foi a minha argumentação e o fundamento da justiça local) provado ficasse que a escolta policial não tinha atribuições para agir no território do Acari, pois elas iam do Caicó a Jardim. E mais, existia enérgica Portaria do Secretário Geral do Estado, dr. Antônio de Souza, proibindo expressamente à polícia que desse busca nas casas de família.

Em 1939, o dr. Anfilóquio Câmara me requisitou ao Estado para trabalhar no Serviço Nacional de Recenseamento. Quando voltei para o Estado, o dr. Aldo me disse: “Preciso dos seus serviços no Departamento das Municipalidades, para ajudar a Joaquim Inácio”. Fui nomeado Consultor Jurídico e mais tarde seu Diretor Geral.

Notei sempre no dr. Aldo o maior zelo pela coisa pública e o maior empenho no sentido de que todos cumprissem os deveres funcionais.

Mais tarde fomos colegas na Faculdade de Direito. Ele professor de Direito das Finanças, eu de Direito Civil. Participamos de inúmeras bancas examinadoras. Fui diretor da Faculdade, contando sempre com suas esclarecida colaboração.

Veio em seguida a Universidade. Ei-lo Vice-Reitor, ocupando, por vezes, a Reitoria, nas ausências de Onofre Lopes. O mesmo zelo de sempre, inclusive nos órgãos colegiados.

Ao completar a compulsória, sucedi-o na Vice-Reitoria, tudo encontrando na melhor ordem. Concedeu-lhe a Universidade o justo título de Professor Emérito. Recolheu-se, depois, a vida de família. Sempre o mesmo, com a mesma retidão. Uma daquelas almas naturalmente cristãs, de que já nos falava Tertuliano.

PEREGRINO JÚNIOR

João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior. Nascido a 12 de março de 1898, em Natal, Rio Grande do Norte. Filho de João Peregrino da Rocha Fagundes e Cornélia Seabra Fagundes. Curso primário no Colégio Diocesano Santo Antônio e no Grupo Escolar Augusto Severo, de Natal. Coursou a Escola Normal de Natal e fez os estudos secundários no Ateneu Norte-rio-grandense (Natal) e no Ginásio Paes de Carvalho (Belém). Formou-se em medicina em 1929, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Iniciando cedo sua carreira universitária e profissional, foi interno da 20^a Enfermaria da Santa Casa (Serviço do Professor Austregésilo), médico adjunto da Santa Casa, assistente dos professores Austregésilo e Annes Dias, chefe da 41^a Enfermaria do Hospital Estácio de Sá, fundador e diretor do Serviço de Endocrinologia da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, docente de Clínica Médica da Faculdade Nacional de Medicina e da Faculdade Fluminense de Medicina, professor emérito da Universidade do Brasil, membro honorário da American International Academy, U.S.A., antigo membro do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, sócio correspondente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, da Sociedade Argentina de Biotipologia; Presidente dos Institutos Culturais Brasil-Finlândia e Brasil-Paraguai; Presidente da Academia Brasileira de Letras em 1956, reeleito em 1957; Vice-Presidente do Pen-Clube do Brasil; Presidente da União Brasileira de Escritores; fundador e primeiro Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Biotipologia e Nutrição; 1^o Secretário do Centro de Estudos da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; Diretor-Presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; professor de Endocrinologia da Escola Católica de Enfermeiras Lúzia Marilac; Vice-Presidente do Centro de Estudos da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; ex-Presidente da Associação dos Artistas Brasileiros; Cidadãos Carioca; Sócio Honorário da A.B.I.; ex-Chefe da Divisão de Assistência Médico-Hospitalar do IPASE; Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, onde foi Presidente da Seção de Medicina Geral e Orador Oficial; Membro do Conselho Federal de Cultura; ex-Membro do Conselho Federal de Educação. Foi redator de **O Jornal, do Rio Jornal, da Gazeta de Notícias, de O Brasil, de A Notícia e de Careta**; colaborador de numerosas revistas literárias e científicas do Brasil e do estrangeiro. Representou o Brasil nos seguintes conclaves internacionais: Comemorações Cervantinas (Espanha), 1946; Colóquios Luso-Brasileiros de Lisboa em 1958 e Boston (1966); Conferências de Cooperação Intelectual de Santander (1957); e Granada, Sevilha (1958); Simpósios de Antibióticos de Washington), 1958. Membro da Sociedade Argentina para o Progresso da Medicina Interna; conferencista do Convênio Uruguaio-Brasileiro em Montevideu (1955); Congresso Internacional de Diabete — Leyden - Holanda (1957).

Possui condecorações da Ordem do Mérito do Chile, da Ordem do Condor dos Andes da Bolívia, da Ordem do Mérito do Equador, o Colar de Grande Oficial da Ordem de Santiago, de Portugal, Medalha de Santo Olavo, da Noruega, Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Síria, a Star and Cross da American International Academy, N. Y., de Grande Oficial da Ordem da Rosa Branca da Finlândia, Grande Oficial do Mérito Naval, Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial da Ordem do Mérito do México.

Escreveu, entre outros trabalhos;

Vida Fútil — 1923; **Jardim da Melancolia** — 1926; **O Cangaceiro Zé Favela** — 1928; **Um Drama no Seringal** — 1929; **Pussanga** — 1929; **Matupá** — 1933; **Histórias da Amazônia** — 1936; **Doença e Constituição de Machado de Assis** — 1938; **Testamento de uma Geração** — 1944; **O Tempo Interior na Poesia Brasileira** — 1946; **O Movimento Modernista** — 1954; **Missão da Universidade na Formação das Elites** — 1955; **Origem e Evolução do Simbolismo** — 1957; **Biografia de João Francisco Lisboa** — 1957; **A Mata Submersa** — 1960; **Panorama Cultural da Amazônia** — 1960; **El Teatro de Costumbre** — 1961; **Ronald de Carvalho - Poesia e Prosa** — 1960; **José Lis do Rego - Romance** — 1966; **Três Ensaios** — 1969; **Língua e Estilo de José Lins do Rego** — 1968; **Seleta de Peregrino Júnior** — 1971; **Histórias da Amazônia**

— 1974; **Introdução de Ivan Cavalcanti Proença** — 1974; **Alimentação e Cultura. Alimentação - Problema Nacional; Ciática (Patologia e Clínica)** - 1935; **Vitaminologia** — 1936; **Biotipologia e Educação** — 1936; **Pesquisas Biotipológicas nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro** — 1937; **Valores da Pressão Arterial no Brasil** — 1939; **Conceito Atual da Enxaqueca** — 1939; **Desenvolvimento Normal do Brasileiro** — 1943; **Tireóide - Patologia e Clínica** — 1943; **Alimentação - Problema Nacional** — 1942; **Biometria Aplicada à Educação** — 1942; **Biotipologia Pedagógica** — 1942; **Crescimento e Desenvolvimento** — 1949; **Alimentação e Cultura** — 1951; **Stress e Síndrome Geral da Adaptação** — 1955.

O escritor e confrade Peregrino Júnior faleceu no dia 24 de outubro de 1983, no Rio de Janeiro, onde residia, estando sepultado no Mausoléu dos Imortais, da Academia Brasileira de Letras, no Cemitério São João Batista.

Antes de baixar à sepultura no salão da própria Academia, discursou o presidente, escritor e acadêmico Austregésilo de Athayde.

À beira do túmulo, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, falou o presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, pois o ilustre falecido era **Sócio Benemérito** da tradicional entidade, considerando, não apenas a sua indiscutível projeção cultural, como pela doação de sua valiosa biblioteca (grande parte dela) ao IHG/RN, que tem o seu nome, cuja inauguração ocorreu no dia 13 de dezembro de 1976.

Na oportunidade, houve a saudação proferida pelo sócio efetivo Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva, conforme designação da Presidência da veneranda Casa da Memória Norte-rio-grandense.

HOMENAGEM A PEREGRINO JÚNIOR

É o impulso da saudade maior, que nos convoca neste momento triste.

De longe - do Rio Grande do Norte querido - chegamos para o adeus ao seu filho, que se torna pó, conforme a lição bíblica, a fim de continuar dignificando e engrandecendo seus conterrâneos, seus amigos e admiradores, na memória dos que ainda ficam.

Que vida a nossa - tão fugaz!

Na verdade, difícil mesmo é conter a emoção dominadora, ao vermos partir o mestre e consócio Peregrino Júnior.

Mas Deus quis levá-lo para junto Dêle. Presença intelectual sobremaneira valorizadora do pequeno solo potiguar, projetando, além fronteiras, a grandiosidade de seu espírito, a magnitude de seu coração e de sua inteligência fulgurante.

Estas breves palavras, emocionais e telúricas, sintetizam, portanto, a homenagem de seus conterrâneos e de seus confrades que integram o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Ressalte-se: ao primeiro, douu grande parte de sua biblioteca, pois naquela quase secular Casa da Memória - nos revelou muitas vezes - conheceu melhor Machado de Assis, Humberto de Campos e outros clássicos da Literatura Brasileira e Portuguesa.

Por isso, o seu gesto traduziu a gratidão à vetusta entidade que lhe serviu, no alvorecer de sua juventude, alegre e promissora.

Agora, quando tudo é silêncio, um entardecer frio e tristonho, não poderíamos deixar de trazer a nossa palavra, quando da viagem eterna do mestre Peregrino Júnior, símbolo legítimo da Cultura poliforme, presença viva na intelectualidade brasileira, pau-brasil fincado na memória de todos nós.

Já disse o grande Machado de Assis:

“O louvor dos mortos é um modo de orar por eles”.

Mestre Peregrino Júnior, mesmo afastando-se de nossa convivência terrena, a sua imagem esguia e contagiante, de sorriso fácil, voz sonora e percuciente, faz emergir e fortalecer o elo perene da amizade, da admiração, do respeito e do reconhecimento, porque, lembrando ainda o saudoso Roquette Pinto, “é preciso pensar nos mortos, não para mergulhar a alma no desânimo, mas para robustecê-la nos bons anseios”.

Esta expressão, simples, singela e sentida, de nossa homenagem, convictos de que o Onipotente já acolheu de braços abertos, fisionomia afável e convidativa, Peregrino Júnior. Embaixador da Cultura do Rio Grande do Norte na Academia Brasileira de Letras, nasceu no mesmo torrão norte-rio-grandense de Tavares de Lyra, Augusto Severo, Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro, Amaro Cavalcante, Nísia Floresta e do Santo Padre João Maria.

Agora, aqui, seguindo também o insígne historiador Câmara Cascudo, com os seus quase 85 anos, bem que podemos repetir:

“Peregrino Júnior sempre conservou, debaixo da sola dos pés da alma, areia de Natal e água do Potengi, que o viram criança”.

Oh Deus misericordioso! Com as suas bênçãos, deixe permanecer entre nós, **adimortalitatem**, a lembrança do filho que lhe entregou a alma, sem ressentimentos nem ódios, mas cheia de sabedoria, de amor e de humildade, porque a luz divina iluminou os seus caminhos, pelo exemplo da existência fecunda, sempre honrando o Brasil e, em particular, o Rio Grande do Norte, seu e de seus conterrâneos.

Descanse em paz, mestre Peregrino Júnior.

(Discurso proferido no Mausoléu dos Imortais, no cemitério São João Batista, pelo Escritor e advogado Enélio Lima Petrovich, no dia 24/10/83, fim de tarde, quando descia à sepultura o acadêmico Peregrino Júnior - Rio).

Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

UM HUMANISTA DO
SISTEMA DE SPINOSA

Raimundo Nonato
(Sócio Correspondente)

João Peregrino da Rocha Fagundes - Peregrino Júnior - lá se foi desta vida, deste mundo, num histórico 24 de outubro, data em que ele vira deflagrar-se a Revolução de 1930, malsinada por uns, decantada por outros, nas agitações das Ruas Cariocas, por via de suas conseqüências, nas ruas de todo o Brasil.

Era ele, sem dúvida, o mais brilhante, o mais comunicativo e impressionante dos norte-rio-grandenses com atividades no meio cultural do Rio de Janeiro.

O seu desaparecimento deixa mais empobrecida a sua terra pequenina e distante, ora desfalcada de uma das melhores das suas figuras humanas, um homem de alto saber e da mais bela inteligência, que tinha a alegria de viver no contacto dos seus amigos, entre os quais era o mais esfusiante dos conversadores.

Nome profundamente identificado com todos os movimentos e atividades literárias do país e do exterior, jornalista de longo curso remanescente dos tempos das revistas "Caretta" e "Para Todos", ensaísta, escritor, médico-cientista, membro da Academia brasileira de Letras e seu presidente (único norte-rio-grandense a alcançar aquele Laurel), componente do Conselho Federal de Cultura, onde entre seus pares, sua palavra era ouvida com respeito e admiração.

Na sua mocidade, demorou num longo estágio, no Estado do Pará, onde em Belém, tornou-se saliente sua presença na imprensa e nas instituições culturais da terra de Lauro Sodré, a quem chegou a saudar, em certa época, em memorável convenção política, realizada naquela capital.

Daí, o registro a respeito de seu trabalho intelectual e seu papel de escritor na terra guajarina, evocado por Antônio Carlos Vilaça:

"Aliou o espírito literário rigorosamente científico. E criou uma obra de ficção que vai perdurar, em "Puçanga", "Matupá", aquelas "Histórias da Amazônia" que ele soube fixar para nós, um submundo estranho, que vale pelas personagens, pelas paisagens, pela forma rica e plástica, e ainda como um vivo documentário da fala regional. Sua obra é uma autêntica pesquisa brasileira, uma revelação do Brasil.

"Seu antigo consultório, da Rua Álvaro Alvim era uma ilha de paz. Tinha o espírito malicioso e ágil do nosso povo, e sabia como ninguém, contar uma anedota", conclui o brilhante colunista.

Mesmo afastado do Rio Grande do Norte, por largos anos, Peregrino Júnior tinha um extraordinário amor a sua gleba, por tudo quanto se dizia da sua terra, da qual lembrava imagens inapagáveis dos seus dias moços, quando revivia famosos casos da sua vida de estudante, e dos pequenos e turbulentos jornais que fizera circular em Natal e Nova Cruz, tão vibrantes que o governador deles tomou conhecimento.

Para se ter uma idéia da agitação que provocaram, um chefe de polícia, viajou de trem até aquela pequena cidade, para tomar pé da situação, verificando de viso, que tudo não passava do entusiasmo do jovem ex-aluno da Escola Normal, de cujo diretor dizia cobras e lagartos.

Foi por motivos dessa ordem, que recebeu com expressiva demonstração de júbilo, a boa nova de que o escritor Manuel Rodrigues de Melo acabava de levantar a idéia de sua eleição para a Academia Norte-rio-grandense de Letras, para a qual de fato, foi eleito por unanimidade de votos, sendo recebido num verdadeiro festival de inteligência, em que foi saudado pelo acadêmico Paulo de Viveiros.

Dias depois, entre seus amigos, no almoço da mesa dos Peregrinos, na A.B.I., dava conta do acontecimento, que fora como o retorno do filho pródigo à terra da promessa.

Tal o seu entusiasmo, que escrevia esta página cheia de afeto com que se referia a seus conterrâneos.

“Tive, ultimamente, dois encontros felizes com a minha terra e a minha gente. O primeiro me foi proporcionado pela convocação da amiga de Manuel Rodrigues de Melo e realizou-se festivo e comovente na Academia Norte-rio-grandense de Letras. O outro quem me proporcionou generosamente foi o meu amigo e confrade Raimundo Nonato, com a leitura dos originais do seu livro “Visões e Abusões Nordestinas”. Em ambos, reencontrei a infância, que, como queria Baudelaire, a poesia é a infância reencontrada. Na festa da Academia Norte-rio-grandense de Letras, como no livro de Raimundo Nonato recapturei a poesia da minha infância - a emoção e o sortilégio prostiano do “tempo perdido”... Esse belo, delicioso livro de Raimundo Nonato é toda a minha infância, porque é afinal vivencial da nossa terra e da nossa gente. Conheço todas as abusões e as visões do Rio Grande do Norte”.

Estes comentários levam a crer que, quando, um dia, se escrever a História Social do Rio de Janeiro, o nome de Peregrino Júnior nela ocupará capítulos de maior relevo, dado a projeção que teve lá pelos anos de 1920 e seus conseqüentes, na imprensa da cidade, nas reuniões da sociedade, na vida dos clubes, na presença dos famosos salões da época e nas grandes festas das Embaixadas, onde sua presença sempre se sobressaiu em primeiro lugar.

Outro aspecto que sempre se destacou de sua personalidade, era a maneira cordial como recebia os conterrâneos que chegavam da província, desconhecidos e anônimos, que encontraram de Peregrino Júnior em tratamento afetivo e cordial receptividade.

Parece que o Rio Grande do Norte não pode esquecer o nome do seu ilustre filho. Dando prova disto, o historiador Enélio Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico, ao ter ciência do falecimento de Peregrino Júnior, veio numa viagem de avião para tomar parte naquele derradeiro encontro de emoção, trazendo a solidariedade de quantos integram o quadro social do Instituto, por justos méritos considerada a instituição cultural mais antiga do Estado.

JOÃO CARLOS DE VASCONCELOS

Manoel Cavalcanti Filho
(Sócio Efetivo)

Na manhã do dia 15 de janeiro de 1984, faleceu na Casa de Saúde São Lucas, o querido e respeitável confrade, João Carlos de Vasconcelos.

Seu corpo fora levado à sua residência onde realizou-se o velório e na manhã seguinte após a celebração de uma missa de corpo presente, celebrada pelo Rvmo. Pe. Orígenes Monte, dirigiu-se o cortejo fúnebre para o Cemitério do Alecrim, com regular acompanhamento.

Ali achavam-se representações de sociedades culturais e operárias as quais o mesmo pertencia.

Homem fisicamente pequeno mas grande pelo seu caráter, inteligência e lealdade, possuía também uma larga visão das coisas do mundo em que vivemos.

Era Presidente de Honra da Liga Artístico Operária Norte-rio-grandense a qual dirigiu por algum tempo de maneira eficiente, havendo sido construído o prédio sede da mesma na sua administração.

Era destacado Sócio Efetivo do nosso Instituto Histórico e Geográfico, fazendo parte da sua diretoria como Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu.

Colaborou nos jornais de nossa cidade nos dias do passado com ilustres cidadãos dentre os quais, o saudoso Padre João Maria de quem era amigo e admirador.

Exerceu na vida pública cargos, dentre esses o de Delegado do Ministério do Trabalho, onde deixou traços luminosos de sua gestão.

Fundou com outros amigos o jornal humorístico, A Diocésia, editado na tipografia St^a. Terezinha de sua propriedade.

Por delegação do ilustre confrade, Dr. Enélio Lima Petrovich, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, usei da palavra junto ao seu túmulo em nome da diretoria, levando assim ao querido associado desaparecido, zeloso e interessado, uma palavra de gratidão e saudade.

Ainda pronunciaram algumas palavras o Comendador Ulysses Celestino de Goes e a Sr^a. Maria Félix da Silva, Diretora do Departamento Feminino da Liga.

Deixou, assim, a terra, em busca da eternidade, o exemplar esposo, pai dedicado e amigo leal e o companheiro de todas as horas.

Requiescant in place

ONOFRE LOPES DA SILVA

Filiação: José Lopes da Silva e Maria Lopes da Silva

Nascimento: São José do Mipibu - Rio Grande do Norte - 13 de julho de 1907. Casado com D. Selva Capistrano Lopes da Silva, tendo os seguintes filhos: Onofre Lopes da Silva Júnior, Nilza Lopes da Silva, Maiza Maria Lopes da Silva e Eliana Lopes da Silva.

- Reitor Agregado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Presidente da Liga de Ensino - mantenedora da Escola Doméstica de Natal.
- Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte
- Era **Sócio Efetivo** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, desde 15 de agosto de 1964.
- Curso Secundário - sob regime de preparatórios no Atheneu Norte-riograndense, concluído em 1927.
- Curso Superior - matriculado na Faculdade de Medicina do Recife, em 1927, onde cursou até o 4º ano. Transferido para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde cursou o 5º e 6º anos. Registro na Universidade do Brasil, no dia 19/10/1932.
- Estágios de Cirurgia em Hospitais do Rio, São Paulo e Estados Unidos.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS OU CARGOS JÁ EXERCIDOS

- Interno, por concurso, do Hospital Central da Marinha, no Rio de Janeiro.
- Cirurgião, com atividades práticas em Natal, de 1933 a 1961
- Assistente do Dr. Aderbal de Figueiredo, na Clínica Urológica do Hospital Miguel Couto, em Natal
- Médico Assistente, por concurso, do Departamento de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte
- Diretor do Leprosário “São Francisco de Assis” (1933-35), Natal.
- Médico Legista do Departamento de Segurança Pública
- Médico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância
- Membro do Conselho Penitenciário do Estado
- Cirurgião do Serviço Médico do I.A.P.I.
- Cirurgião das Companhias “Mina Brasil” e “Seguradora Indústria e Comércio S/A”
- Chefe de Clínica Cirúrgica do Hospital Miguel Couto de Natal
- Professor de Anatomia e Fisiologia da Escola de Serviço Social de Natal.
- Professor do Curso de Samaritanas da Cruz Vermelha de Natal, durante a guerra.
- Professor de Anatomia e Fisiologia da Escola Doméstica de Natal.
- Professor da 2ª Cadeira de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Diretor da Faculdade de Medicina da UFRN
- Diretor da Maternidade Januário Cicco de Natal.
- Diretor do Hospital Miguel Couto de Natal
- Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959 a 1971)
- Coordenador da Comissão Incentivadora dos CRUTACs.

TÍTULOS, CONDECORAÇÕES, CITAÇÕES MERITÓRIAS

- Comendador da Ordem Nacional do Mérito Educativo outorga do Governo da República
- Medalha do Mérito Nacional da Educação, Grau de Oficial, conferido pelo Governo da República
- Membro da Academia Nacional de Medicina (correspondente)
- Membro da Diretoria do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
- Fellow du College International du Chirugiens
- Membro do “International Assistance of University Presidents”
- Cidadão Honorário de Natal
- Cidadão Honorário de Ceará-Mirim (RN)
- Cidadão Honorário de Sairé (Pernambuco)
- Cidadão Honorário de Pedreiras (Maranhão)
- Membro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões
- Medalha de Ordem do Mérito Nacional Médico, Grau de Oficial, conferido pelo Governo da República
- Diploma de Reconhecimento conferido pela Escola Superior de Guerra
- Medalha Cultural “Professor Dr. Acylyno de Leão”
- Membro da Internation Association of University Presidents
- Medalha Cultural Oscar Freire, conferido pela Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo
- Diploma de Medalhão Comemorativo do Centenário de nascimento de Alberto Santos Dumont
- Doutor Honoris Causa pela Universidade Regional do Rio Grande do Norte - Mossoró
- Placa - Homenagem da Universidade Federal de Pernambuco
- Placa - Homenagem das Universidades Brasileiras
- Professor Honorário da Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró-RN
- Farmacêutico Honorário da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRN
- Estágios em serviços médico-cirúrgicos nos Estados Unidos da América em 1948 e em 1956
- Membro da Diretoria da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte
- Membro da Diretoria do Instituto de Proteção e Assistência à Infância
- Membro da Diretoria da Sociedade de Assistência aos Lázarus
- Presidene da Sociedade de Assistência Hospitalar
- Sócio da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte
- Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras
- Medalha do Mérito Universitário, Grau de Grande Conselheiro, conferido pela UFRN
- Certificado de Reconhecimento do Lions Clube de Natal-Leste
- Diploma de Serviço às Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil
- Sócio Benemérito da Associação Brasileira de Odontologia
- Diploma do Mérito Maine Parteurs Alliance
- Certificado Apreciação de Lions Internacional
- Sócio Benemérito do Teatro de Amadores - Natal
- Título de Honra do Mérito, conferido pelo 16º RI - Festividade do Centenário de Tuiuti
- Medalha Cultural Câmara Cascudo, conferido pelo Instituto de Antropologia da UFRN
- Diploma de Mérito de Educação e Cultura, conferido pela Prefeitura do Natal
- Benemérito da Fundação José Augusto - Natal
- Estagiário da Casa de Saúde São Lucas, em São Paulo

- Membro Honorário do Rotary Clube de Natal
- Consultor Técnico da Sociedade de Assistência Hospitalar
- Diretor do Instituto Médico Legal do Estado do RGN
- Presidente do Sindicato Médico Norte-rio-grandense
- Membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte
- Sócio Benemérito da Associação dos Funcionários da UFRN
- Medalha Azevedo Lima, grau de Benemérito
- Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

CONFERÊNCIAS PROFERIDAS

- A Imunização pelo BCG (Sociedade de Medicina e Cirurgia 1947)
- O Bócio no Rio Grande do Norte (Centro de Estudos da Sociedade de Assistência Hospitalar)
- A Cirurgia da Inversão Uterina (Centro de Estudos da Sociedade de Assistência Hospitalar)
- Alcool e Alcoólatras (Semana de Higiene Mental) 1952
- Vícios Sociais (Semana de Higiene Mental)
- CRUTAC - Interiorização da Universidade (diversas Universidades e entidades culturais do País)
- Modernas Técnicas de Ensino através do Satélite (Palestra na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados)
- CRUTAC (Palestra na Comissão da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados)
- CRUTAC (Palestra na comissão de Educação e Cultura do Senado Federal) 1973
- CRUTAC - Conferências nas diversas Universidades Brasileiras
- CRUTAC - Palestra na Escola Superior de guerra (1973).

OBRAS PUBLICADAS

- “Cura Cirúrgica da Varicocele, Modificação do Processo Eurico Branco Ribeiro”
- “Realizações e Finalidades da Sociedade de Assistência Hospitalar”
- “Discursos e Conferências”
- “Cirurgia do Bócio”
- “Reforço do Plano Profundo nas Herniorrafias Inguinais”
- “O Médico e o Sacerdote” (discurso de Posse na Academia Norte-rio-grandense de Letras)
- “Atividades Cívicas na Universidade” (Sugestão para a criação do Núcleo de Estudos de Problemas Brasileiros)
- “Novas Técnicas Educativas Através dos Satélites”
- “Centro Rural de Treinamento de Pessoal de Nível Superior”, 1956, 20 p. il. bilingue; 2ª edição: texto somente em Português
- “Programa de Treinamento Rural de Pessoal de Nível Superior e Ação Comunitária”. Rural Training Program for Graduate Students and Communitarian Action. 3ª ed. ampl. atual., 1966, bilingue
- “Centro Rural de Treinamento de Pessoal de Nível Superior”. University Rural Center For Training and Communitarian Action
- Projeto do Reitor Onofre Lopes, 4ª ed. ampl. e atual., 1967, bilingue
- “5ª ed. ampl. e atual. 1968, 03 p. texto somente em Português”
- “Facies Epiléptico”
- “CRUTAC e CINCRUTAC” 1972 - texto em Português
- “CRUTAC AND CINCRUTAC” 1973 - texto em inglês.

VIAGENS

1947 - Estágio em Cirurgia do Hospital das Clínicas de São Paulo e Hospital São Lucas (Serviço do Prof. Benedito Montenegro e Eurico Branco Ribeiro)

1948 - Estágio de Cirurgia em Nova York, Boston e Filadélfia, seis meses

1956 - Estágio de Cirurgia em Boston e Rochestes (Mayo Clinic)

1965 - Visitas às Universidades dos Estados Unidos da América (observação e estudos)

1969 - Visita às organizações industriais médicas à República Democrática Alemã, como participante da delegação do Ministério da Educação e Cultura.

1969 - Visita, de fins culturais, a diversos países europeus. (França, Inglaterra, Holanda, República Federal Alemã, Itália, Espanha, Portugal)

1970 - Designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para, em Houston, estabelecer bases para fundação de centros audio-visuais nas Universidades do Brasil. Visita ao Estado do Maine para receber, em doação, os transmissores da TV-Universitária do Rio Grande do Norte.

1972 - I Encontro das Universidades Latino-Americanas, sobre a Missão das Universidades na América Latina. Bogotá.

— Seminários diversos.

O Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva faleceu no dia 13 de Julho de 1984. Em nome do IHG/RN falou, à beira do túmulo, o Dr. Enélio Lima Petrovich, Presidente da tradicional instituição.

UMA PÁGINA DE SAUDADE

Mestre e confrade Onofre Lopes da Silva:

Ao visitá-lo, uma das vezes, no Hospital das Clínicas, ouvimos, com emoção, esta breve frase, telefonando para D. Selva, sua esposa:

“Estou com saudade de você”.

E agora, pelo destino que Deus me reservou, nós é que repetimos, vivendo um momento triste: Estamos eternamente, com saudade de você, mestre e confrade Onofre.

Trazemos, assim, no crepúsculo desta tarde tropical, a mensagem da despedida dos seus amigos e confrades do venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a Casa da Memória Norte-rio-grandense.

Justamente na data de seu aniversário, tocado pela mão divina, encantou-se. Foi convidado, para a ceia do Senhor, na morada celestial.

“O morrer - já definiu Gabriel Vergara - não é acabar-se; é renascer para outra vida e nela, cada vez mais, purificar-se”.

Estamos certos de que a sua memória será perene, irradiando as luzes do humanismo e do cumprimento do dever.

A cada passo que percorrermos, nos caminhos desta existência tão fugaz, haveremos de nos lembrar de sua imagem, ora serena, ora comunicativa, enchendo o nosso espírito de alegria, de entusiasmo e de coragem.

Seus conselhos, suas ponderações, no plano sublime da amizade, ressoarão sempre como ensinamento maior para seus discípulos e confrades.

A sua palavra amiga, fraterna, pronta, era ouvida, nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico, engrandecendo as promoções da Cultura, nesta terra dadivosa.

E como soube o mestre Onofre imprimir respeito e admiração a quantos tiveram o privilégio de com ele conviver!

Tudo tem o seu fim. Viver e morrer, eis o veredicto, fatal e inapelável.

Entretanto, mesmo com sua partida, a toda hora, não esqueceremos a sua fisionomia, de riso aberto e consciência tranqüila, expargindo bom humor e seriedade, inteligência e bem-querer.

E quando, mestre e confrade Onofre, o seu corpo desce à sepultura e sua alma fica perto de Deus, no instante que passa, somente temos de enaltecer e glorificar a sua vida, toda ela dedicada à sua família, geração à geração; à Universidade, da qual é o fundador; à Medicina, seu sacerdócio diuturno; e à Literatura, elo de valorização e júbilo constantes.

Esta a nossa homenagem, espontânea e emocional, na convicção de que o Onipotente já o colocou ao seu lado.

Mestre e confrade Onofre:

Descansa em paz.

(Discurso proferido pelo Dr. Enélio Lima Petrovich, pres. do Instituto Histórico e Geográfico do RGN, à beira do túmulo do Prof. Dr. Onofre Lopes da Silva, dia 14/07/84 — Cemitério Parque - Natal-RN).

A morte de Onofre Lopes, em Natal, esvazia o Rio Grande do Norte de um valor que se exprime por uma verdadeira devoção a tudo quanto foi.

Onofre foi a própria Universidade do Rio Grande do Norte. Há homens que são a própria Instituição. Vi de perto o que foi o seu apostolado no desbravamento de um caminho que não foi fácil. Em Brasília, na companhia dele, assisti à aprovação do projeto de lei que federalizou a Universidade, criada no âmbito estadual pelo governador Dinarte Mariz, que antecedeu de poucos dias a morte do primeiro e grande Reitor, que foi Onofre Lopes.

No momento final da aprovação do projeto, vi lágrimas nos olhos do homem que estava destinado a ser mais do que um Reitor Magnífico, porque foi, substancialmente, o herói de uma batalha formidável. Ele, o lutador sem medo e sem mancha; o visionário de um futuro que, de algum modo, estava nas suas mãos.

Mestre de sua geração grande médico que a fraca visão privou de continuar a ser afamado cirurgião. Onofre Lopes deixa uma lição imperecível: o idealismo com que ergueu e plasmou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e fez dela a sua vida.

Acompanhei-o nessa luta que o consagrou. Em nenhum momento hesitou nem se intimidou. Traçou vigorosamente o seu programa. Foi pioneiro da criação do CRUTAC, a interiorização da Universidade, passo decisivo para levar o conhecimento científico e humanístico às populações carecidas de assistência e de orientação. Certa vez perguntei a u'a mulher do povo, recolhida pela Universidade a um hospital em uma cidade do Interior:

— Que acha do CRUTAC?

Ela deu a resposta magistral, que veio da intuição do povo em relação aos problemas coletivos:

— O CRUTAC deu valor.

Ultimamente, o esforço de Onofre Lopes estava principalmente voltado para a Academia Norte-rio-grandense de Letras e para o Conselho Estadual de Cultura, das quais era presidente. Era a continuação de sua atividade reitoral. Agia como se ainda fosse Reitor: cuidando da cultura do Estado. Incansável, heróico no cumprimento do dever.

Mestre, sempre mestre da dignidade humana. Incomparável mesmo na sua ação renovadora. Inesquecível para todos nós. A Universidade deve erguer-lhe um monumento, no "Campus". (In **Jornal do Comércio - Recife. 18-7-84**).

DESEMBARGADOR FÉLIX BEZERRA DE ARAÚJO GALVÃO

Nascido em 18 de maio de 1884, no sítio Pendanga - Acarí-RN. Falecido no dia 22 de outubro de 1984.

— Filho de Félix de Araújo Pereira Filho, e de Maria Getúlia Bezerra de Araújo Galvão.

— Casou-se com Amélia Carneiro de Souza Bezerra, em 2 de janeiro de 1919, em São José de Mipibu.

— Fez o curso primário na cidade do Acarí, tendo sido seu professor Tomaz Sebastião de Medeiros.

— Coursou o Preparatório em Natal, no Atheneu, sendo seus professores: João Tibúrcio, Manoel Garcia, Odilon Garcia e outros.

— Iniciou o curso de Direito, em Recife, em 1905, tendo aí feito o primeiro ano. Coursou o segundo ano no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional, formando-se em 1910.

— As dificuldades financeiras obrigaram-no a trabalhar na Biblioteca Nacional e na Companhia de Loterias Nacionais.

— Em março de 1910, recebeu a procuração de Rui Barbosa, para representá-lo nas eleições do município de Palmira, hoje Santos Dumont - Minas Gerais. Era a época das campanhas de Rui Barbosa e Marechal Hermes da Fonseca.

— Retornou ao Rio Grande do Norte ainda em 1910, sendo nomeado Promotor Público da Comarca de Acarí, por título de 2 de março de 1911, assumindo o exercício a 10 do mesmo mês e ano. Por ato de 3 de novembro de 1916, foi removido, a pedido, para a Comarca de São José de Mipibu, assumindo o exercício a 4 de dezembro do mesmo ano.

— Juiz por título de 20 de março de 1926, Comarca de Macau: Compromisso: 27 de março de 1926. Exercício de 30 de março de 1926.

— Por ato de 8 de setembro de 1926, foi removido, a pedido, para a Comarca de Santa Cruz.

— Por ato de 30 de novembro de 1926, foi removido, a pedido, para a Comarca de São José de Mipibu.

— Por ato nº 2609 de 15 de setembro de 1939, foi removido, a pedido, para a 2ª Vara da Comarca de Natal, onde assumiu o exercício em 26 do mesmo mês e ano.

— Por ato nº 3631 de 23 de junho de 1941, foi removido da 2ª para a 1ª Vara de Natal, assumindo o exercício no dia 1º do mês seguinte.

— Desembargador - nomeado por decreto de 21 de março de 1944. Posse: 23 de março de 1944. Vaga do Des. Vicente Lemos Filho.

— Eleito suplente do Tribunal Regional Eleitoral em sessão realizada no Tribunal de Justiça, em 24 de setembro de 1946.

— Em sessão ordinária de 31 de dezembro de 1947, foi eleito e proclamado Presidente do Tribunal de Justiça, havendo prestado o compromisso e tomado posse no referido cargo, em sessão ordinária de 7 de janeiro de 1948.

— Em sessão extraordinária e secreta de 24 de agosto de 1950 foi eleito para suplente do Tribunal Regional Eleitoral.

— Em sessão ordinária de 16 de janeiro de 1952 foi sorteado membro do Conselho Disciplinar da Magistratura.

— Por decreto de 16 de janeiro de 1952, foi aposentado por contar mais de trinta anos de serviço.

Como Promotor do Acarí, organizou uma banda de música, sob a regência de Tonheca Dantas. Participou também, como instrumentista, tocando bombardino.

— Ainda promotor, no Acarí, organizou, juntamente com seu pai, uma guarda para a segurança e defesa do município, contra as investidas dos cangaceiros, entre

eles Antônio Silvino.

— Na tentativa de impedimento do então governador José Varela, o Tribunal de Justiça decidiu conforme o seu voto, após embargo a acordamo, evitando a destituição do governador.

— Teve atuação destacada em vários julgamentos importantes, pelas comarcas e Varas da Capital, ressaltando-se o realizado em Santa Cruz, ainda como promotor, onde réus acusados da prática de crimes e apadrinhados, foram condenados.

— Suas sentenças foram elaboradas dentro de um espírito de justiça, dignidade, independência, integridade e honra. Muitas delas foram publicadas na revista do Tribunal de Justiça do Estado.

— Primo e amigo de José Augusto Bezerra de Medeiros, Silvino Bezerra e Sátiro Bezerra. Estudou em Natal e Rio de Janeiro com os dois primeiros.

— Deixou muitos amigos, cujos laços de amizade ficaram ressaltados, pelo número de compadres e comadres nas diferentes cidades que passou.

— Quando foi aposentado, doou todos os seus livros de Direito à Faculdade de Direito da Universidade, cujo Diretor na época era o Dr. Paulo Viveiros.

— Era neto do coronel Silvino Bezerra e sobrinho neto do coronel José Bezerra, ambos chefes políticos no Acari e Currais Novos.

— Poderíamos citar os nomes de muitos dos seus amigos. Entretanto, a memória nos lembrou alguns deles: Miguel Seabra Fagundes, Vicente de Lemos, João Maria Furtado, Carlos Augusto, Celso Dantas Sales, Juvenal Lamartine, Virgílio Dantas, Francisco de Albuquerque, Antônio Soares, Dionísio Filgueira, Régulo Tinôco, Eutiquiano Reis, Celso Dantas Sales, João Medeiros, Francisco Nogueira Fernandes, Paulo Viveiros, Benício Filho, Horácio Barreto, Sebastião Fernandes, Floriano Cavalcanti, Túlio Bezerra de Melo, José Braz, Gurgel Diniz, Silvino Bezerra, Anselmo Pegado Cortez, Canindé de Carvalho, Abner de Brito e Francisco Menezes.

Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na categoria de HONORÁRIO, desde 28 de agosto de 1965.

(Dagoberto Félix Bezerra)

MAURO RAMOS DA MOTA E ALBUQUERQUE

Mauro Ramos da Mota e Albuquerque, filho do Dr. José Feliciano da Mota e Albuquerque e de Dona Aline Ramos da Mota e Albuquerque, nasceu no Recife a 16 de agosto de 1911. Iniciou o curso primário em Nazaré da Mata, terminando-o no Ginásio do Recife. Iniciou o curso secundário no Colégio Salesiano, terminando-o no Ginásio do Recife, Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (turma de 1937).

FUNÇÕES:

Secretário e redator-chefe do “Diário da Manhã” — Recife (1935-1941).

Diretor de Administração do extinto Departamento Geral das Municipalidades de Pernambuco (1937).

Redator do “Diário de Pernambuco” (desde 1941).

Professor de História Geral do Ginásio do Recife, Colégio Leão XIII, Escola Normal Pinto Júnior, Colégio N. S. do Carmo, Colégio Vera Cruz e Escola Técnica de Comércio (1942-1946).

Diretor do Suplemento Literário do “Diário de Pernambuco” (1947-1959). Colaborador do Suplemento Literário do “Correio da Manhã” (Rio de Janeiro — 1947-1969).

Catedrático de Geografia do Brasil do Instituto de Educação de Pernambuco (1950-1971).

Autor da crônica **Peço a Palavra**, apresentada diariamente na “Rádio Tamarandare” (Recife — 1956-1959).

Diretor do “Diário de Pernambuco” (1956-1959).

Diretor Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1956-1970).

Redator da seção **Diário Literário** do “Diário de Pernambuco” (1959).

Colaborador do Suplemento Literário do “Diário de Notícias” (Rio de Janeiro — 1961-1962).

Autor de **Agenda**, crônica diária publicada no “Diário de Pernambuco” (1966-1976).

Membro do Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco (1966).

Membro do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, a partir de 1969.

Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco (1971-1972).

Diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, a partir de março de 1972.

Professor da Divisão de Educação Extra-Escolar do MEC. Curso Sobre Aspectos Sociais do Nordeste (1969).

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Cidade do Recife, instituído pela Secretaria de Educação e Cultura Municipal (1969).

Integrante da Comissão de Alto Nível designado pelo Ministro da Educação e Cultura para organizar as comemorações do centenário da morte de Castro Alves (1971).

Integrante do Grupo de Trabalho constituído pelo Governador do Estado de Pernambuco para elaborar projeto de desapropriação de terras do Engenho Messangana, onde Joaquim Nabuco passou sua infância, com vistas à sua utilização como ponto de referência histórica (1971).

Membro da Comissão Julgadora Regional do Concurso Serviço Militar (1971-1976).

Representante do Governador do Estado de Pernambuco no II Encontro de Defesa do Patrimônio Histórico em Salvador (1972).

Integrante da Comissão Organizadora das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana (1971).

Integrante da Comissão Julgadora do Prêmio Manuel Bandeira, instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco (1972).

Participante do encontro Nacional de Escritores promovido pela Fundação Cultural do Distrito Federal em Brasília (1972-1973).

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Recife de Humanidades, instituído pela Fundação Matarazzo (1972).

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Cidade do Recife, instituído pelo Conselho Nacional de Cultura (1973).

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio MOBREAL de Literatura, nomeado pelo Ministro da Educação e Cultura (1973).

Membro do Conselho Consultivo da Escolinha de Arte do Recife (1973-1974-1976).

“Homem de Letras de 1973”, escolhido pelos “Diários Associados”, como um dos mais representativos poetas da língua portuguesa.

ASSOCIAÇÕES A QUE PERTENCEU:

Academia Brasileira de Letras

Academia Pernambucana de Letras

Academia Paulista de Letras (Membro correspondente de Pernambuco).

Academia Paraibana de Letras (Sócio Correspondente)

Academia Alagoana de letras (idem)

Associação de Imprensa de Pernambuco (Sócio Fundador)

Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco (Sócio Honorário)

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Sócio Correspondente)

Instituto Histórico de Petrópolis (idem)

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (idem)

Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (idem)

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (idem)

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (idem)

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (idem)

Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (idem)

Instituto Histórico de Goiana (idem).

Destaque-se estes trabalhos de sua autoria:

Elegias. Prêmio Olavo Bilac da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1952.

A Tecelã. Recife, 1956.

Os Epitáfios. Rio de Janeiro, 1959.

O Galo e o cata-vento. Rio de Janeiro, 1962.

Canto ao meio. Rio de Janeiro, 1964.

Antologia poética. Rio de Janeiro, 1968.

Itinerário - Rio de Janeiro, 1976 - Prêmio Jabuti e Prêmio de Pen Clube do Brasil.

O Cajueiro nordestino. Recife, 1954, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1956.

Paisagens das secas. Recife, 1958.

Capitão de fandango. Rio de Janeiro, 1960.

Geografia Literária. Rio de Janeiro, 1961.

Terra e gente. Recife, 1963.

O Pátio vermelho. Rio de Janeiro, 1968.

Votos e ex-votos. Recife, 1968.

Os bichos na fala da gente. Recife, 1969.

História em rótulos de cigarro. Recife, 1971.

Pernambuco Sim (em colaboração com Gilberto Freyre e Roberto Cavalcanti). Rio de Janeiro, 1972.

Mauro Mota faleceu no dia 22 de novembro de 1984, em Recife-PE.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Vols. LVI — LVII — LVIII — LIX — LX — LXI — LXII — LXIII — LXIV —
LXV — LXVI — LXVII — LXVIII — LXIX — LXX — LXXI — LXXII — LXXIII —
LXXIV — LXXV — LXXVI — Volumes - 1964 a 1984.
- 2 — Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana — Raimundo Nonato
- 3 — Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte — Manoel Ferreira Nobre
(Anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 — Luís da Câmara Cascudo — Sua Vida e Sua Obra
- 5 — Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte — Enélio Lima Petrovich
- 6 — Roteiro do Visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 — O Livro das Velhas Figuras — (I, II, III, IV e V) — Luís da Câmara Cascudo
- 8 — Visões e Abusões Nordestinas (I e II) — Raimundo Nonato
- 9 — Os Franceses no Rio Grande do Norte — Bernard Alléguède
- 10 — A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte — Augusto Tavares de Lyra
- 11 — Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte — Vicente de Lemos e Tar-
císio Medeiros — II Volume
- 12 — Titulados do Açú — Francisco Amorim
- 13 - Naufrágios no Litoral Potiguar - Olavo de Medeiros Filho

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Anos de 1985 -
1986)
- 2 — O Livro das Velhas Figuras (VI) — Luís da Câmara Cascudo
- 3 — Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio G
do Norte — Luiz Carlos Lins Wanderley (Introdução de Nilo Pereira)

Apoio:



PETROBRAS